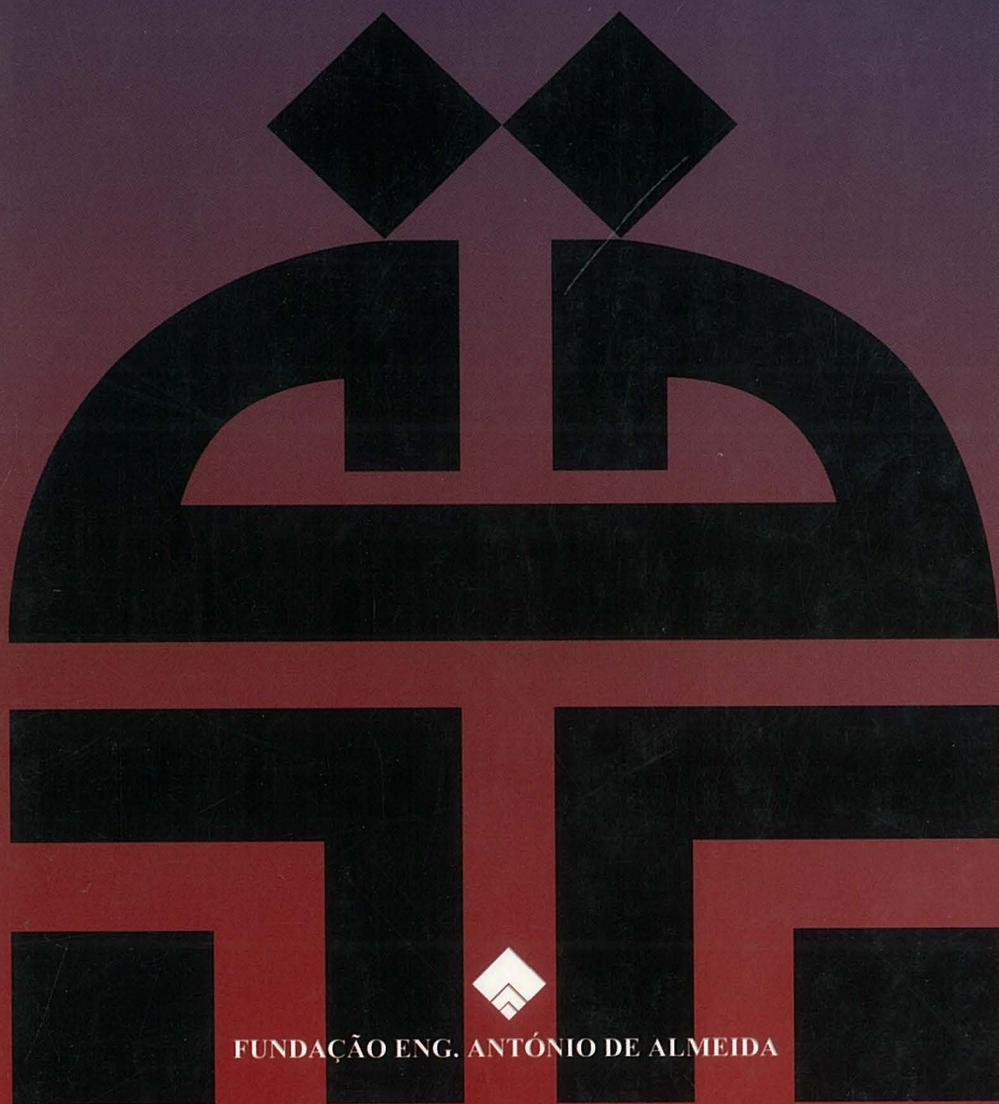


# AFRICANA STUDIA

Nº 2. 1999

Revista Internacional de Estudos Africanos  
International Journal of African Studies



FUNDAÇÃO ENG. ANTÓNIO DE ALMEIDA

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

# AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos/International Journal of African Studies

**Director:** António Custódio Gonçalves

**Conselho Científico/Advisory Board:** Alberto Amaral (Univ. do Porto - CIPES), Brazão Mazula (Reitor da U.E.M. - Maputo) Christine Messiant (E.H.E.S.S. - Paris), Elikia M'Bokolo (E.H.E.S.S. - Paris), Franz-Wilhelm Heimer (CEA-ISCTE -Lisboa), Joana Pereira Leite (CESA-ISEG -Lisboa), Jill Reaney Dias (F.C.S.H. -U.N.L.), João Gomes Cravinho (Univ. Coimbra), Joaquim Alberto da Cruz e Silva (I.I.C.T. - Lisboa), José Novais Barbosa (Reitor da Univ. do Porto), Isabel de Castro Henriques (F.L.U.L.), Mário Fresta (Reitor da U.A.N. Luanda), Patrick Chabal (King's College - London), Michel Cahen (Univ. Bordéus III), Peter Meyns (Univ. Duisburg), Peter Vale (Univ. Western Cape), Saul Dubow (SOAS - Londres), Teresa Cruz e Silva (U.E.M. - Maputo), José Carlos Venâncio (Universidade da Beira Interior).

**Conselho de Redacção/Editorial Board:** António Custódio Gonçalves, Carlos José Gomes Pimenta, Ivo Carneiro de Sousa, Elvira Mea, José Manuel Pereira Azevedo, João Francisco Marques, Mário Vilela, Maria Cristina Pacheco, José Maciel Honrado dos Santos.

**Secretariado:** Raquel Maria Machado da Cunha

\*\*\*

**Propriedade:** Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

**Edição:** Fundação Eng.º António de Almeida

©1999 - CEAUP e Fundação Eng.º António de Almeida

**Capa e composição:** Inês Figueiredo

**Impressão e acabamento:** Inova - Artes Gráficas

---

**Preço (IVA incluído):**

Assinatura : 2.500\$00 (Portugal e Estrangeiro)

Número avulso: 3.500\$00 (Portugal e Estrangeiro)

---

ISSN - 0874-2375

Depósito legal: 138153/99

Proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação sem autorização prévia por escrito do CEAUP e da Fundação Eng.º António de Almeida.

**Revista semestral: nº 2 - Novembro 1999**

# AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos

International Journal of African Studies

Nº 2. 1999

<b>Editorial</b> .....	5
<b>Artigos</b> .....	7
Les écrivains africains dans leurs portraits.....	9
János Riesz	
The Mueda Case and Maconde Political Ethnicity Some notes on a work in progress.....	29
Michel Cahen	
Identidades Culturais e emergência do nacionalismo angolano (c. 1885-c. 1930).....	47
António Custódio Gonçalves	
A propos des "transition démocratiques". Notes comparatives et préalables à l'analyse du cas angolais.....	61
Christine Messiant	
A questão do cemitério israelita na Ilha da Boavista (1915/1923).....	97
Cláudia Correia	
A Identidade Santomense em Gestão: Desde a Heterogeneidade do Estatuto de Trabalhador até à Homogeneidade do Estatuto de Cidadão.....	135
Elisabetta Maino	
África, catástrofes naturais e desenvolvimento.....	153
Carlos Garrido	

<b>Documentos</b> .....	163
Alguns aspectos etnográficos dos bosquímanos da Namíbia [documento etnográfico].....	165
Ilse Schatz	
O Primeiro Discurso Parlamentar de Alexandre Herculano: a questão de Casamansa (1840).....	183
Ivo Carneiro de Sousa	
<b>Homenagem a Marie Louise Bastin</b> .....	199
Elogio da Senhora Professora Marie-Louise Bastin.....	203
António Custódio Gonçalves	
Pour Marie-Louise Bastin.....	211
Luc de Heusch	
Luc de Heusc: breve apresentação.....	221
Vitor Oliveira Jorge	
<b>Notas e Recensões</b> .....	225
José Carlos Venâncio - <i>RIESZ, János(1998), Französisch in Afrika. Herrschaft durch Sprache (A língua francesa em África. A dominação pela língua). Frankfurt/M: Verlag für Interkulturelle Kommunikation, 1998</i> .....	227
Margarida Calafate Ribeiro e Paulo Pereira - <i>PERES, Phylis, Transculturation and Resistance in Lusophone African Narrative. Gainesville, FL: The University Press of Florida, 1997</i> .....	229
<b>Résumés/Abstracts</b> .....	235
<b>Informações</b> .....	251

## EDITORIAL

*Aqui se oferece o segundo número da Africana Studia, encerrando o ano de 1999. Visitando os artigos deste número, destaquem-se algumas temáticas dominantes: o problema do nacionalismo, da etnicidade e das identidades nacionais pode percorrer-se através dos trabalhos de António Custódio Gonçalves discutindo o problema da emergência do nacionalismo angolano, actualiza-se na investigação de Elizabeth Maino acerca da «gestão» da identidade santomense e discute-se criticamente na investigação de Michel Cahen sobre o massacre de Mueda e a etnicidade maconde. Acolhem-se nestes artigos algumas das problemáticas que o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto tem procurado continuamente aprofundar acerca das identidades, poderes e etnicidades na África Subsariana. Poderes que se questionam e investigam no artigo de Christine Messiant convocando o caso de Angola, paradigma ambivalente e dramático para o estudo das chamadas «transições democráticas» africanas. O trabalho de abertura de János Riesz, percorrendo a representação do retrato de escritores africanos, serve para distinguir que a cultura africana, se deve investigar na qualificação de uma produção multifacetada, comprovada também no estudo panorâmico que Cláudia Correia dedica, minuciosamente, ao cemitério israelita da ilha da Boavista. Andamento importante neste número é também o da homenagem a Marie-Louise Bastin, recolhendo e divulgando os textos que acompanharam o seu Doutoramento Honoris Causa pela Universidade do Porto, a partir de uma iniciativa que juntou, interdisciplinarmente, o Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e o Centro de Estudos Africanos.*

*A secção de Documentos apresenta alguns interessantíssimos aspectos etnográficos dos bosquímanos da Namíbia, fechando-se com o primeiro discurso parlamentar de Alexandre Herculano que, nos idos de 1840, estreou a sua voz parlamentar para discutir de forma vibrante a*

*questão de Casamansa.*

*Encerra-se também com este número a colaboração com a Fundação Eng°. Antônio de Almeida quanto à edição desta Revista. Tempo, por isso, de vislumbrar novas colaborações e qualificar os artigos desta Revista Internacional de Estudos Africanos. Pensa-se em próximos números fixar temáticas próprias, melhorar as secções de Documentos e Recensões, tão fundamentais, afinal, para o desenvolvimento da informação que deve também circular e discutir-se entre os estudos africanos portugueses. Deste modo, o perfil quase eclético que se consagrou neste dois números iniciais da Africana Studia cederá, comprazidamente, de certo, a uma mais cuidada organização temática e científica. O que não impedirá que esta Revista privilegie acolher tanto os trabalhos de investigadores consagrados como os da jovem investigação científica, continuando a renovar as avenidas do desenvolvimento dos estudos africanos.*

Antônio Custódio Gonçalves  
Ivo Carneiro de Sousa

## Artigos



## LES ECRIVAINS AFRICAINS DANS LEURS PORTRAITS

János Riesz\*

### Introduction

Dans le chapitre sur «Les bons camarades» (pp. 19-104) de son étude sur *«La Religion de Rabelais: Le Problème de l'Incroyance au XVI<sup>e</sup> siècle»*, Lucien Febvre nous présente le poète mineur Nicolas Bourbon, contemporain de Rabelais, en des termes quelque peu méprisants comme «*un de ces enfants des Muses défraîchies, un des plus notoires en son temps*» (p. 24). Ce poète, après un bref séjour dans les prisons du roi, alla passer quelque temps en Angleterre: «Engagé dans la clientèle d'Anne Boleyn [...] il fut tour à tour le précepteur de jeunes aristocrates de renom; (et) il dut à ces fréquentations [...] la chance un peu irritante – pour nous du moins: ah, si Rabelais avait eu cette fortune! – de rencontrer Holbein et de tirer de lui un merveilleux crayon qui le rend au naturel, dans toute sa fatuité couronné de laurier» (p. 43).

L'irritation de Lucien Febvre peut sembler surprenante. De quoi s'irrite-t-il? Qu'un poète de peu de valeur, Nicolas Bourbon, ait eu la chance d'être peint par un grand peintre-portraitiste de l'époque. Et le regret que Rabelais, autrement plus grand, n'ait pas eu cette fortune, regret sur lequel il revient à la fin de cette première partie sur «Le témoignage des contemporains», est le constat d'un manque grave: «*Au fond, ayons le courage de l'avouer: nous ne voyons distinctement Rabelais ni avec les yeux du corps, ni avec ceux de l'esprit. Rabelais, la*

---

\* Institut für Afrika-Forschung der Universität Bayreuth, Sprach-und Literaturwissenschaftliche Fakultät

*personne physique? Des peintures fantaisistes, d'ailleurs sans talent. Ou bien l'image triste de la Chronologie Collée: un petit vieux, sec, renfrogné, l'œil vif, un peu chafouin»* (p. 98).

Il y a dans ces deux paragraphes de Lucien Febvre plusieurs suppositions implicites qu'on pourrait traduire de cette façon:

- Il est important pour un grand auteur du passé d'avoir rencontré un peintre (ou un photographe-) portraitiste, digne de lui;
- il manque quelque chose à notre idée (ou vision, ou représentation) d'un grand auteur du passé si nous n'avons pas de lui un portrait de haute qualité;
- des auteurs moins dignes ont souvent eu cette chance, à savoir d'être rendus au naturel, ne serait-ce que – comme Nicolas Bourbon – «dans toute leur fatuité couronné de laurier».

Les contemporains de Rabelais et de Nicolas Bourbon étaient conscients du fait que l'image d'un écrivain contribuait de façon décisive à l'idée que le monde se faisait de lui, et que le portrait pictural, à côté de l'œuvre, garantissait la survie. Dans une étude sur les portraits d'Erasmus de Rotterdam, l'historien de l'art J.R. Haarhaus écrit en 1889 qu'Erasmus «s'efforçait d'assurer à ses portraits la plus large diffusion et [...] était heureux de pouvoir les placer chez les princes ou autres personnages de haut rang. Il voulait survivre non seulement dans ses œuvres, mais aussi dans son aspect extérieur» (Cité, d'après A. Gerlo [1950], p. 5 sq.).

Il faudrait ajouter aussi que c'est le prestige de ses artistes-portraitistes – Holbein et Dürer entre autres – qui ont fait que plus tard nombre de gens se sont fait une idée du savant écrivain, prince des humanistes de l'époque, et ont appris à le connaître de nom, sans avoir jamais rien lu de lui.

Et on peut dire aussi que l'iconographie erasmienne a servi de modèle aux peintres qui allaient suivre: ces portraits d'Erasmus, absorbé par le travail d'écriture, de profil, sans égards pour le spectateur, comme absent, tourné vers un monde de création spirituelle, dans un équilibre et une harmonie des proportions qui ne sont pas sans rappeler la philosophie, la conception de la vie d'Erasmus lui-même.

L'âge de la Renaissance, qui a connu un premier grand essor de l'art du portrait, a aussi jeté les fondements de la théorie du portrait comme Edouard Pommier l'a montré dans son beau livre: *Théories du portrait – De la Renaissance aux Lumières* (1998). Nous ne retenons de ces théories multiformes et parfois contradictoires que des traits qui

ont un rapport avec les portraits d'écrivains ultérieurs:

- Ainsi la distinction faite par l'Arétin selon laquelle «*le portrait de l'homme est une image de son pouvoir et de ses vertus héroïques, et celui de la femme une image de sa beauté et de ses vertus domestiques*» (p. 102);

- le rôle signalétique du portrait qui se manifestait dans la coutume, florentine surtout, selon laquelle la Seigneurie commandait à un peintre de faire l'effigie d'un criminel sur la muraille du Podestat (p. 105);

- le pouvoir que le portrait exerce sur le spectateur: l'histoire, rapportée par Plutarque, de Cassandre se mettant à trembler devant une statue d'Alexandre; ou les portraits des grands hommes de lettres dont l'exemple et l'émulation de leur gloire induisent les hommes de valeur à la vertu» (p. 121);

- l'exigence de ne peindre que des personnes qui, par leur vie et leur œuvre, se sont rendues dignes d'être peintes;

- Ont donc droit au portrait: les princes et les rois, cela semble aller de soi, et «tout homme célèbre par les armes, ou par le dessin, ou par les lettres, ou par sa libéralité, ou par sa vertu singulière, et non pas n'importe quel homme» (p. 131). La codification sociale du portrait a comme corollaire la critique de la dégradation du portrait dans le monde contemporain.

- Parmi les préceptes qu'on donne aux peintres-portraitistes, il faut en retenir surtout deux:

- le peintre doit donner à voir la «qualité» de son modèle, le caractère lié à sa dignité, à sa fonction, à son activité; à chaque personnage doit correspondre une caractéristique dominante;

- ensuite, le peintre doit veiller à donner à son personnage l'attitude, les vêtements, les attributs, qui correspondent à sa «qualité», donc à sa position dans la société; au portrait est appliquée la notion de *decorum*; à chaque catégorie d'âge, de fonction, de classe sociale correspondent des signes distinctifs.

Le portrait entre donc dans un ordre hiérarchisé de la société. Mais cette réglementation connaîtra toutes sortes de transgressions: des combinaisons virtuoses des images d'Arcimboldo à l'invention de la caricature (par Bernini) jusqu'au *portrait absolu* imaginé par Cervantes à la fin de son roman posthume *Los trabajos de Persiles y Sigismunda* (1617) où il raconte qu'un prélat, à Rome, possède un musée privé avec une collection de portraits; «*mais la collection se termine par des cadres vides, destinés à recevoir les portraits de poètes à*

venir dont le nom est en attente d'image.» (p. 159).

### L'iconographie des auteurs africains

Parmi ces auteurs des siècles suivants, nous retrouverons aussi les portraits d'auteurs africains ou d'origine africaine, portraits figurant sur la couverture ou à l'intérieur de leurs livres; en notre XXe siècle, ce sont surtout les photos-portraits qui dominent un peu partout: dans les études monographiques sur un auteur, dans les histoires littéraires, dans les revues consacrées aux littératures africaines, telles *Notre Librairie*, dans les ouvrages collectifs et les dictionnaires de la littérature africaine comme le *Who's Who in African Literature* (1972).

Ce qui peut paraître étonnant, c'est qu'on ne parle jamais de ces portraits, de ces illustrations photographiques. Leur emploi semble aller de soi. Ni pour les auteurs qui insèrent les photos dans leurs livres, ni pour les critiques qui en font les comptes rendus l'usage de ces photos ne semble faire problème. C'est un ornement qui n'a pas besoin – je ne dis pas de théorie – mais même pas de réflexion, de légitimation ni de justification. Une table des légendes et crédits à la fin du volume semble suffire. Je ne m'exclus pas de ce constat. Dans les deux livres que j'ai publiés sur la littérature africaine, j'ai inséré bon nombre de photos sans toujours les justifier de façon explicite.

Dans les réflexions qui suivent, je ne prétends pas jeter les fondements d'une théorie du portrait des auteurs africains dans l'historiographie littéraire ni esquisser un traité du signe photographique par rapport à ce sujet. Je voudrais simplement attirer l'attention sur le phénomène et présenter quelques exemples qui pourront peut-être servir de base à une étude plus poussée.

J'ai regroupé mes exemples en cinq unités:

- un exemple datant du XVIIIe siècle, quand les premiers écrivains noirs, descendants d'esclaves d'origine africaine, ont fait leur apparition sur le marché du livre;
- un exemple tiré du début de la littérature africaine en langues européennes, dans les années 30 du XXème siècle;
- la question des photos dans les études monographiques sur un auteur;
- le matériel photographique dans les ouvrages de synthèse, histoires littéraires et autres;
- l'emploi de photographies dans les ouvrages autobiographiques.

### 1. *Phillis Wheatley (1754-1784)*

Mon premier exemple est celui de la page de couverture du premier (et seul) volume de poésies de Phillis Wheatley (1754-1784), publié à Londres en 1773. Le portrait montre une jeune fille, assise devant une petite table elliptique, plume à la main, devant une page blanche; à gauche, l'encrier et un petit livre relié. La jeune personne semble vêtue comme une servante, le menton appuyé sur la main gauche, le regard vague, vers le lointain, comme si elle attendait l'inspiration. Ce qui semble essentiel dans ce portrait à la première lecture, c'est le contraste entre la condition apparemment humble de la jeune fille (ses vêtements, la couleur de sa peau, sa jeunesse) et l'acte d'écrire qui renvoie à une écriture élevée, sous inspiration, et qui situe la personne qui écrit dans un contexte de production littéraire et livresque.

Ce contraste est souligné et renforcé par la légende de l'image et tout le paratexte qui introduit les poésies de Phillis Wheatley. Le légende d'abord qui entoure, tel un cadre, la forme elliptique du portrait: PHILLIS WHEATLEY, NEGRO SERVANT to Mr JOHN WHEATLEY, of BOSTON. Le texte de cette légende est repris sur la page de titre: *Poems on various subjects, religious and moral. By Phillis Wheatley, Negro Servant to Mr. John Wheatley, of Boston, in New England.*

Une lettre de John Wheatley, maître de la jeune esclave, à l'adresse de l'éditeur, explique l'arrière-fond biographique de Phillis Wheatley:

«PHILLIS was brought from *Africa* to *America*, in the Year 1761, between Seven and Eight Years of Age. Without any Assistance from School Education, and by only what she was taught in the Family, she, in sixteen Months Time from her Arrival, attained the English Language, to which she was an utter Stranger before, to such a Degree, as to read any, the most difficult Parts of the Sacred Writings, to the great Astonishment of all who heard her.

As to her WRITING, her own Curiosity led her to it; and this she learnt in so short a Time, that in the Year 1765, she wrote a Letter to the Rev. Mr. OCCOM, the *Indian* Minister, while in England. She has a Great Inclination to learn the Latin Tongue, and has made some Progress in it. This Relation is given by her master who bought her, and with whom she now lives.

## JOHN WHEATLEY

Boston, Nov. 14, 1772.» (p. 47)

Il s'agit donc d'un *témoignage* du maître de la jeune esclave; témoignage qui cherche à orienter l'étonnement (ou plutôt l'émerveillement) du lecteur par degrés successifs:

- origine africaine et venue en Amérique en bas âge;
- apprentissage de la langue anglaise en peu de temps et sans le soutien de l'école;
- apprentissage de la lecture, et même de la lecture des parties les plus difficiles des Ecritures Saintes;
- apprentissage rapide de l'écriture;
- et finalement une forte inclination à apprendre la langue latine.

Les poésies de la jeune Phillis ne sont pas évoquées dans cette lettre, elles étaient déjà présentées dans la Préface.

Le témoignage de John Wheatley est en outre suivi d'une déclaration formelle («Attestation»), presque solennelle, de 16 personnes, «from the most respectable Characters in Boston» qui signent le texte de leur nom:

«We whose Names are under-written, do assure the World, that the POEMS specified in the following Page [i.e. la Table], were (as we verily believe) written by PHILLIS, a young Negro Girl, who was but a few Years since brought an uncultivaed Barbarian from *Africa*, and has ever since been, and now is, under the Disadvantage of serving as a Slave in a Family in this Town. She has been examined by some of the best judges, and is thought qualified to write them.» (p. 48).

Cette attestation de 16 respectables citoyens de Boston, ajoutant son origine «*barbare, non cultivée*» et sa position de servante esclave, insiste sur le contraste («*dis-advantage*») entre l'origine humble et la production élevée de la jeune esclave.

Dans la campagne publicitaire qui accompagna la sortie du livre en septembre 1773 à Londres, ces motifs furent repris un à un, le portrait étant annoncé par la formule: «*Adorned with an Elegant Engraving of the Author*» et surtout l'attention attirée sur le livre par cette mention qui donne le ton de l'époque et qui montre comment il arrive à un moment particulièrement propice par rapport à l'horizon d'attente du public: «*perhaps one of the greatest instances of pure, unassisted genius, that the world ever produced*» (p. 67). Nous sommes

à l'époque du préromantisme. Le culte du génie (d'Ossian, de Shakespeare, du *Sturm und Drang* allemand) bat son plein. Le livre de la jeune Phillis Wheatley vient à son heure: d'origine barbare, sans formation scolaire, d'humble condition – tout contribue à donner du relief à son génie pur et «non assisté». Et le portrait est comme l'emblème de cette poésie selon nature (qui, en vérité, est tout autre: une poésie nourrie de beaucoup de lectures et empreinte de réminiscences de la culture et de la mythologie gréco-latine).

## 2. L'exemple de l'Anthologie de Westermann (1938)

J'en viens au XXe siècle et à ma deuxième série de portraits d'auteurs africains, sur photographie cette fois. J'ai choisi l'anthologie éditée en 1938 par Diedrich Westermann contenant onze autobiographies d'Africains de tous les degrés de culture («aller Bildungsgrade»), tous les métiers («aller Berufe») et de toute l'Afrique («aus allen Teilen Afrikas») – comme l'indique le sous-titre. Cette anthologie, publiée à l'apogée du national-socialisme, a connu un certain succès: après trois rééditions à l'Essener Verlagsanstalt avant la Deuxième Guerre mondiale, elle fut rééditée par les Editions de l'Eglise Protestante après la guerre en Allemagne de l'Est, de nouveau à trois reprises. Il existe une version française établie par Lilius Homburger, publiée chez Payot en 1943. Du fait des circonstances malheureuses de la publication – l'ouvrage paraît en France sous l'Occupation – ce livre n'a pas connu le succès qu'il aurait mérité: en dehors des milieux de spécialistes, il est resté presque inconnu.

Le caractère exceptionnel et si j'ose dire, précurseur, de cette anthologie, ressort particulièrement bien de la place et du rôle qu'y prennent les photos: 23 photos hors texte dont huit portraits d'auteurs présents dans le recueil. L'absence iconographique des trois autres auteurs, dont aucune photographie-portrait ne figure dans le volume, est comblée pour ainsi dire par des photographies qui montrent certains aspects du milieu dans lequel vivent ces auteurs – bochimans autour d'un puits, jeunes filles zoulous qui dansent, village et paysage de Sierra Leone. Dans l'ensemble des photos comme dans les textes dominent les images renvoyant au Togo, ancienne «colonie modèle» allemande ainsi que les Ewe dont la langue et la culture ont été au centre de la vie de chercheur de Diedrich Westermann. Dans les illustrations, l'information que l'on pourrait appeler ethnographique semble encore prédominante (16 photos contre 8); néan-

moins les photos les plus saisissantes sont les portraits des huit auteurs qui mentionnent un nom, le même nom d'auteur qui figure en tête de leur récit de vie: Bonifatius Foli, Igbinkpogie Amadasu, Christopher Mtiva, Fritz Gabusu, Madame Martha Kwami, S.E. Kgune Mqhayi, Benjamin Akiga, Martin Aku.

Toujours est-il que les illustrations du recueil reflètent assez bien le mélange, et peut être le passage, de la documentation ethnographique vers des textes signés par des auteurs africains, qui, par leurs photos, garantissent ainsi l'authenticité et la véridicité de leur récit. On peut tout à fait suivre ce passage de l'ethnographie (européenne) vers des textes à visée littéraire et signés par leurs auteurs à partir d'un des onze textes du recueil, l'autobiographie du togolais Bonifatius Foli, qui, avec près de cent pages, constitue le texte le plus long de l'ouvrage. Ce texte avait déjà été publié par Westermann en 1931 dans les *Mitteilungen des Seminars für orientalische Sprachen*, année 34 (pp. 1-61) sous le titre: «*Kindheitserinnerungen des Togonegers Bonifatius Foli*» (Les souvenirs d'enfance du Togolais Bonifatius Foli).

Dans cette première version en *ge*, un dialecte le l'ewe central (la langue maternelle de l'auteur), domine encore le souci linguistique et documentaire de l'éditeur: Chacune des quatorze sections du texte ewe est suivie d'un commentaire linguistique, puis d'une traduction libre en allemand, suivi encore d'un commentaire sémantique sur des bases ethnologiques. Le linguiste-africaniste Wilhelm Möhlig a jugé «optimale» cette présentation du lexique [!] d'une langue africaine: «*Même aujourd'hui, après soixante ans de développement de notre discipline, on ne saurait l'améliorer*» (p. 78).

De son point de vue de linguiste-africaniste, Wilhelm Möhlig a sûrement raison. Mais dans l'anthologie de 1938, parmi dix autres récits de vie, le texte de Bonifatius Foli a changé de statut. Ce n'est plus le texte d'un informateur africain, réduit à sa simple fonction de documentation ethnographique et linguistique, mais un texte littéraire, parmi d'autres textes littéraires. «Littéraire», texte qui mérite donc d'être lu pour lui-même, parce qu'il est intéressant, parce que son écriture ne se réduit pas à l'information, mais qu'elle trahit un travail sur la langue (ce qui est visible encore dans la version allemande), parce qu'il révèle, de la part de l'auteur (et de son messenger, l'éditeur Westermann), un effort pour plaire et pour séduire, une volonté de faire valoir son point de vue dans la narration, et une individualité très marquée. Ce n'est plus le «type» ethnique de l'ethnogra-

phie à l'ancienne mais bien lui, Bonifatius Foli, grand bonhomme qui sourit largement sur la page de couverture et sur la planche faisant face à la page 64. Le lecteur s'aperçoit que l'auteur africain peut très bien parler pour lui-même. Quelques notes en bas de page suffisent à expliquer le nécessaire. On a tout simplement abandonné l'appareil scientifique, ethnographique, linguistique.

Il s'agit, me semble-t-il, d'un pas décisif: les informateurs africains revendiquent le statut d'auteur, il parlent pour eux-mêmes. La présence du chercheur européen se réduit à sa fonction d'éditeur, d'intermédiaire qui s'est retiré dans le paratexte de l'introduction pour dire – justement – qu'il ne veut plus parler des Africains mais les laisser parler eux-mêmes, et qu'il faut écouter ce que les Africains veulent bien, de leur propre chef, nous dire et nous raconter.

Il est bien évident que dans ce passage d'une littérature ethnographique et documentaire vers une expression littéraire par des Africains, les photographies ne sont pas sans importance: elles donnent un *visage* aux auteurs de ces textes autobiographiques, elle confirment leur statut *d'auteur*, elle soulignent leur *individualité* – aucun auteur ne ressemble à un autre – et leur confèrent toute la *dignité* de personnages qui ont leur place dans la vie et qui sont à mille lieues de tout primitivisme ou sauvagerie. Voyons aussi le beau portrait de Madame Martha Kwami, *Frau Martha Kwami* (planche 11). Le fait de nous présenter au verso, sur la planche 12, le chef de Peki, au pays Ewe, entouré de douze hommes de sa suite, revient à rappeler aux lecteurs la période précédente de la photographie coloniale: portrait de groupe où ce n'est pas l'individu qui compte, le visage d'un personnage défini, mais l'ensemble, l'information sur la chefferie et sa mise en scène, l'Afrique dans son altérité qui fascine et qui fait peur. Les portraits d'auteur, en revanche, rapprochent l'humanité africaine de la nôtre.

### 3. Les photos dans les études monographiques sur des auteurs africains

Pour cette partie de mon exposé, j'ai choisi deux exemples: l'étude d'Alain Ricard sur Ebrahim Hussein, *Théâtre swahili et nationalisme tanzanien*, publié chez Karthala en 1998, et l'étude de Bernard Mouralis, *V.Y. Mudimbe ou: Le discours, l'écart et l'écriture*, publié dix ans plus tôt (1988) chez Présence Africaine. Les deux auteurs font un usage très modéré de photographies. Chez Alain Ricard, nous trouvons trois photos de son auteur: la première montre Ebrahim Hussein

à Dar es-Salaam, en 1997, dans la Rue Jamhuri, avec une vue sur la rue; Ebrahim Hussein, debout, riant, apparemment décontracté; la deuxième «Chez lui», en chemise blanche, souriant, la tête un peu penchée à droite, méditatif; la troisième «A la terrasse du Palm Beach», le présente de profil, le menton appuyé sur le bras droit; les tables et les arbres de la terrasse occupent les trois quarts de la surface. Le regard est absent, comme éloigné.

Ce sont des photos d'amateur, très personnelles, qui rendent témoignage de ce qui est dit dans l'introduction et dans le premier chapitre du livre sur les circonstances qui l'ont vu naître: «Je suis revenu à Dar es-Salaam en avril 1997. J'ai rencontré plusieurs fois Ebrahim Hussein. [...] Nous avons continué nos promenades. C'est à l'occasion de d'une d'elles que j'ai pris les photos qui illustrent cet ouvrage. Ebrahim était content de voir son poème sur Berlin imprimé. Il était souvent enjoué; nous avons retrouvé les lieux de rencontre du Dar des années soixante: la terrasse du Palm Beach, par exemple. Les garçons l'ont reconnu et cela lui a donné un coup de cafard.»

On croit retrouver dans les photos l'atmosphère de ces rencontres: l'enjouement, cette gaieté aimable et souriante qu'on voit sur la photo de la rue Jamhuri; le cafard de la terrasse du Palm Beach. Les souvenirs et les longues conversations dans la photo «chez lui». La spontanéité, le caractère un peu associatif des discussions entre la rue, la maison et le café se reflètent dans ces photos et rendent crédible ce qui est dit. Le caractère «instantané» de la voix et de la parole semblent percer à travers ces photographies instantanées, obtenues par une exposition de courte durée et où on ne se soucie pas trop du cadrage, de la lumière, des coupures. Le volume perdrait sûrement sans les photos. Il lui manquerait quelque chose. Les photos peuvent aussi bien servir d'introduction à la lecture du volume qu'à se le remémorer après lecture.

Le cas de la photo de Mudimbe dans l'étude de Bernard Mouralis est différent. D'abord, elle est seule; à côté du Fac-similé d'une page du manuscrit de *Shaba Deux*, elle concentre donc sur elle toute l'attention visuelle (irais-je jusqu'à dire le voyeurisme?) du lecteur. Bernard Mouralis n'indique pas la source de cette photo. Il m'a appris qu'elle lui avait été donnée par Mudimbe lui-même. Les remerciements qu'il exprime à la fin de son introduction et qui vont «en particulier à V.Y. Mudimbe lui-même et à Elisabeth Mudimbe Boyi dont je n'oublierai pas l'accueil reçu à Haverford» (p. 19) soulignent le caractère personnel de leurs rapports.

La photo me semble permettre deux lectures, qui cependant ne s'excluent pas. Le portrait de l'auteur, les bras croisés derrière la tête, donne à la fois l'image de quelqu'un qui se livre, qui se laisse aller et qui s'abandonne sans réserve à l'analyste, mais qui de l'autre côté n'a rien à craindre et ne craint pas les regards indiscrets parce que l'essentiel n'est pas dans ce visage au front large et aux grandes lunettes, dans cette cravate (signe du bien vêtu, un peu en désordre toutefois): l'essentiel est une œuvre, comme le dit Bernard Mouralis, «peu propice aux processus d'identification» (p. 15).

J'ajoute deux autres photos-portraits qui ont servi d'illustration de couverture à deux volumes synthétiques, réunissant un certain nombre de contributions de différents auteurs. La première est une photo de Félix Couchoro, reproduite sur la couverture du volume *Le Champ littéraire togolais*, que nous avons publié en 1991; et l'autre, celle d'Amadou Koné devant le dessin du continent africain, sur la couverture d'un numéro spécial de la revue *französisch heute*, journal des professeurs de français (surtout du secondaire) en Allemagne. Dans ce cas non plus, on ne trouve pas d'indication de source ni même de la personne représentée. Seuls ceux qui connaissent l'auteur peuvent l'identifier, savent de qui il s'agit et qui pourrait être le photographe. On pourrait peut-être décrire la fonction de ces photos à partir du terme de *visagété*, employé par Deleuze-Guattari dans *Mille Plateaux*, où il est dit dans le septième chapitre: «Les visages ne sont pas d'abord individuels, ils définissent des zones de fréquence ou de possibilité, délimitent un champ qui neutralise d'avance les expressions et connexions rebelles aux significations conformes.» (205 sq.)

#### 4. Les photos dans les ouvrages de synthèse de la littérature africaine

Dans cette partie, je me contenterai de faire quelques remarques provisoires qui auraient besoin d'être approfondies. Pour ce faire, je prends le volume d'Alain Ricard: *Littératures d'Afrique noire – Des langues aux livres*, paru en 1995 et qui en est à sa deuxième édition (1998) chez Karthala. Il contient un ensemble de 24 photos sur 12 planches hors texte, intégrées au milieu du volume. La légende et les crédits sont indiqués en fin de volume. Ces photos sont de nature et de qualité différentes: photos-portraits des auteurs, photos de groupe de plusieurs auteurs, photos d'auteurs groupés autour d'un thème (p.ex. Les nouveaux auteurs de théâtre: Sénouvo A. Zinsou, Werewere Liking, Femi Osofisan en 1988, ou des comédiens), les mêmes auteurs

photographiés plusieurs fois (p.ex. Amos Tutuola chez lui et en visite à Bordeaux, Wole Soyinka, assis dans la salle de l'école et en promenade à Aké, territoire de son enfance, puis avec d'autres auteurs au colloque de Lagos en 1988); trois auteurs en grand format, d'autres en plus petit format, de deux à quatre sur une page. Une seule de ces photos, avec le commentaire: «Ahmadou Kourouma, magistral et généreux», couvre toute une page.

Comment peut-on circonscrire la fonction et le message de ces photos? Je me limiterai à quatre aspects: (1) Ce qui frappe en premier lieu, c'est la *grande diversité* de ces 24 photos, diversité par rapport aux sujets, leurs origines, leurs postures. (2) Il s'agit, de toute évidence, d'un *choix personnel* de l'auteur qui trahit aussi ses préférences personnelles, ses amitiés, une volonté d'y présenter des auteurs qu'on ne trouverait peut-être pas ailleurs (p.ex. les deux photos d'écrivain et anthropologue que sont Clémentine Faïk Nzuji et Sory Camara). (3) Le résultat de ce choix ne peut être autre qu'un *effet de canonisation*. L'index des auteurs en fin de volume contenant plus de 200 noms, le fait que seuls dix-huit d'entre eux voient leur photo figurer dans le volume relève à l'évidence d'un choix; choix qui ne veut pas nécessairement dire: voilà les auteurs les plus importants, les plus grands, etc. mais: voilà des photos d'auteurs qui, dans leur ensemble, représentent des courants et des tendances de la littérature africaine qui me semblent significatives. (4) Les photos de Senghor et de Hampâté Bâ sont des exemples qui *signifient* la canonisation. Les photos, dans l'ensemble, ne couvrent assurément pas la totalité du livre, mais en représentent néanmoins une partie essentielle. On peut imaginer aussi qu'elles connaîtront une suite, dans la troisième ou quatrième édition.

##### 5. Les photos dans les autobiographies d'auteurs africains

Il s'agit là d'un sujet qui mériterait d'être traité plus longuement et qui devrait s'accompagner d'une analyse textuelle beaucoup plus précise. Encore une fois, je me limiterai à donner quelques indications sur des pistes que je vais peut-être suivre avec plus de précision et de détail dans l'avenir. J'ai pris comme exemples le premier volume des *Mémoires* de Birago Diop: *La Plume Raboutée*, paru en 1978 chez Présence Africaine et Les Nouvelles Editions Africaines; et l'autobiographie de V.Y. Mudimbe: *Les Corps glorieux des mots et des êtres – Esquisse d'un jardin africain à la bénédictine*, parue en 1994 chez

Humanitas à Montréal et Présence Africaine à Paris. Dans ces deux ouvrages autobiographiques, les photos jouent un rôle important, bien que différent. Ne serait-ce déjà que dans leur (re) distribution extérieure au sein du volume.

Chez Birago Diop, ce sont 12 planches qui se trouvent entre les pages 16 et 160; chez Mudimbe, il s'agit d'une annexe de 24 photos (pp. 215-228).

Les photos dans *La Plume raboutée* présentent: (1) quatre photos du vieux Dakar, à partir d'anciennes cartes postales, qui renvoient aux lieux de naissance de la mère de Birago Diop, Sokhua Diawara, de lui-même et des rues où il a passé son enfance (après p. 16). (2) La classe de P.C.N. à la Faculté des Sciences de Toulouse en mars 1929 et L'École Vétérinaire de Toulouse ... 36 colonnes – 36 mois d'études (p. 63 et p. 64). (3) L'École Vétérinaire de Toulouse. En service de vacances en 1932; Paule Diop et les époux Sabin sur le paquebot «Amérique», en août 1934 (après p. 96). (4) En tournée au nord de Kayes avec Mamadou Tall, en 1935 et le Vieux Dakar. Quartier Sandjal (après p. 128). (5) Encore deux photos du Vieux Dakar (après p. 160).

La plupart (sept) des photos présentent donc des cartes postales du Vieux Dakar; trois photos sont en rapport avec ses études de médecine vétérinaire à Toulouse; deux sont des photos «de famille»; son épouse sur le paquebot; une seule photo témoigne de son travail de «Véto de Brousse» en 1935. Sont illustrés par les photos:

- Le milieu de son enfance - Le temps des études - Son travail (une seule photo).

Des quatre parties de ce premier volume des *Mémoires*, I: Les années formatives [7-88] - II: Véto de brousse [89-192] - III: Bloqués par l'Occupation [193-234] - IV: Le retour [235-251], deux seulement sont donc représentées par des photos.

A quoi ce choix est-il dû?

Birago Diop, n'avait-il pas d'autres photos à sa disposition? Visiblement, il a comblé les lacunes par rapport à son enfance en recourant à des documents historiques, sept photos renvoient aux seules pages 16 à 21. Il aurait sûrement pu trouver des documents photographiques de la période qu'il a passée à Paris sous l'Occupation.

Pour le moment, je n'oserais pas formuler d'hypothèse sur la distribution inégale et le choix limité des photos par rapport au texte. Toujours est-il qu'ils mettent l'accent sur les années d'enfance passées

à Dakar, période dont il parle peu dans le texte. Les photos seraient-elles là pour remplacer des souvenirs trop peu précis? Ou dont il ne pourrait pas parler de façon adéquate?

Tandis que chez Birago Diop les photos, dans le premier volume de ses *Mémoires*, restent extérieures à la narration de sa vie, simple ornement d'un récit qui, sans elles, ne perdrait pas grand-chose, chez Mudimbe, dans *Les Corps glorieux des mots et des êtres*, les photos font partie intégrante du récit (et du discours) autobiographique. L'auteur en parle dans le texte; non seulement il les décrit dès le début, mais on peut même dire que certaines photos servent de point de départ au travail de la mémoire autobiographique. Ainsi, dès la première page, de cette photo qui a été prise quand il avait sept ans: «Je suis mince, ai des yeux très clairs, une tête immense; en somme, un énorme bouchon mal relié au long goulot qu'est mon cou. Je ne souris pas mais semble m'accorder à de mystérieuses rêveries. Serais-je, par hasard, de la race des conquérants?» (p. 13). – Il ne fait aucun doute que l'auteur accorde une grande charge affective et interprétative à ces photos. Celles-ci changent la signification de son autobiographie qui, sans elles, ne serait pas la même.

Mais en retour, les photos, sans l'autobiographie de Mudimbe, ne seraient pas grand-chose: de mauvaise qualité, comme on en voit dans tous les albums de famille. Elles n'acquièrent leur signification que par rapport au texte. Qu'est-ce que le texte y gagne? Le cachet de l'authentique? Peut-être. Mais ce qui me semble essentiel, c'est que les photos stimulent le *travail de la mémoire*. Le décalage qui est constitutif de tout travail autobiographique, entre le temps vécu et le temps de la narration, trouve son corrélat matériel dans les photos du volume: la légende qui commente les photos, est tirée du texte de l'autobiographie, et rend ainsi tangible le lien entre les images et la mémoire réflexive. Ainsi des deux premières: (1) «Mes parents, Gustave et Victorine. *L'humilité*, apprendrai-je plus tard, s'offre comme attitude et, quelquefois, correspond à un état. (2) «1950: *J'accepte de m'enrouler en une attente et en ses exigences.*»

## 6. Conclusion

La mise en image du sujet écrivain africain – tant dans les portraits peints que dans les photographies – est un corollaire presque nécessaire d'une production littéraire africaine dès ses débuts. Elle peut servir des buts différents:

- prouver, certifier l'existence du sujet africain écrivain;
- souligner (c'est le cas de Phillis Wheatley) le décalage entre sa situation de départ (raciale, sociale) et ses réussites littéraires;
- donner un visage, une individualité, à l'auteur, et mettre l'image en rapport avec ce qui est dit de lui dans le texte; renforcer les liens entre le critique et l'historien de la littérature et «son» auteur;
- par le choix des photos, établir une série canonique ou canonisante de portraits d'auteur qui s'élèvent au-dessus (ou à côté?) de la masse des non-photographiés;

finalement: les photos des auteurs ou de leur milieu social peuvent inspirer les auteurs mêmes dans leur travail d'écriture, servir de relais entre l'imagination re-créatrice d'un passé qui autrement serait peut être perdu à tout jamais (comme la madeleine de Proust) et servir à la fois de preuve tangible de la justesse de ces souvenirs.\*

## Bibliographie

DIOP, B., *La Plume rabouée. Mémoires I*, Paris, Présence Africaine – Les Nouvelles Editions Africaines, 1978.

FEBVRE, Lucien, *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle. La religion de Rabelais*. Ed. revue avec 6 planches hors texte, Paris, Albin Michel, 1947.

FRANZÖSISCH HEUTE. Informationsblätter für Französischlehrer in Schule und Hochschule, 1999 (März), 1.

GERLO, Aloïs, *Erasmus et ses portraitistes: Metsijs – Dürer – Holbein*, Bruxelles, Eds du Cercle d'Art, 1950.

JAHN, J. (ed.), *Who's Who in African Literature. Biographies, Works, Commentaries*, Tübingen, Erdmann, 1972.

MOURALIS, B., *V.Y. Mudimbe ou Le discours, l'Ecart et l'Écriture*, Paris, Présence Africaine, 1988.

MUDIMBE, V.Y., *Les Corps glorieux des mots et des êtres. Esquisse d'un jardin africain à la bénédictine*, Montréal – Paris, Humanitas – Présence Africaine, 1994.

POMMIER, E., *Théories du portrait. De la Renaissance aux Lumières*, Paris, Gallimard, 1998.

RICARD, A., *Ebrahim Hussein: Théâtre swahili et nationalisme tanzanien*, Paris, Karthala, 1998.

RICARD, A., *Littératures d'Afrique noire. Des langues aux livres*,

\* Le texte de cet article a servi de base à une conférence donnée au Colloque International de l'APELA sur "Le Sujet de l'Écriture Africaine" à l'Université de Toulouse – Le Mirail, le 23 septembre 1999.

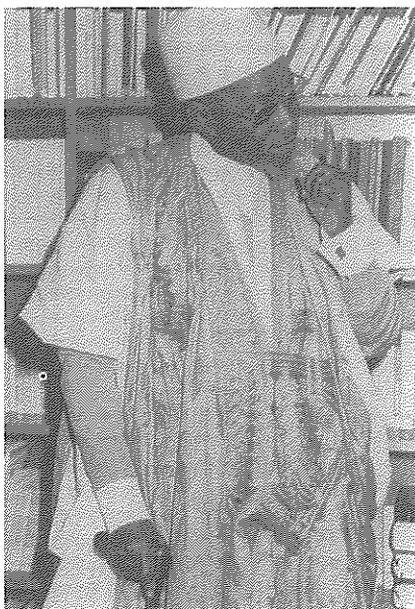
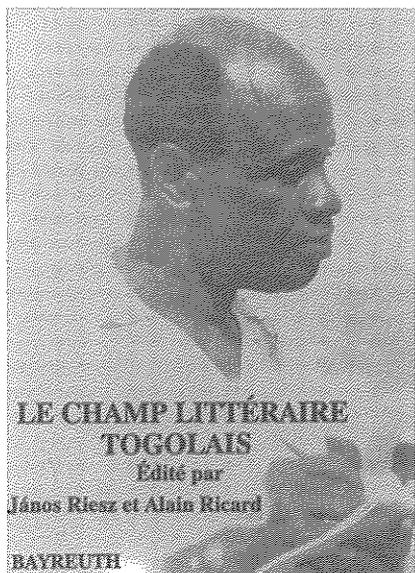
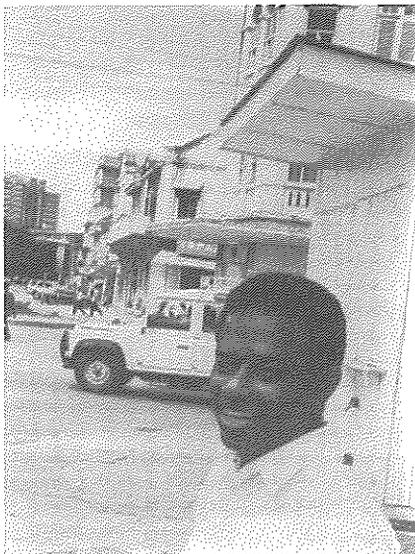
Paris, Karthala, 1995, nouv. éd. 1998.

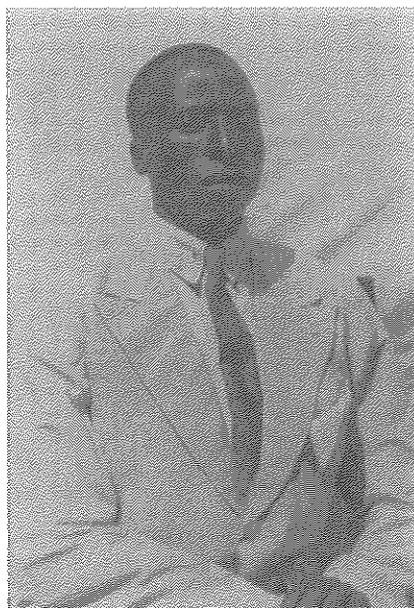
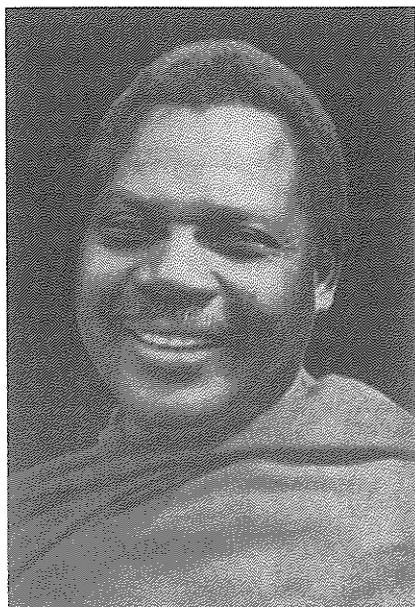
RIESZ, J. et RICARD, A. (eds), *Le champ littéraire togolais*, Bayreuth, BASS 23, 1991.

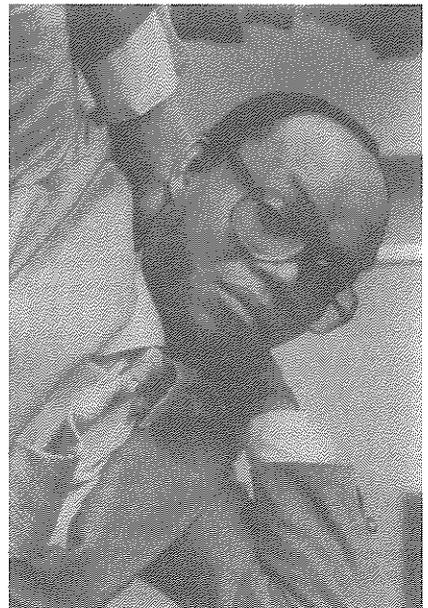
WESTERMANN, Diedrich (ed.), *Afrikaner erzählen ihr Leben. Elf Selbstdarstellungen afrikanischer Eingeborener aller Bildungsgrade und Berufe und aus allen Teilen Afrikas*, Essen, Essener Verlagsanstalt, 1938.

WHEATLEY, Ph., *The Poems of Phillis Wheatley*, revised and enlarged edition, edited with an Introduction by Julian D. Mason, Jr., Chapel Hill – London, The Univ. of North Carolina Pr., 1989









## THE MUEDA CASE AND MACONDE POLITICAL ETHNICITY SOME NOTES ON A WORK IN PROGRESS\*

Michel Cahen\*\*

Before the studies by Yussuf Adam, Hilário Alumasse Dyuti and João Paulo Borges Coelho, published in the Mozambican journal *Arquivo*, a special issue on Cabo Delgado<sup>1</sup>, the sole source about the Mueda case was the testimony by Joaquim Alberto Chipande, published first in *Mozambique Revolution* and later in Mondlane's book, *Struggle for Mozambique*<sup>2</sup>. Even Yussuf Adam does not study the pub-

\* This article was presented at the African Studies Association annual meeting, Chicago, Illinois, 1st November, 1998, during the panel «French-speaking Research on Portuguese-speaking Africa» (chairperson, Kathleen Sheldon). It is assumed that the general history of late colonialism in Mozambique, as well as the founding myths of «Mueda» for Mozambican nationalism, are known. As a simple written version of a conference paper, I have not included here all the archive apparatus footnotes the final version will obviously contain.

\*\* Centre d'étude d'Afrique noire de l'Institut d'études politiques de Bordeaux.

<sup>1</sup> *Arquivo. Boletim do Arquivo histórico de Moçambique* (Maputo, AHM), n° 14, special issue on Cabo Delgado, Oct. 1993, 202 p.: see articles by ADAM, Y. «Mueda 1917-1990: resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento», pp. 9-102; by ADAM, Y. & DYUTI, H. A. «O massacre de Mueda: falam testemunhas», pp. 117-128; by J.P. Borges COELHO (ed.), «Documento: o Estado colonial e o massacre de Mueda: processo de Quibirite Divane e Faustino Vanombe», pp. 129-155. Before these historical studies, a first and short historiographical approach had been attempted by SILVA, Teresa Cruz e and Alexandrino JOSÉ in their article: «História e a problemática dos factos», in JOSÉ, Alexandrino & MENESES, Paula Maria G. *Moçambique – 16 anos de historiografia*, Maputo, [Painel Moçambicano], 1991 (published in August 1992), 317 p., pp. 17-27 (about Mueda – see pp. 19-22 –, these authors concluded: «Sobre o massacre de Mueda [...] não nos parece [...] que se tenha feito um esforço para tentar comparar os diversos testemunhos existentes, do lado dos Portugueses e do lado dos Moçambicanos, reinterpretando os acontecimentos em função dos interesses de ambos os lados », p. 22).

<sup>2</sup> «The massacre of Mueda, 16 June 1960-1970», *Mozambique Revolution* (Dar Es-Salaam, Frelimo/DIP), n° 43, April-June, 1970, pp. 12-14; also in French: «Massacre à Mueda», *Frelimo Information* (Alger, Frelimo), September, 1970, pp. 7-10; MONDLANE, E. *Struggle for Mozambique*, Harmondsworth, Penguin Books, 1969, 222 p. (1st edition); *Lutar por Moçambique*, Maputo, Nosso Chão, 1995, 200 p. (1st Mozambican edition; for Chipande's testimony, see p. 98).

lic demonstration or the riot of Mueda on 16<sup>th</sup> June 1960, but investigates the social history of the Maconde region, whereas Borges Coelho edits some very useful indeed official pieces of the trial, without however producing a political history of the case.

The testimony of Chipande, who became one of the most powerful military chiefs of Frelimo (Mozambique Liberation Front), remained the only source, and was repeated not only by Chipande himself in the weekly *Tempo* or in the daily *Notícias*<sup>3</sup>, but also by some academic researchers, including American ones...

It is always a risk to summarize, but the global explanation of Mueda, the official history of the case, goes as following: on 16<sup>th</sup> June 1960, a large crowd of Maconde people gathered in Mueda, the district capital of the Maconde area, to hear a Manu (Mozambique African National Union) delegation which had come to ask for independence. Manu was a Dar Es-Salaam-based ethno-nationalist association; in spite of its name – *Mozambique African...* – it was in fact a *Maconde African Union*. The District Commissioner in Mueda, Garcia Soares, had invited the Cabo Delgado Governor, Teixeira da Silva, to answer this independence claim. The Manu leaders were Faustino Vanomba and Kibirite Diwane. But Teixeira da Silva only spoke about social and economic progress, and arrested F. Vanomba and K. Diwane. The crowd began to throw stones at the Portuguese people present. The army, which was hidden nearby, came and fired shots at the crowd, causing about 600 deaths. After the massacre, the administration prohibited the cotton cooperative movement and Manu built itself on the planalto but later abandoned its ethno-nationalist leanings to join Frelimo.

This version has been constantly repeated, including in Mueda, where, once a year, a theater play is performed in remembrance of the massacre.

### A very functional story

As we can see, this way of presenting the history is a very functional one: indeed, to send a delegation to Mueda and not to Lourenço Marques (today's Maputo), capital city of the colony, or even Porto Amélia (today's Pemba), capital of Cabo Delgado province, to ask for

<sup>3</sup> «Entrevista com Alberto Chipande: os primeiros tiros», *Tempo* (Maputo), n° 312, 26th September 1976, pp. 18-23; «17° aniversário-dia da Resistência. A consciência da libertação desenvolvia-se em África. Alberto Chipande descrevendo o massacre de Mueda», *Notícias* (Maputo), 16th of June, 1977 (interview by Wilfred Burchet, of 1976).

independence, was a very ingenuous idea; and to ask for independence only for Maconde people was still part of the tribalist consciousness. Mueda thus appears to be a step, a proto- and ethno-nationalist step towards the modern nationalism of Frelimo. Frelimo appeared with a modern project unifying the regional claims and producing the nation. On the other hand, the Portuguese answer legitimizes the armed struggle. Chipande presents himself as a survivor, the link between the event and Frelimo.

For me, even before beginning to study the case, this way of presenting the story was amazing: how could Manu, strongly linked to Tanu (Nyerere's Tanganyika African National Union), go to Mueda and ask for independence? Why 600 dead when we know there was virtually no military force at that moment (1960) in Cabo Delgado? And why did Manu continue to exist after the foundation of Frelimo? So I began my research. I discovered that the massacre did not cause 600 deaths, but actually between 9 and 36 deaths. The public demonstration was not a public demonstration but a «*banja*» (official public meeting) requested by the Mueda administration. The Portuguese military force was not a battalion, but a two-jeep affair (eight persons). Faustino Vanomba and Kibirite Diwane were not members of Manu, but of a rival association, the Mozambique African Association of Tanga. And they did not come to ask for independence, but to negotiate with the local administration the return to Mozambique of the Maconde community that had emigrated to Tanganyika. On the contrary, they were collaborators and informants of the Portuguese Consulate in Dar Es-Salaam<sup>4</sup>. And it is highly likely that Joaquim Chipande was not even personally present at the time in Mueda-*sede* (chief town), because he was a member of *Linguilanilo*, the cooperative movement organized by Lázaro N'Kavandame which had nothing to do with the Vanomba and Diwane delegation from Tanganyika.

Nevertheless, one thing remains: even if the massacre caused «only» nine deaths, it was the most serious military incident since the end of the Barué revolt in 1921. And above all, its political significance remains unchanged: the Portuguese administration in the late fifties, before the Angolan revolt and before the liberation of Goa by India, was not at all ready to understand the «winds of History», and Mueda actually showed the need for armed struggle<sup>5</sup>.

<sup>4</sup> ... which does not mean they were Pide agents. Above all, at that moment (before the beginning of the armed struggle in Mozambique and in Angola), it was very different to collaborate with the Goan-rooted Portuguese consul in Dar Es-Salaam and to act as Pide agents.

<sup>5</sup> On the specific case of Mueda, only four persons in the Portuguese administration understood the

What did I do? I have to confess to a weakness in my research: I was not able to carry out field research in Mueda (I was there only very briefly). African sources have already been collected and used by African Studies Center researchers at Maputo's Eduardo Mondlane University, and I have had access to some of them<sup>6</sup>. But I think I was able to remain rigorously faithful to history because, besides analyzing in detail all Chipande's testimonies (1968, 1970, 1976, 1977), I managed to meet in Portugal with virtually all the Portuguese administration members of Mueda and Pemba still alive, as well as with the military commander, question them separately, then compare their testimonies – including the testimony of the 94-year-old former governor of Cabo Delgado. On the other hand, the Pide and SCCIM archives at Lisbon have been opened for three years at Torre do Tombo National Archives, and I immediately dived into them (resurfacing with some difficulty). I no longer have any doubts about the actual events. Some details will remain obscure, but I think I can now present a renewed historical analysis of the case.

### Colonized in foreign colonies

To understand anything about the Mueda riot of 16<sup>th</sup> June 1960, we first have to analyze the political life of the Mozambican Maconde émigré communities in Tanganyika, Zanzibar and Kenya (Mombassa).

As you know, the former territory of the Nyassa Company in the far north of Mozambique had harshly been exploited, but with a very low-profile «physical» presence by the Portuguese administration. A lot of Maconde people, not only Maconde – Macuas, Nianjas, Niassas... – emigrated to Tanganyika, Zanzibar and Kenya to work in particular on sisal plantations. In British East Africa life was difficult but, after the Second World War, there was no longer forced labor; an African could open his own store or shop, he could have a driving license. For the depth of the phenomenon: the «chefe de posto» and bush hunter Godinho, the Coordination and Centralization Intelligence Service (SCCIM) director, Afonso Henrique Ivens Ferraz Freitas; the anthropologist Jorge Dias and the «official secret agent» Jorge Jardim who came there the day after. But the misunderstanding, the psychological hang-up of the Portuguese administration remained complete, in particular on the level of provincial administration in Porto Amélia and colonial government in Lourenço Marques.

<sup>6</sup> It is important to mention that these oral sources – at least the transcribed interviews I have had access to, and the ones published by Borges COELHO (*Arquivo, op. cit.*) –, were collected after independence and were very clearly influenced by the new political context created by the very arrival of researchers coming from the far south, from the capital city, from the «nation». The interviewed persons, then, reproduced exactly *but spontaneously* the discourse they were supposed to deliver. But, exactly for that reason, it is also a very interesting oral archive that the historical critique has to deconstruct. See also some comments by ADAM, Y. & DYUTI, H.A. *op. cit.*

ones who had remained in Mozambique, close to the border, it was good to cross the Rovuma river to sell their products at better prices in Tanganyika border districts.

I will not give all the details here, but there were several émigré communities in British East Africa, with geographical and social differences: in the Tanga, Mogororo and Mombassa hinterlands, the Maconde communities were almost all workers on sisal plantations, while in Zanzibar and Dar Es-Salaam, apart from the sisal plantations, it seems there were more urban jobs and the beginnings of social differentiation, a very small elite. In the South of Tanganyika (Lindi, Mtwara, etc.), there were some Maconde merchants and planters. But particularly in Dar Es-Salaam, the deeper integration of Maconde people led to their being seen as Tanganyikans and not Mozambicans by the peasant Maconde communities in Tanga – they were often second- or third-generation Tanganyikans<sup>7</sup>, knew how to speak English and very often did not speak any Portuguese. It was an important social and psychological differentiation. Moreover, the small Maconde elite in Dar joined the Tanu party when in Tanga the peasant communities refused. In Zanzibar the two situations existed, since one part of the Macondes of Mozambique joined the Afro-Shirazi Party<sup>8</sup>.

To the first split between «more urban / more Tanganyikan» and «more peasant / more Mozambican» Macondes, a second split was added when some educated Mozambicans began to appear in Dar Es-Salaam. Before this, the Macondes in Tanga did not want the leadership of the Dar Maconde group, because «they wanted Mozambican leaders, not Tanganyikans»; but later felt that these new educated Mozambicans were «Portuguese» and continued to refuse their leadership. These splits were expressed afterwards by different international links.

In 1957, several «Maconde Clubs» or «Macua and Maconde Clubs» began to appear, along with some other ones in Dar, Tanga, Zanzibar, Pemba, Mogororo and Mombassa, etc. – it is almost certain that some «clubs» had existed before, but without any legal registration or stabilization<sup>9</sup>. Each one had its own life and leadership. These clubs were formed thanks to the 1954 colonial «Societies Ordinance»

<sup>7</sup> For example, Mathews Mmole, president of Dar Manu in 1960, was born at the Dutch Catholic mission of Dande, in Tanganyika. About Manu, see *infra*.

<sup>8</sup> Even after the foundation of Frelimo, the Afro-Shirazi Party maintained its «Mozambican section», against the will of Frelimo.

<sup>9</sup> There are some reasons to think of much earlier clubs, after 1st World War.

on «social societies». In the South appeared a Dutch Catholic-mission-based «Association of Catholic Macondes»<sup>10</sup>. The unification of these clubs remained very difficult. But there was another simultaneous reason for the appearance of more formalized Maconde groups, or at least the Dar and Tanga ones: previously, Tanu had obliged Mozambican Macondes to be members of it. When Tanu abandoned this procedure, which seemed not to have worked very well, a space opened up for Maconde autonomous social and political activity. Under the new British law, it could be more advantageous to instrumentalize the Mozambican Maconde groups than to integrate them<sup>11</sup>. In 1957 two separate groups appeared in Dar and Tanga. In Dar Es-Salaam, the Tanganyika Mozambique Maconde Union (TMMU) appeared – with Tiago Mula Mulombe as President, Joaquim Felix as Vice-President, Thomaz Nyayaula as Secretary, Faustino Vanomba as Treasurer – which on 21<sup>st</sup> October 1958 obtained its registration and had close ties with Tanu (almost every TMMU founding member in Dar used to have the membership card of Tanu, called *Cadi Chama Tanu*). In Tanga, the Tanganyika Mozambique Maconde Association (TMMA) was born under the leadership of Kiribite Diwane. But TMMA failed to obtain its registration and then acted as a branch of TMMU in Tanga. However, a little later (at the end of 1958), F. Vanomba and Tangazi Makalika (another member of the board) were expelled from TMMU in Dar Es-Salaam, and K. Diwane in Tanga choose them instead of TMMU: they succeeded in remaining legally registered through a Mozambique African Association (MAA) in Tanga at the beginning of 1960, within an interesting context. It seems that in fact they began, in 1959, to integrate their group into a small former Niassa (probably Nianja) group, also named Mozambique African Association, which was not a political association and had already been registered, with only twelve members, on 26<sup>th</sup> July 1957<sup>12</sup>. (It is interesting to note that, in its search for legal registration, the strong

<sup>10</sup> The Dutch Catholic missions in Southern Tanganyika and Northern Mozambique had always thought about using the Mozambican Maconde community as the *fer de lance* of a resistance against Muslim progress. Therefore, they supported the Maconde association movement, behavior which so much frightened official Portuguese anthropologist Jorge Dias when he visited Tanganyika!

<sup>11</sup> This new behavior towards Mozambicans didn't prevent Tanu membership cards from being sold to Mozambicans, including in northern Mozambique. The *Cadi Chama Tanu* (Tanu membership card) was known among Maconde people in Mozambique as *Cadi Linguilanilo*. «Linguilanilo» (see *supra*) was the Maconde name for the cooperativist movement of Lázaro N'Kavandame (in Portuguese *Sociedade africana algodoeira voluntária de Moçambique*, SAAVM) who had had, before 1960, a huge success in developing free labor cotton cultivation, against forced cultivation by the officially recognized colonial companies.

<sup>12</sup> Portuguese secret service documents distinguish the MAA-1 (the former Niassa one) from the MAA-2 (the new Maconde one).

Tanga Maconde branch preferred to unify with a small Niassa-Nianja group of Tanga, instead of working with the Maconde leadership in Dar.) The new Tanga MAA quickly became the main association with two thousand members, while the Dar TMMU had only four hundred (the main reason for this is the Maconde community in Tanga and its hinterland was a very big one). As a further step, in an obvious rivalry with TMMU, F. Vanomba and T. Magalika opened a branch of MAA in Dar Es-Salaam.

In Zanzibar there was the «Zanzibar Club» or ZMMU, the Zanzibar Macondes and Macuas Union. There seems to have been in Zanzibar some inter-ethnic co-existence which was not to exist in continental Tanganyika until the creation of Udenamo and Frelimo never existed before Udenamo and Frelimo in continental Tanganyika. ZMMU was independent but had relations with Dar TMMU. ZMMU had a branch in Pemba, the northern island of the sultanate, which seems to have had relations with Tanga MAA.

We can thus see that the histories of these groups are different: while TMMU is the product of Tanu activity among the Mozambican Macondes, MAA and ZMMU are traditional associations of migrant workers, «mutualist clubism». This is why their goals were quite different. Even though, at that time, nobody was speaking about armed struggle, TMMU was moving away from Maconde mutualist clubism towards an implicit ethno-nationalism which permitted the official expression of a moderate but politicized nationalism – and obviously did not want any link with Portuguese consulates. On the contrary, the Tanga MAA and, to a lesser extent, the Zanzibar MMU, were also slowly escaping from mutualism, but, as migrant worker organizations, wanted to organize links of their members with the Maconde families and land in Mozambique and, therefore, wanted to have relations with and to be recognized by the Portuguese consulates<sup>13</sup>.

Thus, when the Tanga MAA, or the Dar branch of it, went to contact the Portuguese consul in 1959 and early 1960, they were welcomed. The consul accepted the demand of MAA to open a Portuguese school for Maconde people in Tanga (knowledge of the Portuguese language could be useful when migrant workers came back) and subsi-

<sup>13</sup> It is necessary to specify that the Portuguese diplomatic presence in British East Africa was weak: only the consul in Nairobi was a professional one, while the consuls (or vice-consuls) in Mombassa, Dar and Zanzibar were honorary consuls and were not metropolitan Portuguese but Goese. Portugal had a certain knowledge of its Goan communities in British East Africa, since Goese were Portuguese citizens, but virtually ignored the Maconde communities since they were indigenous and, contrary to the situation in South Africa or South Rhodesia, there was not any «*Curadoria dos indigenas*» (Indigenous Labor Bureau) in Tanganyika to control the migrants.

dized MAA. ZMMU still accepted to be subsidized by the Portuguese consul in Zanzibar as late as October 1960, that is to say after the Mueda riot, thereby facing the anger of the Pemba branch and the now-repressed Tanga MAA. But there was more: before Mueda, MAA had considered the politicized TMMU of Dar as a danger to the building of its relationship with Portugal. Faustino Vanomba and Kibirite Diwane agreed to inform the Portuguese consulate about all the activities of TMMU: they were even the main informants of the Portuguese consul<sup>14</sup>. But we have to understand that there was not only a traditional rivalry between local leaderships, but a fundamental difference in goals. Indeed, in the late fifties, the main concern of Maconde communities in Tanganyika became the desire to return to Mozambique. For this purpose, MAA had to negotiate the organization of this Maconde back-migration with Portugal, had to keep a good relationship with the colonial authorities.

Why this desire to come back? For several convergent reasons.

### **Coming back with, or against Portugal?**

First, with the autonomy of Tanganyika, the social and trade-unionist movements obtained salary increases. On sisal plantations, this resulted in the companies requiring more and more manpower profitability, more and more speed in doing piecework. Obviously, they needed a lower number of workers, and the first ones to be dismissed were the foreigners, in other words the Mozambicans, and in particular the Macondes. Moreover, the Tanganyika Federation of Labor (TFL) – the Tanu-linked trade-union – asked for the expulsion from Tanganyika of all «South African and Portuguese citizens»... (TFL was talking about 200,000 people, which obviously shows that the «Portuguese citizens» were the Mozambican indigenous – a pretty leftist way of expressing xenophobic thinking!). In 1960, when Tanu and the autonomous territorial government organized a general census of the population, it created a big problem among Mozambicans, because one of the questions was: «To which paramount chief do you belong?». And when they answered that their chiefs were in Mozambique, they were told they had to go back just after their harvest; they could fear, in a traditional way of thinking, becoming captives submitted to the newly-recognized local chiefs. Furthermore, the independence of Tanganyika which appeared to be coming provoked

<sup>14</sup> See note 4, *supra*.

sympathy but anxiety too: this independence was seen as a Swahili power independence – the power of the same Swahili who, last century, had put many Macondes into slavery<sup>15</sup>.

But as the social and political problems were growing – or were perceived as growing – in Tanganyika, the situation was improving in Mozambique. At the end of the fifties, forced labor was no longer the selvatic kind as in the forties: there was a small urbanization, more schools, small salary increases, etc. The difference between British and Portuguese colonialism was decreasing in favor of Portugal. Thus, if it was necessary to quit Tanganyika, it was now *possible* to think of coming back to Mozambique.

In 1959, Faustino Vanomba came to Mozambique and then back to Tanganyika with the idea of an MAA recognized on both sides of the Rovuma river border. The society would act as the body to help and manage the return of the community. F. Vanomba would have his concrete house in front of the district commissioner's. On the local level of Mueda, the Portuguese administration was divided, accepting individual returns but hesitating when faced with an MAA-sponsored mass return. But on the Porto Amélia and Lourenço Marques levels, this issue was not even questioned. Nevertheless, MAA continued to dream of having its headquarters, no longer in Tanga, but in Mueda, registered in the Portuguese province as SAM (*Sociedade dos Africanos de Moçambique*), in order to manage the migrants coming back and their re-integration<sup>16</sup>. When, on 13<sup>th</sup> March 1960, the leadership of TMMU (Tanganyika Mozambique Maconde Union) wanted to change its name to Manu (Mozambique African National Union), MAA-SAM, with the help of the Portuguese consulate, organized a movement against the transformation, filling the meeting room with seventy «faithful Macondes», and the transformation was actually refused by the majority of the present members<sup>17</sup>. Nevertheless, Félix Joaquim and Thomaz Nyayaula submitted the new statutes for registration by the (still) colonial authorities, which refused them. But *Mwafrica*, the

<sup>15</sup> One might think that this anxiety was more felt by peasant Macondes in Tanga than by more politicized TMMU members in Dar.

<sup>16</sup> It was not at all impossible: Portugal could not recognize SAM as a «Portuguese branch» of a Tanganyikan based association, but could legalize the SAM as an independent society. It may be astonishing to remember that there were a lot of African associations legally recognized under colonial salazarism. It was even the best way of watching over the black elite. The problem of recognizing the SAM was not a legal one, but a political one.

<sup>17</sup> To understand the day-to-day disorderly life of the Maconde clubs at the end of the fifties and the very beginning of the sixties, it is interesting to note that, even if Faustino Vanaomba had already and officially split from TMMU, he participated in the meeting to transform TMMU into Manu, in the seventy pro-Portuguese group!

Tanu daily paper, announced the modification and Mathews Mmole, a 25-year-old Maconde from Tanganyika (see note 7) became president of the Manu, ousting Félix Joaquim from the former TMMU<sup>18</sup>... But the hostility of MAA-SAM to the transformation was not the problem of the disappearance of the word «maconde» from the new acronym «Manu», since it was not present either in the MAA-SAM acronym, but the fact that now Manu would be officially, politically and socially a body like Tanu and Kanu (Kenya African National Union), which is to say a nationalist party. In Zanzibar, on 25<sup>th</sup> June 1960, ZMMU adopted the same name change, becoming Z-Manu, but one part refused and later joined Udenamo (see *infra*).

To summarize, at that moment there was on the one hand a small politicized group around TMMU-Manu at Dar, and on the other a big mutual association movement around the large peasant community in the hinterland of Tanga. The latter wanted to *secure its relationship with the Portuguese administration to organize the way back*.

But there was a big problem: to come back, but how? In Tanganyika, there was no forced labor, as continued to be the case in Mozambique; it was possible for an African to be owner of a shop while in Mozambique the indigenous could not; even when it was possible (with protection), they could not hold a driving license (necessary for them to have a delivery van), since to have it, it was necessary to have the «4<sup>e</sup> classe» of primary school – and so on. Maconde people in Tanganyika had experienced the more modern and «free» British colonial capitalism and wanted to find the same situation in Mozambique. So the Tanga MAA-SAM sent several delegations to Mueda with visas from the Dar consulate, in order to negotiate these difficult conditions. The Mueda administration's answer was always that this had to be decided in Lourenço Marques: — «Go back to Tanganyika and wait there».

With a visa from the Goan Portuguese honorary consul in Dar, delivered on 4<sup>th</sup> January 1960, Faustino Vanomba once again entered Mozambique on 28<sup>th</sup> January. He was in Naengo (near Mueda) to have a talk with the *régulo* (local African chief) on 6<sup>th</sup> February, and afterwards went to Mueda to meet with the District Commissioner Garcia Soares. Intendant of Cabo Delgado, Cotta Mesquita came from Porto Amélia (Pemba) to Mueda on 19<sup>th</sup> February with the specific purpose of meeting him. He was not arrested, but, as he had organized sever-

<sup>18</sup> Félix Joaquim was born a Catholic, but later converted to Protestant UMCA. It seems this rivalry between the Dutch Catholics of Southern Tanganyika and Protestants played a certain role in the internal disputes.

al, often nightly, banjas, Cotta Mesquita ordered him to leave the country on 23<sup>rd</sup> February, subsidizing his traveling costs. He went back free to Dar (we have already seen that, in spite of the lack of answers from the Portuguese administration in Mueda, at the time F. Vanomba remained pro-Portuguese, helping the consulate in Dar against the transformation of TMMU into Manu). The Mueda administration did not know that he was accompanied, on a separate route, by seven Macondes (including a woman, Madesta Yussufo). This group of seven was to return to Mozambique some weeks later, once again to hear the «answer». But this delegation, without any visa, was arrested, causing the beginning of the politicization of the MAA-SAM. After that, when Tiago Mula Mulombe and his six followers<sup>19</sup> from the rival Manu came to Mueda on 17<sup>th</sup> March, anxious to know about the activity and establishment of MAA-SAM on the Mueda plateau, they had no visa from the Portuguese consulate and were arrested on 27<sup>th</sup> April. Faustino Vanomba and Kibirite Diwane decided to come back in person, to ask why «their» seven had been arrested and to listen to the answer about the return of the Maconde émigré community. But then the situation was already dangerous for Portugal, because each delegation (several from MAA-SAM and one from Manu) had organized banjas among the population, and the arrests had provoked some agitation and the *Uhuru* claim, that is, *freedom for the land* (which was not synonymous with independence).

I will not tell you here all the details of the 16<sup>th</sup> June riot – I will give them minute by minute in the final version of the study –, but one thing remains certain: the great irresponsibility of the Cabo Delgado governor, admiral Teixeira da Silva. He asked the Mueda administration to convene a great assembly, not only of Mueda, but also Nairoto, Nangololo, Mocimboa do Rovuma, for him to explain to the Maconde people the historical aims of Portugal... He prohibited the military squad of Pemba from coming with him, and it was by disobedience that the intendant of Cabo Delgado, Cotta Mesquita, ordered two jeeps to follow him, five kilometers behind. Teixeira da Silva had calmed down a popular riot in Madeira in the forties, and he was thinking he would be able to do the same in 1960 at Mueda, with his white, heavily-medalled navy uniform, speaking (in Portuguese) to the crowd...

He did speak a lot, about the prices, the roads and so on, but nothing about *the right to return free* and *the freedom to return* of the Maconde people. Afterwards, in spite of the hesitation of district com-

<sup>19</sup> Maconde delegations are very often composed of a group of seven persons.

missioner Garcia Soares and *chefe de posto* Godinho, he ordered the public arrest of Vanomba and Diwane in front of 5,000 people... Then the eight «*cipaios*» (rural indigenous guards, with guns dating from the First World War) had to shoot into the air to prevent the crowd from freeing the prisoners – and the noise alerted the two military jeeps which had slowly moved forward and were now only about one kilometer behind, and had come with two submachine guns (one of them didn't work!). Some people were killed or wounded by the bullets, and others were crushed during the panic escape of the crowd. One thousand bicycles were abandoned...

Faustino Vanomba and Quibirite Diwane were taken to Mocimboa da Praia and, later, to Porto Amélia (Pemba), the capital city of the Cabo Delgado province. Later, at Lourenço Marques (Maputo), they were condemned to several years of prison. After this period, they were not freed but placed under house arrest, F. Vanomba in Mambone, a remote village of Sofala province in the center of the country, and Q. Diwane in Inhambane, a small town in the South.

For Maconde people this event was the «answer» and meant that it was necessary to wage war against Portugal. Portugal, which could still have *dissociated* the politicized minority group from the majority group willing to organize only the return, in fact *reunified* the two branches and failed completely in producing a huge propaganda operation: the mass return of «Portuguese Macondes», from Tanganyika to independence, to Mozambique, to Portuguese *Mãe Pátria* (motherland). Portugal's obsolescent dictatorship transformed an ethnic movement which could still have been treated as a social problem into a political will.

The Maconde people was now ready to follow the first person who could wage war.

### **The will to go to war**

But it was not so simple... With the disappearance of F. Vanomba and K. Diwane, Tanga MAA-SAM had lost its two main leaders. The only remaining main leader, Tangazi Makalika in Dar, was very discouraged and first thought of closing the association. After, he tried to contact the Portuguese consulate again, probably in order to resume relations, but obviously he was no longer welcome. Then he briefly joined Manu, but soon preferred to join Udenamo (*União democrática nacional de Moçambique*, Democratic National

Mozambique Union), organized in Tanganyika by Adelino Gwambe and Uria Simango after the Rhodesian period<sup>20</sup>.

In Bulawayo (Rhodesia), Uria Simango had organized the Portuguese East Africa Society (PEAS), a non-political society which was acting as the legal form of his small clandestine PCN (*Partido da Convenção nacional*, National Convention Party). A. Gwambe had probably already created a very small group in Salisbury, also with links to PEAS, but it is not clear at all if this group was already named Udenamo (I think it was not). But when A. Gwambe fled from Salisbury to Dar Es-Salaam and founded Udenamo, Simango agreed to forget the PCN and to consider PEAS as the legal form of Udenamo, whether in Bulawayo or in Salisbury. However, Gwambe did not act immediately: on arriving in Dar, he had become a member of Manu, and had not organized his Udenamo. He and Mathews Mmole were sent to represent Manu at the Casablanca meeting of CONCP (*Conferência das organizações nacionalistas das colônias portuguesas*, Conference of Portuguese Colonies Nationalist Organizations). But he came back... as the president of the newly founded Udenamo... In fact Mmole and Manu already had links with PAFMECSA (Pan-Africanist Freedom Movement of East, Central and Southern Africa), an English-speaking movement which had no relations with the Portuguese-speaking CONCP. With an invitation funded by the Goan opposition to participate in the CONCP meeting Portuguese Catholic-educated A. Gwambe profited from his new international links to found Udenamo, as the Mozambican branch of CONCP. Actually, when Gwambe created Udenamo, he did nothing but portugal-ize the acronym «Manu», adding only the adjective «democratic» which expressed here the split within the emigration between the anglophone-ized second generation (such as Mmole) and the new political migrants, more often Portuguese-speakers and contacted by the left-wing Portuguese opposition, such as Gwambe. Later, U. Simango left Rhodesia and joined Gwambe in Dar.

Then, even though they were not Maconde, Gwambe and Simango could appear to the MAA-SAM leaders as «true Mozambicans» and not «Tanganyikans» or Tanu-linked persons. At this very moment, the ethnic aspect, although important, was not at all the only one, and the split was also social and educational.

<sup>20</sup> However it seems that these zigzags of Makalika in Dar had some effects in Tanga: at the beginning the main part remained faithful toward Makalika and followed him to Udenamo, but one part of Tanga MAA members refused. Later, with the help and pressure of Tanu, they succeeded in reconstituting a Manu branch in Tanga in March 1962.

Refusing the anglophone and Swahili-zed Dar Es-Salaam leadership, it was easier for the Maconde Tangazi Makalika leader of Tanga MAA-SAM to join Udenamo than Maconde Manu.

On one side, even if Gwambe was from Inhambane province and Simango from Sofala, Udenamo was not – in complete contradiction with what has always been written – a southern or central Mozambique group. Thanks to MAA-SAM, its headquarters in Tanga but also in Dar were full of young Macondes: in December 1961, Udenamo had 261 members in Dar, 406 in Morogoro and 2,904 in Tanga, which shows that it had members proportional to the size of the Mozambican Maconde communities.

On the other side, Manu, which officially participated in the foundation of Frelimo, had not succeeded in federating all the Maconde Clubs. As well as the Tanga refusal and difficult late reorganization (see note 20) in Zanzibar, in fact there was a split within the club between those who accepted Manu and those who preferred A. Gwambe's Udenamo. This split nevertheless did not produce two separate organizations but rather two factions within the club: the fact is, eighteen months later, Z-Manu did not participate in the foundation of Frelimo and strongly protested against the decision of M. Mmole to join it<sup>21</sup>. In Mombassa too, where TMMU had never had a branch, the Manu was refused at the beginning, and MAA continued to have a local existence there, not joining Udenamo; later, it created a Manu, but a «Kenyan only» Manu supervised by a Kanu Maconde-rooted MP (even given that, it seems that some MAA remained in Mombassa, led by Daudi Atalupi). Furthermore, if Manu officially participated in the founding meeting of Frelimo, what did this behavior represent within the very Dar Manu nucleus? Did it represent any internal discussion or political maturing process? In fact, M. Mmole accepted the creation of Frelimo «without consulting anybody» – as he wrote in a letter justifying himself to Z-Manu – and even without meeting or knowing «Senhor. Eduardo» (*sic*, that is to say... Eduardo Mondlane). His main aim, apart from obeying Tanu orders, was to adjust with Udenamo and, above all, with Gwambe who had betrayed him at Casablanca. Actually, Gwambe had suddenly left Tanganyika a few days before 25<sup>th</sup> June – to avoid the last working session with Mondlane, before the foundation, when Mondlane had accepted to join Udenamo to make the process easier<sup>22</sup> –, . But he did

<sup>21</sup> But, in spite of the refusal of 25<sup>th</sup> of June, a delegation from the Zanzibar club was present at the first congress in September 1962.

<sup>22</sup> Gwambe had argued that, if the meeting was to be a unifying one, that meant that every partici-

want to come back and to talk to the meeting, addressing it *against* the creation of a new organization. However, the Tanganyikan government prevented him from coming back, and Udenamo was represented only by Uria Simango (and T. Makalika), and by Marcelino dos Santos (who had not been elected for that) – that is to say the pro-Mondlane wing within Udenamo. Ingenuously, Mmole thought that his personal decision could give him the leadership of Frelimo a short time later. The number of Manu members present at the foundation meeting was not big and Mmole managed only to be the treasurer, after Mondlane (who received the most votes and became president) and Uria Simango (who came second and became secretary). Socially speaking, despite Gwambe's defection, the foundation meeting was above all an Udenamo one, with a number of individuals without any former membership.

For all these reasons, when Frelimo was formed on 25<sup>th</sup> June 1962, to start with, a large part of its Maconde base did not come from Manu but from Udenamo, which had integrated a large part of the former Maconde clubs.

Frelimo had an interest in building up the story of a «southern and central Mozambique Udenamo» to show that unification with northern Maconde Manu and Zambezian Unami (*União nacional de Moçambique independente*, Independent Mozambique National Union) had produced a pluri-ethnic and pluri-regional new movement<sup>23</sup>. In fact, Udenamo, with Adelino Gwambe and his followers from Inhambane, Uria Simango and his followers from Manica e Sofala, and the Tangazi Makalika Maconde group was already a pluri-ethnic organization with a modernist program. This is actually why Marcelino dos Santos, secretary of CONCP in Morocco, had become a member of Udenamo, and why Eduardo Mondlane himself had decided to be a member of it, and had been accepted a few days before the Frelimo foundation meeting. But, besides his links with CONCP, Gwambe had close relations with Ghana and had made very vehement declarations about «his politics of violence and revolution», all of which was unacceptant had to be previously a member of one of the former clubs. Mondlane therefore had no choice but to join one of them. It is *socially* not surprising that he chose Udenamo rather than Manu or Unami.

<sup>23</sup> To understand how the «unifying meeting» of 25th June was understood by the former groups, it is interesting to note that Unami, present in low numbers on the very day (its president, Baltasar da Costa Chagonga, was *not* there even though his name was presented to the vote), was simultaneously asking for its legal registration in Tanganyika, which was refused on 27th June. Chagonga came back immediately to Blantyre. But Unami, neither splitting from nor integrating itself into Frelimo, hoped to be considered, and was in a certain way considered by E. Mondlane himself, as the Malawi branch of Frelimo, up to 1965.

ceptable to Tanu. Simango used this to expel him from the Frelimo foundation process and to support Mondlane... But this personal rivalry does not change the fact that the Maconde base of Frelimo came not only from Manu, but also from Udenamo – and probably for the main part.

Probably because of the weakness of the MAA-SAM leadership after the arrests in Mueda, the integration of a large number of Maconde members into Udenamo did not allow it to develop inside Mozambique, on the Maconde plateau. Before the Frelimo foundation in June 1962, Udenamo remained very probably the main group and was further reinforced by the adhesion of some Macondes educated at the Portuguese Catholic mission of Marire, at the beginning of 1962. But Manu had the political and skilled leadership support of Tanu. So Manu developed in Dar, but also in Tanga and Zanzibar (now with a Z-Manu from former ZMMU). It seems that later, in 1962 but before the Frelimo foundation, more and more Macondes began to move from Udenamo to Manu. Manu succeeded in installing more in the Maconde area in Mozambique and officially participated in the birth of Frelimo on 25<sup>th</sup> June 1962. We have already seen that Udenamo also participated in the foundation meeting, but had already split into Simango (participating) and Gwambe (non-participating) wings, with Makalika at first following Simango. Other leaders of former Udenamo (including Makalika) soon split from Frelimo when A. Gwambe reconstituted Udenamo, but its former Maconde base never returned to him. On the contrary, even though some weeks after the Frelimo foundation meeting Manu split from Frelimo, it was able to continue to develop, taking advantage of the deep divisions within Tanu (concerning the behavior towards Frelimo and Manu). After Mmole's expulsion from Frelimo in August 1962, Frelimo no longer had an important Maconde leader, a situation which was very dangerous, making possible serious ethnic tensions within the front. This is why in December 1962 contacts were established with the Maconde cooperativist leader, Lázaro N'Kavandame, and Cabo Delgado provincial chairmanship was offered to him, in spite of the distrust towards him of the Dar Frelimo leadership. Lázaro left Mozambique for southern Tanganyika at the beginning of 1963.

On side of the remaining Manu, in 1963 and 1964 harder repressive measures by the Tanzanian government, which had now chosen Frelimo, moved the leadership to Mombassa (Kenya) where MAA-SAM had continued and had finally, at least partly, joined the

remaining Manu. Lucas Fernandes, secretary of the MAA in Mombassa at least up to July 1963, had also been a member of Frelimo but had left it when Mmole had been expelled and then joined Manu. He became military chief of the newly reinforced Manu in Mombassa. On 18<sup>th</sup> June 1964, Manu decided to begin the armed struggle immediately<sup>24</sup>. In spite of Tanzanian hostility, Lucas Fernandes was able to introduce himself into Mozambique through Lindi and organize a 150-member Manu Youth League group to begin the war. Portuguese secret services were not able to identify his presence, but observed at the time that the Macondes were hesitating between Manu and Frelimo. They noted that «Manu is more important». Nevertheless, Lucas Fernandes made the huge mistake of killing the Dutch missionary Daniel Boorman on 24<sup>th</sup> August 1964 because his Catholic mission was helping Frelimo. Catholic Missions then denounced Manu in the Maconde area and helped the Portuguese authorities in their repression<sup>25</sup>. This fact completely destroyed Manu implantation on the plateau and enabled Frelimo to be the first to genuinely wage war<sup>26</sup>.

Thus was established a kind of «functional misunderstanding» between the Frelimo leadership and the Maconde base. The Maconde did not want independence for Mozambique; they did want freedom for their land, but were ready to follow whoever was able to wage war. So because of the ethnically-based positive warrior response from the Maconde people, the Frelimo leadership believed that the Maconde people were supporting its «Mozambican» orientation. This misunderstanding remained the basis for many internal Frelimo crises<sup>27</sup>, but

<sup>24</sup> ...after a Soviet promise of arms supplies. Up to 1966, the USSR had hesitated between the various Mozambican groups. The Manu decision may be understood as a way to appear believable and secure the arms supplies. There is no doubt that this Manu decision was a very important factor in the Frelimo decision, then, to accelerate its own armed struggle.

<sup>25</sup> On its side, the Portuguese secret police knew very well that these Dutch Catholic missions supported Frelimo... But at that time, Pide thought that Manu was the main danger.

<sup>26</sup> ... even though the date of 25th September 1964 («the first shot») is an invention. The first military incident was in July, in the Tacuane region (Zambezia), provoked by the small group of «Comandante Zodiaque», the Elipamo (*Exército de libertação do povo africano de Moçambique*), which is to say the armed branch of Gwambe's Udenamo (it is possible that «Zodiaque» was no more than Gwambe himself). This means that the «first first» shot was from Udenamo, and the «second first» shot was from Manu. Even on Frelimo's side, the first shot was in Niassa, during the night of 24th to 25th September, when the «officially registered first shot» by Chipande group was during the night of 25th to 26th September, already on the 26th...

<sup>27</sup> In particular, the dissidence of Lázaro N'Kavandame. N'Kavandame, a Catholic Maconde merchant, had come back early from Tanganyika during the fifties. His aim was to succeed in becoming in Mozambique what he had succeeded in being in Tanganyika, and to help other Macondes to do the same. It is completely false to present him as a «traditional leader»: on the contrary, he is the prototype of the «big man», the modern African merchant and planter. But the Portuguese administration did not permit him to become that. In 1960, he was not in Mueda and remained very criti-

continued to run until the end. Obviously Frelimo leadership had always sensed the danger. In the building of a myth, Faustino Vanomba and Quibirite Diwane could have been considered heroes by official Frelimo history<sup>28</sup>. Actually, Mueda entered the myth but was dehumanized, without the human beings who made it, with their complexity and their contradictions. Upon independence, F. Vanomba and Q. Diwane were not really freed and were not authorized by Frelimo to return to Mueda, both of them staying in Inhambane. Diwane died there on 30<sup>th</sup> January 1977<sup>29</sup>.

Up to 1977, when Frelimo, now in power, conducted the campaign to transform itself from a front into a «Marxist-Leninist» party, the Macondes refused en masse to buy the party membership cards, answering: — «Why buy these cards, when we, Macondes, are the Party?».

As you can see, the History is more complicated than the story.

cal of what Vanomba and Diwane had done. He fled back to Tanganyika in 1963 and was appointed Frelimo provincial chairman for Cabo Delgado. For him, Frelimo was the way to achieve what he had attempted by other means; his aim had not changed: allowing Maconde people and himself to modernize as in Tanganyika with «free» British capitalism. To do so, it was necessary to free the Maconde land quickly, a strategic choice Frelimo refused in order to prolong the war in Mozambique. N'Kavandame came back once again to Mozambique after Frelimo president Mondlane's death (9th February 1970), after being led, probably by Maconde elders in contact with Pide agents in Tanganyika, to believe that the Portuguese administration would now authorize a kind of economic autonomy for the Maconde area, with him as a regional chairman. Portugal obviously took advantage, organizing a huge psychological propaganda about the «end of the war» after the surrender of «Mzee N'Kavandame» – propaganda which failed completely. When, only a few months later, in July 1970, N'Kavandame understood that Portugal was not at all ready to accept any kind of autonomy for the Maconde people, he planned to come back again to Frelimo with his chairmen ! But Pide secret police intercepted the plan and N'Kavandame never succeeded in recovering any political space. The official history of Frelimo presents the crisis as a fight between the «bourgeois political wing» and the «revolutionary political wing». In fact, it was a *social gap* between two very different petty-bourgeois milieus: the rural modern merchant elite, and the urban bureaucratic petty-bourgeois elite of military Frelimo leadership. This social gap combined itself with, and was made worse by, the fact that this merchant milieu was ethnically Maconde, from the far north of Mozambique under the influence of British colonial free capitalism, when the bureaucratic one was ethnically changane and *assimilado* (assimilated, Blacks having Portuguese citizenship) or mulattoes, from the capital city and other towns of southern Mozambique where the small African elite was not at all merchant, but had small bureaucratic and service jobs.

<sup>28</sup> This is exactly what MPLA did in Angola with the myth of 4th February 1961. Even though, at that time, the insurgents were linked with UPA-FNLA, they themselves had been repeating for years that they were militants of MPLA..., which they became *afterwards*.

<sup>29</sup> A piece of information, given without any emphasis, in *Tempo*: «Mauvilo a ku Mweda», *Tempo*, n° 350, June of 1977, p. 45. I don't know if F. Vanomba is still alive and if he was, later, authorized to come back to Mueda.

## **IDENTIDADES CULTURAIS E EMERGÊNCIA DO NACIONALISMO ANGOLANO (C. 1885 - C. 1930)\***

António Custódio Gonçalves\*\*

Este é apenas um projecto de investigação mais do que um trabalho acabado. Faltam muitas pesquisas, recolha de materiais e desenvolvimento das problemáticas para que seja possível analisar mais rigorosamente o estudo da emergência do nacionalismo angolano em bases históricas e interdisciplinares sólidas. Acresce ainda que o período cronológico abrangido por este trabalho (1885-1930, aproximadamente) não é fácil de investigar, devido à relativa escassez tanto da reconstrução documental como da multiplicação e renovação dos estudos em torno de uma época que, de forma geral, podemos definir, duplamente, como de consolidação económica do colonialismo e de aparecimento de formas de resistência que se podem perspectivar como proto-nacionalistas. Por isso, este trabalho preliminar deve começar por procurar discutir os dois principais conceitos convocados pelo título deste artigo: identidades culturais e nacionalismo.

### **1. Identidades culturais**

Importa perceber que as ciências sociais actuais têm vindo a especializar um longo caminho hermenêutico que substituiu as noções de identificação cultural, no sentido etnográfico e taxonómico, pela noção de identidades. Identificar culturalmente era, no passado, situar uma cultura numa hierarquia classificativa que geralmente decorria da valorização da noção de civilização sobre a de cultura. Identificar culturalmente era ainda não perceber a alteridade para

\* Este artigo desenvolve algumas ideias apresentadas na III Reunião Internacional de História de África - *A África e a Instalação do Sistema Colonial (c. 1885- 1930)* - Lisboa, 20-24 de Setembro de 1999 - Fundação Calouste Gulbenkian. Agradeço as sugestões dos meus Colegas Ivo Carneiro de Sousa e José Maciel Honrado Morais Santos.

\*\* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

privilegiar a colocação em relação a uma cultura dominante. Identificar culturalmente era, finalmente, firmar a univocidade da situação do cultural, não seguindo a sua dinâmica, o seu processo.

Hoje as ciências sociais «descobriram» as identidades e especializaram mesmo uma generosa colecção de adjectivos como estruturas identitárias, sistemas identitários, etc. Em muitos casos, continua a utilizar-se a noção de identidades verdadeiramente para continuar a identificar. Aquilo que procuramos destacar neste trabalho é diferente. Trata-se da ideia de que toda a cultura gera identidade no espaço social, especializando processos úteis para a identificação de pessoas e grupos sociais. Repare-se, não se trata de identificar de fora, mas de utilizar a identidade cultural como modalidade do próprio processo social e histórico. Falar de identidades culturais em Angola obrigará, assim, a precisar espaços, grupos e processos de identificação e não a identificação que de Angola se faz, seja a partir dos poderes coloniais, das elites coloniais ou de outras quaisquer posições anteriores e exteriores.

Entendemos que as dinâmicas das identidades e das alteridades culturais devem ser analisadas numa perspectiva histórica como processos e como estratégias (sociais, culturais e simbólicas), o que contraria as perspectivas de análise essencialistas e nacionalistas.

Neste sentido, é importante analisar o despertar das identidades culturais que esteve na origem da eclosão de resistências activas e da emergência do proto-nacionalismo angolano e os efeitos perversos de uma concepção ocidental das identidades.

Este fenómeno esteve associado a mudanças de paradigmas no domínio das ciências sociais e humanas em relação a África: do domínio do euro-centrismo numa perspectiva exógena passou-se à implementação de paradigmas de análise endógena, sem dogmatismos ou análises redutoras do chamado “neo-negrismo”. Não nos parece adequado nem o discurso culturalista de autenticidade, por um lado, em que o “imperialismo da racionalidade económica” se apresenta associado ao sistema normativo de valores; nem, por outro lado o discurso nativista do chamado “neo-negrismo”. Julgo importante a conjunção da interiorização da racionalidade económica e da inovação tecnológica com a criatividade autóctone e a cultura angolana. Neste sentido, é importante a análise da conjunção da tradição e da modernidade, a articulação da globalização com os particularismos e especificidades próprias da cultura angolana.

As identidades culturais não são rígidas nem imutáveis: são

sempre processos de identificação no tempo e num espaço próprios, constituindo uma sucessão de configurações e representações que, de época para época, dão corpo e vida a tais identidades como auto-criações constantes.

## 2. Nacionalismo

A noção de nacionalismo é ainda mais complexa. Encontra-se estreitamente associada a conceitos de nação e de etnia, cujas ambiguidades e preconceitos são evidentes<sup>1</sup>. O conceito de nação está intimamente associado à apropriação e estruturação de um espaço nacional em conjugação com o conceito de desenvolvimento. Utiliza-se geralmente, com graves prejuízos, em íntima conexão com a edificação de Estados-Nação, conquanto nada autorize que um nacionalismo seja obrigado a vazar-se sempre na construção do Estado. Preferimos entender, por isso, nacionalismo como um movimento social e cultural que encontra na reivindicação nacional, dos símbolos à própria exigência de um Estado Nacional, uma construção ideológica, utilizando a noção de ideologia nesse sentido marxiano, ainda válido, de formação de um programa ideológico com expressão social própria, da expressão de classe à expressão de meios sociais. Torna-se, por isso, necessária a dissociação das identidades étnicas e culturais em relação ao poder político, para não se cair no etno-nacionalismo que surgiu muitas vezes, ao longo da História, como um instrumento nas mãos das elites intelectuais e do Estado. O que se trata nesta comunicação é de perseguir o processo que relaciona esta ideologia com aquela identidade.

## 3. Formas de expressão das identidades culturais e nacionalistas

Nas décadas finais do século XIX até à década de 1930, podem distinguir-se claramente, entre outros, dois eixos problemáticos que organizam a comunicação entre identidade e nacionalismo em Angola:

3.1. A especialização de uma política proteccionista, concretizando, em termos económicos, o desenvolvimento do colonialismo;

3.2. O aparecimento de formas organizadas de oposição à dominação colonial que, como a voz reivindicativa dos «Filhos do País», podem, pelo menos, autorizar a discussão acerca da fundação de um

<sup>1</sup> AMSELLE, J.-L. e M'BOKOLO, E. (dirs) - *Au coeur de l'ethnie. Ethnies, Tribalisme et État en Afrique*. LOPES, C. - *Kaabunké. Espaço, território e poder na Guiné Bissau, Gâmbia e Casamance - pré-coloniais*.

processo mais largo de emergência do proto-nacionalismo.

### 3.1. *A política proteccionista e o desenvolvimento do colonialismo*

A Conferência de Berlim foi determinante quanto à ocupação efectiva dos territórios de cada potência europeia e, conseqüentemente, quanto à exploração colonial, sobretudo no respeitante ao recrutamento da mão-de-obra, donde resultaram os grandes conflitos sociais coloniais.

O dever do trabalho forçado ficou consagrado através de diversos regulamentos e códigos de trabalho.

Desde a abolição do tráfico de escravos existiu um conflito latente entre os interesses locais angolanos com ligação aos capitais brasileiros e os compromissos internacionais do governo da metrópole. Esse conflito manifestou-se igualmente entre a burguesia metropolitana e a burguesia estabelecida no litoral e no sertão. A eliminação gradual do tráfico trouxe um declínio da prosperidade e do estatuto económico, social e político das elites afro-portuguesas, sobretudo em Luanda e Benguela. Nas décadas de 1880 e 1890, houve uma importante recuperação à base da comercialização de produtos recolhidos ou cultivados pela população do interior como a cera, o marfim, o café e, especialmente, a borracha factores associados ainda à da redução das tarifas aduaneiras<sup>2</sup>.

A situação económica e social tornou-se precária, devido à concorrência dos colonos europeus e aos novos impostos, muito pesados e injustos, que recaíam sobre a população local. Em 1881, por exemplo, é de referir uma petição de 70 chefes de família de Luanda à Fazenda Pública protestando contra o aumento injustificado dos impostos. Várias populações do interior reclamavam contra o poder despótico das oligarquias mestiças mais poderosas das duas principais cidades. O Estado introduziu uma série de leis tributárias que forneceram à administração colonial uma nova fonte de rendimentos. Tais leis, no entanto, provocaram efeitos perversos como, por exemplo, o trabalho forçado e a emigração clandestina para o Zaire (actual

<sup>2</sup> "Tenho sustentado constantemente em todas as *Juntas Geraes da Provincia*, que para augmentar as receitas aduaneiras e desenvolver em grande escalla o commercio d'esta colonia, é indispensavel reduzir as suas tarifas a uma pequena percentagem. [...] Brandaremos aqui bem alto, como já o temos feito em todas as *Juntas Geraes da Provincia* e outros logares: *querem sinceramente o desenvolvimento do commercio e a diminuição do contrabando? Reduzam os direitos de entrada*." PRAZERES, E. A. dos - *A pauta das alfândegas de Loanda, Benguella e Mossamedes approvada por decreto de 16 de Abril de 1892*, p. 3 e 8. Trata-se de um documento importante que não encontramos citado pelos especialistas destas questões.

República Democrática do Congo), Rodésia do Sul (Zimbábwe) e Namíbia.

A influência deste tipo de comércio europeu na segunda metade do séc. XIX gerou várias consequências sociais que importa reflectir. Repare-se que produtos como a borracha, o café ou o amendoim, podiam ser procurados e explorados por qualquer indivíduo, fazendo com que vários novos grupos sociais com acesso aos circuitos comerciais pudessem acumular competências económicas e sociais suficientes para afirmar a sua independência face às autoridades políticas tradicionais africanas; situação esta que se podia obter, entre outros casos, graças ao crédito de comerciantes europeus para liderar caravanas para o interior<sup>3</sup>.

A rentabilidade deste comércio dependia, no entanto, da importação de bens industriais (tecidos, armas, etc.) para troca com os referidos produtos. Os comerciantes portugueses tinham, a partir dos antigos circuitos esclavagistas, intensificado a penetração para o interior e alargado a base do seu "hinterland" comercial, como se verifica com o exemplo típico dos comerciantes que, a partir de Silva Porto, se estabeleceram no Bié e, daí, para o leste de Angola.

A rentabilidade dependia também de uma política livre-cambista. As pautas ultramarinas deveriam ser específicas: o interesse dos comerciantes locais privilegiava a libertação de direitos das mercadorias (portuguesas ou outras) importadas para alimentar o tráfico.

Os interesses da indústria metropolitana forçaram uma revisão pautal em sentido contrário. O ministro Oliveira Martins promulgou, em Janeiro de 1892, uma pauta aduaneira que, para proteger a indústria têxtil algodoeira, agravava fortemente os impostos sobre os têxteis ingleses. Os comerciantes estabelecidos em Luanda e Benguela sentiram-se fortemente lesados porque, em muitas regiões, os têxteis constituíam uma das bases da troca com os produtos locais. Um dos seus argumentos era que uma tal pauta seria contrária aos interesses do fisco, devido ao contrabando feito a partir do Zaire. Pior ainda, os interesses do estado português seriam ainda mais lesados com o desvio das rotas e até das populações para o Estado Livre do Zaire<sup>4</sup>.

Outro foco de conflito baseava-se no estabelecimento de capitais industriais em Angola. Os capitais industriais metropolitanos, espe-

<sup>3</sup> Eduardo Ayála dos Prazeres refere, a propósito dos inconvenientes das pautas exageradas, [...] a dificuldade de arranjar dinheiro para pagamento de direitos... o que muito entrava o commercio, além da redução do consummo, consequencia necessaria da elevação de preços - Op. cit. p. 9.

<sup>4</sup> Veja-se Eduardo Prazeres, op. cit., p. 7-9. Refere ainda, a este propósito, o mesmo autor, " a pauta da provincia parece feita, mais para proteger os interesses dos nossos vizinhos e concorrentes de que para nosso beneficio." - Op. cit. p. 11.

cialmente do têxtil, sempre viram essa possibilidade como a pior das ameaças<sup>5</sup>. O conflito agudizou-se a partir de 1900 devido à crise do comércio da borracha que alimentava grande parte da procura de têxteis metropolitanos em Angola, ocasionando uma forte contracção.

A permanência de conflitos comerciais e o bloqueio metropolitano aos capitais industriais angolanos começou por opor apenas fracções da burguesia da metrópole e da burguesia local. Nos últimos anos da monarquia, este conflito foi intensificado com o estabelecimento de grandes capitais estrangeiros que criaram refinarias, conservas de peixe e outros estabelecimentos industriais em Angola, como são os casos conhecidos da CUF e da DIAMANG. Estes investimentos estão também ligados à criação do Ministério das Colónias, em 1911, e à decisão política de promulgar, em 1914, uma lei estabelecendo que a estrutura financeira das colónias deveria passar a assentar nas suas próprias receitas fiscais. A intensificação da exploração do trabalho forçado das populações locais tornou-se cada vez mais importante para sustentar estas novas realidades económicas, podendo lembrar-se, a propósito, a acção de Norton de Matos que, entre 1912 e 1914, como governador-geral e, mais tarde, de 1921 a 1924, como alto-comissário, tentou limitar estas formas de trabalho, sem grandes resultados, embora com a suspensão do Código de Trabalho Indígena de 1911. Norton de Matos proibiu, igualmente, vários jornais angolanos e limitou as possibilidades de promoção dos funcionários assimilados. A este propósito, são significativos movimentos reivindicativos tais como a insurreição dos Bakongo (1913-1915), a revolta do Kwanza Norte (1916-1917) e a revolta de Catete (1922). Entre 1922 e 1925 houve apenas algumas manifestações contra o trabalho forçado na região entre Luanda e Malange.

Em suma, em todo este período assiste-se à progressiva subjugação das identidades culturais às leis do mercado colonial, incluindo a profunda alteração das condições sociais tradicionais de divisão social do trabalho. Trata-se, assim, de uma contradição de longa duração entre o investimento económico colonial e as estruturas sociais e económicas do mundo social tradicional que oferece um amplo campo de potenciação não apenas dos afrontamentos sociais, mas também da emergência de reivindicações localistas com capacidade para enformarem modalidades de proto-nacionalismo local, regional e geral.

<sup>5</sup> Veja-se *Relatório e Contas da Gerência de 1897. Parecer da Comissão Revisora da Associação Industrial Portuguesa*, p. 13-15.

### 3.2. A formação de uma identidade nacional

Neste contexto de resistência à dominação colonial e para a afirmação da consciência das identidades culturais e nacionalistas angolanas, devem salientar-se, entre outras, quatro formas fundamentais de expressão desta consciência: os movimentos literários angolanos, as instituições de ensino e de formação das elites angolanas, as associações cívicas e culturais e os movimentos ditos nativistas, religiosos ou messiânicos.

#### 3.2.1. Movimentos Literários Angolanos

Os conceitos que normalmente se convocam para discutir estas correntes culturais, que sobrelevam temas em torno da angolanidade e do nativismo são problemáticos, como é o caso da dicotomia “nativo” *versus* “gentio” ou ainda das clivagens entre “Filhos da Terra” e populações rurais negro-africanas sensíveis à cristianização. A qualificação conceptual destas questões parece-me insuficiente no estado actual das investigações.

Seja como for, o estudo de fontes literárias e da imprensa, como é o caso exemplar da «*Gazeta de Luanda*», parece, de facto, exhibir uma dualidade inevitável entre movimentos associados aos «Filhos do País», nitidamente de extracção elitária e urbana, em oposição às correntes que se costumam ler em torno da ideia de «Gentios» ou populações rurais. Trata-se, talvez, de oposições excessivamente evidentes para merecerem um sancionamento científico imediato, obrigando a alargar objectos, temas e problemas de investigação. Este alargamento, para além dos problemas culturais e sociais gerais, deve destacar a obra colectiva *Voz de Angola Clamando no Deserto, Oferecida aos Amigos da Verdade pelos Naturais*, livro emblemático da geração nacionalista que revela elevado grau de consciência identitária da Liga Angolana e da Liga Nacional Africana; e sublinhar, igualmente, o papel de reivindicação social do Jornal “*O Negro*” em que se impõe, por exemplo, o nº 3 com o sonante artigo “*Um protesto: a Liga Ultramarina e o problema da representação colonial*”<sup>6</sup>. Refiram-se ainda outras publicações importantes como o *Arauto Africano*, o *Angolense* e *Luz e Crença*, esta última de publicação efémera (1902-1903).

<sup>6</sup> Recorde-se que a Liga Ultramarina, organizada em Lisboa em 1910, a que se seguiu a Liga Colonial, foi fundada com o objectivo de “servir de laço fraternal à união de todas as colónias, promovendo a defesa dos seus legítimos direitos e empenhando-se em elevar o seu nível intelectual e moral”.

A debilidade contraditória da sociedade colonial, impossibilitada de desenvolver as populações rurais e incapaz de administrar eficazmente o vasto território de Angola, provocou o florescimento de uma pequena burguesia, sobretudo em Luanda, que se afirmou na defesa de valores que podemos definir em torno de uma identidade angolana. Desde meados do séc. XIX, o despertar nacionalista angolano conjugou-se com as reivindicações da identidade cultural angolana por parte também do chamado movimento de intelectuais mestiços. Intelectuais e jornalistas associaram-se sobretudo nas cidades de Luanda e Benguela, em Angola, e na cidade de Lisboa, numa sinergia de tradição de oposição europeia e de construção de identidade angolana.

O analfabetismo generalizado contrasta com o isolamento dos “assimilados”. O despertar das reivindicações políticas emerge das identidades culturais. As várias formas de expressão das identidades culturais estão associadas à consciência fragmentária do nacionalismo.

O jornalismo oitocentista angolano assume duas fases. A primeira, ainda incipiente e amadora, abrange um vasto leque social, desde agricultores e empregados comerciais a médicos, professores, universitários e magistrados judiciais, como refere Castro Lopo<sup>7</sup>. Trata-se de uma “imprensa livre” que, enfatiza as contradições das tentativas de consolidação da ocupação colonial e o declínio da hegemonia económica, política e cultural, das camadas mais representativas da sociedade angolana. A segunda fase caracteriza-se por um jornalismo de oposição eminentemente polemista, dissecando as várias formas de conflitualidade social, desenvolvido pela elite dos “Filhos do País”.

Refiram-se apenas dois nomes que se impuseram na construção de um quadro de referência societária na literatura com um enfoque de angolidade: Joaquim Dias Cordeiro da Matta (1857-1894), natural de Icolo-e-Bengo, figura proeminente do séc. XIX, que Mário António considera “o pai da literatura nacional angolense”<sup>8</sup>; e António de Assis Júnior (1887-1960), natural do Golungo Alto. Do primeiro destaquem-se as seguintes obras: *Cartilha racional para se aprender a ler o Kimbundo, escrito segundo a cartilha maternal do Dr. João de Deus; Ensaio de Dicionário de Kimbundo-Portuguez; Philosophia popular em provérbios angolenses*. Do segundo saliente-se *Relato dos aconte-*

<sup>7</sup> LOPO, J. de C. - *Jornalismo de Angola*, p. 25.

<sup>8</sup> ANTÓNIO, M. - *A Sociedade Angolana do Fim do Século XIX e Um Seu Escritor*.

*tecimentos de Dala-Tando e Lucala* sobre a assunção da defesa dos naturais da Quissama contra os proprietários portugueses do Cazengo; *O Segredo da Morta*; e *Dicionário Kimbundo-Português*. Esta corrente de interesse compósito pela cultura tradicional angolano, do lexical ao etnográfico, estende-se também a autores nascidos em Portugal, mas emigrados e estreitamente ligados às culturas angolanas. Visitem-se a partir da década de 1930, entre vários outros, as obras de dois escritores exemplares destas correntes: António Videira (*Talvez e Angola - dez postais angolano.*) e Tomás Vieira da Cruz (*Quissange-Saudade Negra; Tatuagem; Cazumbi*). Trata-se de sensibilidades literárias e culturais que se compreendem melhor com a ajuda dos trabalhos referenciais de Alfredo Margarido *Estudos sobre as Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, de Mário António Fernandes de Oliveira *A formação da literatura angolana (1851-1950)*, e de José Carlos Venâncio *Literatura e poder na África lusófona*, obras que se podem complementar no campo da história da imprensa com a investigação de Júlio de Castro Lopo: *Jornalismo de Angola subsídios para a sua história*.

### 3.2.2. Instituições de formação das elites angolanas

A especialização da investigação destes temas deve também compreender algumas instituições educativas com importância crescente na formação de elites angolanas, como são os casos do Seminário-Licéu de Luanda (1907-1919) e, posteriormente, do Liceu Salvador Correia, criado em Fevereiro de 1919. Destas duas prestigiadas instituições saíram, como se sabe, alguns dos principais líderes do nacionalismo angolano, como Américo Machado, Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade, Joaquim Pinto de Andrade, Viriato da Cruz, Mário António Fernandes de Oliveira, Manuel Joaquim Mendes das Neves e tantos outros<sup>9</sup>.

### 3.2.3. Associações Cívicas e Culturais

Importante se mostra também seguir a criação e o desenvolvimento de associações em que o cultural e o nacional se conjugam cada vez mais, como ocorre, desde 1912, com a criação da Liga Angolana que mais tarde deu origem à Liga Nacional Angolana, bem

<sup>9</sup> Para um maior desenvolvimento deste assunto, veja-se GABRIEL, M. N., KAMBWA, A. , GONÇALVES, A. C. - Subsídios para a história do Seminário de Luanda.

como, em 1913, a fundação do Grémio Africano, mais tarde denominado Associação Regional dos Naturais de Angola<sup>10</sup>. Norton de Matos, em 1922, suspendeu a Liga Angolana e o Grémio Africano, ordenou a detenção de Antônio de Assis Júnior e deportou vários membros da Liga Angola. Em 1931 fundiram-se estas duas organizações sob o nome de Movimento Nacionalista Africano<sup>11</sup>. Estas duas organizações, constantemente ameaçadas pela administração colonial, suspenderam as suas actividades a partir de 1925 até finais da década de 40, data da chegada maciça de colonos portugueses. Os angolanos tornaram-se estrangeiros no seu próprio país, constituindo a sua capacidade produtiva a única função importante para a administração colonial.

Mário Pinto de Andrade sintetiza modelarmente esta primeira fase da emergência do nacionalismo angolano, relevando três características fundamentais: *a rejeição das resistências étnicas, impregnada de uma versão tutelar do "gentio"; a afirmação de um espaço social específico, produtos da cultura angolana em oposição simultânea com os espaços colonial e étnico; a leitura da realidade histórica influenciada pela componente humanista ocidental*<sup>12</sup>.

### 3.2.4. Movimentos Nativistas e Messiânicos

Todo o programa de investigação sério sobre a génese do nacionalismo angolano nas suas várias vertentes - locais, nacionais, culturais, políticas e sociais - deve também estudar com mais atenção os chamados movimentos messiânicos africanos que, através de diferentes modalidades culturais difíceis de reduzir a uma única categoria analítica, tiveram, igualmente, importância na organização, pelo menos, de formas de consciencialização do nacionalismo. Estas formas de oposição ou de resistência à dominação colonial tinham uma forte implantação rural.

Estes movimentos estiveram associados às revoltas dos camponeses expropriados das suas terras, à proletarização, à urbanização e a formas de protesto contra o aumento de impostos e à requisição de mão-de-obra barata.

A oposição ao regime colonial esteve associada à fraqueza inicial

<sup>10</sup> A fundação, em 1912, da Junta de Defesa dos Direitos de África, dirigida por intelectuais Santomenses teve pouca expressão. Um ramo dissidente da Junta fundou em 1919 a Liga Africana.

<sup>11</sup> Note-se a ambiguidade da palavra "nacionalista" usada no sentido ideológico de "nação portuguesa".

<sup>12</sup> ANDRADE, M. P. de - *Origens do Nacionalismo Africano*, p. 55.

do estado colonial, ao seu regime autoritário, à falta de capitais portugueses e, conseqüentemente, ao recurso ao trabalho forçado e à política de assimilação.

Até 1914, a administração colonial foi bem instalada nas duas cidades do litoral: Luanda e Benguela; mas no interior a sua acção reduziu-se geralmente a uma política nominal dependendo de alianças frágeis e ambíguas com os chefes locais. Refira-se que até 1914 o país Ovambo no sul era independente; a leste, na Lunda, as terras Tshokwe só foram ocupadas em 1920; a norte, entre os Bakongo, a oposição durou até 1919, enquanto que os Dembos só foram pacificados em 1918.

A capacidade de extração de recursos por parte da metrópole dependia da mobilização e do controlo do trabalho forçado. É elucidativa, a este propósito, a transcrição de Silva Cunha sobre um Relatório oficial de 1893: "Nós precisamos da força de trabalho indígena [...] . O capital necessário para explorá-la, e ela precisa tanto de ser explorada, reside na procura de mão-de-obra abundante, barata, vigorosa..."<sup>13</sup>.

Neste contexto conceptual, parece-me emblemático o Movimento de Kimpa Vita, chefe tradicional da província do Soyo, no noroeste de Angola, nos princípios do séc. XVIII<sup>14</sup>. Trata-se de um movimento em que, ao poder recensear-se a recusa de estruturas e instituições impostas do exterior e a afirmação da simbiose da tradição e da modernidade, do multiculturalismo e da conjugação dinâmica de identidades e alteridades, se poderia perspectivar em torno de uma noção de proto-nacionalismo. Não o vou analisar, por estar fora do âmbito cronológico deste artigo, mas não posso deixar de sublinhar que, numa perspectiva braudeliana de longa duração, qualquer projecto sério de investigação da génese do nacionalismo angolano deverá visitar também este tipo de movimentos.

Na sequência e na lógica do Movimento de Kimpa Vita, desenvolveram-se, na primeira metade do séc. XX, vários movimentos de contestação social e política que se expandiram rapidamente das zonas urbanas ou periurbanas para o interior. Refiram-se, entre outros, os movimentos do Kimbanguismo, que a administração colonial perseguiu violentamente, nos princípios da década de 1920; o Matsouanismo, nos anos 30, e o movimento Mayangi/Nlevo, que desenvolveu a sua acção sobretudo em Cabinda, na década de 1930;

<sup>13</sup> CUNHA, J. M. S. da - *O trabalho indígena: estudo de direito colonial*, p. 144.

<sup>14</sup> GONÇALVES, António Custódio - *La symbolisation politique: le "prophetisme" Kongo au XVIII ème siècle*.

a Revolta dos Mafulo em 1918, entre os Bakongo do norte de Angola, e que é considerado como o primeiro movimento messiânico angolano que apresentou a forma de revolta armada; o Kitawala, que se desenvolveu igualmente na década de 1930, na região leste de Angola; e o Tokoísmo que se expandiu em Angola a partir dos anos 50.

No entanto, mesmo nestes casos, as noções conceptuais disponíveis tendem frequentemente a unificar simplificadamente movimentações sociais, religiosas e culturais diversas...

### Consideração final

O que se pretende destacar neste trabalho é que o estudo do nacionalismo angolano deve fundar um projecto de investigação e não um ou vários caminhos de justificação do presente. Em rigor, é tempo de exigir o desenvolvimento de um programa interdisciplinar de investigação, dos economistas aos antropólogos, dos historiadores aos sociólogos, passando pela geografia e pela demografia. Haja capacidade de unir esforços e reunir financiamentos.

### Referências bibliográficas

A.A.V.V. - *Voz de Angola Clamando no Deserto, Oferecida aos Amigos da Verdade pelos Naturais* - Edições 70 - União dos Escritores Angolanos, 1984 (1ª ed., Lisboa, Typographia, 1901).

AMSELLE, Jean-Loup e M'BOKOLO, Elikia (dirs) - *Au coeur de l'ethnie. Ethnies, Tribalisme et État en Afrique*, Paris, La Découverte, 1985.

ANDRADE, Mário Pinto de - «Correntes da prosa africana de expressão portuguesa», in *Antologia Temática, Prosa*, Argel, 1967.

ANDRADE, Mário Pinto de - *Origens do Nacionalismo Africano. Continuidade e ruptura nos movimentos unitários emergentes da luta contra a dominação colonial portuguesa: 1911: 1961* - Lisboa - D. Quixote - 1997

ANTÓNIO, Mário - *A sociedade Angolana do Fim do Século XIX e Um Seu Escritor* - Luanda, Editorial Nós, 1969.

CLARENCE-SMITH, Gervase - *Slaves, peasants and capitalists in Southern Angola, 1840-1926* - Cambridge Univ. Press - 1979.

CLARENCE-SMITH, Gervase - *The Third Portuguese Empire (1825-1975). A study in economic imperialism* - Manchester University Press, 1985.

COHEN, Abner - *The Politics of Elite Culture. Explorations in the Dramaturgy of Power in a Modern African Society* - Berkeley, University of California press - 1981.

CUNHA, Joaquim M. da Silva - *O trabalho indígena: estudo de direito colonial* - Lisboa, Agência Geral Colonial, 1949.

DAVIDSON, A. Basil et al. - "Política e Nacionalismo nas Áfricas Central e Meridional, 1919-1935", in BOAHEN, A. Adu (coord.) *História Geral de África. VII. A África sob dominação colonial, 1880-1935*, ATICA/UNESCO, 1991, p. 679-715.

GABRIEL, M. Nunes, KAMBWA, Augusto, GONÇALVES, António C. - *Subsídios para a história do Seminário de Luanda no Iº Centenário (1861-1961)* - Luanda - 1961.

GONÇALVES, António Custódio - *La symbolisation politique: le "prophetisme" Kongo au XVIII ème siècle*, Londres/Munique, Weltforum Verlag, 1980.

GONÇALVES, António Custódio - "Analyse Sociologique du Tokoïsme en Angola" - *Anthropos*, 79, 1984, p. 473-483.

JÚNIOR, António de Assis - *Relatório dos acontecimentos de Dala Tando e Lucala* - 1917.

JÚNIOR, António de Assis - *O Segredo da Morta. Romance de costumes angolenses*, Luanda, Editora "A Lusitana", 1935.

LOPES, Carlos - *Kaabunké. Espaço, território e poder na Guiné Bissau, Gâmbia e Casamance - pré-coloniais*, Lisboa, CNCDP, 1999.

LOPO, Júlio Castro - *Jornalismo de Angola. Subsídios para a sua história*. Luanda - CITA, 1964.

MARGARIDO, Alfredo - "The Tokoist Church and the Portuguese Colonialism in Angola" in R. CHILCOTE (org.) *Protest and Resistance in Angola and Brazil* - Berkeley Univ. of California Press - 1972 - p. 29 - 72.

MARGARIDO, Alfredo - *Estudos sobre as Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa, A Regra de Jogo, 1980.

M'BOKOLO, Elikia et al. - *Afrique Noire. Histoire et civilisations*. t. 2, Paris, Hattier, 1992.

OLIVEIRA, Mário António Fernandes de Oliveira - *A formação da literatura angolana (1851-1950)*- Lisboa, IN-CM, 1997.

PÉLISSIER, René - *Les guerres grises: résistance et révoltes en Angola (1845-1941)* - Orgeval - Ed. Pélissier - 1977.

PÉLISSIER, René - *La colonie du minotaure: nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)* - Orgeval, Ed. Pélissier - 1978

PRAZERES, Eduardo Ayala dos - *A pauta das alfândegas de Loanda, Benguella e Mossamedes aprovada por decreto de 16 de Abril de 1892* - Loanda, Typ. Cunha & Sobrinho, 1892.

*Relatório e Contas da Gerência de 1897. Parecer da Comissão Revisora da Associação Industrial Portuguesa*, Lisboa, Papelaria e Typographia, Rua da Escola Polytechnica, 1898.

VENÂNCIO, José Carlos - *Literatura e poder na África lusófona*, Lisboa, ICALP, 1992.

## A PROPOS DES “TRANSITIONS DÉMOCRATIQUES” NOTES COMPARATIVES ET PRÉALABLES À L’ANALYSE DU CAS ANGOLAIS

Christine Messiant\*

Depuis une dizaine d’années l’Afrique est engagée dans une nouvelle période, que les analystes politiques ont appelée celle des “transitions démocratiques”, ou ont incluse dans la “troisième vague de démocratisation”<sup>1</sup>. Celle-ci n’a (bien sûr) pas été ouverte par le “discours de La Baule” du président français François Mitterrand en 1990, et elle n’a été que favorisée par la chute du Mur de Berlin et la détente internationale. Elle était alors déjà en germe dans divers pays du continent africain, sous la poussée de contestations de pouvoirs dictatoriaux en place par des mouvements sociaux ou des forces politiques qui “ne voulaient plus être dirigés comme avant”. En Algérie, en Afrique du Sud, au Mali, au Togo, à Madagascar, au Kenya et ailleurs, les Africains revendiquaient leur “droit à la démocratie”: leur refus des dictatures, leur volonté que les gouvernements soient représentatifs et légitimes et rendent des comptes, leur droit à changer de dirigeants. Un mouvement de fond, interne, se frayait la voie sous l’aiguillon de la nécessité (la détresse sociale liée à la crise économique) et exprimait la perte d’autorité et de légitimité des pouvoirs.

Dix ans après cependant - mais en fait déjà bien auparavant -, force est de constater que beaucoup de ces transitions sont inachevées ou précaires, que d’autres ont permis des restaurations autoritaires, d’anciens dictateurs parvenant, après élection et sous “multipartisme”, à préserver l’essentiel de leur système de domination, que de nouveaux dirigeants élus ont pu édifier le leur dans les pas des déçus; que dans d’autres cas encore, ces dites “transitions” n’ont été

\* École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris

<sup>1</sup> Cf. HUNTINGTON, S., *The Third Wave: Democratisation in the Late Twentieth Century*, Norma, University of Oklahoma Press, 1991.

d'emblée que de pure forme. Nombre des pouvoirs africains nouveaux ou reconduits ont de plus appris à annuler la désagréable incertitude inhérente aux processus électoraux, et cela même quand ceux-ci sont menés sous "commission nationale électorale" nationale et observation internationale ; les libertés fondamentales formellement, constitutionnellement, conquises - liberté de presse et d'association, pluralisme politique, justice, neutralité de l'administration et des appareils d'Etat - et les pouvoirs de contrôle qui devaient en résulter sur la gestion des affaires des pays, rognés ou neutralisés, exigent toujours une lutte acharnée et souvent dangereuse. Nombre de dirigeants africains, vieux dictateurs ou prétendue "nouvelle génération", anciens marxistes ou/et nouveaux libéraux, ont vite remis en cause - dans leur discours pour certains (ceux notamment qui se sont saisis du slogan de la "Renaissance africaine" pour prôner une démocratie "adaptée aux réalités du continent"), dans leurs actes pour certains de ceux-là mais aussi pour d'autres qui prétendent pourtant "coller" au discours de la démocratie occidentale -, supprimé ou vidé de leur substance les formes désormais internationalement acceptées (à la fois requises et "rentables"<sup>2</sup>) de l'Etat de droit, maintenant des régimes se caractérisant toujours par l'autoritarisme, la coercition, l'illégalité et l'arbitraire. Enfin ont surgi, phénomène nouveau, propre à la période, des "guerres électorales" qui - qu'elles éclatent avant l'échéance électorale (Congo Brazzaville 1997), pendant (Algérie 1991-92) ou après (Angola 1992), sont le signe de la non-acceptation d'une alternance ou d'une limitation du pouvoir "vainqueur", et la conséquence de l'inexistence substantielle de droits et d'une "culture" démocratiques - avec l'improbabilité qui en découle d'une résolution politique, pacifique, des conflits.

Ainsi, le seul aboutissement général de la revendication de démocratie qui s'est très généralement exprimée en Afrique depuis la fin des années 1980 a été une libéralisation des systèmes économiques et politiques légaux, les processus qui sont en cours sous le label homologué de "transitions démocratiques" devant donc plus justement être qualifiés de "transitions libérales"<sup>3</sup>, dont les dynamiques "démocratisantes" sont très variables, voire régressives (guerres). Il n'est certes pas question d'écarter comme inessentiels

<sup>2</sup> Internationalement rentables en effet : généralement dans la mesure où elles sont souvent des conditions d'accès à des prêts ou aides des institutions financières internationales et de certains partenaires bilatéraux ; plus précisément aussi puisque la rubrique "aide au renforcement de l'Etat de droit" amène des crédits spécifiques.

<sup>3</sup> C'est le titre qu'a retenu la revue *Lusotopie* (Paris, Karthala) pour son dossier concernant les pays de l'Afrique lusophone dans le numéro de 1995.

les modifications des régimes politiques et des formes constitutionnelles - le passage de systèmes dictatoriaux à des démocraties parlementaires multipartites -, mais, en s'attachant plutôt aux ressorts et à la substance de ces transitions, d'apprécier dans quelle mesure et à quels égards ces transformations constitutionnelles, légales, pouvaient et ont affecté les réalités politiques et économiques.

C'est dans ce cadre général que j'aborderai ici l'éventuelle spécificité, en tout cas la singularité de la laborieuse, douloureuse, meurtrière, "transition" angolaise. Celle-ci partage en effet beaucoup de caractéristiques avec l'ensemble des transitions libérales africaines, et on peut dans un premier temps la situer dans le cadre des typologies qu'affectionnent les politistes, et en tout cas l'aborder dans une optique comparative - afin au moins de "déblayer le terrain" de l'analyse et de singulariser certains facteurs. Mais il est évident que seule l'analyse concrète de l'imbrication de ces "facteurs" dans chaque cas peut donner une idée utile de ces transitions, qui ont suivi des voies chaque fois, dans chaque pays, différentes selon leurs trajectoires historiques et la réalité des relations économiques, sociales, politiques "pré"-existantes. Je ne suivrai donc pas, dans cette analyse préalable, la "transition" angolaise jusqu'à aujourd'hui, ni même n'aborderai le cadre - très singulier - dans lequel elle s'instaure, et qui sera lui aussi un facteur crucial de son "résultat" à ce jour, mais me limiterai à envisager ici les conditions particulières dans lesquelles elle s'amorce et qui me paraissent essentielles.

### **1. Crise et transition**

La transition angolaise, comme la plupart des autres transitions africaines (et comme d'autres, notamment celles à l'oeuvre dans les pays de l'ancien bloc soviétique), résulte d'une crise du système de domination. Celle-ci est plus globale et profonde pour les pays qui, de part et d'autre de la guerre froide, ont perdu la rente que constituait la bipolarité mondiale pour toutes les dictatures présentant un intérêt stratégique pour les grandes puissances, et elle l'est plus encore après 1989 pour les régimes de parti unique se réclamant du "communisme", où la faillite socio-économique s'accompagne d'une crise "morale", de légitimité profonde - ce qui est (doublement) le cas de l'Angola. Mais dans tous les cas il s'agit d'une crise du système de domination, crise objective, et notamment économique, et crise d'autorité et de légitimité, qui fait que le système ne parvient plus à assurer

er sa reproduction. En ce sens, il ne s'agit ni de transitions imposées par une "communauté internationale" ingérente, ni non plus d'un phénomène qu'on peut analyser d'abord selon les modèles de la contagion et de la diffusion, mais d'un processus ayant des causes endogènes profondes.

Cependant, les crises africaines des années 1980 et 1990 sont liées à l'insertion du continent dans le marché mondial, avec la diminution du prix des matières premières (y compris le pétrole au milieu des années 1980), une aggravation de la dette, la médiocrité des investissements, une chute des niveaux d'aide au développement - qui sera bientôt consacrée et explicitement soutenue par les Etats-Unis sous la rubrique du "trade not aid" -, l'intervention des institutions financières internationales à travers les plans d'ajustement structurel visant à assainir les finances publiques et à "rétablir les équilibres macro-économiques" par le moyen principal de l'"Etat minimum", de la déréglementation et de l'austérité publique - une intervention qui n'empêche pas mais va de pair avec la marginalisation de l'Afrique dans les échanges économiques. Ce qui signifie que les transitions qui s'opèrent sur le fond de cette crise ont un (des) acteurs très importants, l'acteur international, que celui-ci soit représenté par certains Etats<sup>4</sup> ou par le FMI et la Banque mondiale, mains (plus ou moins) visibles s'ajoutant à celle invisible du marché et en "ingérence" constante et, pour celle des institutions internationales, croissante.

Ces transitions se déroulent en outre, après la victoire du "monde libre", sous le drapeau d'une pensée hégémonique qui peut au mieux être résumée comme "la démocratie de marché", c'est-à-dire celle nécessaire pour atteindre la dérégulation et la globalisation selon les termes des dominants mondiaux. Si ceux-ci, pour avoir expérimenté l'inefficacité, à leurs propres yeux et en fonction de leurs propres objectifs, de plans qui n'affectaient pas les conditions politiques des réformes économiques prônées, ont infléchi leurs consignes et y ont intégré désormais, outre certains "correctifs sociaux", (*l'accountability et la good governance*), il reste que ce sont ces institutions qui fixent les règles et les mesures à prendre ; ce sont même elles et leurs experts (et non plus les scientifiques) qui élaborent et définissent les nouveaux concepts de la "pensée économique", mais aussi fixent l'acception de concepts politiques ("la démocratie", "la société civile") ou même en forgent (*good governance*), donnent à ces concepts des sens

<sup>4</sup> Etant donné le type de rapport que la France a établi avec ses anciennes colonies africaines, c'est surtout pour celles-ci que la relation bilatérale a un poids "autonome" important.

et des portées très marqués par leur idéologie néo-libérale, mais en font aussi une application très différenciée en fonction d'intérêts d'un autre ordre: l'idéologie voulant aussi que la démocratie politique "résulte" nécessairement de réformes économiques libérales, point n'est vraiment besoin ni de "forcer" dans les faits la démocratie (ni donc d'approfondir le concept passe-partout de démocratie), volontiers réduite à la tenue d'élections et à l'existence du multipartisme; et, pour les pays considérés comme stratégiques, les élections n'apparaissent pas même toujours nécessaires<sup>5</sup>, tandis que les entraves à la *good governance*, voire l'emprise des pouvoirs sur les systèmes financiers et économiques qui contreviennent pourtant foncièrement à la "liberté du marché" prônée, sont au besoin occultées (ainsi en Asie jusqu'à la crise récente).

Dans ces conditions, deux éléments structurels d'ordre différent pèsent négativement sur les transitions africaines: la concomitance entre la démocratisation politique et les situations de crises dont ces transitions sont issues et auxquelles elles veulent répondre, qui sont en Afrique à la fin des années 1980 graves et générales; la conjonction, en outre, du passage à des démocraties parlementaires et d'interventions extérieures dans les politiques des pays africains qui, pour le moins à court terme, affectent elles-mêmes très négativement des groupes sociaux déjà en crise, et qui de plus, préconisant et amenant un désengagement de l'Etat, retirent aux nouveaux gouvernements élus, voire démocratiques, une part tant de leur souveraineté que des moyens de réintégrer les populations marginalisées, privant ainsi d'autorité et de légitimité ces pouvoirs. Cependant, dans ce contexte général, la transition angolaise présente des singularités importantes, résultant d'une part du fait qu'il s'agit d'un pays en guerre, de l'autre que, dans cette longue guerre, s'est développé un système socio-politique particulier, lui-même rendu possible par l'existence d'une ressource économique stratégique: le pétrole, guerre et pétrole impliquant par ailleurs des liens à l' "international" très importants et d'une nature particulière.

S'il est difficile de dissocier les facteurs "guerre" et "système socio-politique" car il y a engrenage entre eux, chacun étant à la fois cause et conséquence de l'autre, et si l'intervention internationale elle-même va influencer sur cette imbrication, on doit cependant le faire un

<sup>5</sup> Et pas même toujours le multipartisme, et pas même seulement dans des pays dont l'importance sur la scène internationale amène à une grande compréhension pour les systèmes dictatoriaux: le "modèle ougandais" où les partis n'ont pas le droit à concourir aux élections, a ainsi été loué par les Etats-Unis.

minimum, de façon à mettre en évidence les différences précises du cas angolais: avec des régimes qui ne sont pas "en guerre", avec des régimes en guerre organisés selon d'autres modèles politiques, non "socialistes", ou même avec des régimes du même type (le Mozambique par exemple). Les régimes en guerre - et tout particulièrement l'Angola<sup>6</sup> - échappent pourtant souvent à l'analyse politique des "généralistes en science politique africaine", comme si "la guerre" suffisait seule à définir leur nature, ou comme si elle était pure destruction, la construction d'un ordre politique dans la guerre étant largement ignorée, et la fin de la guerre étantsupposée suffire à définir les nouvelles conditions politiques. Ce qui n'est évidemment pas le cas.

## 2. Guerre et transition

Les transitions au sortir de guerres présentent des différences significatives, suivent des modalités propres et comportent des difficultés toute particulières, certaines flagrantes. On doit au moins en considérer quelques-unes, qui bien sûr s'engrènent à d'autres particularités de chaque régime: la faillite de l'Etat a dans les pays en guerre une gravité particulière, avec une crise patente et extrême de la domination dès lors que l'opposition au pouvoir d'Etat et la contestation de sa légitimité ont pris une forme armée, le pouvoir d'Etat ayant perdu jusqu'au monopole de la violence légitime et au contrôle de tout son territoire. Quand on entre dans la "transition politique", de fait, en Angola (en 1990), le gouvernement est sous la menace de perdre la guerre, au Mozambique (1990<sup>7</sup>) il n'a plus les moyens de la mener.

. Dans cette forme de crise, armée, le problème majeur pour le gouvernement est celui du rétablissement de la paix militaire et civile et de son autorité, la récupération par l'Etat de son monopole de la violence légitime. Et, dans l'impossibilité d'une victoire militaire, cela implique au moins l'acceptation, et une forme de réintégration, de l'autre pouvoir armé.

. Dans la conjoncture internationale de la fin des années 1980, cette transition de la guerre à la paix va impliquer aussi, pour les pays dits "socialistes", une transition d'une économie administrée à une

<sup>6</sup> L'absence de données fiables sur l'économie (ou la société, la politique) angolaise a de même longtemps entraîné l'absence de l'Angola de multiples annuaires internationaux ou africains. Elle peut aussi pour une part, avec la rareté des recherches sur ce pays, expliquer son absence de nombres d'études comparatives ou générales sur les transitions politiques (ou même sur "la résolution des conflits"), mais il est clair que cette absence a des raisons d'un autre ordre.

<sup>7</sup> La réforme constitutionnelle au Mozambique précède la "transition démocratique-processus de paix", elle en revanche plus tardive qu'en Angola (cf. infra).

économie de marché et, toujours dans cette conjoncture, le moyen trouvé pour arriver à la paix sera l'instauration des règles légales des démocraties occidentales alors internationalement acceptées (c'est l'apogée de la rhétorique du "nouvel ordre international") et la réalisation d'élections. Si bien qu'on a affaire, au sortir des guerres - en Angola ou encore au Mozambique - à trois transitions simultanées, de la guerre à la paix, de l'économie administrée à l'économie libérale, et du parti unique au multipartisme. Mais il y a encore, liées elles aussi à la guerre et avec des conséquences sur la transition démocratique, d'autres spécificités importantes. Comme les études de cas le mettent en évidence, l'existence d'une longue guerre va signifier en effet globalement que la transformation démocratique ne vient pas d'une initiative du pouvoir, du haut, mais qu'elle ne vient pas non plus "du bas", de la société.

Le type de pouvoir qui s'est formé dans et par la guerre n'est en effet pas seulement un mode dictatorial de domination comme le sont d'autres pouvoirs de parti unique (qu'ils se veulent ou non marxistes-léninistes). Dans la mesure où le conflit a pris le caractère d'une guerre civile, le système ne s'est pas construit par la convergence et l'"assimilation" mais par la confrontation des élites<sup>8</sup>, la formation de "camps" (territorialisés) de guerre signifiant aussi qu'il n'y a pas englobement (et domination) de l'ensemble de la société mais extériorité d'une partie de celle-ci, et le système se caractérisant par l'exclusion politique radicale des "ennemis" et de leurs soutiens civils. Si bien qu'un régime en guerre de ce type ne prend pas spontanément l'initiative d'une solution démocratique, voire d'une simple "décompression autoritaire", ni ne l'envisage sans états d'âme, alors qu'une contestation armée menace centralement son pouvoir et pas seulement ses formes; il ne le fait que dans la mesure où il a commencé ou va devoir se résoudre à des négociations de paix - et cela uniquement parce qu'une solution militaire n'est plus possible - et dans le but de rétablir son autorité, non de la partager avec l'ennemi. C'est d'autant plus vrai pour un système de parti-Etat de type dit "socialiste" dans lequel le pouvoir économique est intrinsèquement dépendant de la domination politique et du contrôle sur tous les appareils de l'Etat, où la perte de ce contrôle que représente le multipartisme comporte dans tous les cas un risque politique grave, ce risque étant plus grave encore face à une opposition armée qui vise toujours, même par d'autres moyens, le

<sup>8</sup> Je renvoie ici aux analyses développées par BAYART, J.-F. dans son *L'Etat en Afrique. La politique du ventre*, Paris.

renversement de son pouvoir.

Mais de plus, dans un régime dictatorial en guerre, la contestation "efficace" du pouvoir, celle qui l'a contraint à l'ouverture, n'est pas venue de la société, du "bas". Elle est le fait d'un autre pouvoir, lui aussi armé, construit dans la guerre et qui, dans ses pratiques, son fonctionnement, son expérience et, dans le cas angolais et beaucoup d'autres, son idéologie, participe lui aussi d'une culture d'exclusion, qui n'est pas davantage prêt à tolérer les droits de l' "autre" - à ses yeux aussi un ennemi à abattre -, ou ceux des citoyens, et qui s'est construit lui aussi sur le mépris des droits de l'homme propre à la guerre civile. On n'est donc pas en présence d'une confrontation entre des citoyens et un pouvoir dictatorial pour des droits démocratiques et sociaux. Ces longues guerres ont même, au contraire, réduit à l'insignifiance les mouvements sociaux et les oppositions politiques, ce qu'on appelle aujourd'hui la "société civile", et ce des deux côtés du conflit : même si ces deux pouvoirs sont éminemment dissemblables - puisque l'un est un pouvoir d'Etat (et comme tel inséré dans le système international des Etats) et l'autre un ordre armé -, pour les deux la guerre renforce la capacité de coercition et d'interdiction de tout ce qui est indépendant et non contrôlé, assimilé et amalgamé à l' "ennemi" et à la "subversion", ou considéré comme représentant un affaiblissement inadmissible face à celui-ci ("c'est la guerre"). La contestation politique (ou même sociale) pacifique est ainsi extrêmement difficile non seulement du fait de la dictature légale et de la nature sécuritaire des régimes (ou, évidemment, des guérillas) mais de la guerre elle-même - qui, même dans les démocraties les mieux établies, favorise la répression des voix dissidentes et des mouvements de contestation. Mais cet affaiblissement de "la société" n'est pas seulement le résultat d'une politique du pouvoir: "en bas", en effet, la logique de la guerre elle-même et la menace vitale à la sécurité que celle-ci signifie et que représente "l'ennemi" obligent mais aussi incitent les populations à se ranger dans l'un des camps constitués, ne serait-ce que pour être protégées .

Cette dynamique de non-émergence ou d'étouffement des forces sociales ou politiques non armées du fait de la guerre ressort clairement si l'on compare les cas angolais ou mozambicain avec la situation sous l'apartheid en Afrique du Sud, dans laquelle la lutte armée de l'ANC (et du PAC) n'était pas dominante, structurante, et avait surtout valeur symbolique, laissant l'espace au déploiement d'une lutte politique et d'une contestation civile multiforme, dans laquelle,

malgré la dictature, des forces sociales, religieuses, politiques - les "civics", justement - ont pu émerger. De même qu'il est illustratif de voir comment, "tant qu'il n'y avait pas de guerre en Algérie, ces mêmes forces multiples de contestation ont pu se construire face au pouvoir, et même se confronter à lui (1988), et comment, dès lors que le pays a été polarisé par la guerre civile et l'affrontement entre le terrorisme islamiste et le pouvoir militaire, il est devenu difficile que ces forces pourtant importantes se maintiennent efficacement comme une opposition autonome, sous l'effet bien sûr de la répression "interne" et de la limitation des libertés permises, "justifiées", par la guerre, mais aussi de la bipolarisation imposée ou consentie en fonction de ce que chacun ressent alors comme l' "ennemi principal".

Une autre caractéristique des transitions "sous guerre", dans le contexte de fin de la guerre froide et de la volonté des grandes puissances de mettre un terme à leurs conflits dans le monde (dits par eux "régionaux"), est que, sauf dans le cas (exceptionnel vu la nature la plus courante des deux ennemis armés) où les deux "parties" ont assez de représentativité, d'autorité, de conscience des intérêts de la nation, pour élaborer seules une "sortie de crise", elles impliquent une intervention centrale, officielle, de la communauté internationale, sous des formes qui peuvent différer (Cambodge, Namibie, Angola, Mozambique) et avec des objectifs et des intérêts, une implication, variables (et ces objectifs et intérêts ont différé dans les cas du Mozambique et de l'Angola<sup>9</sup>), mais qui dans tous les cas est autre chose que l'ingérence internationale banale - économique, financière et diplomatique -, à laquelle elle s'ajoute dans les divers cas plus ou moins autonomement; qui est une intervention dans la négociation entre les "parties", dans l'élaboration, l'observation, la "garantie", de projets et processus qui sont à la fois, dans la période du "nouvel ordre international", de paix et de démocratisation. Deux autres cas, inverses, peuvent là encore éclairer la situation angolaise (ou mozambicaine): celui de l'Afrique du Sud où une telle intervention centrale de la communauté internationale n'a pas été nécessaire étant donné la conscience commune des deux "camps" (ANC et Parti national) de la nécessité de mettre fin au conflit et de trouver le chemin de la réconciliation nationale, et de la nécessité, pour ce faire, de démocratiser les institutions et de changer, consensuellement, les règles du jeu poli-

<sup>9</sup> Voir, sur cette différence profonde - et dans une certaine mesure décisive pour le succès ou l'échec des processus de paix en Angola et au Mozambique - de l'implication de la "communauté internationale", MARCHAL, R. & MESSIAH, C., 1998, *Les chemins de la guerre et de la paix. Sorties de conflits en Afrique orientale et australe*, Paris, Karthala.

tique ; celui de l'Algérie où le gouvernement est parvenu, après avoir "interrompu" un processus électoral risquant d'amener au pouvoir par le vote des forces islamistes, malgré certaines pressions (intérieures et internationales), et peut-être à un coût humain très élevé, à empêcher sous couvert de défense de sa "souveraineté" toute intervention de la communauté internationale, et a décidé d'avancer comme bon lui semblait dans l'institutionnalisation de son pouvoir à travers une série d'élections tenues "sous guerre" et sans transparence. On peut aussi noter, à la lumière de ces deux exemples, que, en même temps qu'une intervention pacificatrice de la communauté internationale était superflue en Afrique du Sud, le processus de transition trouvé pour la réconciliation y a impliqué l'inclusion d'autres forces que les deux forces armées dans les instances exécutives transitoires jusqu'aux élections<sup>10</sup>, et que le refus d'une intervention internationale dans le cas de l'Algérie s'est accompagné d'une exclusion de ces autres forces de la décision politique et du refus de considération pour les solutions de sortie politique de la crise élaborées par les forces politiques civiles algériennes<sup>11</sup>, ces deux refus résultant indissociablement du refus du pouvoir algérien d'entamer son monopole décisionnel sur le pays.

Tout cela fait que dans les transitions démocratiques au et pour sortir de guerres, la démocratisation pour les protagonistes armés n'est pas, évidemment, une fin, n'est pas même conçue par les pouvoirs d'Etat comme une "décompression autoritaire" nécessaire, mais le plus souvent comme une imposition extérieure (Angola et Mozambique), éventuellement, si le régime se sent assez assuré (Mozambique), comme un moyen opportun de se légitimer et de désamorcer le danger d'une défaite électorale<sup>12</sup>, alors que, pour les oppositions armées, elle l'est d'une réintégration dans la vie politique et la société voire d'une arrivée au pouvoir<sup>13</sup>; la "réconciliation", résultant surtout de l'impossibilité de la victoire militaire, n'est souvent pas même recherchée, l'objectif étant le maintien ou l'instauration d'un

<sup>10</sup> En dépit de la très forte bipolarisation politique donnée en Afrique du Sud, l'exécutif transitoire mis en place jusqu'aux élections a en effet associé d'autres forces politiques, rompant à cet égard aussi avec un cadre d'affrontement duel (typique de la guerre). Et la forte bipolarisation des votes aux élections de 1994 doit y être analysée dans d'autres termes que ceux où elle est induite par une élimination des autres forces politiques de la période de transition.

<sup>11</sup> Compromis de San'Egidio pour la réconciliation nationale (avec notamment le FLN).

<sup>12</sup> Le FRELIMO a en effet, contrairement au MPLA, "anticipé" les réformes politiques, alors que le MPLA a tenté de les différer et y a été contraint alors qu'il avait déjà dû s'engager dans la négociation avec l'UNITA.

<sup>13</sup> Les situations des guérillas angolaise et mozambicaine sont à cet égard très sensiblement différentes (cf. MARCHAL, R. & MESSIANT, C., 1998, *op. cit.*).

pouvoir hégémonique par d'autres moyens que la guerre, et dans le meilleur des cas elle n'est envisagée que comme nécessaire à la pacification du pays. Et même la paix, objet pourtant principal des "processus" dont est plus ou moins garante la communauté internationale, est pour les deux "pouvoirs armés" conditionnelle, dépendante de ce qu'elle va représenter pour leur accès ou leur maintien au pouvoir.

Si bien que la démocratisation elle-même, "obligatoire" mais non désirée, au mieux instrumentale (pour la paix) aux yeux des protagonistes, et le plus souvent largement formelle (institutionnelle, électorale) pour la communauté internationale, sera inévitablement limitée<sup>14</sup> et entravée<sup>15</sup> pendant la "transition" stricto sensu, et proprement impensée pour l'après-élections<sup>16</sup>. Loin de s'attacher aux problèmes réels liés à ce que la "démocratisation" des régimes ne suffit pas à résoudre le problème de la paix, et que même, et que même, à certains égards, les exigences de la démocratisation et celles de la "réconciliation" peuvent être contradictoires, ces intentions et ces "oublis" aboutissent à renforcer les obstacles. Ces transitions s'effectueront donc dans des conditions "objectives" et "subjectives" particulièrement défavorables, intérieurement, étant donné ce que sont et veulent les deux "parties" aux accords. Et ces conditions seront plus défavorables encore en Angola étant donné les intérêts internationaux en jeu, des intérêts stratégiques et économiques ayant peu à voir avec les nécessités de pacification, et qui de plus vont s'exercer non seulement à côté mais au coeur de l'intervention de la "communauté internationale" dans le processus de paix.

<sup>14</sup> Cf. très généralement et en accord avec la communauté internationale la limitation des droits des citoyens (dont à la justice et à la vérité) afin de ne pas "mettre en danger" la réconciliation, mais très généralement aussi, et d'un commun accord entre les "parties" nationales et la communauté internationale, la préférence pour un processus n'impliquant que les "parties armées", censé être plus "contrôlable" que la "confusion démocratique" (l'expression est de Jonas Savimbi, mais l'idée qu'elle recouvre est largement partagée, même par les "démocrates internationaux", quand il s'agit des processus de paix).

<sup>15</sup> Par l'une ou les deux "parties" bien sûr, mais parfois aussi par la communauté internationale - pour "ne pas mettre en danger le processus".

<sup>16</sup> On peut aussi, sans s'étendre ici sur cette question, opposer deux exemples à cette indifférence de la communauté internationale : celui, encore, de l'Afrique du Sud, où les forces politiques nationales élaborent pour l'après-élection des règles du jeu politique destinées à assurer les conditions du maintien de la paix (et notamment un gouvernement d'unité nationale) ; et celui du Cambodge, où, alors que le processus de paix parrainé par la communauté internationale prévoyait, comme très généralement à l'époque, un lendemain d'élections sur le modèle de "tout le pouvoir au vainqueur", c'est Sihanouk, dont les partisans étaient sortis vainqueurs du processus électoral, qui a pris l'initiative de proposer un gouvernement d'unité nationale.

### 3. Economie politique réelle et transition

Ce que sont le MPLA comme parti-Etat et l'UNITA comme pouvoir armé à l'aube du processus de paix et de démocratisation (1990-91) n'a, quoi qu'ils en disent à l'occasion l'un et l'autre, que de lointains rapports avec ce qu'ils étaient à leur origine de mouvements luttant contre la domination coloniale. L'évolution de l'un ne peut, par ailleurs, être analysée sans celle de l'autre<sup>17</sup> et sans prise en compte des particularités concrètes de la guerre constante qu'ils ont menée depuis l'indépendance<sup>18</sup>. Le fait que l'UNITA soit le type de pouvoir armé qu'elle est devenue constitue sans le moindre doute un obstacle majeur à la démocratisation de l'Angola<sup>19</sup>, et d'abord à sa pacification. Mais je ne m'y attarderai pas ici, non pour minimiser cet obstacle, mais pour analyser l'autre "côté", qui est le plus souvent non analysé, ou considéré comme inessentiel, dans cet échec, ce alors même pourtant que - pour le moins<sup>20</sup>- c'est dans le cadre de l'Etat angolais que

<sup>17</sup> C'est pourtant ce qui est fait à l'envi par nombre non seulement d'hommes politiques mais aussi d'analystes, voire de chercheurs, même après la fin de la guerre froide qui a longtemps polarisé des engagements d'opinions publiques dans le monde et "encadré" la compréhension de certains conflits. La situation étant, à cet égard, assez différente au Mozambique, où, sinon pour de rares chercheurs (Geffray, Cahen notamment), l'impasse a été quasi générale sur les causes internes de la guerre civile, renvoyée presque "universellement" à l'agression extérieure par le moyen des "bandits" de la Renamo; et en Angola où les deux "camps de guerre" ont (jusqu'au retournement récent en soutien au gouvernement du MPLA) trouvé à l'extérieur des relais puissants pour livrer des "analyses" parfaitement borgnes et faisant l'impasse sur les facteurs (et les effets) de la guerre civile de "leur" côté.

<sup>18</sup> Voir MESSIANT, C., 1994, "Angola, les voies de l'ethnisation et de la décomposition. I. De la guerre à la paix (1975-1991): le conflit armé, les interventions internationales et le peuple angolais", in *Lusotopie* (Paris, L'Harmattan/ Bordeaux, Maison des Pays ibériques), 1-2, pp. 155-210.

<sup>19</sup> Paradoxalement en apparence seulement, un plus grand obstacle que la RENAMO au Mozambique - même si leur "différence" ne suffit nullement à expliquer le succès ou l'échec des processus de paix dans les deux pays (cf. R. Marchal & C. Messiant, 1998, *op. cit.*)

<sup>20</sup> Pour le moins en effet, et d'un point de vue pratique pour les faiseurs de paix et leurs analystes, ceux qui en tirent les bilans. Mais aussi à un autre niveau, pour les chercheurs en sciences politiques ou sociales: on ne voit pas, en effet, comment il est intellectuellement défendable de "déclarer" - explicitement ou en le passant sous silence - inessentiel, subalterne, le système politico-social "gouvernemental" pour, en l'occurrence, l'échec de la "transition" (à la paix et à la démocratie), sans en avoir fait l'analyse et avoir ne serait-ce que minimement démontré qu'il l'était.

<sup>21</sup> Les deux parties aux accords de paix de Bicesse sont désignées comme d'un côté "l'Unita" et de l'autre "le gouvernement" - une distinction qui est à la fois d'évidence (quoi qu'ait pu dire l'UNITA, elle n'a jamais été un autre "Etat", mais seulement un ordre, un pouvoir, armé n'ayant ni les mêmes fonctionnements internes ni les mêmes "relations internationales" qu'un Etat) et qui a été extrêmement importante, pas seulement symboliquement, pour le MPLA, étant donné les prérogatives qui lui reviennent du fait de sa souveraineté. Je dois aussi dire que c'est le MPLA que j'ai voulu et pu (dans une certaine mesure) étudier. Il s'agit bien sûr d'un choix personnel de chercheur. On peut aussi noter qu'il n'y a pas eu jusqu'ici d'analyses indépendantes de l'UNITA (même par des "chercheurs sympathisants"), non seulement me semble-t-il du fait qu'une telle recherche indépendante est toujours plus difficile dans une guérilla que dans un Etat où des marges de liberté existent obligatoirement, mais aussi en raison du genre particulier de celle de l'Unita, et notamment de son caractère totalitaire et despotique.

peut ou non se faire la transition démocratique, et d'abord la "réintégration"<sup>21</sup>.

Ce que MPLA et UNITA ont devenu dans la guerre dépend l'un de l'autre, et aujourd'hui encore (1999) l'échec du processus de paix se construit à travers une multitude d'actes et de réactions, les leurs mais aussi ceux d'autres acteurs, internationaux, qui tous contribuent à l'orienter dans une certaine voie<sup>22</sup> (pour lors, celle de l'échec et de la tragédie), sans qu'il n'y ait de déterminisme d'aucun ordre (économique, ou historique, ou culturel<sup>23</sup>). Mais ce long chemin faisant, chaque camp a aussi acquis une logique profonde, des tendances lourdes. C'est vrai pour l'UNITA qui se présente en 1990 comme une force foncièrement réfractaire à la démocratie et comptant d'abord sur la force des armes (qui lui a permis d'imposer des négociations, d'exister politiquement), mais cela est vrai aussi pour le parti-Etat MPLA dont les bases économiques, la culture et les pratiques sont en 1990 étrangères à la démocratie et menacées par celle-ci. On a souvent opposé à la "démocratie socialiste" prétendue des régimes du bloc soviétique le "socialisme réellement existant". Parlante et juste, cette expression recouvrait cependant une réalité surtout politique : celle de l'absence "réellement existante" de droits d'un peuple censé pourtant légitimer - et même "diriger" - ces régimes se disant aussi "populaires", et la réalité de la dictature du parti-Etat. Il me semble qu'il est, au-delà, indispensable d'analyser ces régimes, comme tous les autres, en termes d'économie politique, c'est-à-dire comme des systèmes de domination et d'inégalités particuliers fondés sur certaines ressources - pas seulement économiques - et opérant certains types de redistribution (ou d'appropriation) de la richesse nationale, et recourant à certains moyens de reproduction et de légitimation. L'analyse en termes d'économie politique entendue en ce sens sociologique<sup>24</sup> ne se situe donc pas seulement - et bien sûr - au-delà de l'analyse des discours de légitimation des pouvoirs, mais aussi de celle des "régimes politiques" ou des "modèles économiques", et entend au contraire mettre en évidence l'articulation en un système

<sup>22</sup> Une parution toute récente me semble montrer de façon particulièrement claire comment c'est cet ensemble seul qui peut "expliquer", "construire" l'issue, qui n'était pas fatale, des tentatives de pacification en Angola: le long rapport de Human Rights' Watch sur l'échec du "dernier" processus de paix, *Angola unravels: The Rise and Fall of the Lusaka Peace Process*, 1999.

<sup>23</sup> Je ne fais pas allusion ici aux explications culturalistes de l' "échec des transitions africaines", qui ont évidemment fleuri, refleurit plutôt, puisqu'elles étaient auparavant quasi dominantes pour rendre compte de l' "échec du développement". Mais de la résurgence en ce qui concerne l'Angola, des "explications" ethniques-culturelles du conflit et de la tendance à vouloir l'ancrer dans l'histoire - une histoire souvent reconstruite.

<sup>24</sup> Voir WEBER, Max, 1971, *Economie et société*, Paris, Plon.

des facteurs économiques, politiques, sociaux et symboliques. Là encore donc, l'analyse "typologique" apparaît tout à fait insuffisante voire trompeuse: ainsi, si le "socialisme" angolais est comme lui "marxiste-léniniste", il a peu en commun avec, disons, celui de Cuba (ou même du Mozambique) et, à la fin des années 1980, en fait davantage avec d'autres systèmes africains dits "néo-patrimoniaux"<sup>25</sup>, et avec des pays divers disposant d'une ressource stratégique, quels que soient leur régime politique et le caractère libéral ou étatique de leur économie. Une telle analyse, qui paraît indispensable dans tous les cas, l'est plus encore pour qui veut comprendre la "vraie nature" de ce qu'on a appelé les "transitions démocratiques" des années 1980-90 (en Afrique ou en Europe de l'Est par exemple) sans en rester à l'affirmation d'un dogme - celui de l'équivalence entre libéralisation économique et politique légale et démocratisation -, et au renvoi des éventuels, et parfois flagrants, "démentis" pourtant donnés par la réalité sociale et politique au fait qu'il s'agirait de "démocraties émergentes" ou "embryonnaires" (avec, à l'appui, l'argument rebattu<sup>26</sup> que les démocraties occidentales ne se sont pas faites en quelques décennies mais en plusieurs siècles, etc.), sans s'attacher à mettre au jour les logiques et les dynamiques réelles de ces systèmes censés être "en transition démocratique".

Je vais donc formuler rapidement certaines des caractéristiques qu'a prises le dit socialisme angolais, qui sont le résultat d'une série de processus et d'événements que je ne peux exposer ici mais qui renvoient pour le moins aux articulations d'un tryptique indissociable : la nature du bloc au pouvoir, la guerre et le pétrole. Cela permettra d'indiquer comment ces caractéristiques ont évolué jusqu'en 1990-91 et en quoi elles pouvaient "structurellement" être affectées par le processus de démocratisation institutionnelle depuis (en ne traitant pas ici l'examen de la façon dont elles l'ont historiquement, réellement, été).

<sup>25</sup> Voir particulièrement les travaux de J.-F. Médard et notamment, pour son intérêt pour l'analyse des "transitions", "La crise de l'Etat néo-patrimonial et l'évolution de la corruption en Afrique subsaharienne", Bordeaux, CEAN, 1998, 26p. multigr. (Un assez grand nombre d'auteurs qui caractérisent les régimes africains en général comme "néo-patrimoniaux" s'en tiennent à une acception seulement politique du néo-patrimonialisme quand ils analysent notamment ses conséquences pour les chances de démocratisation; voir, par exemple, de façons différentes, DECALO, S., "The Process, Prospects and Constraints of Democratization in Africa", *African Affairs*, 91, 1992, pp. 7-35 ; ou BRATTON, Michael & VAN WALLE, Nicholas, 1994, "Neopatrimonial regimes and political transitions in Africa", *World Politics*, 46 (4), pp. 453-489).

<sup>26</sup> On notera seulement que cet argument sans cesse avancé - par les régimes pressés à la "transition" et, avec plus ou moins d'insistance, par leurs bailleurs de fonds et partenaires étrangers - fait l'impasse sur une "globalisation" censée pourtant surdéterminer l'évolution partout dans le monde.

Pour résumer, le pouvoir du MPLA après la guerre qui marque l'indépendance se caractérise par sa faible représentativité et légitimité par rapport à celles de mouvements de libération nationale arrivés au pouvoir dans d'autres pays<sup>27</sup>, par sa faible cohésion idéologique, et aussi par son caractère même en son sein très vite répressif (répression exorbitante du coup d'Etat interne du 27 mai 1977). Face à la guerre de l'UNITA et à l'agression sud-africaine qui la soutient, il va développer une politique d'exclusion politique radicale; se constituer, donc, contrairement au modèle le plus commun en Afrique, par divergence et confrontation des élites, non incluses dans le parti unique censé représenter la nation tout entière. De plus, cette exclusion des vaincus de la guerre d'indépendance, ne s'étant pas fondée et appliquée sur une base ethnique mais politique, a cependant, étant donné notamment le tour ethnique des alignements guerriers de 1974-76 entre MPLA, FNLA et UNITA, signifié dès l'origine aussi dans les faits une exclusion - ou, dans le cadre de l'allégeance politique, une subalternisation - d'élites de certaines origines ethniques<sup>28</sup>. La dictature "marxiste-léniniste" et la guerre vont signifier que l'ensemble de la vie politique, économique et sociale (et culturelle) sera sous le contrôle total du parti(-Etat) - sauf pour ce qui lui échappe dans la rébellion armée. Le parti-Etat angolais dispose par ailleurs, en quantité importante (et sans cesse croissante), avec le pétrole, d'une ressource stratégique. Cela va lui donner, en même temps que des recettes en devises très considérables par rapport aux pays qui en sont dépourvus - et donc une position singulière, bien moins critique, dans la "crise africaine" des années 1980, ainsi que des marges de manoeuvre et de négociation incomparables par rapport aux bailleurs de fonds et

<sup>27</sup> FNLA et UNITA ont, comme le MPLA, une représentativité partielle, et c'est le sort des armes qui fait la différence dans la guerre civile et internationale de 1975-76.

<sup>28</sup> J'emploie cette expression et non celle d' "élites ethniques", non seulement parce que le fondement de l'exclusion n'est pas identitaire mais politique, mais aussi parce qu'il me semble au moins insuffisant (pour le FNLA) et même faux (pour l'UNITA) de parler d'élites ethniques en Angola, étant donné le processus de formation des élites sous la colonisation (cf. MESSIAET, C., 1961, *L'Angola colonial, histoire et société. Les prémices du mouvement nationaliste*. Paris, EHESS, 1983, thèse de doctorat de sociologie, vii-591-xxxivp., multigr.). Et la politique discriminatoire affecte bien des élites et non des populations.

<sup>29</sup> Sans même parler de la dernière période où le gouvernement angolais bénéficie à la fois de sa légitimité électorale et de ses richesses pétrolières, la conjonction des deux lui ayant acquis un soutien diplomatique et politique massif de la communauté internationale, c'était déjà le cas pendant la guerre froide et malgré l'opposition radicale des Etats-Unis notamment (qui n'a reconnu le gouvernement angolais qu'en 1993): les revenus partagés du pétrole angolais entre l'Etat et les multinationales surtout alors américaines ont permis, à côté de l'aide soviétique, au gouvernement de mener la guerre contre l'UNITA alliée des USA; l'Angola a été jusqu'en 1987 un "excellent payeur"; même ensuite quand il entre dans la crise, il est bien sûr soumis à des pressions, mais pas à des plans d'ajustement structurel (il ne l'est toujours pas aujourd'hui).

organisations financières internationales, et plus généralement dans ses relations avec ses partenaires étrangers<sup>29</sup>. Or le pétrole constitue une ressource non appropriable individuellement, non dispersable (comme, au contraire, le diamant), dont les revenus reviennent à l'État - c'est-à-dire, dans un régime dictatorial et étant donné les "règles" (peu transparentes) internationales de l'exploitation pétrolière<sup>30</sup>, à ceux qui détiennent le pouvoir d'État. Le pétrole est en outre, en Angola, essentiellement off-shore, physiquement mais aussi économiquement<sup>31</sup>. Cela va se traduire, au fur et à mesure du déclin de la production, par sa constante "valorisation" économique par rapport à toutes les autres ressources du pays; et, cela va signifier, socialement, la possibilité pour le gouvernement angolais de se passer quasiment de la production de sa population, avec évidemment des conséquences socio-politiques importantes<sup>32</sup>. Cela l'amènera en effet, quand l'extension de la guerre, couplée aux dégâts liés à la fois au système économique adopté, défavorable aux paysans, et à la gabegie et à l'incompétence nourries par le caractère politique des promotions, se sanctionnera par la rupture de l'échange entre ville et campagne, à abandonner la paysannerie - plutôt que de la contraindre à produire et à se soumettre, comme ce sera en revanche le cas au Mozambique avec notamment les "villages communaux" et la lutte centrale contre "le féodalisme et l'obscurantisme"<sup>33</sup>- puisqu'il est assez riche pour importer afin de nourrir les villes, et, même, manifester par des dépenses somptuaires la puissance de l'État<sup>34</sup>, et aussi afin de con-

<sup>29</sup> Le cas le plus notoire aujourd'hui, étant donné les "scandales" auquel il a donné lieu en France, est celui de la compagnie Elf, mais l'"informalité" et les rapports clientélistes (commissions, non-enregistrement dans les recettes, etc.) sont très ancrés dans ce secteur de pointe du capitalisme international.

<sup>31</sup> Il constitue une économie d'enclave qui n'est pas régie par le système socialiste (voir FERREIRA, M. E., "La reconversion d'une nomenclature pétrolière", *Politique africaine* (Paris, Karthala), pp. 57, mars 1995.

<sup>32</sup> On doit aussi noter que, de l' "autre côté", l'importance de l'aide apportée par l'Afrique du Sud puis par les États-Unis et d'autres pays occidentaux et leurs alliés (aide militaire, financière, diplomatique, etc.) va elle aussi permettre à l'UNITA de dépendre dans une mesure beaucoup moins grande que nombre de guérillas de l'"exploitation" des populations qu'elle contrôle (et, à cet égard aussi, de l'utilisation systématique de la terreur - la différence avec la Renamo étant ici extrêmement forte), et de leur apporter en revanche, dans ce qu'elle appelle ses "terres libres" de Jamba, (par exemple par des bourses d'études dans des pays amis), des conditions matérielles (dont la santé) et même sociales et culturelles supérieures à beaucoup de guérillas. Cette "richesse" des deux partis armés, fondée sur leur insertion internationale (très différente, évidemment, dans les deux cas) a donc puissamment contribué au renforcement des moyens de domination de chacun des deux pouvoirs sur "leurs" populations, non seulement, de leurs moyens militaro-policiers, liés au conflit (*cf. supra*) mais de leurs moyens socio-économiques.

<sup>33</sup> Il faut en effet aussi mettre en rapport ces combats idéologiques sensiblement différents des deux régimes avec l'ensemble de leurs moyens de domination (en Angola, le pouvoir ne réprime pas mais abandonne et ignore les porteurs - les chefs "traditionnels" - de cet obscurantisme).

<sup>34</sup> Celle-ci n'est pas seulement possible, elle est aussi nécessaire. Il me semble qu'il ne faut, en effet,

solider les privilèges légaux d'une nomenclature dont la cohésion et la loyauté seraient sinon fragiles. Ces privilèges, la pénurie, la corruption, n'ont dans un premier temps rien de qualitativement exceptionnel par rapport à d'autres pays "communistes", même en paix et ne disposant pas de cette considérable ressource qu'est le pétrole, même si les paysans y sont plus fortement marginalisés. Est à l'oeuvre le type de "compromis social" qu'on y trouve généralement, dans lequel l'absence de ce que ces régimes intitulent les "libertés formelles" (c'est-à-dire les libertés et droits civiques fondamentaux) intrinsèque à la dictature du parti-Etat est "compensée" par l'existence des dites "libertés réelles": moyens de reproduction et de subsistance, même austères, éducation, santé; le contrôle totalitaire du parti sur l'Etat, exercé de plus en plus exclusivement par le Bureau politique (et non plus même le Comité central) du parti, l'est cependant collectivement, en fonction de la "loi" du parti, celui-ci fournissant "en retour", conjointement aux organisations de masses dans lesquelles il encadre la population, la seule voie de promotion - et même de satisfaction des aspirations les plus légitimes -, celle par laquelle il faut passer pour avoir accès à des biens, services, avantages, études, carrières, etc. Un régime de ce type assure donc aussi, dès lors qu'il parvient à durer, une certaine incorporation de la nation - et cela est vrai même, dans le cas de l'Angola, malgré la guerre et la "divergence des élites": sur la base obligatoire de l'allégeance politique - au départ à la fois celle à l'idéologie marxiste-léniniste officielle et celle à la lutte contre les ennemis politico-militaires (exclus de la nation et du peuple comme "fantoques") -, cette réduction des voies possibles de promotion à celles légitimes va amener des gens de toutes les régions, ethnies, couches sociales, à entrer dans le parti s'ils le peuvent<sup>35</sup>, à défaut dans les organisations de masse, afin d'obtenir ces avantages relatifs. On doit noter aussi que la confusion du bien public et du bien privé, l'appropriation privative du premier, est en quelque sorte intrinsèque à un tel régime: en effet, si l'idéologie "égalitaire", celle de "l'Etat du peuple", interdit que l'échelle des salaires monétaires soit très large - et en

pas seulement rapporter les (extravagantes) dépenses de l'Etat angolais marxiste-léniniste, notamment dans ses représentations diplomatiques ou économiques (mais aussi pour, par exemple, certains de ses étudiants boursiers) à l'étranger et, en Angola même, dans la fréquence des conférences, le nombre des visiteurs, internationaux, et le faste qui les entourent, à sa possibilité (grâce à la rente pétrolière), mais bien à la menace à sa souveraineté, et à la fragilité de leur légitimité internationale.

<sup>35</sup> Cf. le "o partido não é para quem quer, mas para quem merece", cette "loi du parti" s'exerçant à la fois par l'exclusion politique de catégories du peuple (les entrepreneurs, les croyants par exemple), et par l'exclusion d'individus, qui peut être décrétée par des structures de différents niveaux, pour non-conformité à la "morale socialiste".

Angola jusqu'en 1990, cette échelle restera de fait très réduite (de un à sept environ) -, c'est par les biens, avantages, services non comptabilisés, non monétarisés, concédés par "le parti" à travers les *credenciais* et *requisições*, que passent les différences entre "le peuple" et les différents échelons de la nomenklatura officielle ; et ces avantages sont toujours aussi de l'ordre du "privé", qu'il s'agisse des voitures ou des appartements "de fonction", de leur équipement et de leur entretien, des devises pour les voyages "de service", de l'accès à prix officiels (subventionnés par l'Etat) à des magasins et des biens auxquels le commun du peuple n'a pas (légalement) accès, etc. "Classiquement" encore, donc, un tel système, en Angola comme ailleurs, dès lors qu'il repose sur l'inégalité de l'accès aux biens entre la nomenklatura et le peuple et sur la seule "loi" - donc l'impunité - du parti, est particulièrement propice au (ou, plutôt, obligatoirement producteur du) développement de la corruption - au sens, ici, de l'abus individuel de position et de pouvoir -, celle-ci prenant de l'ampleur, en même temps qu'une fonction sociale et une "valeur" accrues, au fur et à mesure que la gabegie liée aux critères politiques-partisans de nominations<sup>36</sup> et à la bureaucratisation réduit l'ampleur des dites libertés réelles - notamment la satisfaction des besoins de subsistance élémentaires - et aboutit à une économie de rareté.

L'existence de l'informel et de la corruption est ainsi le corollaire obligé de la rareté, de la dictature et de la gestion administrative. Avec un cercle vicieux, donc, dès lors qu'aucune garde-fou, si ce n'est celui "du parti" lui-même - qui laisse faire, manipule, contrôle ou réprime cette corruption en fonction de ses propres critères (et luttes internes).

En Angola comme dans les autres régimes communistes, et d'autant plus que par ailleurs la guerre va absorber une part plus importante des ressources et détruire les capacités de production, va de fait émerger "à côté" de l'économie officielle une économie informelle, née de la conjonction de certaines mesures prises par l'Etat lui-même pour "compenser" la pénurie (auto-consumo), de la "débrouille" individuelle et de la corruption des "serviteurs de l'Etat" :

<sup>36</sup> Jouent en effet non seulement, massivement, le critère partisan, mais aussi les rivalités et les équilibres entre diverses factions au sommet du régime. D'où l'importance, aussi, pour l'ampleur et la "qualité" de la corruption, pour ses effets stabilisateurs ou au contraire désagrégateurs, de la composition du "bloc au pouvoir", de sa cohésion, etc. Il est par exemple clair en Angola que tant la faiblesse globale de l'adhésion au "socialisme" parmi les dirigeants que l'existence de divisions (parfois profondes, mais selon des lignes multiples) dans le bloc au pouvoir tel qu'il se "solidifie" en 1977-78, vont être des facteurs très importants dans la rapidité et l'ampleur de l'appropriation privée du bien public

<sup>37</sup> Sur cette question aussi, il me semble important de prendre en compte dans le développement du phénomène, outre sa "nécessité structurelle" - la corruption et l'illégalité étant la face cachée de ces

c'est la pratique qui se développe à un niveau individuel des détournements et des vols sur les lieux de production et de travail<sup>37</sup>, ce sont surtout bientôt, pour répondre aux besoins les plus essentiels que l'Etat remplit de moins en moins (dont l'alimentation, l'habillement), les multiples initiatives prises en dehors de l'Etat et contre sa légalité, et de plus en plus organisées, pour vivre de la vente de produits détournés ou importés en contrebande: c'est le temps de la *candonga*, le marché noir, illégal, dénoncé et périodiquement réprimé<sup>38</sup>. Il y a vite en Angola des différences significatives par rapport à d'autres pays "socialistes": ce marché y prospère davantage, et sa place relative par rapport à l'économie formelle est vite forte, avec l'élargissement constant et tôt exceptionnel de la différence des cours officiel et réel du dollar, liée au maintien d'un taux de change officiel inchangé, à la pénurie, au régime des versements en dollars des revenus pétroliers, à l'importance de la "subvention" de l'Etat à la nomenklature, à la corruption aussi de fonctionnaires de l'Etat ou des entreprises publiques: même s'il est dénoncé (et, alors, souvent perçu) comme "extérieur à l'Etat" et catalogué comme "crime économique", ce marché suppose en effet des ententes avec ses agents, et se fait aussi très vite à l'initiative de certains de ceux-ci, notamment ceux qui "disposent", vu le secteur d'exercice de leur charge, de biens particulièrement valorisés sur le marché illégal<sup>39</sup>.

Pendant un temps cependant, et même si la corruption, et surtout le jeu sur le taux de change, vont tendre à se diffuser au sein de la nomenklatura, on reste dans un système "socialiste" "classique" dans ce sens non seulement que le marché "noir" est stigmatisé et que la répression est la règle pour les "trafiquants", c'est-à-dire les indépendants (et ce même à un niveau très bas), mais que la corruption n'est pas généralisée, que le parti-Etat la couvre essentiellement pour des raisons politiques, mais qu'il la limite aussi dans ses rangs, éventuellement même la réprime (notamment en "remplaçant" des

régimes mais aussi une condition de leur maintien - dans des économies de rareté de ce type, certains facteurs politiques, non seulement ceux liés aux aspirations et aux divisions au sein du pouvoir "marxiste-léniniste", mais aussi certains "effets" sociaux de la répression du coup d'Etat de 1977 qui aliène au pouvoir une partie de sa base sociale, notamment urbaine et populaire, et qui légitime plus que dans d'autres cas aux yeux de celle-ci tant l'absentéisme ou le "non-travail" au travail que des pratiques comme les vols, le coulage, la perruque.

<sup>38</sup> En Angola pour des raisons d'ordres divers, ce sont les *regressados* (Angolais nés ou ayant vécu au Zaïre et rentrés après l'indépendance) qui sont à l'initiative et à la pointe de cette économie informelle qui surgit largement hors du parti-Etat. Cette spécialisation d'un groupe identitaire (en outre fortement connoté avec le FNLA) aura bien sûr aussi des conséquences sociales et politiques.

<sup>39</sup> Très tôt aussi l'accès aux postes de ministres et de directeurs a été utilisé par certains pour s'approprier individuellement des "morceaux" de l'Etat et de ses privilèges, commençant ainsi à se créer des clientèles.

dirigeants compromis à certains postes particulièrement favorables à son "exercice"), elle n'est pas au coeur de la domination du parti-Etat, qui repose toujours essentiellement sur l'appropriation opaque de la rente pétrolière et son allocation, arbitraire mais "globalement légale", de privilèges à la nomenklature par l'attribution de postes dans le parti, l'Etat et les entreprises, et - bien sûr - sur la dictature de parti unique.

La richesse pétrolière, l'importance dès l'origine de divisions internes au "bloc au pouvoir", l'impossibilité d'expression politique de ces divergences et la nécessité de les "gérer", vont cependant se traduire d'abord par une augmentation du nombre des privilégiés et de l'ampleur de leurs privilèges, amenant un renforcement de la nomenklature et sa dissociation rapide des aspirations du simple "peuple", et aussi, en même temps qu'un aiguïsement des luttes individuelles et factionnelles pour les places, un renforcement de sa cohésion et l'"enrichissement" de ses ordres d'intérêt<sup>40</sup> dans "le système" et face à ceux qui le menacent. Dans la mesure où le parti dirige l'Etat, il exerce bien cependant une certaine régulation collective, même si celle-ci s'exerce en fonction de critères intrinsèquement exclusivistes et arbitraires, est interne aux bénéficiaires et tend à être monopolisée par le sommet de la nomenklature.

Mais ce n'est pas sur une économie politique de ce type que va se greffer la dite "transition démocratique" angolaise à partir de 1990-91. Un tournant qualitatif est en effet pris alors que l'Angola est encore fermement "marxiste-léniniste", et sans transformation du système socio-politique légal, à la fois progressivement du fait de la dynamique même de ce premier "socialisme" angolais (et de ses tendances contradictoires) et de l'extension de la guerre, et décisivement après que la chute du prix du pétrole au milieu des années 1980<sup>41</sup> amènera le pouvoir angolais à certains choix et non d'autres<sup>42</sup>. Là encore, il serait nécessaire d'examiner non seulement dans son "type" mais dans son histoire concrète et dans l'ensemble de ses aspects (économiques, politiques, sociaux, culturels et symboliques) ce passage puis ce déploiement pour comprendre la substance des transfor-

<sup>40</sup> Aux positions idéologiques, aux aspirations sociales des élites coloniales investies dans l'Etat indépendant, aux liens familiaux, amicaux, etc., aux rejets parfois existentiels de l'ennemi, viennent s'ajouter des intérêts économiques et sociaux de plus en plus importants.

<sup>41</sup> Avec l'importance, à cet égard, de la concomitance de l'extension de la guérilla de l'UNITA permise par la politique de Reagan lors de son second mandat, et de la chute des prix du pétrole.

<sup>42</sup> D'une certaine manière, le congrès du MPLA de 1985 marque cette réorientation - moins cependant par les résolutions qu'il prend que par la modification des rapports de force internes qu'il scelle, et par la dynamique qu'il laisse faire.

mations auxquelles donnera lieu le changement ultérieur de la légalité économique et politique, mais il n'en est pas question dans ces notes préalables, où je m'en tiendrai donc, encore, à un exposé schématique. La guérilla de l'UNITA, soutenue par l'Afrique du Sud et une large part du "camp occidental", va pouvoir, grâce à cette aide mais aussi sur la base de l'abandon de la population rurale par l'Etat angolais, gagner de nouvelles régions, et le coût de la guerre pour le gouvernement<sup>43</sup> ne cessera d'augmenter. Il n'est cependant pas question pour l'Etat de réduire le coût de l'affirmation de sa souveraineté, d'autant moins que celle-ci est contestée, et il est de moins en moins envisageable, politiquement pour le pouvoir et socialement pour les membres de la nomenklature, de voir leurs privilèges "légaux" (base de tous les autres) réduits, voire leurs pratiques informelles, leur corruption et leurs abus de position réprimés<sup>44</sup>. La réorientation se fait au contraire dans le sens d'une diminution de la redistribution à la population et d'une augmentation de l'appropriation privative du bien public au bénéfice de la nomenklature et d'autres bénéficiaires du régime (cf. infra), non seulement par l'accumulation d'initiatives individuelles<sup>45</sup> mais sous la houlette de l'Etat lui-même, le gouvernement modifiant ses priorités, notamment en matière sociale - avec une réduction drastique des budgets de la santé et de l'éducation, austérité oblige - et, puisque la production nationale est de plus en plus carente, en matière d'importation : celle de voitures individuelles, de plus en plus "haut de gamme", se substitue au remplacement des transports collectifs, celle de générateurs électriques, de réservoirs d'eau individuels, à celles nécessaires à l'entretien des réseaux publics, celle de biens de consommation de luxe à celle des biens de consommation les plus essentiels à la survie de la population<sup>46</sup>.

Qu'ils leur soient accordés gratuitement en fonction de leur place dans la nomenklatura ou qu'ils doivent les payer, les bénéficiaires de ce système, de plus en plus inégalitaire même au niveau des

<sup>43</sup> Ce coût sera cependant très largement assuré par les pays "frères", et d'abord l'URSS, envers laquelle la dette accumulée de l'Angola n'est toujours pas réglée aujourd'hui (elle ne l'est pas en devises, mais se "négocie" par des reconversions diverses).

<sup>44</sup> Et parfois déjà leurs grands trafics, dont celui de diamants, qui a déjà donné lieu à une purge opaque de la police politique.

<sup>45</sup> Il y a bien cette accumulation : ce ne sont d'abord que certains membres de la nomenklature qui se sont engagés dans l'économie informelle, mais celle-ci ne cesse de "recruter", et on peut à partir d'un certain moment dire que la nomenklature comme groupe social, après l'avoir condamnée, "décide" de rentabiliser ses privilèges dans l'informel.

<sup>46</sup> C'est à la même époque que disparaissent les bichas à la porte des magasins - vides - du peuple, disparition qui marque visiblement et symboliquement cette modification, et qu'apparaissent les whyskies douze ans d'âge - ceux-ci traduisant également un changement des "valeurs" de la nomenklature, qui s'engage dans une logique de "distinction" (Bourdieu) .

seuls biens et services rendus accessibles par l'Etat aux uns et non aux autres, ne doivent les payer qu'au prix officiel, subventionné par l'Etat, alors que le peuple ne trouve plus dans "ses" magasins les produits essentiels à sa subsistance, qu'il doit désormais chercher "sur le marché" - illégal - où les prix sont eux adossés au dollar, dont le "cours réel" ne cesse de grimper. La différence entre cours officiel et cours réel des devises dans les économies administrées à monnaie non convertible y est toujours un des moyens d'enrichissement des nomenklatures. En Angola cependant, cette différence devient proprement exorbitante<sup>47</sup>: alors que l'Etat maintient un cours officiel de 30 kwanzas pour un dollar (ce jusqu'en 1991), en 1984 à l'aube de cette "révolution silencieuse" de l'économie politique angolaise, il est déjà vingt fois supérieur "sur le marché" (celui des biens, et celui des devises, illicites), il le sera 60 fois dès 1986, pour friser les 100 fois au début de 1989. La société angolaise, du haut en bas, entre dès lors dans une autre économie (et une autre logique sociale, cf. infra) - que l'Etat angolais va d'ailleurs bientôt consacrer<sup>48</sup> et promouvoir en effectuant une redistribution délibérément orientée non vers la simple consommation personnelle ou la distribution à ses proches mais vers la revente sur le marché "informel"<sup>49</sup>, une redistribution qui se fait en dollars mais toujours aussi en biens à prix officiels, ceux-ci devenant dans la nouvelle économie de véritables "équivalents-dollars". Articulée à l'économie "publique" et contrôlée par le parti-Etat (mais de plus en plus, cf. infra, par le sommet du pouvoir, dont les centres se sont, aussi, déplacés) va ainsi se déployer une économie dollarisée, parasitaire, spéculative, fondée sur les importations et contribuant à la destruction de la production nationale (et de plus en plus concentrée à Luanda où arrivent les importations et où se concentre toujours plus la nomenklature, dans un mouvement différent de celui de la population fuyant les zones de guerre). Une telle économie profite évidemment à des "délinquants" indépendants, contrebandiers, trafiquants, voleurs de biens publics. Mais ces indépendants sont vulnérables à la répression de l'"Etat socialiste", et leur (éventuelle) fortune reste précaire. D'où la nécessité des alliances, et des ententes, avec les "représentants de l'ordre" et avec des travailleurs, ou à un niveau d' "affaires" plus important, des responsables d'entreprises

<sup>47</sup> Je n'examinerai pas ici les raisons de cette flambée. Le "profit" moyen tiré de cette différence dans la plupart des pays "socialistes" est de l'ordre de 10, voire 20 pour cent.

<sup>48</sup> En ouvrant par exemple de nouveaux magasins pour les responsables où ceux-ci peuvent, comme les diplomates, acheter avec des dollars dont ils n'ont pas à justifier la provenance.

<sup>49</sup> Comme le montre à l'évidence la composition des *cabazes*, et notamment des *cabazes* dits "complémentaires" auxquels ont droit les diverses catégories de bénéficiaires.

publiques (port, aéroport, importateurs et distributeurs publics...) et avec des détenteurs d'autorité ou d'impunité qui peuvent leur assurer une protection contre une répression et leur ouvrir l'accès à des biens et marchandises publics, et auxquels eux-mêmes apportent, outre un "savoir-faire", une "couverture" bienvenue pour ces responsables publics dans un régime socialiste comme continue à l'être le régime angolais. Le nombre des membres de la nomenklature et des "représentants de l'ordre" qui franchissent le pas du vol et du détournement du bien public augmente évidemment dans ces conditions de profit et d'impunité (cf. infra). Mais c'est bien, au-delà, d'une économie politique nouvelle, d'un système social qu'il s'agit. Elle dépend du système de pouvoir et profite d'abord, et structurellement, à la nomenklature : c'est l'économie informelle, désormais principalement alimentée par les dollars du pétrole qui sont les dollars du parti-Etat et par les marchandises importées par l'Etat qu'on retrouve sur les marchés, qui assure à la nomenklature la rentabilisation de ses privilèges légaux, pour lesquels elle constitue un formidable démultiplicateur de valeur<sup>50</sup>. Cette articulation sous l'égide de l'Etat-parti entre le système "légal" d'inégalités (le système nomenklaturiste) et l'économie informelle est ainsi créatrice d'inégalités sociales démultipliées elles aussi. Car "le peuple" ne trouve plus les marchandises à prix officiel qui lui sont nécessaires, alors que ses salaires, restés proportionnés à ces prix, sont vite devenus insuffisants, puis absolument dérisoires. Lui aussi est donc engagé dans cette économie informelle au niveau où il le peut : elle est devenue, du fait de sa "misère légale", nécessaire à sa simple survie, comme elle l'est pour les cadres au maintien de conditions de vie simplement "décentes". Mais ce sont l'ensemble de ses conditions sociales d'existence qui sont progressivement atteintes quand la poursuite de l'appropriation privée du bien public se traduit corollairement pour lui par un délabrement constant des services de santé et d'éducation - eux aussi toujours satisfaits en partie par l'Etat, pour les bénéficiaires du régime, privativement<sup>51</sup>.

<sup>50</sup> Instantanément et notablement, avec l'apparition des kinguilas qui changent les dollars, dans quelques endroits de Luanda d'abord, puis dans un nombre de plus en plus grand de rues, mais aussi avec l'échange", à la porte même des hypermarchés auxquels la nomenklature a accès, des chariots de caisses de bière qu'elle vient d'acheter, pour l'équivalent de leur prix en dollars sur le marché.

<sup>51</sup> Si, par exemple, la nouvelle "ressource" qu'est la rentabilisation de leurs dollars d'Etat sur le marché permet aux bénéficiaires du régime de payer eux-mêmes sur place, entre autres choses, des explicadores privés, l'Etat continue à sélectionner ses fidèles pour des bourses (luxueuses) à l'étranger, parfois très tôt dans le parcours scolaire, parfois pour des familles entières. Il se produit également une inflexion dans les modes de légitimation, et dans les stratégies : alors que dans le premier temps la "seule" position politique assurait position sociale et capacités de reproduction, il y a désormais constitution (sur cette base, certes) d'une élite sociale et culturelle que légitime aussi

Dans cette deuxième phase du “socialisme réellement existant”, les bases de reproduction et la logique de fonctionnement du système ont donc profondément changé: fondé toujours sur l’appropriation d’une part des recettes du pétrole par le sommet du pouvoir hors de tout contrôle et sur la domination du parti unique et l’absence des droits de citoyens, ce système se développe non seulement en contradiction de plus en plus flagrante avec le discours de légitimation du régime (“le plus important est de résoudre les problèmes du peuple”) mais avec sa légalité, aussi arbitraire puisse être celle d’un parti unique. Ce ne sont pas des “trafiquants”, ou des agents de l’Etat malhonnêtes (même nombreux) qui subvertissent et sapent le régime socialiste, mais bien “le MPLA [qui] vole”<sup>52</sup>. Le régime lui-même fonctionne en toute illégalité. La corruption (prédation, abus de position, trafic de devises, etc), loin d’être un épiphénomène, est bien désormais, comme l’analyse Médard<sup>53</sup>, au coeur des logiques d’accumulation des biens politiques et économiques dans le cadre de stratégies de consolidation du pouvoir où économique et politique sont indissociables, et où le politique domine, car si cela passe désormais par l’arbitraire et l’illégalité, l’économie réelle dollarisée, illégale, se développe sous le couvert de et imbriquée à une économie et à des privilèges légaux (eux encore largement non monétarisés), et tout dépend de l’Etat - et de plus en plus davantage de qui est au pouvoir (*cf. infra*). Par rapport aux partis uniques africains non “socialistes”, l’inexistence d’une propriété privée nationale légale (sauf à des niveaux très subalternes) et le fait que hors pétrole l’enrichissement voire, pour une infime minorité, l’accumulation ne repose pas sur la production mais sur la spéculation à partir de ressources extorquées, fait aussi qu’il n’y a pas formation de forces économiques privées qui puissent gagner, avec une certaine légalité, une mesure d’autonomie par rapport au parti-Etat, mais au contraire un renforcement constant de la domination de celui-ci.

Mais on est aussi entré dans une autre logique sociale: le “compromis social classique” dans les régimes dits “socialistes” par lequel ceux-ci assurent, même à un niveau très médiocre, les “libertés réelles” - des “droits” économiques et sociaux - à la population n’a plus cours, avec, au contraire, un processus qui se reproduit et s’approfondit d’abandon toujours plus grand des fonctions sociales<sup>54</sup> et son “savoir” (avec aussi le retour des “doutores” dans le vocabulaire).

<sup>52</sup> Comme le diront (après la libéralisation) des graffitis sur les murs de Luanda.

<sup>53</sup> Cf. MÉDARD, J.-F., 1998, *op. cit.*

<sup>54</sup> A partir de 1987, cette dynamique prendra encore une autre inflexion avec l’arrivée de l’aide humanitaire internationale, qui “permettra” à l’Etat angolais de “remettre” à la communauté internationale une partie du soin de s’occuper (très insuffisamment) des besoins des plus démunis.

administratives, gouvernementales de l'Etat, au profit de son renforcement comme lieu de ponction et d'accumulation (et comme appareil de guerre et de coercition). C'est un autre "compromis social" qui s'est mis en place, d'essence néo-patrimoniale : outre le vol, le détournement, la revente, qui sont devenus les moyens obligatoires de s'assurer un revenu pour la population, mais qui sont soumis à l'insécurité et à la répression, et qui suffisent toujours moins à satisfaire ses besoins essentiels, c'est la recherche de protections et de *cunhas* qui devient le "meilleur" moyen d'existence - le plus profitable et le plus sûr. Or la rentabilisation qu'ils peuvent opérer sur le marché de leurs privilèges légaux et l'impunité dont ils jouissent mettent les membres de la nomenclature et les autres bénéficiaires du régime en position d'opérer une redistribution plus ample et plus diversifiée - de biens, de services, de postes "profitables", de bourses, stages, d'accès privilégié à des soins médicaux à l'étranger, etc. -, de se créer ainsi de véritables clientèles. Avec la prédation au sommet et la corruption systémique, les mécanismes de redistribution clientéliste revêtent désormais un rôle central, tant dans l'approfondissement des inégalités et la formation de classes sociales, que "pour la stabilité politique du régime, cette forme de redistribution étant la seule façon de légitimer le pouvoir alors que la richesse est extorquée"<sup>55</sup>. L'"autorité" du parti-Etat dépend toujours plus de sa maîtrise de la redistribution hiérarchisée à la nomenclature et aux seuls secteurs ou couches jugés stratégiques, ceux-ci la rentabilisant en infraction à la légalité "socialiste" et faisant pour leur part descendre, en marge aussi de cette légalité, à travers des réseaux de types divers de clients (familiaux, politiques, amicaux, régionaux, ethniques - ou, plus souvent, micro-ethniques -) des miettes de ces privilèges jusqu'à certaines parties de la population. A la capacité "classique" des régimes communistes d'encadrer la population dans des "organisations de masse" se substitue l'efficacité de la dépendance au long de ces chaînes clientélistes, assurant une autre forme de contrôle social, et d'autres bases d'adhésion - d'adhérence, plutôt, pourrait-on dire -, et d'allégeance politique au régime.

<sup>55</sup> Voir MÉDARD, *op. cit.* Dans cette configuration singulière qu'introduit en Angola la conjonction d'un très profond abandon social des populations et d'une très forte rentabilisation par l'économie illégale, le système clientéliste "fonctionne" et a une efficacité même en l'absence de "corruption" (au sens de vols, ententes avec des trafiquants, monnayage des services qu'on contrôle, etc.) des individus. Si cette corruption-là est systémique, elle n'est longtemps pas généralisée, et il reste (aujourd'hui encore) des responsables de l'Etat, qui sont "honnêtes": c'est que, indépendamment des qualités personnelles requises pour continuer à l'être, le "simple" échange sur le marché de leurs avantages légaux - lui, généralisé - leur permet un enrichissement incomparable et les met en position de "patrons" de clientèles.

C'est bien d'une dépendance au régime qu'il s'agit puisque le nouveau clientélisme repose sur la domination du parti-Etat, mais qui, selon la logique néo-patrimoniale, se fait de moins en moins sur une base collective. A d'autres égards en effet, le régime s'est modifié: au sommet, à la centralisation du pouvoir liée à la guerre vient s'ajouter la centralité accrue de la "ressource" que constitue la ponction directe du pétrole par ceux qui la verrouillent, et qui donc dominent la nouvelle redistribution, c'est-à-dire non pas le parti (i.e. son Bureau politique) en tant que tel, ni le gouvernement, mais la Présidence. Il n'y a de ce fait<sup>56</sup> pas en Angola d'évolution du type qu'ont connu certains régimes "communistes" avec une (relative) autonomisation du gouvernement, celui-ci sécrétant "par fonction" des hommes et des valeurs "technocrates" et gestionnaires - et de potentiels "réformateurs" - et produisant au sein même des nomenklatures des tensions et des contradictions. En Angola, au contraire, parler du "gouvernement" pour désigner le centre réel du pouvoir devient de plus en plus inadéquat (même si le mot vient sous la plume par facilité). Mais cette absence de pouvoir décisionnel du gouvernement renvoie de moins en moins, par ailleurs, à la domination du "parti" - évidemment pas des "militants" (dès l'origine et par essence, mais moins encore en Angola après le coup d'Etat de 1977), et pas non plus du Comité central et des congrès "souverains", mais plus même de son Bureau politique en tant qu'organe de pouvoir collectif. C'est toujours plus le Président, chef du parti, des armées, des polices et verrou des ressources pétrolières qui décide (en arbitrant bien entre les groupes ou factions, les intérêts, qui y sont représentés, dont il doit donc tenir compte), et qui, notamment en "faisant monter" des hommes dans son entourage ou au gouvernement hors des décisions du parti (et commençant donc à inverser l'ordre légal des systèmes communistes qui donne au parti le "rôle dirigeant"<sup>57</sup>), modifie dans le MPLA les rapports de forces entre

<sup>56</sup> C'est je crois essentiel, mais d'autres facteurs - et notamment la nature, l'hétérogénéité, l'évolution du bloc au pouvoir lui-même - ont joué aussi dans ce sens, favorisé ce transfert (et pas, par exemple, celui d'un autre type, à l'armée (l'état-major) notamment, comme cela est le cas du pouvoir de décision réel en Algérie, alors même pourtant que, contrairement à l'Angola, le pays n'est pas en guerre. Là encore une analyse socio-historique concrète est nécessaire pour rendre compte des évolutions du système, des rapports entre civils et militaires (qui ne constituent pas, bien sûr, des "blocs" homogènes) au sommet du pouvoir, et plus généralement des remaniements des rapports et rapports de force au sein de celui-ci et de la nomenklature.

<sup>57</sup> Promus par le Président ailleurs que dans le parti et discrétionnairement, ces/ses hommes s'y intègrent ensuite, en position de responsabilité, sur la base de cet itinéraire non partisan mais présidentiel. Il me semble que cette évolution angolaise est sensiblement différente de celle à la centralisation du pouvoir entre les mains du "secrétaire-général" (aussi président de la République) inhérente aux dictatures communistes, et cela du fait même d'une néo-patrimonialisation fondée sur l'extorsion de la rente pétrolière.

intérêts et factions au bénéfice premier d'un renforcement de son pouvoir personnel.

Il est clair, en outre, qu'à tous les niveaux, le tournant clientéliste secrète de puissantes forces centrifuges au sein de la nomenclature et un aiguisement de ses rivalités. De nouvelles concurrences, dans lesquelles les capacités d'enrichissement deviennent le signe et la sanction des rapports de force politiques, s'ajoutent aux divisions originaires multiples mais jusqu'alors non congruentes<sup>58</sup>, tendant de ce fait à une cristallisation en factions. Ce tournant amène aussi la formation ou la consolidation d'alliances (encore cachées) avec les "entrepreneurs indépendants" que le régime prohibe mais secrète, accentuant encore le caractère factionnel des luttes internes au parti-Etat. Collectivement aussi, alors que la dissociation de la nomenclature par rapport au peuple (par rapport à ses besoins mais aussi désormais dans son mode de vie) s'est approfondie et qu'elle commence à la légitimer par une évolution de ses représentations et de ses "valeurs"<sup>59</sup>, la politique est faite et le pouvoir s'exerce de plus en plus dans une logique de reproduction en fonction d'intérêts non nationaux mais factionnels.

En outre, dans la désinstitutionnalisation qui caractérise cette évolution néo-patrimoniale, si la nomenclature légale reste collectivement la bénéficiaire du régime, tant le sommet du pouvoir que chacun de ses responsables tend à se constituer des alliés ou des clientèles avantageuses, voire nécessaires - et en tenant compte du système "réellement existant". La nomenclature "légale" n'est plus seule à profiter directement du régime, celui-ci, et d'abord la présidence, étendant le cercle des bénéficiaires des redistributions (et des passe-droits, des licences d'importation, etc.) à des individus choisis au sein des secteurs considérés comme stratégiques - c'est, symptomatiquement, le cas pour les "organes de communication de masse" - ou à des "alliés" même extérieurs au parti. Ce n'est plus la position dans le parti-Etat en tant que telle qui est déterminante, mais la situation de chacun par rapport aux centres et hommes de pouvoir et les relations avec eux. Il y a toujours - et toujours décisivement - une dictature du

<sup>58</sup> En fonction d'enjeux concrets de divers ordres (politique, idéologique, social, culturel), en effet, des regroupements ou oppositions se sont formés depuis l'indépendance dans le parti-Etat qui l'ont divisé selon des lignes de clivage propres à chaque enjeu - même si bien sûr, l'issue donnée à chacune de ces "luttes" amène un remaniement des clivages. Le tournant clientéliste amorce une certaine cristallisation de factions sur la base d'intérêts économiques - que viendra éminemment renforcer la "transition libérale", avec le passage de la privatisation de fait à la privatisation légale.

<sup>59</sup> Il n'y a pas cependant d'abandon de la rhétorique sur le pouvoir du peuple, nécessaire à légitimer le parti unique et le système nomenclaturiste, l'existence d'un ennemi qui attente aux conditions de vie de ce peuple constituant une des manières de maintenir l'équation "peuple-MPLA".

parti, mais plus vraiment de "loi" (collective) du parti, mais l'arbitraire des puissants et impunis en son sein.

Les tendances à l'oeuvre "en haut" sont donc contradictoires: une perte de cohésion interne, avec une nette déliquescence des relais du parti-Etat dans la société (des structures de base du parti, du syndicat unique et de la plupart des organisations de masse), qui ne sont plus des structures d'encadrement et de mobilisation, et ne servent plus à l'ascension sociale que pour une toute petite minorité, n'atténuant même que de moins en moins, pour la masse de leurs membres, les effets destructeurs de l'économie socialiste sauvage. Le régime n'a plus non plus de discours de légitimation crédible, répétant certes, en l'absence et l'impossibilité d'un autre, des antiennes progressistes dont plus personne ne croit qu'il entend les mettre en oeuvre, mais n'exigeant même plus de sa nomenclature ou des bénéficiaires "extérieurs" de la nouvelle économie politique qu'ils utilisent une "langue de bois" marxiste-léniniste de fait obsolète. Malgré ces divers facteurs de perte d'unité et d'autorité, la nature néo-patrimoniale du régime est, avec la guerre, un facteur crucial qui assure le maintien de la cohésion du bloc au pouvoir. Même si certains jusque dans les directions légales du parti et de l'Etat, et un nombre non négligeable de "nomenclaturistes" et autres bénéficiaires du régime ne participent pas à la course à l'enrichissement et sont même hostiles à la nouvelle orientation du MPLA, tous vivent cependant (ils en vivent bien, peuvent assurer à leurs enfants un avenir enviable, sont respectés par leurs dépendants) d'un aspect ou d'un autre de ce système; de plus en plus chacun en dépend aussi pour se construire une éventuelle base de soutien politique, les individus, voire les courants, qui n'ont pas "pris le tournant" tendant à être aussi politiquement marginalisés; l'évolution clientéliste est ainsi un facteur important de la non-apparition dans le parti d'une aile réformatrice ; et l'existence d'un ennemi politico-militaire qui menace leur "camp" vient de plus, in fine, resserrer les rangs : de ceux bien sûr dont l'enrichissement et le pouvoir dépendent tout entiers de l'illégalité et de l'impunité du système en vigueur ; mais aussi de ceux dont l'opposition à l'UNITA est première - quels que soient les fondements de cette opposition<sup>60</sup>.

Une autre conséquence importante qu'il faut au moins signaler<sup>61</sup>

<sup>60</sup> Qu'elle soit existentielle, politique, ou résulte de sa perception comme fauteur de guerre ou de son action destructrice.

<sup>61</sup> Voir MESSIANT, C., 1994, "Angola, les voies de l'ethnisation et de la décomposition. I. De la guerre à la paix (1975-1991): le conflit armé, les interventions internationales et le peuple angolais", *Lusotopie* (Paris, L'Harmattan/Bordeaux, Maison des Pays ibériques), 1-2, pp. 155-210.

de cette évolution clientéliste est d'avoir donné une importance accrue, objective et subjective, politique et sociale, en haut et en bas de la société et du pouvoir, aux appartenances "identitaires". Après plus de dix ans de règne sans partage, le parti-Etat a évidemment acquis une dimension nationale, a pu recruter dans tous les goupes sociaux, régionaux, ethniques, et, comme on l'a mentionné, la politique d'exclusion politique n'a pas été menée sur une base ethnique ou régionale. Elle a cependant signifié une exclusion de ce type à un certain niveau du pouvoir<sup>62</sup>. Dans ces conditions "de fait", la négation officielle de l'existence même des ethnies<sup>63</sup> et la stigmatisation du "tribalisme", qui ont été (et restent) l'idéologie officielle du MPLA en matière de culture et d'identité nationale, ont dans la première phase du "socialisme" angolais recouvert le maintien tant de la prédominance numérique de certains groupes (ethniques - et sous-ethniques - et "de cor") dans le bloc au pouvoir que, d'autre part, de la domination culturelle d'un de ces groupes - celui précisément dont l'identité ne passait pas par l'appartenance ethnique et qui était porteur de valeurs universalistes et anti-tribales<sup>64</sup>. Avec la clientélisation du système socio-politique et le fait que la redistribution cesse, avec le délabrement des institutions et services étatiques, d'être assurée comme un droit au peuple en tant que tel, mais lui arrive - ou non - en fonction de son insertion dans des réseaux de dépendance, la composition "humaine" du sommet du pouvoir et de la nomenclature prend une nouvelle importance: l'exclusion politique du pouvoir se traduit par des marginalisations sociales et économiques qui sont à la fois ethniques et régionales, tandis qu'au sein du bloc au pouvoir, les relations d'appartenance sont une des voies de constitution des réseaux clientélares - réseaux, on l'a dit, en concurrence accrue pour le pouvoir et la richesse. D'où, avec cette nouvelle importance objective, sociale, de la composition humaine du pouvoir, le renforcement - chez les exclus du système comme au sein de celui-ci - des identifications et perceptions identitaires de la marginalisation, du pouvoir et du conflit armé lui-même.

La force du pouvoir angolais est ainsi d'avoir pu tirer parti, dans et à la faveur de la guerre et grâce au pétrole, des avantages très

<sup>62</sup> Par la quasi-absence d'Ovimbundus dans ses directions, et par la subalternisation des regressados, considérés qu'ils étaient comme "de moindre confiance politique" étant donné l'importance du groupe ethnique dont ils étaient originaires dans l'UNITA ou le FNLA.

<sup>63</sup> Cf. "Un seul peuple, une seule nation, de Cabinda au Cunene".

<sup>64</sup> Voir, sur cette question, ma thèse et la dernière partie de mon article "Luanda 1945-1961: colonisés, société coloniale et engagement nationaliste", in CAHEN, M., 1989, ed., *Bourgs et villes en Afrique lusophone*, Paris, L'Harmattan, pp. 125-199.

importants de deux modes de domination : celui de la dictature marxiste-léniniste, avec l'importance habituelle qu'y ont la coercition, exercée ou "certaine", et l'impunité (évidemment amplifiées vu l'état de guerre et la militarisation), et celui de la redistribution clientéliste. La "combinaison" guerre + parti unique + clientélisme a ainsi des effets aussi puissants de contrôle social et politique que l'Etat-providence même dans sa version communiste mais sous paix, coûte moins cher et, à la faveur de la guerre, les effets "négatifs" (contestation) de la crise croissante de la redistribution sont neutralisés dans leurs possibles dangers. C'est moins en soi le parti unique qui fait qu'il n'y ait pas indépendance et contestation de "la société", mouvements sociaux ou apparition, à l'initiative de couches intellectuelles, de mouvements revendiquant liberté et démocratie, comme il s'en est formé malgré les difficultés et la répression dans bien d'autres dictatures communistes ou non, mais, couplée à la guerre, cette évolution clientéliste du régime. La guerre, facteur important de destruction et de crise socio-politique, est aussi un facteur majeur d'acceptation (soumission mais aussi partiellement légitimité) d'un régime, aux effets de plus en plus destructeurs pour la société et négatifs pour la population tandis que l'économie politique réelle crée un système de dépendances sociales très fortes où, les droits étant inexistantes (légalement mais surtout pratiquement), le rapport des dirigeants aux dirigés, des dominants aux subalternes est devenu un rapport de patron à client et nullement de citoyen, et dans lequel de fait il n'y a rien à revendiquer de crédible, d'"efficace" sinon des privilèges<sup>65</sup>, des avantages et des faveurs (tous illégaux ou en marge de la propre loi du parti-Etat) qui n'ont aucune chance d'être obtenus si l'on ne passe pas par les réseaux de clientèle ou n'accepte les allégeances (personnelles).

Dans ces conditions, et malgré une dégradation continue des conditions de vie, une misère légale accrue (salaires absolument insignifiants) - et même "grâce" à cette misère et à l'insécurité qui domine la vie des Angolais -, le développement d'une contestation de la société est cependant extrêmement difficile, bien sûr par l'interdiction de toute organisation ou initiative non contrôlée par le parti unique, mais aussi par la situation de dépendance par rapport au pouvoir. La séparation pensée par les théoriciens de la "société civile contre/ou face à l'Etat" est inexistante pour cela aussi - et de fait le concept de société civile dans cette acception, marquée par l'itinéraire

<sup>65</sup> Ce genre de revendications socialement parfaitement réalistes, bien qu'alors condamnées à l'échec, surgira d'ailleurs après que la libéralisation et la perspective de paix auront (provisoirement) libéré de la peur.

historique occidental, est particulièrement mal adapté pour analyser les systèmes néo-patrimoniaux<sup>66</sup>. Et cette autonomisation d'une "société civile" est obérée encore par la guerre, dissuadant toute contestation - avec la quasi-inévitabilité, dans une telle situation, soit de se rallier à la seule opposition possible (obligatoirement armée) qui jouit de suffisamment de soutiens pour se maintenir: l'UNITA, soit, par rejet de cet ennemi "haïssable", nécessité vitale, ou préservation de ses intérêts politico-économiques, de se plier aux "règles" du pouvoir. De telle sorte que toute délégitimation du pouvoir d'Etat vient renforcer un autre pouvoir, armé et de nature totalitaire, tout rejet de cet autre pouvoir vient "faire marcher la machine" du pouvoir d'Etat, bon gré mal gré mais en contribuant à son renforcement, cette dualité de pouvoirs oppresseurs poussant à leur radicalisation et l'entretenant au-delà d'eux, et leur résultat commun étant l'étouffement des forces et voies indépendantes et pacifiques. Pourtant le régime angolais va entrer en crise, profonde, du fait même de l'emballement effrené de cette nouvelle logique et de la force de son ennemi armé, qui est militaire et diplomatique mais lui vient aussi des soutiens politiques et sociaux accrus que le parti-Etat lui "apporte" de plus en plus. Alors qu'il n'est plus question d'enrayer cette logique d'accumulation au profit d'une minorité et d'abandon de la masse de la population à la débrouille individuelle et/ou aux retombées des redistributions clientélistes, le coût croissant de la guerre s'est en effet traduit à la fois par un rétrécissement des bénéficiaires et par des marginalisations socio-économiques massives: non seulement des populations, groupes, familles qui n'ont pas de "relais" au sommet de la nomenklature (et pas non plus de "protections" pour leurs activités de subsistance ou d'enrichissement par l'illégalité obligée), mais de larges parts de ceux qui, même s'ils appartiennent pourtant à des groupes présents dans le pouvoir, sont désormais situés trop bas - ou mal - dans les chaînes de redistribution pour en recevoir autre chose que des miettes insuffisantes. C'est vers la fin des années 1980 une part importante de sa propre base sociale, notamment sa base urbaine, et même luandaise, que le régime s'est aliénée du fait de ces marginalisations, comme en témoigne depuis des années déjà le refus de faire la guerre d'un nombre croissant de jeunes, ou - exprimée seulement par des autorités

<sup>66</sup> Et il peut être extrêmement "contre-productif" si l'on (la communauté internationale) se fonde sur lui pour s'attacher à "promouvoir la démocratie". Ainsi le soutien à des éléments dits de la "société civile", qu'ils soient les entrepreneurs "privés" mais issus du sérail du parti-Etat et ne pouvant prospérer que grâce aux privilèges, dérogations qu'ils continuent à obtenir de l'Etat, ou encore une partie des ONG nationales.

religieuses (essentiellement les évêques catholiques) dont l'autorité et la légitimité se sont renforcées parallèlement au déclin de celles du parti - l'aspiration indissociable à la paix, à la justice sociale et à la fin de l'arbitraire du parti, et comme en témoignera, dès que la "liberté" en sera donnée, la multitude d'initiatives, de mouvements de revendication ou de contestation qui se développeront dans un premier temps<sup>67</sup>, et que ni le parti ni ses organisations de masse ne seront à même ni d'encadrer ni d'empêcher.

Cette liberté n'advientra aux Angolais, cependant (cf. supra), ni de leur lutte sociale, civique, ou politique, ni d'une initiative de "décompression" du pouvoir. Celui-ci au contraire, bientôt menacé militairement et financièrement, ne tentera en effet pas de regagner un crédit dans la population en lui "accordant" des satisfactions sociales et/ou des libertés politiques : toute sa logique sociale s'oppose aux premières, et il redoute une libéralisation politique qui briserait cet ultime rempart contre la contestation - celle politique de l'UNITA, celle qui pourrait venir de la société - que représente le parti unique. Symptomatiquement, et en pleine adéquation avec sa logique néo-patrimoniale, il ne voit son "salut" que par l'incorporation et le partage des bénéfices avec les forces sociales, politiques, économiques qui représentent un danger, que dans une politique de cooptation qui, couplée à la répression de ce qui lui échappe, assure la neutralisation des ennemis et évite la remise en cause du système en tant que tel. Et même la voie des réformes économiques sans changement du système politique - celle que le pouvoir angolais a choisie, notamment pour desserrer, désarmer les soutiens internationaux particulièrement puissants de l'UNITA - avortera du fait des résistances de l'appareil aux risques qu'elle comporte d'une remise en cause de sa position. Et ce n'est que sous une extrême pression militaire, financière et diplomatique que le MPLA sera contraint à l'engagement de négociations, puis à la libéralisation politique, enfin à la signature d'accords de paix.

On peut à ce point revenir à ce qui a été dit au début sur les transitions au sortir et pour sortir de guerres, et indiquer les singularités de la "transition-processus de paix" angolaise et la façon dont elle se greffe - elle s'y greffe en effet, et dans des conditions très particulières, elle ne découle pas de son évolution "intérieure" - sur l'économie politique réelle. Dans les conditions du socialisme angolais

<sup>67</sup> Voir la dernière partie de "Social and political background to the 'democratization' and the peace process in Angola", in *Democratization in Angola*, Leiden, African Studies Centre, 1993, pp. 13-42.

"réellement existant" en 1990-91, qu'une démocratisation puisse s'engager implique bien sûr l'adoption d'un système formel, institutionnel, de droits, indispensable à l'expression autonome des citoyens, mais il implique aussi que ces citoyens aient les moyens de cette autonomie et de l'exercice de ces droits, il implique donc aussi que soit au moins entamé, "ébranlé", le système néo-patrimonial de dépendance économique-sociale et réintégrées les populations qu'il a marginalisées; cela exige à son tour un changement des règles du jeu politique et de fonctionnements socio-économiques ancrés au long des années, dont aucune analyse ne permet de penser qu'il puisse être mené à bien par les anciens tenants du pouvoir si, élus ou non, ils se retrouvent "entre eux" au pouvoir, mais dont la seule garantie est, dans un système d'élections démocratiques, que les organisations politiques élues par la population, nationalement et localement, soient représentées dans le pouvoir d'Etat issu des élections. Une telle inclusion politique apparaît nécessaire à la démocratisation d'un système de dictature néo-patrimoniale - qui fonctionne, on l'a vu, à côté de la légalité et des institutions tout en utilisant son pouvoir de faire des lois et sa domination institutionnelle; elle apparaît en outre tout aussi indispensable au sortir d'une longue guerre qui a divisé des forces politiques mais aussi autour d'elles des "camps", des parties de la société, pour la "réconciliation" de ces camps, mais aussi pour la participation à la vie politique d'autres forces que les "partis armés" qui ont en commun tracé jusqu'alors le destin de la nation, et pour les chances d'une pacification durable.

Or, alors que le système socio-politique qui s'est développé au long des années de guerre en Angola apparaît lui-même comme un obstacle à l'engagement de l'Angola dans un processus de démocratisation - et, indissociablement, en l'occurrence, de pacification - et paradoxalement, le processus de paix patronné par la communauté internationale à Bicesse va permettre sa reproduction. Paradoxalement en effet, à un double titre: d'abord parce que le processus de paix angolais - contrairement par exemple au processus mozambicain - n'avait pas pour "défaut" essentiel, du côté de la communauté internationale, la simple indifférence aux conditions nécessaires à une démocratisation du régime, mais bien l'engagement du plus puissant de ses parrains (les Etats-Unis) du côté de son allié d'alors (l'UNITA), aboutissant à l'adoption d'un processus de transition ignorant la démocratisation et rendant très difficile la pacification, et qui donnera lieu de surcroît à une mise en oeuvre irresponsable<sup>68</sup>. Et c'est par rap-

<sup>68</sup> Voir notamment MESSIAET, C., "Angola: le retour à la guerre ou l'inavouable faillite d'une inter-

port à ce "biais" majeur du processus angolais qu'il y a un deuxième paradoxe, puisque c'est l'UNITA elle-même qui, sûre de sa victoire et de ses soutiens, aura rejeté toute formation avant les élections d'un gouvernement de coalition. Tragiquement pour les Angolais, le processus de paix et l'attitude de la communauté internationale vont ainsi favoriser (et non seulement permettre) jusqu'aux élections, en même temps que le maintien de l'UNITA comme pouvoir armé, celui du "gouvernement" comme accapareur sans contrôle de la rente pétrolière, seul détenteur de l'ensemble des moyens de l'Etat, mis au service de la reproduction et de la reconversion de son économie politique en vue de la victoire électorale - et logiquement donc aussi renforcer son "intérêt" à ne pas voir entamer ce pouvoir<sup>69</sup> La "transition démocratique-processus de paix" en Angola, en orientant, figeant et neutralisant certains des processus politiques et sociaux qui tendent dans ces conjonctures<sup>70</sup> à faire avancer les droits des citoyens et limiter les pouvoirs des gouvernants (ou, ici, des pouvoirs) est venue ainsi elle-même permettre, en même temps que le non-désarmement de l'UNITA et du conflit, que la démocratisation institutionnelle n'implique pas la modification de la nature du pouvoir et des rapports entre gouvernés et gouvernants, mais permette, sur la base de l'économie politique réelle, l'évidement de cette démocratisation de sa substance politique et sociale.

Après sa victoire électorale, le gouvernement majoritaire du MPLA pourra donc, désormais privé de la ressource du parti unique mais toujours en marge de la légalité, continuer à fonctionner substantiellement "comme avant", comme un système clientéliste sans contre-poids et fondé sur les dépendances, dans lequel en outre, "sous multipartisme", la domination du parti (désormais "majoritaire") sur l'économie et la société "libéralisées" sort renforcée, et dans lequel le coût économique, social, politique lié à l'aggravation de la prédation et de la corruption, l'aggravation de la crise sociale et les violations des "nouveaux" droits démocratiques, l'absence pratique de justice et de droits se trouvent d'emblée "compensés", dans leurs éventuels risques politiques, par le "retour" de la guerre et l'impunité et la coercition que celle-ci permet de nouveau, par le resserrement des liens

vention internationale", *L'Afrique politique* (Paris, Karthala / Bordeaux, CEAN), 1994, pp. 199-229.

<sup>69</sup> Cf. "Angola. Les voies de l'ethnisation et de la décomposition. II Transition à la démocratie ou marche à la guerre? L'épanouissement des deux 'partis armés' (mai 1991-septembre 1992)", *Lusotopie* 1995 (Paris, Karthala), pp. 181-212.

<sup>70</sup> Sur l'importance de la conjoncture de transition elle-même sur l'issue de ces processus, voir par exemple BANÉGAS, R., 1993, "Les transitions démocratiques: mobilisations collectives et fluidité politique", *Cultures et conflits*, 12, pp. 105-140.

économiques d'un pouvoir angolais qui contrôle la rente pétrolière avec ses partenaires internationaux - la rente constituée par la nouvelle légitimité démocratique s'ajoutant désormais à la rente étatique et à la rente pétrolière et permettant que les transformations - réelles - de l'économie politique angolaise après les libéralisations économique et politique contribuent à réduire les possibilités d'une démocratisation (et d'une pacification)<sup>71</sup>.

Il est clair que la nature de l'UNITA, qui n'a jamais cessé d'être un ordre militarisé, non civil, est pour beaucoup dans la tragédie angolaise. Mais, outre que cette "nature acquise" doit être aussi renvoyée tant à son insertion internationale de naguère qu'aux obstacles à sa "réintégration" que pose l'économie politique angolaise et à la structure et à la mise en oeuvre du "processus de paix", il me semble que des développements récents, et régressifs, en Afrique imposent que l'on n'écarte pas, et même qu'on étudie en profondeur les facteurs qui, au sein des systèmes politiques africains, sont porteurs eux-mêmes, intrinsèquement pourrait-on dire, de risques de militarisation des conflits. Sans longue guerre "structurante", sans "UNITA belliciste", des régimes comme celui prédateur de Mobutu - où la communauté internationale a longtemps permis qu'une "transition démocratique" initiée en 1990 soit sapée par le pouvoir -, ou celui dictatorial de Nino Vieira - à l'égard duquel la communauté internationale s'est satisfaite du fait qu'il avait été légitimé par le vote - ont produit de telles militarisations.

<sup>71</sup> J'ai essayé d'analyser la logique de cette reconversion du régime angolais dans "La Fondation Eduardo dos Santos (FESA): autour de l' "investissement de la société civile par le pouvoir angolais", *Politique africaine*, 73, mars 1999.



## A QUESTÃO DO CEMITÉRIO ISRAELITA NA ILHA DA BOAVISTA (1915/1923)

Cláudia Correia\*

### 1. A presença

Em 1915, o hebreu Adolpho Benarus, Secretário Geral da Comunidade Israelita de Lisboa, escrevia uma carta para o amigo e Governador da Província de Cabo Verde, lembrando-lhe a questão do cemitério israelita no sítio denominado Pico da Rixa na ilha da Boavista, no arquipélago de Cabo Verde, bem como a sua amável promessa de se interessar pelo assunto, reclamando, também, que era justa a pretensão do Comité, pretensão essa que entretanto já tinha sido manifestada directamente ao Ministro das Colónias. Que questão e que pretensão eram essas a ponto de envolver a Comunidade Israelita de Lisboa, o Governador e o Ministério das Colónias em relação ao cemitério israelita da ilha da Boavista?

Antes de entrarmos na análise dessa questão, achamos indispensável, para melhor situarmos esse acontecimento, fazer referência, pelo cotejamento de vários documentos escritos e existentes no Arquivo Histórico Nacional, sobre a presença de Judeus em Cabo Verde.

Para falar dessa presença foi necessário recorrer a várias fontes escritas situadas em meados de oitocentos à 1ª metade do século XX.

Trata essa documentação de assuntos diversos, trazendo várias informações referentes à dispersão e fixação da população, estatísticas, associações comerciais, assentos e registo de baptismos, casamentos, óbitos, registos de identificação civil, pedidos de licença de exploração comercial, acórdãos administrativos e comerciais, inventários orfanológicos, registos de testamentos e traslados de testamentos, pedidos de passaporte para o trânsito interno na província, correspondências entre instituições e órgãos locais, com a metrópole (Portugal), processos judiciais, éditos e posturas camarários diversos

\* Mestranda do I Curso de Mestrado em Estudos Africanos da Universidade do Porto.

além de outras matérias também importantes, que podem ser encontrados nos fundos arquivísticos já organizados e instalados como a Secretaria Geral do Governo, Repartição Provincial dos Serviços da Administração Civil, Administração dos Serviços dos Concelhos (Praia, S. Vicente, Santo Antão, Boavista, Fogo, Brava), Tribunal da Ribeira Grande (Santo Antão) e Câmara Municipal da Praia.

Contudo, a presença de Judeus em Cabo Verde remonta aos inícios da sua colonização, após a grande dispersão movida essencialmente por factores de ordem económico-sociais mais do que religiosos e à acção inquisitorial institucionalizada nos finais do século XV na Península Ibérica.

Da sua situação em Cabo Verde nessa época sabemos pouco, mas documentos referem que constituíam uma comunidade e que tal como em Portugal, desempenharam cargos importantes, como por exemplo, na administração judicial, fiscal e financeira das ilhas como contador, feitor, corregedor, provedor, ouvidor, promovendo-se mutuamente.

Como homens de negócios, também exerceram outros ofícios, espalhando-se inicialmente pelas principais ilhas que constituíam pólo de atracção e onde a actividade económica estava mais desenvolvida, Santiago e Fogo.

No entanto e segundo a documentação compulsada, é a partir do século XIX até meados do século XX, que a sua presença em Cabo Verde se torna mais frequente e notória. Judeus vindos de Portugal e outras origens fixaram-se temporária ou permanentemente nas mais variadas ilhas do nosso arquipélago, guardando alguns a sua cultura e tradição e desempenhando as mais diversas profissões.

Ficamos a saber que Cabo Verde nesse período continuava sendo o lugar de eleição dos Judeus, onde, como imigrantes, puderam amplamente desenvolver as suas habilidades seculares e que sempre os caracterizou.

Apesar de repararmos nas raras legislações emanadas na então província e também pela metrópole para a província em relação aos homens de origem hebraica e que continham cariz discriminatórios, na época, puderam ainda habilmente contornar a situação e manter a exequibilidade dos seus negócios, adquirindo posições de prestígio e direcção.

De origens diversas, Marrocos, Gibraltar, Argel, Tunis, muitos deles chegavam com nacionalidades diferentes, sendo na sua maioria além de súbditos britânicos, portugueses, quando o requeressem, e, raramente, súbditos espanhóis e franceses.

A adopção de uma nacionalidade diferente da de origem, con-

forme as fontes consultadas, para além da coercivamente adquirida para os nascidos em Portugal por terem fé diferente e por isso mesmo não serem registados na ocasião do baptismo nas igrejas e desta forma serem registados em consulados estrangeiros, fazem-nos pressupor que isso fê-los, no entanto, beneficiar de facilidades de entrada, privilégios, direitos e isenção fiscais outorgados por tratados que se estabeleciam entre Portugal e o país de naturalidade adquirida.

Daí que a eleição de Cabo Verde, como lugar de fixação nesse período, dependesse, a nosso ver, da sua entrada ou não como súbdito de determinado país com o qual Portugal, a metrópole, tinha estabelecido tratados de cooperação beneficiando-se das regalias estatuídas.

Assim sendo, entrados na condição de súbditos britânicos, em maior número, verificamos que de acordo com o Tratado de Comércio e Navegação estabelecido entre Portugal e a Inglaterra em 1842, acabavam por gozar de privilégios, imunidades e protecção que o arquipélago podia auferir pela legislação portuguesa.

De acordo com as cláusulas desse Tratado, como súbditos britânicos podiam residir, ocupar casas e armazéns, dispor dos seus bens alodiais e enfitêuticos e de qualquer propriedade legalmente adquirida, por venda, doação, escambo ou testamento ou por qualquer outro modo, sem qualquer impedimento.

Eram isentos do serviço militar, de empréstimos forçados ou de quaisquer outras contribuições extraordinárias não gerais e estabelecidas por lei, tendo os mesmos direitos dos cidadãos nacionais.

Da mesma forma, as suas casas de habitação, armazéns, lojas que adquirissem eram respeitados e não sujeitos às buscas arbitrárias a que podiam incorrer.

Beneficiando de liberdade e facilidades comerciais, de isenções de impostos, inspecções judiciais aos seus negócios (décimas industriais e direitos alfandegários), podiam abrir lojas e armazéns a retalho como qualquer súbdito nacional, segundo os regulamentos municipais e policiais, não sendo obrigados, por isso, ao pagamento de tributos e ou impostos adicionais, nem impedidos de contrair monopólios, contrato ou privilégio exclusivo de quaisquer vendas ou compras, tendo a faculdade de livremente comprar e vender a quem quisessem e como bem entendessem, sem serem obrigados por isso a dar preferência alguma ou a favor em consequência da obtenção do direito de exclusividade.

Mais do que isso, podiam agenciar os seus próprios negócios ou remetê-los à administração de alguém, como procurador nomeado para o efeito, substabelecer procurações, transmitir por herança os

seus bens e tomar posse dos mesmos, ter o livre exercício e uso da sua religião, manifestar as suas convicções religiosas, podendo reunir-se para objectos do culto público, celebrar os ritos da sua religião nas suas moradas ou em lugares para esse fim destinado e enterrar os seus mortos pelo modo e com as cerimónias usadas, de acordo com a sua tradição.<sup>1</sup>

Com o direito a esses privilégios, os que entraram, em pouco tempo formavam uma comunidade familiar ou não, dispersando-se para todas as ilhas do nosso arquipélago sendo maior a sua concentração em Santiago, Santo Antão, Boavista, S. Vicente e Brava.

Em 1864, encontramos-los já reivindicando parte dos ditos direitos que lhes cabiam. Representados pela Afflaló Bettencourt & Company, hebreus portugueses, residentes na ilha Brava, requeriam à coroa, pedindo providências para que em todas as ilhas lhes fosse permitida a matança do gado, para seu uso, nos matadouros públicos e na conformidade com o seu rito religioso, sujeitando-se entretanto às disposições policiais estabelecidas.<sup>2</sup>

Numa queixa apresentada em 1858 à coroa, também verificava-se a confirmação desses direitos. Pela recusa da Câmara Municipal da Vila da Praia em conceder licença a Moysés Athias e Samuel Benhason, ambos súbditos britânicos, para abrirem loja de venda a retalho, exigindo-lhes prova de nacionalidade mediante apresentação de carta de naturalidade, não obstante terem mostrado passaportes devidamente legalizados pelo cônsul português em Gibraltar, a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar mandava assim fazer constar a todas as Câmaras, através do Governador Geral da Província, que na conformidade do estipulado no art.º 3º do Tratado de 1842, os súbditos britânicos tinham direito a abrir lojas, armazéns para vender a retalho, em qualquer parte dos domínios portugueses, como qualquer súbdito nacional, sem mais obrigações do que a que tinham os súbditos portugueses no respectivo local, advertindo ainda que as Câmaras “*serão responsáveis e haverão de responder por quaesquer embaraços que se originem, de não darem o devido cumprimento às disposições mencionadas.*”<sup>3</sup>

No arquipélago, formaram associações comerciais entre si e com negociantes nacionais, construíram casas, adquiriram lojas, armazéns comerciais nos principais centros urbanos e obtiveram exclusividade de exploração comercial.

<sup>1</sup> Ver sobre o assunto, o Tratado de Comércio e Navegação com a Grã-Bretanha, 1842, Julho, 3, (1867), Boletim do Conselho Ultramarino, Legislação Novíssima, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional, pp.252.

<sup>2</sup> Portaria de 1864, Abril, 9, op. cit., Vol. V, pp.13

<sup>3</sup> Portaria de 1858, Fevereiro, 18, op. cit., Vol. 3, pp.192 e 193

Constituíram-se em grandes proprietários urbanos e rurais em Santiago e Santo Antão, em particular, desempenharam também altos cargos no funcionalismo público, cargos diplomáticos como agentes consulares de países estrangeiros como o Brasil, a Itália, Espanha e Dinamarca. Foram professores, oficiais de justiça, vereadores e escrivães das câmaras dos diversos concelhos do país, escrivães da fazenda pública, regedores de paróquias ligando-se também ao exercício de outros ofícios como empregados e gerentes de casas comerciais, retalhistas e mecânicos continuando afastados, embora possuíssem, alguns, grandes propriedades, do trabalho da terra, sendo os circuitos comerciais a sua grande preocupação.

Ainda que não possamos estimá-los, através da documentação, demograficamente no período em estudo, sabemos que os Judeus ou homens de origem judaica viveram em Cabo Verde em número significativo, de acordo com a estatística geral de população apresentada para a época, dispondo de excepcionais condições, oriunda especialmente da sua longa experiência histórica.

Documentos há que referem a um número estimado em 1872, em Santo Antão, ilha caracterizada na época de melhores condições climáticas ao colono residente ou recém chegado, de 54 hebreus, seguindo apenas 12 a religião mosaica. Em 1873, esse número baixava a 46, por alguns terem regressado novamente ao país de origem ou de adopção sem que as condições climatéricas nisso tivessem interferido ou a própria situação de baixa conjuntura económica vivida no país.

Contando com um período de residência na ilha entre os 31 anos, 24, 18, 14, 12, 10 a menos de 1 ano, estes homens deixaram em Santo Antão descendência, filhos legítimos ou não, que se computaram em cerca de 14 em 1872 e 18 em 1873, o que revela expressamente o aumento de Judeus nascidos na ilha, resultado também do cruzamento com a mulher cabo-verdiana.

A maior parte desses Judeus era de naturalidade africana, sendo 19 vindos de Gibraltar, 16 de Marrocos, existindo apenas 3 de origem europeia, vindos de Portugal.

Com a média de idade entre os 60, 30, 15 a 7 anos, 32 apresentavam-se no estado de casados e 14 solteiros.<sup>4</sup>

Dotados de uma espantosa mobilidade geográfica (os Judeus são incontestavelmente um povo de migrantes) e como homens de negócios, também encontramos-os nas suas relações comerciais e

<sup>4</sup> Relatório de Serviço da Delegação da Junta de Saúde de Stº Antão pelo Dr. Francisco Frederico Hopffer - "Stº Antão - Movimento da População - Contrapeçonha - Flora - Reino Animal - Serviço Vaccínico - Doenças e Óbitos, in, B.O. nº35, ano 1874, pp.216

financeiras, cruzando e circulando por entre as ilhas do arquipélago tornando extensivas as suas propriedades rurais e urbanas e firmas comerciais em quase todo o território, desenvolvendo a nível interno uma extensa rede comercial apoiado sobretudo na base do associativismo e relação de solidariedade que os distinguiu dos demais. A cada mudança de lugar correspondia além de uma simples deslocação física mas também uma oportunidade de negócios.

O que não ficamos a saber contudo, é a medida, o grau de participação que tinham de Cabo Verde com os seus correligionários no exterior, isso apesar de apercebermo-nos que alguns continuavam a manter relações familiares e sentimentais quer em e com Portugal, Inglaterra, Gibraltar, Marrocos e inclusive Moçambique.

É o caso de Isaac Zafrany, hebreu, comerciante estabelecido em S. Vicente, que manteve relações com os filhos em Portugal e ligações com familiares em Moçambique.<sup>5</sup>

Esta situação foi também perfeitamente identificada no testamento deixado por Joseph Julião Brigham. Em 1906, Junho, 20, este hebreu, proprietário e negociante, morador há muito tempo na vila da Ribeira Grande, Santo Antão, natural de Mogador, Marrocos, deixava como legado de parte da sua herança, a quantia de cinquenta mil réis, para, durante um ano, ser distribuída aos pobres da terra de sua naturalidade e trezentos mil réis para fazer um cifir com o seu orna-mento e ser colocado numa sinagoga em Mogador.<sup>6</sup>

Todavia, detectámos também relações de interesse económico do exterior por Cabo Verde, chegando alguns a comprometer-se, em troca de concessões de licença e ou monopólios de exploração comercial, ajudar no desenvolvimento comercial e industrial das ilhas. Em 1913, a Levy-Haussman, Courtierassermenté, Scc<sup>a</sup>, sucessora de Ch. Nathan, de Paris, pedia assim informações acerca do guano que podia existir na ilha de Santiago a duas milhas da ilha Brava. Em 1914 pedia o direito à sua exploração.<sup>7</sup>

Situação particular foi a de Moses Zagury, súbdito português, negociante, estabelecido há bastantes anos em Londres, depois de ter estado igualmente estabelecido por muitos anos em Lisboa de onde teve negócios com as colónias de Angola e Cabo Verde.

Num requerimento dirigido ao Ministro das Colónias em 1912, Maio, 16, pedia licença mediante cumprimento de disposições legais, para por si ou por sindicato que formasse na cidade de Londres, mandar fazer pesquisas nas ilhas de Santiago, Santo Antão e Brava para

<sup>5</sup> B. O. n.º32, Agosto, 7, 1877, pp.232.

<sup>6</sup> Inventário Orfanológico de Joseph Julião Brigham. AHN\D1\TRG, Maio - Dezembro, 1907, cx. n.º356, doc. 2, original, manuscrito

<sup>7</sup> AHN\SGG, 1914, cx. n.º358, original, manuscrito

verificar se no arquipélago existiam minerais de ferro ou outros quaisquer, ou mesmo de petróleo. Para tal fim comprometia-se a mandar engenheiro competente conhecer das condições geológicas de Cabo Verde para poder manifestar e obter concessões minerais que resultassem de tais pesquisas. *“Que tomando essa iniciativa que até ao presente ninguém tinha tomado, pensava merecer todo o apoio que o Governo se dignasse dispensar-lhe, facilitando e encorajando tais iniciativas no país, podendo ela muito influir no desenvolvimento material e económico das ilhas de Cabo Verde, que de tão pouco adiantamento tinham conseguido efectuar estando bem atrasadas no seu estado agrícola, industrial, como também em estudos sobre qualquer riqueza que aqui pudessem existir.”* Assim, preconizava que, com os novos trabalhos que aqui viessem a ser encetados talvez fosse muito possível *“debelar em parte as crises de fome que têm assolado as ilhas a uma das quaes ainda o ano passado o Governo teve de socorrer pedindo auxílio de 50.000\$000 réis para acudir a ela.”* E relembra a concessão que obteve em 1875 quando negociava por Cabo Verde, de terrenos para um depósito de carvão em S. Vicente, que conseguiu fazer ali montar para a casa inglesa de Cory Brother's F<sup>a</sup>, e o qual, diz *“foi a única causa principal do grande desenvolvimento e aumento da navegação a vapor que aquele facto trouxe àquela ilha desde então para cá como é bem notório.”* E propunha mais, numa carta endereçada ao Governador Justice Biker em 1913, Novembro, 10, se lhe fosse renovado o contrato de arrendamento que tinha feito por 20 anos com o governo da província em 1885 para a exploração do guano nos ilhotes “Luiz Carneiro”, “Sapado”, “Rei” e “Barreto” situados entre os ilhéus denominados “Rombo – Grande e Pequeno”. Que caso lhe fosse prolongado o referido contrato por mais um período de 10 anos, com a condição especial de entrar também no dito arrendamento os dois outros ilhéus maiores chamados “Grande e Pequeno do Rombo” e no intuito de trazer algum desenvolvimento a essas ilhas aproveitando quaisquer riquezas inexploráveis, oferecia o serviço de um engenheiro inglês que tendo feito estudos de trabalhos em alguns pontos da América do Sul, *“para vir a esta província fazer estudos do melhoramento do porto da ilha de Santiago, mediante uma gratificação, que acha razoável, de 300 libras, e isto pelo facto de tal engenheiro estar em contacto com contratadores de semelhantes obras, os quaes facilmente feitos estes estudos poderiam apresentar uma proposta ao Governo para efectuar esses melhoramentos há tantos anos desejados, sem contudo serem jamais levados a efeito e, há - de reconhecer-se, de grande importância para a principal e importante ilha que assim atrairia a navegação directa com a Inglaterra, para onde ela só existe em S. Vicente, e o*

*que não permite a exportação de grandes quantidades de frutas e outros produtos que nesta ilha se produzem e que poderiam facilmente competir com aqueles das Ilhas Canárias se houvesse navegação a vapor directa para a Inglaterra.*” E acrescentava mais a ideia de, como português que era, contribuir na cidade de Londres, no que pudesse, em favor de qualquer desenvolvimento comercial ou industrial das ilhas do arquipélago, ser nomeado pelo Governador da província agente geral da colónia para, à semelhança dos agentes das colónias inglesas, tratar de todo e qualquer assunto de interesse para as ilhas, uma vez que tinha conhecimento de muitos melhoramentos que estas necessitavam, e do desenvolvimento de alguma indústria que quase não existiam em nenhuma delas pelo facto de *“ter tido em tempo casas de negócios n’elas durante um certo número de anos”*. Assim, prontificava-se mesmo sem gratificação alguma, a princípio, em receber e ter no seu escritório em Londres, um mostruário de todos os produtos agrícolas e outros como o açúcar, café, purgueira, tabaco, etc., a fim de os tornar conhecidos no grande mercado inglês de maneira a atrair a atenção do comércio que da Inglaterra podia desenvolver em maior escala para Cabo Verde.<sup>8</sup>

Sem ser um lugar de refúgio e degredo a que já estavam habituados, Cabo Verde, apesar dos desígnios da natureza e de crise por que atravessou na maior parte do período em análise, abria-lhes desta forma a possibilidade de continuarem o desafio ante o qual sempre se depararam de continuar a viver a qualquer preço e de transferirem as suas fortunas, a sua vivência, grau de educação, solidariedade e rivalidades aos seus descendentes, de enriquecer e ascender socialmente independentemente de seguirem ou não a religião do pai ou de tomarem o seu nome.

Contudo, ressaltamos, que muito embora fossem portadores de diferentes graus de cultura e de requisitos excepcionais para a actividade comercial dentro da situação conjuntural vivida na altura em Cabo Verde, não distinguimos o nível de influência exercida quer a nível de ideias, comportamentos, valores ou crenças no arquipélago.

Os Judeus, tanto os que continuaram nas ilhas a praticarem a sua religião, como os que se integraram e se misturaram em várias gerações com a população cabo-verdiana e com o catolicismo, acabaram por apresentar formas de comportamentos variados e seus modos de pensar e viver, apresentaram-se-nos de forma pouco nítida e compreensível.

Mas, tivemos oportunidade de, através da documentação data-

<sup>8</sup> Pedidos diversos de Moses Zagury ao Governo Geral da Província de Cabo Verde, AHN\SGG, 1914, cx. n.º358, originais, manuscritos

da de meados do século XIX à primeira metade do século XX, identificar os elementos que fizeram parte desta comunidade em Santo Antão, Santiago, S. Vicente, Boavista, S. Nicolau e Brava, inventariá-los, bem como os seus familiares e descendentes que durante vários anos fizeram parte da sociedade cabo-verdiana, participando activamente na vida pública.

A maioria dos inventariados, como viremos nos quadros a seguir apresentados, era proveniente da África do Norte, Gibraltar, naturalizados britânicos e poucos portugueses, outros nascidos em Cabo Verde, naturais, resultado também da interpenetração familiar com a mulher cabo-verdiana.

Homens, na sua maioria, chegaram alguns relativamente jovens, solteiros, com idade entre os 14 e 35 anos. Moysés Levy, por exemplo, chegaria com 14 anos de idade, Simão Levy com 17, Bento Levy, 18 anos, Raphael Benhatar aos 20 anos, Jayme Levy Bentubo, 30 anos, Abraham Auday com 23 anos, Marcos Cagi com 26 anos e Abraham Benholiel com 35 anos.

O único caso de mulher chegada ao arquipélago, ainda solteira, foi o de Hellel Benchmol, de Oran, exercendo a profissão de negociante fixando-se na Praia, ilha de Santiago.

A posição e o nível social pela ocupação profissional não vêm mencionados, na maior parte dos casos, na medida em que foi-nos difícil a sua previsão pois que além de homens de negócios foram também grandes proprietários rurais, aliando essas actividades com o exercício de outros ofícios.

Referimo-nos apenas à sua presença, descendência entre os períodos de 1840 a 1927, sua origem, nacionalidade adquirida, ilha de residência, profissão e actividades económicas a que estavam ligados, associações comerciais e a cronologia dada pela documentação existente no Arquivo Histórico de Cabo Verde.

Pela análise da documentação posta à nossa disposição e pelas evidentes razões de estatísticas demográficas da época, não foi possível estabelecer uma genealogia completa das famílias. Optamos por uma simples organização sempre que reconhecemos o núcleo familiar e outros por desconhecermos as afinidades dos nomes.

Embora as fontes consultadas não nos permitiram qualquer outra informação, chegamos à conclusão que desses homens de origem hebraica chegados a Cabo Verde em meados de oitocentos, muitos deles revelaram, em certos casos, a existência de uma endogamia familiar. Noutros casos, vindos com família organizada, acabaram por se integrar e misturar com o cristianismo<sup>9</sup>, ligando-se

<sup>9</sup> David Wahnnon, de 79 anos, natural de Gibraltar, residente em S. Vicente em 1903, era protestante.

também às mulheres da terra formando outra família, respeitando no entanto as convicções religiosas do seu cônjuge, deixando descendentes aos quais procuraram transmitir os seus ideais, comportamentos e atitudes, crenças mas também bens materiais.

Destes descendentes, na maior parte dos casos, curiosamente, constatamos também, que os que seguiram a religião mosaica foram os de mãe e pai judeus. Nos casos em que um dos cônjuges não era judeu, seguiam a religião da mãe, geralmente católica. Ainda encontramos casos de filhos de pai e mãe judeus que se converteram à nova fé religiosa, sendo baptizados, casando face à igreja católica, não obstante outros, na defesa do património familiar, terem procurado casar entre si ou com naturais poderosos economicamente, não importando o credo religioso.

Casos como os que acabamos de referir são-nos confirmados por: CAMILLA – filha legítima de ISAAC WAHNON e RACHEL WAHNON, hebreus, naturais de Gibraltar, proprietários, residentes na ilha de S. Vicente, que a 19 de Outubro de 1890 contrairia casamento com GUILHERME REGINALD MORBEY, face à igreja católica, sendo também baptizada.<sup>10</sup>

ANTÓNIO – filho legítimo de JAYME LEVY BENTUBO e CAMILLA BENTUBO, hebreus, naturais de Gibraltar, teve casamento católico com MARIA DAS DORES MONTEIRO.<sup>11</sup>

JÚLIA MARIA D'OLIVEIRA – filha legítima de JOSÉ BENTO D'OLIVEIRA, natural de Tânger com nacionalidade portuguesa e MARIA DAS NEVES SPENCER, casada segundo o costume do Reino, em face da igreja com o DR. BERNARDO JOSÉ D'OLIVEIRA, cristão, apostólico romano, natural da freguesia de Nss<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Rosário, da ilha de Santo Antão, filho legítimo de JOAQUIM JOSÉ D'OLIVEIRA e D. JOANNA MARIA D'OLIVEIRA.<sup>12</sup>

Ainda podemos enunciar os casos de SALOMÃO BENOLIEL que casou com a sobrinha CAROLINA CARVALHO BENOLIEL, filha de SIMY BENOLIEL DE CARVALHO e ANTÓNIO MIGUEL DE CARVALHO e de DAVID BENOLIEL com D. ISABEL DE CARVALHO BENOLIEL, oriunda da família de ANTÓNIO MIGUEL DE CARVALHO, uma das famílias mais abastadas da Boavista.

AHN\SGG(G2)- Relação de estrangeiros residentes em S. Vicente, Lvº nº851, fls.,7, Julho, 1903.

<sup>10</sup> AHN, Livro de Registo de Casamento, Nsº Srº da Luz, registo nº5, fls., 20 v.º, 1890-1891

<sup>11</sup> AHN, idem, registo nº18, fls.,15, 1895

<sup>12</sup> Inventário Orfanológico da herança do Dr. Bernardo José d'Oliveira -AHN-TRG(D1), Processo nº 246 Setembro 1899 - Outubro 1912

## 2. O caso dos cemitérios

### 2.1 A questão do cemitério israelita na ilha da Boavista

Auferindo privilégios, de acordo com a análise já elaborada, de exercerem livremente a sua religião, manifestar as suas convicções religiosas, de celebrarem os seus ritos religiosos e enterrar os seus mortos pelo modo e com as cerimónias usadas de acordo com a sua tradição, mediante leituras e pesquisas de campo que efectuamos a Boavista, S. Vicente, Fogo, Brava, Santo Antão e também à ilha de Santiago, observamos que nunca os Judeus ocuparam espaço nos cemitérios públicos para o efeito de inumação.

Curiosamente, porém, as várias legislações e posturas camarárias publicadas nos diversos concelhos da província e que tivemos oportunidade de analisar entre o período de 1882 a 1913, no entanto, reservava-lhes naqueles cemitérios uma porção de terreno para nele enterrar os mortos uma vez que era proibido, segundo as leis vigentes, proceder a enterramentos fora dos cemitérios públicos, mas desde que se prescrevessem, para os não católicos e impenitentes que faleciam fora do grémio da igreja, os terrenos bentos considerados sagrados pelas leis canónicas e que eram por sua vez reservados aos de fé católica.

À primeira vista poderá parecer que esta separação por secções diversas de católicos e não católicos nos cemitérios públicos gerais, para além de ligada à mentalidade religiosa da época também estivesse relacionada com a pureza de sangue, referente ainda à presença de Judeus nas ilhas.

De certa maneira, as várias disposições de leis encontradas e examinadas ao longo do período citado leva-nos a inferir que, de facto, essa era mais ou menos o pensamento dos legisladores nas subsequentes legislações ou por aqueles que as aplicavam, uma vez que não respondiam muitas vezes as cláusulas e direitos conquistados como súbditos estrangeiros, nem às suas convicções religiosas.

O que constatamos porém, é que, também devido aos seus princípios religiosos e tradicionais, isso, conforme os diferentes grupos e ritos de sepultamento, os Judeus sempre consagraram, por norma, cemitérios privativos, localizados geralmente próximos ou não de cemitérios municipais, o que nos leva a concluir que a maior parte das medidas proibitivas, tomadas na época, não tiveram aplicabilidade prática ou quando muito não a souberam aplicar tal era a complexidade das leis.

Aliás as próprias autoridades locais reconheciam que muitas

das legislações emanadas ao fim e ao cabo acabavam por não conter, quanto aos cemitérios privativos, nenhuma disposição proibitiva. Assim a construção desses cemitérios separados ou anexos aos cemitérios públicos e paroquiais nos pareceu ser, afinal, considerado perfeitamente normal e legal pois que em 1835, quando, pelo decreto de Outubro, 8, os cemitérios privativos foram considerados inconvenientes, entretanto alguns foram autorizados por motivos de religião de modo a evitar-se ferir crenças e direitos adquiridos. É desta forma que em 1865, Fevereiro, 3, por acórdão do Conselho da Província nº30, era concedido a Marcos Cagi terreno anexo ao cemitério público da Praia para a construção de um cemitério israelita.<sup>13</sup>

Por decreto de 1868, Outubro, 21, era também cedido aos israelitas residentes em Lisboa, autorização para estabelecerem em lugar adequado um cemitério privativo sob a condição de que esse cemitério ficava debaixo da fiscalização das autoridades públicas, com guarda de nomeação da Câmara, pago pelos interessados.<sup>14</sup>

Tal autorização, embora meramente tolerante, por parte das autoridades locais, teria também efeito em Cabo Verde, estendendo-se a vários concelhos da província com a publicação em 1894 do Código de Postura da Câmara Municipal de Santo Antão que no seu Capítulo XIII, ressaltava o seguinte sobre os cemitérios públicos:

“Art.º 61º - Nos cemitérios públicos deste concelho serão sepultados todos os indivíduos de qualquer nacionalidade ou culto.

Parágrafo único - Exceptuam-se os hebreus por terem um pequeno cemitério na villa da Ribeira Grande (...).”<sup>15</sup>

Nesse mesmo ano, a Câmara Municipal da Praia regulamentava no seu Código de Postura, propondo por acórdão, que no cemitério público existisse ou lugar separado para o enterramento de indivíduos não católicos ou que tivessem cemitério privativo pois não podiam ter sepultura eclesiástica mediante as leis civis dando cumprimento assim aos princípios justos considerados pelas leis canónicas.<sup>16</sup>

Em 1896, na ilha Brava, era inaugurado e benzido um novo cemitério católico, com o nome de Santo António, ficando uma separação para os não católicos.<sup>17</sup>

Mas com a publicação do novo Regulamento do Código Civil em 1913, Outubro, 15, com aplicação em Cabo Verde, em Novembro do

<sup>13</sup> Correspondência recebida pela Secretaria Geral do Governo relativa ao processo de permissão de sepultamento dos israelitas falecidos na ilha da Boavista - AHN\SGG\R11, Doc. Nº5, cx. nº775, 1915-1913, originais, manuscritos.

<sup>14</sup> Idem, ibidem, Doc. Nº8, cx. 775, 1915-1916

<sup>15</sup> AHN - Boletim do Conselho Ultramarino, Col. Leg. Nov., Vol., XI, Portaria de 1864, Abril, 21, pp.527

<sup>16</sup> AHN, B.O., nº2, Ano, 1894, Junho, 2, pp.128

<sup>17</sup> AHN, idem, Ano 1898, Outubro, 20, pp.217

mesmo ano, do Decreto com força de Lei de 1911, Fevereiro, 18, na sequência da proclamação da 1ª República em 1910 e da Lei de Separação da Igreja e do Estado em 1911, passou a ser expressamente proibido que existisse separação por religião no acto do enterramento dos mortos e com isso a existência de cemitérios privativos. Aliás os artigos 255º, 256º e 257º do Código Civil precedidos pelo decreto nº170, aplicado à província, obrigavam a todas as corporações e autoridades competentes retirarem dos cemitérios todos os muros, valados, sebes ou outras divisões que tinham por fim separar os mortos por motivo de religião, ordenando que se fizessem indistintamente as inumações em todos os talhões dos mesmos, ficando nos mesmos lugares e contíguos uns aos outros, os cadáveres enterrados com ou sem cerimónias religiosas.

É assim que em 1915, entre Março e Maio, para fazer valer a lei, o administrador do concelho da Boavista, impedia, seguindo as medidas proibitivas do Código Civil de 1913, o enterramento de um hebreu no cemitério privativo e em Outubro do mesmo ano o de Isaac Benoliel, abrindo um processo sem precedentes que se arrastou ao ano de 1923 .

De facto, o Comité da Comunidade Israelita de Lisboa, mediante esta proibição, representado pelo seu Presidente, Isaac A. Levy e pelo seu Secretário Geral, Adolpho Benarus, sentindo-se lesado nos direitos adquiridos e porque mandava a tradição, apresentava em carta dirigida ao Ministério da Colónia apelação perante aquela situação.

A cópia do officio que tivemos a oportunidade de examinar refere o seguinte:

“Excelentíssimo Senhor Ministro das Colónias

Exmº Senhor

No arquipélago de Cabo Verde, na ilha da Boavista, no lugar de Pico da Rixa, existe um cemitério israelita em que os israelitas residentes na mesma ilha fazem o enterramento dos seus mortos há mais de quarenta anos. Sucede, porém, que ultimamente morreu um israelita na mesma ilha e o Exmº Sr. Administrador não consentiu fazer o enterramento do morto naquele cemitério privativo, como era costume fazer-se e obrigou a que se efectuasse no Cemitério Municipal; o que efectivamente se cumpriu apesar da dor que esta circunstância lançou sobre a família sobrevivente por ver assim ferida as suas crenças religiosas e as do morto que durante a vida aderira com fervor às leis de Moisés.

Ao Comité Israelita de Lisboa, Excelentíssimo Senhor Ministro, compete pelos seus estatutos (artigo 25º) aprovado pelo alvará de 9 de Maio de 1912, do governo civil de Lisboa, defender os interesses israelitas, dos seus correligionários residentes quer no Continente quer nas Possessões Portuguesas e sentindo-se aquele alarmado pela proibição do enterramento do seu correligionário no local particularmente destinado para esse fim, vem muito respeitosamente pedir Vossa Excelência se sirva providenciar para que os enterramentos dos israelitas falecidos naquela ilha continuem a ser feitos no seu cemitério particular, como até agora se praticava.

É apelando para os sentimentos de tolerância de Vossa Excelência que este Comité toma a liberdade de implorar de Vossa Excelência uma medida que sem prejuízo para terceiros vem tranquilizar a consciência dos seus correligionários residentes em Cabo Verde.(...).”<sup>18</sup>

Diante de tal apelação, o Director Geral das Colónias, Joaquim Basílio da Cerveira, encarregado pelo Ministro, mandava inquirir acerca das considerações que determinaram o administrador do concelho fazer a proibição, pois que o cemitério de que se tratava, apesar de privativo, era lugar destinado a enterramentos e como tal estava sob a inspecção das autoridades públicas.

A informação do governo da província referia também que devia-se rememorar o administrador os regulamentos dos cemitérios paroquiais e municipais, os quais, nenhuma proibição continham quanto aos cemitérios privativos de israelitas ou de outros quaisquer.

Num mundo de diferenças ideológicas e de interpretação, enquanto o Ministério mandava inquirir a sua acção por um lado e por outro o Governador da Província rememorando-lhe a inexistência de medidas proibitivas que regulassem tal procedimento, eis o que respondia o administrador de concelho, Francisco Tavares de Almeida, em officio, a 9 de Junho, à inquirição que lhe foi feito sobre o enterramento dos israelitas falecidos na ilha da Boavista:

“ (...), cumpre-me dizer: Nunca existiu nesta ilha cemitério de israelitas ou de indivíduos de qualquer outra religião.

As autoridades administrativas permitiram que os israelitas falecidos fossem enterrados em um sitio perto do ‘Pico Rixa’ recinto que foi cercado por um muro de alvenaria de altura de 1,40 metros.

Dão acesso a estes recintos, - são dois - umas aberturas, espécie de janelas, sem portas, a cerca de 0,55m do terreno, o que permite entrada de pessoas e mesmo de animais.

Nunca a colónia israelita tratou de regularizar a concessão do terreno, vedá-lo convenientemente, e por isso nunca pôde ser consi-

<sup>18</sup> AHN\SGG\A1, Doc. Nº1, cx. nº775, 1915/1923, originais, manuscritos

derado como cemitério. É para notar: que os primeiros israelitas falecidos, deixaram descendentes com bastantes meios, e até ao presente não trataram de regularizar um assunto que tão de perto lhes toca, e a que são moralmente obrigados a fazer.

Nestas condições e em vista do disposto nos artigos 255º e seguintes do Regulamento do Registo Civil, só depois de devidamente regularizado o assunto, pode ser permitido o enterramento dos não católicos nos cemitérios privativos. (...)

Tenho ainda a dizer: o primeiro cercado tem duas pedras tumulares, sem capacidade para mais; o segundo tem quatro sepulturas, e só dá lugar a mais uma(...).”<sup>19</sup>

E apresentava em anexo o croquis, mostrando aquilo a que se chamava de cemitério.

Por essa razão, Adolpho Benarus escrevia, e a título pessoal, ao Governador da Província, em Setembro de 1915, expondo-lhe a sua preocupação, pedindo-lhe o seu interesse pelo assunto, apelando aos seus sentimentos em favor do Comité, representado nas ilhas por José Benoliel.

Aproveitando, entretanto, as hesitações e tolerância das autoridades locais sobre a continuidade ou não dos enterramentos e à alusão feita acerca da não conservação do cemitério, do seu tamanho, pelo administrador de concelho, José Benoliel, representante da Comunidade Israelita de Lisboa em Cabo Verde, residente na ilha da Boavista, requeria, por sua vez, ao governo da província, pedindo a concessão por aforamento de duzentos metros quadrados de terreno.

Além de querer privilegiar o local, pelo seu alargamento, o que parecia plausível era a sua pretensão de que os israelitas continuassem a ser enterrados no referido cemitério, aproveitando-se também da tolerância que se fazia sentir. De outra forma não seria explicável o pedido de aforamento feito após proibição do administrador de concelho contrariado pelos pareceres do Conservador Geral do Registo Civil, representado pelo Secretário Geral do Governo, e pelo Delegado do Procurador da República da Comarca de S. Vicente, a quem baixava o requerimento datado de 18 de Fevereiro de 1916, recebendo aprovação do próprio Governador da Província, os quais, após análise cuidada dos Decretos de 8 de Outubro de 1835 e de 21 de Outubro de 1868 e do Regulamento do Registo Civil e dos seus artigos 255º, 256º e 257º, foram unânimes em afirmar que *“poderá ser permitido que se continuem fazendo no sítio de Pico de Rixa da Boavista os enterramentos dos israelitas, provisoriamente, sob a fiscalização da Câmara e cor-*

<sup>19</sup> AHN\SGG(A1), cxº 775, 1915 / 1923, Doc.nº4, originais, manuscritos

*rendo todas as despesas por conta dos interessados. Isto para evitar-se ferir crenças e direitos que são de respeitar. ” E num outro ponto: “(...) Para as famílias israelitas esse lugar é sagrado e não seria razoável desrespeitar o lugar onde estão os restos mortais dos seus antepassados.”<sup>20</sup>*

Daí que e muito embora tivesse obtido o parecer favorável do administrador de concelho quanto à legalização do terreno e o seu respectivo alargamento, o Conservador Geral do Registo Civil opunha-se a tal, referindo-se que *“o processo de concessão de um terreno destinado a enterramentos de uma determinada seita religiosa - a particular - não se acha regulado em decreto algum que o signatário conheça.”<sup>21</sup>*

A ampliação não seria concedida também pelo douto parecer do Delegado do Procurador da República da Comarca de S. Vicente, pedindo, este, que o caso fosse sujeito à deliberação de instâncias superiores.

De notar que a questão embora merecesse a atenção do Ministério das Colónias, em Maio de 1915, aquele nunca mais se pronunciaria deixando o caso nas mãos das autoridades locais.

No entanto, o não alargamento do cemitério acabaria por se manter. A prova nos é dada, quando visitamos o cemitério na ilha da Boavista. Ao analisarmos o croquis apresentado pelo administrador de concelho, constatamos que não houve alterações. O cemitério continua dividido em duas partes, no mesmo lugar e, deduzimos, com as dimensões referidas. Isso porque não estivemos munidas de acessórios necessários para tal verificação. Basta dizer que o primeiro cercado referido tem ainda as duas pedras tumulares, o segundo agora com seis sepulturas. De lembrar que o administrador do concelho tinha-se referido a quatro, com espaço para mais um.

Uma outra prova que dispomos é que o próprio José Benoliel, sendo nomeado em 1919, administrador do concelho da Boavista não legalizaria o aforamento do terreno nem promoveria o seu alargamento.

A continuidade dos enterramentos é notória, pois, o próprio José Benoliel seria ali sepultado em 1924, sendo o último enterramento feito, o do irmão David Benoliel, em 1950.

<sup>20</sup> AHN\SGG(D1), ex. 775, 1915/1923, Docs.9, 10, 11, originais, manuscritos

<sup>21</sup> Ídem, Doc.12. De referir que o mesmo Conservador Geral acabaria por mandar fazer inquirições a todos os cemitérios da província, às Câmaras Municipais que se encarregavam da fiscalização dos cemitérios às quais incluiria a Câmara Municipal da Praia. Este assunto será abordado pela autora em próximos trabalhos.

## Quadro I

### Presença de Judeus em Cabo Verde e respectivos descendentes entre os períodos de 1840 e 1927

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Arão Bendavid	Mogador		Santiago - Praia (1857-1858) Brava (1865)	Negociante	Com Marcos Bendaham Firma: Bendavid & Bendaham (1870)	1856-1870
Jacob Seruya	Gibraltar		Santiago - Praia (1855-1857) Brava (1858)	Comerciante Proprietário de bote		1855-1879
Salomão Pimenta	Argel		Brava (1865) Santiago - Praia (1857)	Negociante		1855-1867+
Abraham Abecacis	Gibraltar		Santiago - Praia (1858)	Comerciante Encarregado de negócios da Casa Aflaló, Bittencourt & C <sup>a</sup> (1859)		1858-1866
Fortunato Cardoso	Argel		Santiago - Praia (1858)	Negociante	Israel Cagi e Mair Buzaglo Firma: Cagi & Cardoso Fortunato Cardozo & C <sup>a</sup> , com Mair Buza-glo (1855) Com Rafael Benatar e António vicente Sidreim (1865)	1855 - 1865
Moysés Naury (Mozes Naury)	Rabat- Marrocos		Santiago - Praia (1857-1867) Brava (1858-1859)	Negociante		1854-1887
Jayme Levy Bentubo	Gibraltar	Súbdito britânico	Santo Antão, Frg.Ns <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> do Rosário (1856)	Negociante Proprietário		1856-1895
Camilla Levy Bentubo	Gibraltar	Súbdito britânico	Santo Antão, Frg.Ns <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> do Rosário (1856)	Proprietária		1856-1895
António Levy Bentubo	Gibraltar		S. Vicente, antes 1895			1895

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Abraham Auday	Tanger		Santiago-Praia (1857)	Negociante	Com Isaac Benrós	1857-1861
Moses H. Abecassis			Stº Antão (1868)			1868
Moses Urbin			Stº Antão (1868)			1868
Isaac Benrós	Gibraltar		Santiago- Praia (1860) Stº Antão (1858-1882)	Negociante Encarregado do giro comercial de Simão Anahory (1882)	Com Abraham Auday	1857 - 1882
Moisés Anahory	Gibraltar		Santiago - Praia (1860) Fogo (1879)	Negociante		1860 - 1879
Rafael Benatar	Rabat - Marrocos	Súbdito português	Santiago - Praia (1860)	Negociante	Com Fortunato Cardozo (1865)	1860 - 1865
Abraham Anahory	Lisboa - Portugal	Inglesa	Santiago - Praia (1861)	Negociante		1858 - 1861
Samuel Cohen	Tanger		Santiago - Praia (1860)	Negociante		1860 - 1861
Salomão Azevey	Lisboa - Portugal		S. Vicente (1855) Fogo (1856) Santiago- Praia (1861)	Negociante		1855 - 1861
Abraham Benholiel	Rabat- Marrocos	Espanhola e inglesa	Santiago- Praia (1861) Boavista (1867)	Negociante		1860 - 1891+
Esther Benatar Benholiel	Rabat- Marrocos	Espanhola e inglesa	Boavista			1891+
Marcos Cagi	Tanger	Súbdito português	Santiago- Praia (1857)	Negociante	Marcos Cagi & Reis, com Francisco José dos Reis (1869) Com Israel Cagi Firma: Marcos Cagi & Sobrinho (1885) Marcos Cagi & Cª	1857 - 1885

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Moisés Anahory	Marrocos		Brava (1860)	Negociante		1860
James Anahory	Lisboa - Portugal		StºAntão (1861)	Negociante		1858 - 1861
Moisés Benrós	Gibraltar		Santiago - Praia (1861)	Negociante		1861
Rayn Levy	Gibraltar		Stº Antão (1856)			1856
D. Alegria Abohbot Anahory			S.Vicente (1881)	Negociante (cabeça de casal do falecido marido Jayme Anah-ory)	Com Mozes Zagury Firma: Zagury & Cª (1882)	1881 - 1882
Mordecai Bendaham	Gibraltar	Ingleza	Santiago - Praia (1861)	Negociante	Com Arão Bendavid Firma: Bendavid & Bendaham (1870)	1861-1877
Fortunato Levy	Marrocos		Santiago- Praia (1861)	Negociante		1861-1877
Hellel Benchmol	Oran		Santiago - Praia (1861)	Negociante		1861 - 1872
Elias Azulay	Tunis		Santiago - Praia (1856) Brava (1866)	Negociante		1856 - 1866
Isaac Gabay	Tãnger		S.Vicente (1862)	Negociante		1862 - 1878
Ayres Julião Brigham	Mogador- Marrocos		Stº Antão (1855) Santiago (1857)	Comerciante		1855 - 1857
Beneddito Benunas	Gibraltar		Stº Antão (1855)			1855
Salomão Anahory	Lisboa - Portugal	Britânica	Brava (1855) Santiago - Praia (1858)	Negociante Proprietário rural e urbano		1855 - 1885
Mordecay Ismini	Argel	Francesa	Brava (1855)			1855
Isaac Benholiel	Rabat - Marrocos		Boavista	Negociante		1887 - 1915+
Abraham Azancot	Tunis		Stº Antão (1856)	Comerciante		1856 - 1877

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
D. João Wannon	Gibraltar	Britânica	Stº Antão (1856)	Comerciante		1856- 1886
Mozes Bentrós	Tânger		Santiago - Praia (1856)			1856
James Levy	Gibraltar		Santiago - Praia (1857)			1857
Moisés Athias	Gibraltar	Britânica	Santiago - Praia (1857)	Comerciante	Moisés Athias e Samuel Benazon (1858)	1856 - 1958
Isaac Scruya	Gibraltar		Fogo (1856) Santiago- Praia (1857)	Negociante Proprietário Armador, pesca de coral; Vice-Cônsul de Espanha na ilha de Santiago; assume a direcção, por substituição, da agência consular de Itália em Santiago (1877); Integra o júri do Tribunal Comercial(1885)	Com Marcos Cagi & Sobrinho	1856-1885
Samuel Benazon	Gibraltar	Britânica	Santiago - Praia (1857)	Comerciante	Moisés Athias e Samuel Benazon (1858)	1856-1858
Joseph Naury	Marrocos	Portuguesa	Santiago - Praia (1857)	Comerciante	Naury & Primo & Compª (1854)	1854 - 1857
Jaime Asencot	Tunis		Stº Antão			1858
José Bento de Oliveira	Tânger	Portuguesa	Santiago - Praia (1855) S.Nicolau (1865)	Negociante		1855-1880+
Jaime Azancot	Tânger		Brava (1865)			1865
Jacob Levy	Tetuan - Marrocos		Santiago - Praia (1865)			
Jaime Azancot	Argel		Praia (1866)			1866

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Simão Levy	Lisboa - Portugal		S.Vicente Santiago - Praia (1864)			1864-1866+
Simão Benhaim	Tânger		Santiago- Praia (1865)			1865
Isaac Benrós	Tânger		StºAntão (1865)	Comerciante		1865-1905+
Fortunato Naurý		Portuguesa	Praia (1854)	Comerciante	Naurý & Primo & Compª, com Manuel Pinto (1854)	1854
Salomão Azancot	Tânger		StºAntão (1865)			1865
Abraham Benrós	Gibraltar		Santiago - Praia (1865)	Comerciante Caixeiro viajante		1865-1868+
Salomão Azancot	Argel		Santiago - Praia (1866)			1866
Joseph Abitbol	Tânger		S.Nicolau (1866)	Negociante		1858 -1866
Isaac Pairy	Gibraltar		Santiago - Praia (1866)			1866
Isaac Naurý	Marrocos		Brava (1866)	Negociante		1866
Isaac Anahory	Marrocos		Brava (1866)	Comerciante		1866
Elias Elasy	Rabat - Marrocos		Santiago - Praia	Negociante		1866
Isaac Benarus	Tânger		StºAntão (1866)	Negociante		1866
Elias Lasene	Rabat - Marrocos		Santiago - Praia (1866)	Marítimo		1866
Moisés N(i)une	Argel		Brava (1866)	Negociante		1866
Elias Lassarine	Marrocos		Santiago - Praia (1867)	Negociante		1867
Izaak Naurc			Santiago - Praia (1867)	Negociante		1867

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Bento Levy	Lagos- Algarve	Portuguesa	Santiago- Praia	Negociante Proprietário urbano e rural Armador Júri comercial (1907) Vogal Conselho da Provincia (1910)	Com Benjamim Alves: Farmácia Duque & Cª (1905) Firma Bento Levy & Filhos (1901-1917)	1867-1930+
Moisés Naure	Rabat D Marrocos		Santiago - Praia (1867)	Negociante		1867
James Azancot	Argel		Brava (1865)	Negociante		1865
Salomão Azevey	Portugal		Santiago - Praia (1854)	Negociante	Firma Azevey & Tavares, com Francisco de Paula Tavares (1854)	1854 -1855
Moisés Levy		Cidadão português	Maio (1881) Santiago-Tarrafal (1896 -1926)	Negociante Júri Comercial (1907) Vogal da Junta da Paróquia da freguesia de Santo Amaro AbadeTarrafal(1910)	Com Salomão, Pereira, Neves - Firma Moisés e Comandita	1867 - 1926+
Isaac Esnaty	Marrocos		De passagem por Cabo Verde para os Açores e Madeira	Negociante		1840
Joaquim dos Santos	Marrocos		De passagem por Cabo Verde para Lisboa no hiate Portuense"	Negociante		1840
Joaquim Aflaló	Marrocos	Cidadão português	De passagem por Cabo Verde para Lisboa			1842
Marcos Auday	Tânger	Inglesa e protuguesa	S.Vicente [1876] Santiago - Praia (1877) Santo Antão (1888-1894)	Negociante Proprietário de navios de transporte de purgueira no interior de Santiago	Zagury & Compª Marcos Auday(1877)	1876 - 1894

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Simão Boaruna	Marrocos		Santiago - Praia (1878)	Negociante		1878
Guidon El - Caim	Rabat - Marrocos		Boavista	Negociante		1868 -1896
Abraham E l- Caim			Boavista			1895
Abraham Julião Brigham	Marrocos- Mogador		Santo Antão			1907
Simy Abraham Brigham	Marrocos - Mogador		Santo Antão			1907
Joseph Julião Brigham (Joseph de Abraham Brigham)	Mogador - Marrocos		Santo Antão- Rª Grande	Comerciante Proprietário urbano e rural		1842-1907+
Isracl Cagi	Tânger		Praia - Santiago	Comerciante	Firma: Cagi, Cardozo, com Fortunato Cardozo e Mair Buzaglo (1855) Marcos Cagi & Sobrinho (1885)	1855 - 1885
Simão Anahory		Súbdito Espanhol	S.Vicente	Proprietário Vice-Consul do Brasil, Espanha e Dinamarca em S.Vicente (1877)		1877 - 1885
Mozes Zagury		Súbdito português	S.Vicente-Mindelo	Comerciante Industrial		1885-1906
Isaac Athias		Súbdito português	Santiago-Stª Catarina - Tarrafal (1900)	Proprietário		1877 - 1900
Fortunato Zagury		Súbdito Português	S.Vicente - Mindelo	Comerciante Vice-Cônsul da Dinamarca em S.Vicente (1885) por substituição	Com Pedro Gomes Barbosa para na ilha do Fogo proceder à exploração de minas de salitre e enxofre (1886)	1885-1886
Jaine Zagury		Subdito Português	S.Vicente - Mindelo	Vice-Consul da		1885

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
				Dinamarca na Ilha de S.Vicente (1885)		
David Wahnon	Gibraltar		S.Vicente	Negociante		1903
David Jacob Cohen	Marrocos	Francesa	Stº Antão - Vila D.Maria Pia	Comerciante		1888 - 1907
Joseph Abitból			S. Nicolau	Negociante		1867
Moisés Jacob Cohen (Moses Cohen)			Stº Antão - Vila D.Maria Pia	Comerciante		1882 - 1929+
Isaac Zafrany	Mogador - Marrocos		S.Vicente	Negociante		1897+
Isaac Pinto	Tánger		Stº Antão - Vila D.Maria Pia	Proprietário Comerciante		1907 - 1921+
Isaac Boadana			Stº Antão - Vila D.Maria Pia	Comerciante		1897 - 1904
Salomão Bendavid			Santiago - Praia	Comerciante Proprietário Patrão - mór da Ilha de Santiago (1900)		1900 -1934
Jacob Wahnon	Gibraltar	Britânica	S.Vicente - Mindelo	Negociante	Com Abílio Monteiro de Macedo (1919)	1907 - 1927
Isaac Wahnon	Gibraltar	Estrangeira	Stº Antão S.Vicente - Mindelo	Negociante		1903
Rachel Wahnon	Gibraltar	Estrangeira	S.Vicente - Mindelo			1903
Alice Wahnon	Santo Antão	Estrangeira	S.Vicente - Mindelo	Doméstica		1903
Merina Wahnon	S. Vicente	Estrangeira	S.Vicente - Mindelo	Doméstica		1903
Aldegundes Wahnon	S. Vicente	Estrangeira	S.Vicente - Mindelo	Doméstica		1903
Carmem Wahnon	S. Vicente	Estrangeira	S.Vicente - Mindelo	Doméstica		1903
Judith Wahnon	S. Vicente	Estrangeira	S.Vicente - Mindelo	Doméstica		1903

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Lea Wahnnon	S. Vicente	Estrangeira	S.Vicente - Mindelo	Doméstica		1903
James Wahnnon	S. Vicente	Estrangeira	S.Vicente - Mindelo	Negociante	Com Aguinaldo Vera-Cruz (1925)	1903 - 1925
Jonas Wahnnon	S. Vicente		S.Vicente - Mindelo	Comerciante		1903 - 1944
Donald Mascarenhas Wahnnon	S. Vicente		S.Vicente - Mindelo			1909
Abraham Julião Brigham	Santo Antão		Vila D.Maria Pia Santo Antão	Comerciante Proprietário Escrivão da Fazenda (1907) Vogal Junta Fiscal de Matrizes (1918)		1894-1941+
José Monteiro Levy	Santiago - Praia		Santiago - Praia	Comerciante Vogal do Tribunal Contencioso e de Contas, Comarca de Sotavento (1917)	Bento Levy & Filhos (1901-1917) Levy &Irmãos(1917)	1901 - 1917
Álvaro Monteiro Levy	Santiago - Praia		Santiago - Praia	Comerciante	Bento Levy & Filhos (1901-1917) Levy &Irmãos(1917)	1901-1917
Jayme Monteiro Levy	Santiago - Praia		Santiago -Praia	Comerciante Tesoureiro da Câmara Municipal da Praia (1945/49)	Bento Levy & Filhos (1901-1917) Levy &Irmãos(1917)	1901-1949
Fortunato Monteiro Levy	Santiago - Praia		Santiago- Praia	Comerciante Professor Administrador do Concelho da Praia (1914) Vogal do Tribunal de Contencioso e de Contas, Comarcas de Sotavento eBarlavento (1917) Vogal da Comissão Central de Subsistência (1919)	Levy &Irmãos(1917)	1917-1919

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Simão Monteiro Levy	Santiago - Praia		Santiago - Praia	Comerciante	Levy & Irmãos (1917)	1917
Salomão Joseph Abitból	S. Nicolau		S. Nicolau	Estudante Latim (1877) Comerciante Vogal suplente da Junta Fiscal de Matrizes (1918)		1877 - 1918
Raphael Moisés d'Oliveira	S. Nicolau		S. Nicolau	Estudante Francês, Português no Seminário Liceu de S. Nicolau (1877) Subdelegado Concelho S. Nicolau (1895)		1877-18956
Benjamim José d'Oliveira	S. Nicolau		S. Nicolau	Estudante de instrução primária (1877)		1877
Serafim José d'Oliveira	S. Nicolau		S. Nicolau	Estudante de instrução primária (1877); Estudante Seminário Liceu de S. Nicolau (1884)		1877 - 1888+
Júlio Bento d'Oliveira	S. Nicolau		S. Nicolau	Negociante		1880 - 1912
Júlia Maria d'Oliveira	S. Nicolau		S. Nicolau	Proprietária		1888 - 1912
Leão Benholiel	Boavista		Boavista	Comerciante Industrial Vereador da Câmara (1891)		1885 - 1910+
David Benholiel	Boavista		Boavista	Comerciante Armador Professor Vogal do Tribunal da Freguesia Santa Isabel (1917) Agente do Registo Civil do Concelho da Boavista (1919)	Com Júlio de E. Carvalho - Firma "Carvalho & Oliel" (1900)	1872 - 1950+

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Salomão Benholiel	Boavista		Santiago e Boavista	Comerciante Armador	Sócio-Gerente da Sociedade Portuguesa, em nome colectivo, Salomão, Pereira, Neves com sede em Lisboa, sucursais em Santiago, Maio, Sal, (1917) Sócio Gerente da Firma Salomão Benholiel Ldª com sede na cidade da Praia, sucursais S.Nicolau, Stª Catarina e Fogo (1923) Vogal da Comissão Central de Subsistências (1919)	1874 - 1923
José Benholiel	Boavista		Boavista	Proprietário Industrial Secretário da Câmara (1899) Subdelegado do Julgado Municipal (1906) Vogal da Comissão Municipal da Câmara da Boavista Administrador do Concelho da Boavista (1919)		1870 - 1923+
Simão Benholiel	Boavista		Boavista			1891
Simy Benholiel	Boavista		Boavista			1891
Rachel Benholiel	Boavista		Boavista			1891
Ester Benholiel	Santiago - Praia			Doméstica		1914 - 1939
Rebeca de Carvalho Benholiel	Santiago - Praia			Doméstica		1918 - 1945
Luna de Carvalho Benholiel	Portugal - Camões					1920 - 1945

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Abraham Benholiel	Portugal - Lisboa			Estudante (1915) Empregado comercial (1947)		1915-1947
Israel Benholiel	Boavista			Estudante (1917)		1917-1932
João Vitorino Benholiel de Carvalho	Boavista		S.Vicente	Comerciante	Com Carlos Pinto Wahnon e Judith Benholiel de Carvalho - Firma J.B.C. Lda	1903-1938
Alexandre Benholiel de Carvalho	Boavista			Comerciante		1908-1945
Carolina Carvalho Benholiel	Boavista					1893-1944
Alexandrina Benholiel de Carvalho	Santiago - Praia					1911-1945
Alice Aida Benholiel de Carvalho Vera Cruz	Boavista		S.Vicente Mindelo	Empregada comercial		1902-1944
Maria Benholiel	Boavista		Boavista			1891
Isabel Benholiel	Boavista		S.Vicente			1906-1932
José Fernandes Benholiel	Boavista		Maio	Empregado Comercial		1908-1912+
Guiomar Lopes da Silva	R*Grande - S.Antão		S.Vicente			1906
José Monteiro	Fogo		S.Vicente	Comerciante		1907-1944
Jonas Wahnon	S. Vicente		S.Vicente	Comerciante		1903-1937
Verissimo Wahnon	Santo Antão		S.Antão	Professor		1886-1944+
Daniel Wahnon	Santo Antão		S.Antão	Proprietário		1886-1904
Fernando Wahnon	Santo Antão		S.Antão	Proprietário Advogado		1890 -1947+

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Fernando Wahnon Ferrira	Paúl - Santo Antão		S.Vicente			1928
Julio Bento d'Oliveira	Santo Antão		S.Vicente	Telegrafista		1905-1937
Maria Vitoria da Luz Brigham	Santo Antão		S.Antão	Doméstica		1902-1936
Margarida da Luz Brigham	Santo Antão		S.Antão	Doméstica		1907-1937
Raphael Anahory	Brava		Brava	Funcionário público Comerciante Proprietário		1904-1919
Leão David Cohen	Santo Antão		Santo Antão	Comerciante		1892-1942 +
Daniel David Cohen	Santo Antão		Santo Antão	Comerciante Delegado Administrativo Juiz de Paz (1897)		1890-1932
José David Cohen	Santo Antão		Santo Antão	Comerciante		1836-1948
Benjamim David Cohen	Santo Antão		Santo Antão	Juiz de Paz da freguesia de N <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> do Livramento, R <sup>a</sup> Grande (1918) Vogal Junta Fiscal Matriz, Si <sup>o</sup> Antão (1918)		1918
Eliseu David Cohen	Santo Antão		Santo Antão	Delegado Administrativo		1926
Maria dos Reis Cohen	S. Vicente		S.Vicente	Doméstica		1927
Carlota Benrós Martins	Santo Antão		Santo Antão	Doméstica		1879-1942
Pedro James Wahnon	S. Vicente		S.Vicente	Empregado comercial		1916-1942
Jayme Wahnon	S. Vicente		S.Vicente	Marítimo		1915-1932

Nome	Origem	Nacionalidade adquirida	Residência	Profissão e outras actividades	Associações comerciais	Cronologia na documentação
Margarida Benholiel	Santo Antão		Santo Antão	Doméstica		1919-1939
João Valentino d'Oliveira	S. Nicolau			Ourives		1885-1939
Júlio César Lopes da Silva	Santo Antão		S.Vicente	Telegrafista		1904-1939
Terêncio Africano Lopes da Silva	Santo Antão			Estudante(1914)		1914-1932
Cordelia Silva Wahnnon	Santo Antão			Doméstica		1894-1939
Fulgêncio Anahory	Boavista		S.Vicente	Empregado Comercial		1905
Júlio Benhaim Lima	S. Vicente		Angola			1884-1939
Maria da Luz Benhaim Leite	S. Vicente		S.Vicente			1909
Domingos Seruya	Santiago - Praia		Santiago - Praia	Proprietário Agricultor Oficial da Secretaria Geral do Governo Professor Régio		1884-1918+

## Quadro II

## FAMÍLIAS ORGANIZADAS

## a) Família Benholiel

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
Abraham Benholiel	Esther Benathar Benholiel	<u>Simy Benholiel</u> * Leão Benholiel <u>José Benholiel</u> <u>Salomão Benholiel</u> David Benholiel Rachel Benholiel Simão Benholiel Maria Benholiel	Antônio Isaac Benholiel Margarida Benholiel, filha de Antônio Isaac Benholiel (22-3-1919) Armando Augusto Benholiel de Carvalho Salomão Benholiel Clementino Benholiel de Carvalho
Simy Benholiel / Antônio Miguel de Carvalho		Carolina Carvalho Benholiel (5-10-1893) Alice Aida Benholiel de Carvalho (10-1-1902) João Vitorino Benholiel de Carvalho (17-12-1903) Alexandre Benholiel de Carvalho (27-11-1908) Alexandrina Benholiel de Carvalho (8-4-1911)	Daniel Andrade de Carvalho, filho de João Vitorino Benholiel de Carvalho e Berta Andrade Fernandes (4-9-1930) David Andrade Carvalho, filho de João Vitorino e de Berta Andrade Fernandes (10-1-1929) Maria Julia, filha de Paula, neta de José Benholiel
José Benholiel	Paula Mosso Benholiel Vicência Mosso Benholiel	Paula Mosso Benholiel (12-10-1893) Maria do Carmo Benholiel (16-7-1892) Irene Benholiel Benjamim Franklin Benholiel	Oldegard, filho de Maria do Carmo e Humberto Lisboa Santos, neto de José Benholiel Franklin José Benholiel, filho de Maria do Carmo e Humberto Lisboa Santos, neto de José Benholiel (1925)
Salomão Benholiel	Carolina Carvalho Benholiel	Esther Benholiel (7-3-1914) Rebecca de Carvalho Benholiel (19-5-1918) Luna de Carvalho Benholiel (31-12-1920) Abraham Benholiel (27-8-1915) Israel Benholiel (5-3-1917)	Daniel Benholiel de Carvalho Vera Cruz, filho de Alice Aida Benholiel de Carvalho e Aguinaldo Vera Cruz (28-8-1928) Miguel Smith Benholiel de Carvalho (sobrinho de José Benholiel) Samuel Benholiel Francisco Benholiel Silva
Issac Benholiel	Guiomar Soares Brito	<u>Isabel Benholiel Lopes da Silva</u> <u>Ricardo Benholiel</u> José Fernandes Benholiel (1885-1912+)	Norbentina Benholiel, filha de Margarida Benholiel (6-6-1914) Isaac Basílio Benholiel, filho de Francisco Benholiel Silva e Maria Salomão Benholiel Silva (14-6-1930) Aida Benholiel de Carvalho, filha de Alexandre Benholiel de Carvalho e Agtha Maria Oliveira (12-8-1933) José Manuel Lopes da Silva, filho de Francisco Lopes da Silva e Guiomar Lopes da Silva (3-9-1940)
Isabel Benholiel Lopes da Silva / José Lopes da Silva		Julio César Lopes da Silva (16-12-1904) Terêncio Africano Lopes da Silva (14-10-1914) Antônio Isaac Benholiel (19-9-1892) Francisco Lopes da Silva Benholiel Ceriaco Benholiel Lopes da Silva Guiomar Lopes da Silva (29-9-1906)	
Ricardo Benholiel	Carolina doÓ Carvalhal	Virginia (23-9-1888)	

\* Os sublinhados referem-se a membros de uma mesma família que constituíram por sua vez uma outra família.

## b) Família Auday

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
Marcos Auday	Simy Auday	Bidi Auday Benchimol Rica Auday Rachel Auday Moses Auday	Salomão de M. Auday Salomão B. Auday Abraham Auday

## c) Família Wahnon

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
Issac Wahnon	Rachel Wahnon	Alice Wahnon Merina Wahnon Regina Wahnon Aldegundes Wahnon Carmen Wahnon Camilla Wahnon Judith Wahnon Lea Wahnon James Wahnon Maria Wahnon	David Wahnon João Wahnon Veríssimo Wahnon, filho de João Wahnon (1875) Pedro James Wahnon, filho de James Wahnon e Antónia Maria Wahnon (18-1-1916) Jayme Wahnon, filho de James Wahnon e Antónia Fortes (26-5-1915) Jonas Wahnon Dr. Fernando Wahnon, filho de Jonas Wahnon e Gertrudes Jesus Fer- reira (10-1-1868) Jacob Wahnon José Monteiro, filho de Jacob Wahnon e Amélia Jesus Monteiro (8-6-1907) Jonas Wahnon, filho de Jacob Wahnon e Amélia Jesus Monteiro (28-9-1903) Donald Mascarenhas Wahnon, filho de Jonas Wahnon e Alice Madeira Mascarenhas Wahnon (28-7-1929) Dinora Mascarenhas Wahnon, filha de Jonas Wahnon e Alice Madeira Mascarenhas Wahnon (30-9-1932) Esther Mascarenhas Wahnon, filha de Jonas Wahnon e Alice Madeira Mascarenhas Wahnon (23-9-1937) Daniel Wahnon Cordélia Wahnon, filha de Daniel Wahnon e Adelina Augusta Silva (17-1-1894) Maria Conceição Wah- non, filha de Marima Wahnon (25-11-1906) Maria Wahnon, filha de Maria Conceição Wahnon (26-11-1906) Jorge Wahnon
James Wahnon	Maria da Conceição Pinto Wahnon	<u>Carlos Pinto Wahnon</u> (27-3-1907)	
Carlos Pinto Wahnon	Alexandrina Benholiel de Carvalho	Raquel Alice Benholiel de Carvalho Wahnon Cohen (30-7-1935) Simy Benholiel de Carvalho (27-4-1934)	

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
			<p>Jorge Wahnnon, Júnior, filho de Jorge Wahnnon e Maria Eduarda Lopes Wahnnon (15-5-1911)</p> <p>Edith Ferreira Wahnnon, filha de Verissimo Wahnnon e Carlota Ferreira Wahnnon (26-2-1911)</p> <p>Carmem Wahnnon de Morais, filha de Verissimo Wahnnon e Ana Costa Resende (1903)</p> <p>Olga Wahnnon de Morais, filha de Carmem Wahnnon de Morais e Manuel de Jesus Leite de Morais (16-6-1930)</p> <p>Alberto Wahnnon de Morais, filho de Carmem Wahnnon de Morais e Manuel de Jesus Leite Morais (26-12-1925)</p> <p>Wittelinda Silva Wahnnon Ferreira</p> <p>Fernando Wahnnon Ferreira, filho de Lino Vitorino e Wittelinda Wahnnon Ferreira (16-4-1928)</p> <p>Maria José Wahnnon, filha de James Wahnnon e Antônia Fortes (23-11-1929)</p> <p>Ernestina Wahnnon</p> <p>Leonel Wahnnon Madeira, filho de Ernestina Wahnnon e Luis da Silva Madeira (11-8-1916)</p> <p>Elvira Fernanda Santos Wahnnon, filha de Eurico Silva Wahnnon e Maria Piedade Santos Wahnnon (17-1-1940)</p> <p>Oldegard Moisés Wahnnon, filho de Jacob James Wahnnon e Maria das Mercês Wahnnon (25-11-1932)</p>

## d) Família Cohen

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
Jacob Cohen	Donna Cohen	Moses Jacob Cohen	Samuel Cohen
David Jacob Cohen	Maria das Dores Pinto Costa	<p><u>Leão David Cohen</u> (11-9-1892)</p> <p><u>José David Cohen</u> (5-1-1886)</p> <p><u>Daniel David Cohen</u> (15-12-1890)</p> <p>Eliseu David Cohen</p> <p>Benjamim David Cohen</p>	
José David Cohen	Tereza Morais Cohen	Pedro Graciano Cohen (13-8-1928)	

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
		David Graciano Cohen (6-3-1912) Francisco José de Moraes Cohen (30-1-1940) Alvaro Lerenó Cohen (21-10-1933) José do Rosário Cohen (14-4-1930)	
Leão David Cohen	Isabel Francisca dos Reis Cohen	Maria dos Reis Cohen (22-7-1929) Marima dos Reis Cohen (31-10-1934) Deolinda dos Reis Cohen (16-4-1928) Elvira dos Reis Cohen* (11-10-1928), filha de Alice Melo Azevedo Lopes Margarida dos Reis Cohen (18-1-1937)	
Daniel David Cohen	Georgina Serra Cohen		

\* Refere-se a filhos extra-matrimónio

#### e) Família Oliveira

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
José Bento d'Oliveira, filho de Hassam Abitbal e Nana Abitebal	Maria das Neves Spencer	Júlio Bento d'Oliveira Carlos Bento d'Oliveira Rafael d'Oliveira Maria das Neves d'Oliveira Júlia Maria d'Oliveira Ana Maria d'Oliveira	Raphael Moysés d'Oliveira Benjamim José d'Oliveira Serafim José d'Oliveira Olivia Oliveira Alfama, filha de Serafim José d'Oliveira e Emília Serra Oliveira (8-3-1880) António Manuel d'Oliveira
Júlio Bento d'Oliveira	Joana Baptista d'Oliveira	Júlio Bento d'Oliveira (29-10-1905)	
Júlia Maria d'Oliveira/ Dr. Bernardo José d'Oliveira		António Joaquim d'Oliveira José Bernardo d'Oliveira Joana Maria d'Oliveira	

#### f) Família Levy

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
Fortunato Levy	Vitória Levy	<u>Bento Levy</u>	Simão Levy Rayn Levy James Levy Jacob Levy
Bento Levy	Paula Conceição Monteiro Levy	José Monteiro Levy Alvaro Monteiro Levy <u>Fortunato Monteiro Levy</u> Simão Monteiro Levy <u>Jayme Monteiro Levy</u>	António Gomes Levy, filho de Clarimundo Simão Levy e Maria Joana Gomes (13-6-1933)
Fortunato Monteiro Levy	Maria Júlia Barbosa Levy	Orlando Barbosa Levy (1916)	
Jayme Monteiro Levy	Mery Benholiel Levy	Bento Benholiel Levy (1911)	

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
		Bárbara Benoliel Levy (1903) Leonel Benoliel Levy	
Bárbara Benoliel Levy/Antônio Marcelino Pais Varela		Jaime Antônio Levy Varela Maria Fátima Levy Varela Martins Mery Levy Varela Solita Levy Varela	
Leonel Benoliel Levy	Aida Benoliel de Carvalho Levy		
Moysés Levy	Maria Cecília Loff Levy (1898+) Serafina Gomes de Barros Levy	Eugénia Levy (1926)	

## g) Família Benrós

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
	Mazaltob Benrós	Issac Benrós Abraham Benrós	Carlota Benrós Martins, filha de Isaac Benrós e Gertrudes Filicidade Silva (1-1-1879) Gertrudes Benrós Martins, filha de Isaac Benrós e Gertrudes Filicidade Silva (1-1-1895) Augusta Firmino Benrós Susana Benrós de Melo, filha de Augusta Firmino Benrós e Jansênio Sousa Melo (11-8-1934) Emílio Firmino Benrós Firmo Ferreira Lima Benrós, filho de Emílio Firmino Benrós e Rosa Ferreira Lima Benrós (8-9-1925)

## h) Família Brigham

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
Abraham Julião Brigham	D. Semy Abraham Brigham	José Julião Brigham ou Joseph de Abraham Brigham <u>Ayres Julião Brigham</u>	Maria Vitória da Luz Brigham, filha de Abraham Julião Brigham e Vitória Maria da Luz (25-9-1902)
Ayres Julião Brigham	Esther J. Brigham	Abraham Julião Brigham <u>Marcos Julião Brigham</u>	Maria da Luz Brigham, filha de Abraham Julião Brigham e Vitória Maria da Luz (19-1-1907) Euridice Brigham Rocheteau Gomes Eduardo de Ascensão Rocheteau Gomes, filho de Euridice Brigham e José Manuel Gomes (1936)
Marcos Julião Brigham	Camila Wahnon Brigham		

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
			Julieta Brigham Neves Pinheiro, filha de Joana Brigham Neves e Júlio Andrade Neves (19-10-1912) Júlio Brigham Neves Pinheiro, filho de Julieta Brigham Neves Pinheiro e Armando Pinheiro (24-9-1939) Maria Manuela Brigham Neves Pinheiro, filha de Julieta Brigham Neves Pinheiro e Armando Pinheiro (24-9-1941) Zenaída Maria Brigham Ferreira, filha de Zulmira Brigham Sousa Ferreira e Sátiro Sousa Ferreira (28-10-1940) José Luis de Melo Brigham, filho de José Andrade Brigham e Idalina Antunes de Melo Brigham (18-11-1940) Armandina Brigham Gomes Marques da Silva, filha de Alexandrina Brigham Gomes e Daniel Nascimento Gomes (20-4-1933)

## i) Família Alves

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
Benjamim Alves	Cidália da Costa	Benjamim Alves (26-9-1907) Ivo Alves	

## j) Outras famílias

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
Jayme Anahory	Alegria Abohbot Anahory		Abraham Anahory James Anahory (irmão de Abraham Anahory) Isaac Anahory Salomão Anahory Moysés Anahory (irmão de Salomão Anahory) Rafael Anahory Moysés Anahory Simão Anahory Severo Anahory
Salomão Anahory	Ignez de Barros Monteiro Anahory		
Virginia Anahory/ Anastácio Vicente Silva		Fulgêncio Anahory Silva (1-1-1905)	
Fulgêncio Anahory Silva	Maria da Conceição Sant'Ana Silva	Terêncio Casimiro Anahory Silva (4-3-1932) Napoleão Bonaparte dos Santos, (1931), filho de Paulina Antónia Santos*	
Jayme Levy Bentubo	Camilla Bentubo	António Levy Bentubo Rachel Levy Bentubo	Eugénia Levy Bentubo
António Levy Bentubo	Maria das Dores Monteiro		

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
Mordecai Bendaham	D. Júlia		
Salomão Joseph Abitbôl	Júlia Maria do Rosário	João Valentino d'Oliveira (9-9-1885)	Joseph Abitbôl
Simão Benhaim	Francisca da Rocha Lima	Beatriz Benhaim Firmino (16-1-1876)	Júlio Benhaim Lima Maria Conceição Benhaim Leite Maria da Luz Benhaim Leite, filha de Maria Conceição Benhaim Leite e José da Silva Leite
Jacob Pinto	Mena Pinto	Isaac Pinto	Izael Medina Pinto, filha de Isaac Pinto e Maria Conceição Medina (12-8-1916)
Isaac Athias	Leopoldina Hidalgo Carrera Athias		
			Fortunato Zagury Jayme Zagury Mozes Zagury
			Isaac Azulay Manoel Azulay Julia Pereira Silva Azulay
			Jacob Seruya Isaac Seruya Samuel Seruya Domingos Seruya Aldonsa Seruya, filha de Domingos Seruya
			Arão Bendavid Salomão Bendavid Augusto Bendavid, filho de Salomão Bendavid Júlia Guilbermina Bendavid, filha de Salomão Bendavid José Bendavid Cristóvão Bendavid (1-2-1932) Yolanda Bendavid, filha de Manuel Bendavid e Alcinda Serra Bendavid (30-11-1890)
			Abraham Azancot James Azancot Jayme Azancot Salomão Azancot
			Isaac Augusto Izaguy (1885) Pedro Moisés Izaguy Maria da Luz Izaguy, filha de Pedro Moisés Izaguy e Maria Cecilia Monteiro (26-3-1940)

CABEÇA DE CASAL	MULHER	FILHOS	OUTROS
			Salomão Pimenta Amâncio Júlio de Menezes Pimenta, filho de Salomão Pimenta
			Marcos Cagi Israel Cagi, sobrinho de Marcos Cagi
			José (Joseph Naury Moses Naury, irmão de Joseph Naury Isaac Naury

## A IDENTIDADE SANTOMENSE EM GESTÃO: DESDE A HETEROGENEIDADE DO ESTATUTO DE TRABALHADOR ATÉ À HOMOGENEIDADE DO ESTATUTO DE CIDADÃO

Elisabetta Maino\*

### São Tomé e Príncipe: o país plantação

A República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP)<sup>1</sup>, o mais pequeno dos 5 Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) caracteriza-se, como a República de Cabo Verde, pela insularidade geográfica e parece ter sido desabitada na época da ocupação portuguesa, o que tem induzido um processo de povoamento baseado na “crioulização”<sup>2</sup>. Porém, se o Estado cabo-verdiano assentou na afirmação da identidade nacional preexistente<sup>3</sup>, a identidade santomense forma-se sob o impulso de um Estado que sedimenta o projecto da Nação, unificando a pluralidade de referências individuais.

A peculiaridade de STP engendra-se na política colonial de importação de mão-de-obra e nas diferenciações geradas pela heterogeneidade dos estatutos jurídicos e sociais de indivíduos homogeneizados no trabalho, em correlação com o desenvolvimento da economia para exportação, centrada na monocultura do cacau. Assim e diferentemente de Cabo Verde, onde o movimento de emigração

\* Doutoranda em *Anthropologie sociale et ethnologie*, Centre d'Études Africaines - École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), Paris.

<sup>1</sup> São Tomé (826 km<sup>2</sup>) e Príncipe (111 km<sup>2</sup>) tem 130.000 habitantes dos quais mas da metade tem menos de 18 anos. A agricultura, actividade principal do 60% da população activa, É a base da economia e o cacau constitui 80% das receitas de exportação. Não obstante, o *ratio* de produção de cacau para habitante seja o mas alto do mundo (32 kg/habitante), as 4.000 toneladas anuais produzida colocam o País no 23<sup>TM</sup> lugar do nível mundial.

<sup>2</sup> O debate interno aos PALOP, que opõe a crioulidade à africanidade, não tem eco na RDSTP onde, a despeito da importante influencia ocidental, os referentes são os próprios de uma identidade neoafricana.

<sup>3</sup> No artigo “L'autoritarisme en zone de chaos”, in GEMDEV, *Les avatars de l'État en Afrique*, Paris, Karthala, 1997, pp. 201-19, GONÇALVES, José, define São Tomé “um outro PALOP insular e crioulo, culturalmente homogéneo como o Cabo Verde, mas com um contesto parecido aos outros três PALOP pelo obscurantismo e as condições gerais de vida”.

desde meados do século XIX<sup>4</sup> tem contribuído para a assimilação de todos na referência comunitária cultural, em São Tomé e Príncipe é na organização social da Independência que se elabora a consciência nacional.

### **Identidade, memória e história**

A teoria da identidade social<sup>5</sup> desenvolve a ideia de que o indivíduo elabora-a identificado-se com um grupo e que é a estima que tem pelo seu grupo de origem ou de referência, e a posição de este em relação aos outros, que lhe proporciona segurança e dignidade. Assim, o grupo caracteriza-se pela sua afirmação e a identidade revela-se no processo de definição recíproco.

Torna-se preciso, então, analisar a interacção das relações sociais numa perspectiva diacrónica contextualizada, no marco da qual surgem e se modificam os elementos peculiares da língua, da cultura e das práticas sociais que só uma concepção subs-tantivada e essencialista pode apresentar como intemporais.

A parcialidade das fontes históricas não é um limite se aceitamos a distinção entre história, definida como elaboração explicativa de uma realidade afastada dos indivíduos, e memória do vivido, que ainda está presente no grupo<sup>6</sup>. A memória colectiva tem um dimensão individual, como resultante da elaboração subjectiva, que a distingue da história. Dessa maneira, a memória é uma lembrança e um esquecimento<sup>7</sup> que reconstrói o passado constantemente, a partir da representação que um indivíduo ou um grupo tem dos seus interesses actuais. Esta articulação entre memória e história, que se manifesta como consciência em relação às posições e aos interesses dos grupos sociais, aponta as formas de poder que configuram uma organização social dada, em correlação com as relações de dominação e de subordinação que as confrontações dos actores exprimem no campo político.

O cultural tem raízes no político, e a “multiplicidade dos tempos sociais”<sup>8</sup> é analisável na dinâmica diferencial de uma temporalidade

<sup>4</sup> CARREIRA, António, 1982, *The people of the Cape Verde Islands: exploitation and emigration*, London, C. Hurst, Hamden Connecticut, Archon Books, 224 p.

<sup>5</sup> SCHNAPPER, Dominique. (1998: 148), *La relation à l'Autre. Au cœur de la pensée sociologique*, Paris, Gallimard, 562 p.

<sup>6</sup> HALBWACHS, Maurice, 1925, *Les cadres sociaux de la mémoire*, Paris, rééd. Albin Michel, 1994 (1<sup>re</sup> éd. Alcan) ; M. H., 1950, *La mémoire collective*, Paris, PUF, rééd. 1968.

<sup>7</sup> A função do olvido que Roger Bastide indicava é tratada em TODOROV, Tzvetan, 1995, *Les abus de la mémoire*, Paris, Arlea; LORAUX, Nicole, 1997, *L'oubli dans la cité*, Paris, Payot; Marc AUGÉ, 1998, *L'oubli*, Paris, Payot.

<sup>8</sup> GURVITCH, Georges, 1950, “La multiplicités des temps sociaux”, chap. XIII pp. 325-430 in *La vocation actuelle de la sociologie. Antécédents et perspectives*, Paris, PUF, 502 p.

particular, no desajuste da realidade que é dinâmica. A identidade, como lugar de elaboração da consciência de si, participa da produção de uma sociedade, o futuro da qual depende do equilíbrio entre os diferentes elementos que as configuram. O seu sentido exprime-se no jogo dos actores sociais, na ordenação prática e simbólica do caos social<sup>9</sup>. A visão culturalista, que pretende explicar a identidade fechando-a nas categorias particularistas do “nativismo” ou da “autenticidade”, separa o político do cultural e, utilizando os critérios tipológicos como conceitos epistemológicos, impede a compreensão da complexidade social.

A identidade nacional, como toda identidade, é um processo e não um rasgo fixo. Ela constrói-se e modifica-se no tempo, sendo a nação também “um plebiscito de cada dia”<sup>10</sup> no cimento da qual participa tanto o consentimento activo como passivo. O imaginário social<sup>11</sup>, que se afirma como realidade entre afrontamentos e compromissos, pode decorrer da criação deliberada<sup>12</sup> de um grupo, uma classe, um partido, dominantes ou menos. A “invenção da tradição”<sup>13</sup> seria o mecanismo de reutilização ou de instrumentalização dos fragmentos de um passado, mais ou menos mítico, dos elementos da cultura e a da estandardização linguística: a eficácia deste processo vem a constituir o imaginário social da identidade auto/hetero-definida pelo grupo que em ela se reconhece.

Nesta perspectiva, a identidade nacional pode preceder ou seguir a organização social do Estado<sup>14</sup>, e expressar-se em todo tipo de registo: o território, a memória colectiva, a língua, as práticas culturais, a religião, uma dada racionalidade, etc., até ser profundamente interiorizada pelo indivíduos e manifestar-se como sentimento compartilhado de normas, de valores, de destino colectivo ou de nacionalismo<sup>15</sup>.

A identidade étnica<sup>16</sup>, ou etnicidade, é a materialização de uma

<sup>9</sup> BALANDIER, George, 1967, *Anthropologie du politique*, Paris, PUF, 240 p. (p. 25) ; 1971, *Sens et puissance*, Paris, PUF, 335 p. (3<sup>TM</sup> éd. 1986: 30, 90, 287).

<sup>10</sup> Metáfora utilizada por Renan, que desenvolve uma concepção puramente política da nação. RENAN, Ernest, *Qu'est-ce qu'une nation ?*, (p. 55) conférence faite en Sorbonne, le 11 mars 1882, Recueil d'essais politiques, Pocket, Agora, 1992.

<sup>11</sup> CASTORIADIS, Cornelius, 1975, *L'institution imaginaire de la société*, Paris, Seuil; ANDERSON, Benedict, *L'imaginaire national*, Paris, La Découverte, 1996, (1<sup>TM</sup> éd. anglais 1983).

<sup>12</sup> Cf. Jean François Bayart, 1996, *L'illusion identitaire*, Paris, Fayard.

<sup>13</sup> HOBBSBAWM, Eric, 1992, *Nations et nationalisme depuis 1780*, Paris, Gallimard.

<sup>14</sup> No caso dos Países dominados, a identidade nacional se constrói na luta pela independência, mas também o Estado tem um papel importante na conformação da nação, pelo meio do sistema jurídico, da educação e da estrutura económica.

<sup>15</sup> Cf. LACOSTE, Yves, 1997, *Vive la nation. Destin d'une idée géopolitique*, Paris, Fayard, 339 p. O autor aponta a confusão entre o nacionalismo, entendido como princípio político de independência de uma colectividade histórica, e o movimento de oposição que, na luta pelo poder e sob pretexto de uma “ questão nacional ”, leva ao irredentismo o princípio de exclusão étnica.

<sup>16</sup> AMSELLE, Jean-Loup, e M'BOKOLO, Eliikia, (éd.), 1985, *Au coeur de l'ethnie: Ethnie, tribalisme et état en Afrique*, Paris, La Découverte ; Eliikia M'Bokolo, 1992, *L'Afrique noire, histoire et civilisations*,

situação histórico-política; a origem, a língua e as crenças comuns sendo o resultado do processo de etnicização e não um critério objetivo estável de unidade. No entanto, o conceito de “etnia” é operativo na medida em que permite designar um grupo social, que se estrutura em função das recomposições dos ditos elementos, num dado contexto histórico.

A ordem étnica emerge quando a ordem política, fundada na legitimidade da cidadania, chega a ser contraditória com a realidade social. A etnicização do Estado não está ligada a uma tradição, pois decorre das estratégias identitárias das elites dominantes que, ideologizando arbitrariamente a história, fomentam mecanismos de minoração e de exclusão social, para manter e afirmar a própria legitimidade no controle das relações sociais<sup>17</sup>.

No entanto, a nação, como unidade política, não tem necessariamente uma homogeneidade étnica, cultural ou linguística, pois o projecto democrático do Estado moderno<sup>18</sup> funda-se sobre a igualdade jurídica e política dos cidadãos, proclamando os direitos universais de todos os homens. Isto implica que a cidadania, como princípio de singularização política, seja a condição transcendente de toda identificação comunitária não estritamente idiossincrática<sup>19</sup>. O sujeito político revela a sua singularidade no agir, concepção que se opõe ao ser do indivíduo que se identifica, e é identificado, pela sua pertença étnica, cultural ou religiosa, não obstante estas serem uma condição empírica do agir dos cidadãos. Porém, a ideologia nacionalista, pretendendo assimilar a cidadania à nacionalidade, afirma que a questão da identidade comunitária tem que prevalecer sobre as outras e regular a vida política.

A lógica de afirmação da independência dos indivíduos, no processo de constituição dos Estados-nações na cena internacional, é de apresentar-se como membros de uma comunidade nacional. Quando a exigência de autonomia política soberana não tem outra razão que a afirmação de uma identidade cultural ou étnica, a lógica adoptada é a da hegemonia do espaço comunitário sobre o espaço público, entendido como lugar onde se auto-organiza a vida política de uma sociedade democrática.

Paris, Hautier-Aupelf.

<sup>17</sup> Ver os capítulos “La nation comme cadre identitaire” (pp. 287-318) e “Ethnies et conflits identitaires” (pp. 313-346) de vários autores em RUANO-BORBALAN, Jean-Claude, (éd.), 1998, *L'identité. L'individu, le groupe, la société*, Paris, Sciences Humaines, 394 p.

<sup>18</sup> Utiliza-se a definição de GENET, Jean-Philippe: “Estado com base material na fiscalidade pública aceiteada pela sociedade política (numa dimensão territorial superior daquela da cidade medieval) concernente todo os sujeitos”. Cf. “La genese de l'État moderne” in *Actes de la recherche en sciences sociales. Genese de l'État moderne*, n° 118, juin 1997, Seuil, pp. 3-18.

<sup>19</sup> ARENDT, Hannah, 1958, *The Human condition*, trad. franc. *Condition de l'homme moderne*, Calmann-Levy, 1983, 368 p.

## Identidade e espaço geográfico santomense

O território, como referente histórico de identificação, é o resultado de uma divisão espacial que se configura nos limites estabelecidos pela legitimação do empreendimento de dominação ou de autonomia. As fronteiras físicas podem ser percebidas como delimitações naturais e, no caso das ilhas de São Tomé e Príncipe, elas definem o marco territorial de soberania. As ilhas de Anobom e de Fernando Pó, entregues à Coroa Espanhola em 1778, foram logo esquecidas pelas memórias e pelas histórias, ganhando a “Província” a configuração actual.

A recente autonomia administrativa do distrito de Pagué (ilha do Príncipe) não está ligada a quaisquer reivindicações separatistas dos seus 6.000 habitantes<sup>20</sup>, senão à situação de isolamento económico e à precaridade dos meios de comunicação e de transportes, o que diminui a oferta de bens e serviços, tanto públicos como privados, e encarece o custo da vida. As peculiaridades de pronúncia da língua local (*lingwa iyé*)<sup>21</sup> e de práticas culturais dos seus moradores, na maioria descendentes dos serviçais, deve-se ao localismo geográfico no qual eles se identificam, e são identificados, como *Moncú*.

## Identidade e língua

A língua tem, entre outras funções, aquela de transmitir a cultura<sup>22</sup>, e pode ser um elemento da identidade de um grupo. A língua comum, para Weber<sup>23</sup>, produto de uma mesma socialização, facilita a compreensão e as relações sociais, tornando-se num factor objectivo do sentimento de pertença a uma colectividade, na oposição consciente a outra. Contudo, se a língua, assim como a cultura e a origem étnica, pode ser uma característica comum de um grupo nacional, não é a causa, talvez seja o efeito, da construção nacional. A função homogeneizante da língua e da cultura<sup>24</sup> no processo de integração tem seus

<sup>20</sup> Número que de pouco supera os 4.869 de 1812. Cf. AMBROSIO, António, 1984, *Subsídio para a história de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Horizontes, 253 p.

<sup>21</sup> FERRAZ, Luís Ivens, 1987, “The liquid in the Gulf of Guinea Creoles”, *African Studies*, vol. 46, n.º 2, pp. 287-95.

<sup>22</sup> Schaff, partindo da hipótese de Sapir que cada linguagem socialmente produzida contém uma visão específica do mundo, mostra que se a unidade linguagem/pensamento cria uma imagem da realidade e tem um papel activo na criação da cultura, a relação entre cultura e língua é interactiva e a influência recíproca. Adam SCHAFF, 1969, *Language e connaissance. Essais sur la philosophie du langage*, Paris, Anthropos, 372 p.

<sup>23</sup> Max Weber, *Economie et société*, Paris, Plon, (trad.) 1971.

<sup>24</sup> Para Gellner, a homogeneidade cultural resulta do processo educativo levado pelo nacionalismo, considerado como produto da sociedade industrial moderna. Os conflitos nascem quando o dito processo leva as elites a acrescentar as diferenças económicas, culturais ou étnicas. Ernest GELLNER, 1983, *Nations et nationalisme*, (trad. franc. 1989,) Paris, Payot, 208 p.

limites nos desajustamentos gerados pelo modelo do sistema educativo desligado da realidade.

Em STP, o português, língua da educação escolar, é falado na variante local, isto é, influenciado na sintaxe, na fonética, na morfologia e no léxico pelas línguas locais<sup>25</sup>, na quais o substrato das línguas africanas tem a preponderância<sup>26</sup>.

Assim como em outros PALOP, a língua materna é o/os “crioulo/s”, instrumentos das expressões culturais como a música, a literatura oral e escrita, o teatro. As línguas locais - *forro, angola e iyé* - tendem a fundir-se e a criar uma nova língua que é o “*diolêto santomense*”. A integração dos alógenos passa pela prática da língua local; eles aportam-lhe vocábulos e modismos, adoptando-a como *nossa língua*. O crioulo dos Cabo-verdianos<sup>27</sup> já não é adoptado como língua única ou principal pela segunda geração, não tanto pelo efeito da escolarização, senão porque a língua de comunicação é a vernácula.

A lusofonia é certamente um legado histórico da colonização, mas o domínio da língua portuguesa é mais uma marca da diferenciação social do que um elemento de homogeneização, como o pretende uma visão saudosa do papel unificador da “língua portuguesa, cimento da construção nacional dos países africanos lusófonos<sup>28</sup>”. Não todas as pessoas chegam a expressar-se em português, mas todas podem fazê-lo em santomense. A escolarização pública só começou em 1963, chegando nas roças depois da Independência<sup>29</sup>.

<sup>25</sup> Como já notava Carlos Espírito Santo, 1987. “Situação actual da língua portuguesa nas ilhas de São Tomé e Príncipe, in *Congresso sobre a situação actual da língua portuguesa no mundo. Actas: vol. II*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, pp. 253-60.

<sup>26</sup> FERRAZ, Luís Ivens, 1979, *The Creole of Sao Tomé*. Johannesburg, Witwatersrand Univ. Press, 122 p.; THIELE, Petra, 1991, *Kabuverdianu - Elementaria seiner TMA Morhosyntax im lusokreolischen Vergleich*. Bochum, Germany, Universitätsverlag Brockmeyer, 151 p.; Dante LUCCHESI, 1993, “The article systems of Cape Verde and Sao Tomé Creole Portuguese: general principles and specific factors”, in *Journal of Pidgin and Creole Languages*, vol. 8, n° 1, pp. 81-108.

<sup>27</sup> Devido à imigração relativamente recente, uma parte guarda rasgos da cultura originária, confortados pela política do governo cabo-verdiano que contribui a entreter laços identitários promovendo algumas actividades culturais e versando aos seus nacionais reformados uma quantia mensal do mesmo importe e em paralelo daquilo pago pelo Estado santomense.

<sup>28</sup> GRAÇA, Pedro Borges, 1997, “Fundamentos culturais dos países africanos lusófonos: o legado colonial”, in *Africana*, n° 18, Universidade Portucalense, setembro 1997, pp. 59-80. O autor analisa “a ambivalência cultural entre o legado colonial portador de modernidade (configuração geohistórica, Estado moderno, língua nacional) e a herança africana resumida nas tensões e conflitos derivados de factores etno-culturais (complexidade sócio-cultural, atitude anticolonial e africanidade)” concluindo que “língua nacional há só uma” [a portuguesa] e só “a atitude afrocêntrica das elites políticas e culturais complica a integração do pluralismo etnolinguístico e da identidade nacional”. A respeito da deficiente formação pedagógica e linguística dos professores nos PALOP, causa do baixo nível do ensino de um “português oral particularista”, pode-se lembrar o avanço feito em relação à situação de analfabetismo deixada pela “herança colonial” de um País que ainda tem 20% de analfabetos, a taxa mais alta da Europa (*Público*, Lisboa, 16 junho 1997, p. 56).

<sup>29</sup> As escolas e o liceu, fundado em 1956 pelo padres Clarinetianos, eram privadas. Em 1968, o sistema escolar contava 304 maestros e 8.639 alunos essencialmente no grau primário. *S. Tomé e Príncipe. A brief survey*, Lisboa, Agencia Geral do Ultramar, 1970, 137 p.

A taxa oficial de alfabetização é de 64% ; porém “tendo o ciclo primário completo, uma boa maioria mal sabe escrever o seu nome ou ler uma frase completa” e “o programa de educação para adultos não vem funcionando há mais de três anos”, sendo o analfabetismo mais acentuado no meio rural e na população idosa<sup>30</sup>.

Se “os rudimentos de português escrito, aprendidos nos anos de escolarização, são esquecidos, porque no meio usual de vida os suportes escritos são raros<sup>31</sup>”, na RDSTP não existe nem uma banca, nem uma livraria e a maioria dos alunos cursam estudos sem livros de textos. A imprensa escrita está reduzida a dois boletins de oito páginas editados de maneira irregular em tiragem de 500 cópias. De todo modo, os meios de comunicação audiovisual também são limitados, tanto os de emissão como os de recepção, além da electrificação chegar a só 40% das vivendas e o custo das pilhas ser elevado pelo poder aquisitivo médio. No meio rural, a assistência ao programa de televisão nos postos públicos é restringida pela distância e pelo clima equatorial chuvoso. Pelo outro lado, se a Televisão STP só emite algumas horas diárias (informações locais, telenovelas brasileiras e filmes subtítulados) e na estação radiofônica nacional prevalecem os programas musicais<sup>32</sup>: A Rádio Televisão Portuguesa África, criada em 1997, atrai o público sobretudo pelos encontros de futebol.

Somente uma pequena elite teve acesso à educação universitária (0,8%) e a reduzida produção literária<sup>33</sup> apresenta, além de poemas anti-colonialistas, histórias e contos populares que testemunham da oralidade da cultura santomense, assim como os textos em língua vernácula apontam o código linguístico de signos produtores de sentido social<sup>34</sup>. A língua santomense, falada nas suas variantes, é o veículo de comunicação em todas as camadas sociais, como pode observar-se na vida quotidiana.

### **Identidade e organização sócio-política**

Toda sociedade tem um campo político e o Estado é uma das formas de organização socio-política que se caracteriza pelo processo de

<sup>30</sup> (p. 152) in UNICEF, 1996, *Crianças e mulheres em São Tomé e Príncipe*, São Tomé, 215 p.

<sup>31</sup> Cf. CAHEN, Michel, 1994, “De Timor à Leticia, géopolitiques des mondes lusophones” in *Lusotopie. Géopolitiques des mondes lusophones*, Paris, L'Harmattan, pp. 25-26.

<sup>32</sup> A música santomense é muito apreciada pelo público, assim como a utilização da língua santomense.

<sup>33</sup> 23 publicações no período post-independência. SHAW, Caroline, “São Tomé and Príncipe” (pp. 234-47), “Oral literature and popular Culture in Cape Verde and in São Tomé and Príncipe” (pp. 248-73), “Bibliography São Tomé and Príncipe” (pp. 294-5), in CHABAL, Patrick (dir.), 1996, *The Postcolonial literature of Lusophone Africa*, London, Hurst & C., 314 p.

<sup>34</sup> Cf. HAGGE, Claude, 1985, *L'homme de paroles. Contributions linguistique aux sciences humaines*, Paris, Fayard, 406 p., cap. V, “Le territoire du signe” (pp. 129-168).

centralização da autoridade legislativa, militar e fiscal<sup>35</sup>. Esta concentração do exercício do poder político acompanha-se de uma inscrição espacial e de uma construção política que legitima ou desqualifica o Estado, lugar no qual se organizam ou se enfrentam as identidades.

A transposição do modelo de ordenação institucional do colonizador começou com a ocupação militar e Administrativa de São Tomé no final do século XV<sup>36</sup>. Os afrontamentos entre Brancos, vindos da metrópole com delegação do poder régio, e Mestiços ou Pretos que tinham conseguido um papel socio-económico efectivo, causaram as adaptações do regime jurídico-político e os Naturais foram oficialmente admitidos, por Carta Regia, na gestão pública da cidade<sup>37</sup>.

Uma carta do Rei João II, em 1485, ordenava a todos os colonos para “fazer filhos nas mulheres pretas para povoar a ilha” e o Donatário Álvaro de Caminha, homem de fé que tinha trazido no navio, ademais de uns quantos moços de pais judeus, alguns frades de São Bernardo, espantado pelo feito que “todas as mulheres pretas eram botadas ao serviço de homens brancos e pretos”, querendo “evitar o pecado e fundar famílias cristãs” pedia o envio dos Franciscanos para “educar os jovens na fé e no trabalho”<sup>38</sup>.

Os conflitos pela participação dos *Filhos da terra* no sistema político-administrativo, assim como as revoltas e as fugas dos escravos *mato adentro*<sup>39</sup> (passando a formar o grupo dos *Angolares* que, marginalizado, desenvolveu um particularismo linguístico e cultural), manifestam que a política de “miscigenação” promovida pelas autoridades não gerou uma dinâmica de integração na cultura portuguesa<sup>40</sup>, mas um princípio de divisão na ordem do domínio colonial,

<sup>35</sup> Lógica do Estado moderno tratada por Max Weber, Alexis de Tocqueville, Émile Durkheim, Marc Bloch, Ernest Gellner, Norbert Elias, Pierre Bourdieu entres outros. Cf. SCHNAPPER, Dominique, 1998, op. cit., cap. IV “L’intégration des nations” (pp. 351-438).

<sup>36</sup> O testamento de Álvaro de Caminha (24 de abril de 1499) refere-se à Câmara e aos juizes do concelho eleitos anualmente pelo Homens-bons.

<sup>37</sup> RAMOS, Rui, 1986, “Rebelião e sociedade colonial: alvoroços e levantamentos em São Tomé (1545-1555)”, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 4-5, Lisboa, Universidade Nova Lisboa, pp. 17-74. MAIANGA, José, 1980, “A luta dos escravos em S. Tomé no século XVI”, in *África: Literatura, Arte e Cultura*, vol. 2, nº 9, pp. 437-443. BARROS, Isabel Figueiredo, CRUZ, Maria Arlete, 1992, “Revoltas de escravos em São Tomé no século XVI”, in *Leba*, nº 7, pp.373-388. Augusto NASCIMENTO, 1990, “Conflitos de europeus em São Tomé e Príncipe em 1910”, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 12-13, pp. 57-98.

<sup>38</sup> Testamento de Álvaro de Caminha in BRÁSIO, António, *Monumenta Missionaria*, vol. II, doc. 182, p. 534, citado por VAZ, Padre Francisco, 1988, *San Men Dêçu*, Lisboa, Província Portuguesa da Congregação Missionária do Coração de Maria, 293 p.

<sup>39</sup> A fuga de escravos começou ser objecto de devassa em 1530, para determinar as responsabilidades dos encarregados da Feitoria do Rei, em relação ao crescimento dos engenhos de açúcar que precisavam de mão-de-obra. SANTOS, Catarina Madeira, “A formação das estruturas fundiárias e a territorialização das tensões sociais: São Tomé, primeira metade do século XVI”, in *Studia*, nº 54/55, Lisboa, 1996, p. 51-91.

<sup>40</sup> Cf. GRAÇA, Pedro Borges, (1997: 69). O autor, esquecendo 4 séculos de escravatura, considera que a colonização “se desenvolveu num período de cerca de 50 anos com a implantação de um

tanto no aspecto étnico (branco, mestiço, pardo, preto) que socio-político (civilizado e incivilizado).

Os Brancos foram sempre minoritários, ocupando no entanto os cargos directivos, tanto no sector privado como público. De extracção social baixa, para os Europeus São Tomé só representava um período de passagem para juntar o dinheiro que era a sua pequena ambição. Não tinham família legal e deixavam filhos mestiços, sendo um mau exemplo para os indígenas<sup>41</sup>.

Não obstante o estatuto civil dos naturais, a vida política foi reservada aos *Homens bons* que tinham propriedades ou ocupavam funções administrativas públicas. Os *Angolares*, a despeito de ser súbditos portugueses perante a lei nunca foram eleitores na época colonial; assim como os Tongas, descendentes dos serviçais, foram integrados como sujeitos de direito político.

### Política de povoamento e expansão da monocultura

A Província não foi nunca lugar de assentamentos dos colonos portugueses e o número de mulheres brancas foi sempre muito baixo. O número de moradores atingido no ciclo da expansão dos engenhos de açúcar ficou relativamente estável nos primeiros três séculos de assentamento, durante os quais a economia local foi baseada no comércio com os navios negreiros, que transitavam de caminho para América. Em 1812, havia 332 *Angolares* e dos 6.554 escravos, mais da metade se encontravam na ilha do Príncipe, onde morava menos de um terço da povoação livre<sup>42</sup>.

Como se observa no Quadro 1 o crescimento da povoação decorre do movimento demográfico relativo à importação de serviçais na época da expansão das culturas de exportação. De 265.746 pessoas oficialmente importadas no período 1898-1959, os repatriados foram 150.852<sup>43</sup>, o que deixa uma diferença de 114.894 pessoas. Tendo em conta que a taxa de mortalidade era muito alta<sup>44</sup>, o quadro

Estado de Direito" (p. 65). A justificação é que "O pluralismo socio-cultural (...) requeria tratamento diferenciados(...)e não era possível aplicar o princípio de que todos os cidadãos são iguais perante a lei(...)relativamente aos africanos tal pratica era injusta e improcedente face à diferença abismal de valores e conceitos(...)O Estatuto do Indigenato surge(...)como procedimento formal de assimilação progressiva dos africanos no processo social enquadrado pelo Estado(...)e teve como principal mérito a aplicação de um sistema dualista de Direito" (pp. 66-67).

<sup>41</sup> Em 1881 havia 526 homens e 46 mulheres brancas, dos quais 240 H. e 10 M. degredados. ALMA-DA NEGREIRO, António Lobo, 1895, *Historia etnográfica da ilha de S. Thomé*, Lisboa, José Bastos, 369 p.

<sup>42</sup> AMBRÓSIO, António, op. cit. Em 1560, havia 10.000 habitantes, incluindo os escravos segundo TENREIRO, Francisco, 1961, *A ilha de São Tomé*, Lisboa, Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, n.º 24, 279 p.

<sup>44</sup> DUFFY, James, 1967, *A question of slavery*, Oxford, Clarendon Press, 240 p. Os movimentos relativos ao Príncipe no período 1920-1949 não estão contabilizados.

l permite ver a contribuição dos “imigrados” no crescimento do número de habitantes.

**Quadro 1: movimento demográfico<sup>45</sup>**

ano	total	brancos	nativos	tongas	serviçais	Trab. Roça
1812	11.872	121	5.197		6.554*	
1844	12.753	185	7.054		5.514*	
1878	20.928	572	11.568		8.788	
1895	29.500	1.000	12.500	1.500	14.500	16.000
1900	42.130	1.187	19.433		21.510	21.510
1909	64.221	2000	19.701	6.987	35.533	42.000
1921	59.055	1.115	19.243		38.697	39.928
1940	60.490	995	31.036	3.351	25.108	28.459
1950	60.159	1.152	37.346	3.041	20.572**	24.060
1970	73.800	1.000	55.866		16.934	
1981	96.611					14.350***
1991	117.504					7.772

\* Escravos

\*\* 9.680 Angolanos, 6.320 Cabo-verdianos, 4.573 Moçambicanos (TENREIRO, 1961, op. cit.).

\*\*\* 14.051 assalariados agrícola do Estado, 299 no sector privados. 722 agricultores independentes. Dados do recenseamento de 1980.

### A heterogeneidade de estatutos sociais

A sociologia do trabalho tem desenvolvido a tese de que a fixação no salariado opera uma homogeneização da força de trabalho, numa visão reduzida do processo de trabalho que põe no centro das análises o processo operativo o que faz esquecer a questão central de recrutamento do trabalho e da dominação sobre o trabalho<sup>46</sup>. Utilizando a teoria do poder de G. Foucault para analisar as articulações entre o espaço do trabalho e o espaço político, constata-se que a tendência para a homogeneização dos processos operativos é parcial, porque não somente a heterogeneidade, mas também a heterogeneização das for-

<sup>45</sup> A estimação da missão sanitária em Príncipe (1911-1913) era de 20%. Bernardo Bruto de Costa, 1913, *Sleeping sickness in the island of Príncipe. Sanitation, statistics, hospital services and work of official conservancy brigade*, London, Bailliére, Tindall & Cox for the Centro Colonial, 90 p.

<sup>46</sup> Fonte principal: MORGADO, Nuno Alves, 1957, “Contribuição para o estudo do problema demográfico de S. Tomé e Príncipe”, *Garcia de Orta*, vol. 5, n.º 4, pp. 633-658. Os dados das últimas duas linhas: Direcção de Estatística da RDSTP, publicada no relatório da situação em São Tomé e Príncipe, UNICEF, Março de 1996. Faltam dados a respeito do número de Tonga, contabilizado com os serviçais ou os nativos.

<sup>46</sup> LAUTIER, Bruno, 1998, “Pour une sociologie de l’hétérogénéité du travail”, *Revue Tiers Monde*, n.º 154, avril/juin, Paris, P. U. F.

mas de aviamento ao trabalho e das formas de poder e de hierarquização do trabalho são importantes<sup>47</sup>.

Partindo da reflexão de que a desestruturação dos referentes identitários de origem, gerada pelo processo de singularização dos indivíduos, no marco de relações de dominação de carácter autoritário/ paternalista<sup>48</sup> está ligada com a questão da natureza e das modalidades de acesso ao trabalho, constitutivo do processo de povoamento de São Tomé e Príncipe, a diferenciação étnica correlativa aos estatutos sociais actuava em contradição com a homogeneização dos indivíduos no processo operativo de trabalho. O poder soberano exercido na imposição legal do recrutamento do trabalho articulava a dominação sobre o trabalho e no trabalho, conjugando as relações contratuais garantida pela Administração colonial com as relações autoritárias/paternalistas dos empreendedores privados. A relação contratual salarial homogeneizava os trabalhadores entre eles no processo operativo de trabalho, diferenciados, no entanto, pela capacidade jurídica relativa ao grau de “civilização étnica” e socialmente desvalorizados sendo identificados como serviçais.

O desenvolvimento das plantações de cacau e de café exigia mão-de-obra, mas a constituição de uma força de trabalho assalariada não foi o resultado de transformações sociais endógenas, senão do recrutamento de braços em todas as colónias portuguesas, debaixo de um sistema de acesso ao trabalho que se aparentava à escravatura. A Coroa tinha assinado, em 1831, um tratado que proibia o comércio de escravos, no entanto, o constitucionalismo liberal tinha aprovado uma lei (1854) que obrigava os libertos a prestar serviço aos donos durante 20 anos, subsistindo em paralelo a aquisição clandestina de “gabies”<sup>49</sup>. Na província de São Tomé a escravatura foi abolida em 1875; frente à recusa dos *Forros* em assalariar-se nas roças dos antigos donos, a contratação de 3.000 serviçais no Golfo de Guiné reve-lou-se ter um alto custo, assim como a contratação de Cabindas, que eram empregados sobretudo nas tarefas marítimas pela administração e reivindicavam a aplicação dos contratos concluídos como actos livres, recusando ser tratado como os serviçais e exigindo o repatriamento, tendo até o respaldo das autoridades do Congo<sup>50</sup>.

<sup>47</sup> Cf. *Ibid.*, *ibidem*.

<sup>48</sup> O paternalismo define um tipo de relação de dominação que se caracteriza pelas formas de protecção/dependência pessoal. Cf. GEFFRAY, Christian, 1995, *Chroniques de la servitude en Amazonie brésilienne. Essai sur l'exploitation paternaliste*, Paris, Karthala, 185 p.

<sup>49</sup> NASCIMENTO, Augusto, GOMEZ DIAS, Alfredo, 1989, “A importação de libertos em São Tomé no terceiro quartel de oitocentos”, in *Revista de História Económica e Social*, pp. 47-70. O artigo mostra a convergência de interesses entre plantadores de São Tomé e mercadores de escravos em Angola, quando o comércio já era ilegal.

<sup>50</sup> NASCIMENTO, Augusto, 1991, “Cabinda em São Tomé”, Lisboa, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 14-15, pp. 171-197.

A expansão da monocultura capitalista põe o problema da formação de um mercado de trabalho. Este, longe de ser uma relação de troca puramente económica que estrutura o social, é analisado como um processo social com efeitos e interesses de ordem económicos”, visão que postula que “o processo de regulação social está baseado sobre um conjunto de construções identitárias e de estratégias de procura ou de recusa de estatutos que se radicam num sistema de representações socialmente produzida de si, de seu trabalho e de seu mercado<sup>51</sup>.

Nesse sentido, as intervenções do Estado na regulação das relações de trabalho são um dos modos de regulação da reprodução social, as características das condições e da coordenação decorrendo de outros mecanismos de ajuste, como as relações de dominação e de submissão e a diferenciação das posições e dos estatutos, fora da racionalidade puramente económica dos agentes.

Os instrumentos jurídicos do Regulamento do Trabalho Indígena de 1878 e 1899 foram utilizados para estabelecer a obrigação legal ao trabalho de todos os indígenas que não tivesse uma parcela ou uma actividade para assegurar-lhes os recursos necessários para ter uma vida “civilizada”, distinção que não era relativa ao estatuto económico, mas civil partindo de critérios étnicos. Com efeito, os Brancos não estavam submetidos à obrigação legal ao trabalho apesar da situação de indigência, no entanto Negros e Mestiços deviam dispor de pelo menos uma rocinha em caso e não terem um emprego estável.

Assim, a condenação penal dos vadios legalizava o trabalho forçado, dando lugar aos abusos na aplicação da lei, que era interpretada para favorecer a implantação dos colonos plantadores, que criaram a sociedade de Emigração para S. Tomé e Príncipe (SOEMI), com o apoio do governo. De facto, a lei permitia o recrutamento pelos agentes privados, sob licença das autoridades. A duração do contrato era de 5 anos, mas era prevista a possibilidade de prorrogação com limite indefinido, porque o repatriamento fora instituído em 1903. O salário mínimo tinha de ser fixado em função de cada Província e da raça dos indígenas, que ficavam baixo a tutela da Curadoria, oficialmente encarregada de ratificar as relações laborais com um terceiro<sup>52</sup>.

No entanto, os nativos de São Tomé e Príncipe e do Cabo Verde eram declarados súbditos portugueses. Porém a lei de vadiagem que

<sup>51</sup> LAUTIER, Bruno, PEREIRA, Jaime Marques, 1994, “Représentations sociales e constitutions du marché du travail”, in *Cahiers des Sciences Humaines*, vol. 30, n° 1-2, Paris, ORSTOM, pp. 303-332.

<sup>52</sup> As diferenças de salário, fixado na base do *modus vivendi* de cada Província de origem, foram abolidas em 1946. O Regulamento n° 11 do 17/3/1930 estabelecia: Nativo e Tonga 25 esc., Cabo-verdiano 30, Moçambicanos 31,25, Angolano 24,30.

permitia a condenação penal dos nativos de São Tomé ao trabalho forçado, foi abolida só em 1903, substituída por uma Portaria de 1909 que estabelecia que os “vadios” tinham que se “auto-empregar”, sutileza jurídica que arremetia a obrigação penal pela obrigação moral individual.

Até 1910 foram contratados principalmente Angolanos<sup>53</sup>, os Moçambicanos chegarão desde 1900, sendo a proporção de 2 terços de homens em relação ao número de mulheres<sup>54</sup>. O escândalo das condições de recrutamento e de trabalho denunciado pela imprensa britânica<sup>55</sup> levou à aplicação das disposições para o retorno. As migrações de Cabo-verdianos foram canalizadas pela SOEMI para as colónias portuguesas<sup>56</sup> e caracterizaram-se pela maior proporção de mulheres, contratação impulsionada, nos anos 40, pelas medidas que visavam a fixação das famílias no regime de mão-de-obra assalariada das plantações.

A obrigação ao trabalho diferenciava etnicamente os indivíduos: todos estavam sob a soberania portuguesa, mas a hierarquia das categorias sociais considerava cada grupo apto para um certo tipo de trabalho, debaixo da hegemonia de uma minoria de “europeus”, como costumavam definir-se os Portugueses brancos.

A formação de um mercado de trabalho livre estava travada, de um lado, pela condições de acesso à propriedade da terra e, de outro, pelo tipo de condições de venda da força de trabalho. A relação contratual de troca supõe a existência de agentes livres no mercado, mas em este contexto a legitimação das práticas de restrição ao acesso à terra e do carácter forçado do trabalho assalariado, na base de critérios étnicos, incorporava a violência dos códigos de valores dos plantadores brancos materializados na negação da igualdade formal dos autóctones. O estatuto de serviçal marcava a esfera da vida pública e privada, homogeneizando aqueles que eram diferenciados no direito civil (Tongas, Cabo-verdianos, Cabindas, Angolanos, Moçambicanos), deixando patente que as relações de trabalho organizavam a

<sup>53</sup> 70.000 serviçais entre 1875 et 1908, segundo DUFFY, *op. cit.* Cf. CARREIRA, António, 1997 *Angola: da escravatura ao trabalho livre*, Lisboa, ed. Arada, 1ª ed. Janeiro.

<sup>54</sup> W. G., CLARENCE-SMITH, 1991, “O papel do custo do trabalho no florescimento e declínio das plantações de cacau em S. Tomé e Príncipe”, in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, nº 14-15, Lisboa, Instituto Investigação científica Tropical, Dezembro 1991, pp.7-34.

<sup>55</sup> CADBURY, William A., 1910, *Labour in Portuguese West Africa*, 1ª ed. London, George Routledge & Sons, 87 p., New York, Negro Universities Press, 1969, 187 p., NEVINSON, Henry W., 1906, *A Modern slavery*, New York, Schocken books, (red. 1968) 215 p., CARVALHO, Jerónimo Paiva de, 1912, *Alma negra! Depoimento sobre a questão dos serviçais de S. Tomé*, Porto, Typografia Progresso, 28 p., HARRIS, John, 1913, *Portuguese slavery: Britain's dilemma*, London, Methuen, 127 p.

<sup>56</sup> Ordem do Ministério da Marinha e do Ultramar em 1903. O art. 9 do decreto 17/7/1909 proibiu a emigração para países terceiros. Cf. CARREIRA, António, 1977, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*, Lisboa, Universidade Nova, 344 p., CARREIRA, António, 1982, *The people of the Cape Verde island: exploitation and emigration*, London, C. Hurst, Hamden, Connecticut, Archon Books, 224 p.

posição dos indivíduos na sociedade. A modalidade de mobilização de braços para agricultura produzia uma nova discriminação social, o indígena serviçal.

Se a definição jurídica do indígena, que no Regulamento do trabalho indígena das Colónias Portuguesas de 1928, determinava também as condições para aceder ao estatuto de assimilado, assentava tanto na identidade racial na posição socio-económica, as representações do princípio de divisão social do trabalho, alimentando a percepção da valorização de si, fragmentando a identidade no imaginário dos dominados. A despeito do estatuto jurídico de “civilizado”, só uma minoria dos nativos de São Tomé era considerada de facto “culturalmente assimilada aos europeus”, como se depreende dos relatórios da época colonial<sup>57</sup>, o resto sendo Africanos classificados pelo grau de “primitivismo” *versus* o da assimilação no sistema colonial de trabalho.

Os dados do quadro 1 mostram que os nativos também trabalhavam nas plantações, mas não tinham, no entanto, estatuto de serviçais, reservado aos contratados. Os Tongas constituíam casos individuais, uma geração de trânsito entre indígena e nativo. Os Angolares, como os Forros, empregavam-se sobretudo temporariamente para tarefas específicas, não ficando assim submetidos ao contrato, que definia um estatuto socialmente desvalorizado pela dominação exercida não somente no processo de trabalho, mas também na vida exterior ao trabalho.

### **A saída do assalariado agrícola como meio de integração social**

O declínio das plantações diminuía a demanda de braços, as medidas para mobilizar e fixar os autóctones no trabalho assalariado das roças (1948 e 1956) levarão paradoxalmente a favorecer a instalação dos contratados, que adoptavam estratégias de saída do estatuto de assalariado, equiparando-se assim aos nativos.

A análise da estruturação do mercado de trabalho nas plantações de São Tomé mostra que a procura de um estatuto social mobilizava representações identitárias de si como ser livre que induziam à recusa do trabalho assalariado, percebido no seu aspecto de dominação<sup>58</sup>. Para isso, a intervenção jurídica do Estado português para confortar a constituição de um mercado de mão-de-obra para as

<sup>57</sup> NEGREIRO, António Lobo Almada, 1895, op. cit., MANTEIRO, Francisco, 1910, *A mão-de-obra em S. Thomé e Príncipe*, Lisboa, 200 p., ALMADA, José de, 1913, *Essai sur la main-d'oeuvre de S. Tomé e Príncipe*, Lisboa, Imprimerie Nationales, 70 p., TENREIRO, Francisco, 1961, op. cit.

<sup>58</sup> NASCIMENTO, Augusto, 1992, “A crise Braçal de 1875 em São Tomé: os comportamentos dos agentes sociais” in *Revista Crítica da Ciências Sociais*, n° 34, Coimbra, fevereiro 1992, pp. 317-329.

roças, traduziu-se na organização do recrutamento de trabalho pela força, fórmula que se apresentava como uma tutela dos sujeitos desiguais em direito civil. A utilização da violência simbólica acompanhou-se da imposição da nova ordem económica pela relações de forças.

De um lado, a ocupação arbitrária, pelos colonos portugueses, das terras de assentamento dos autóctones causou conflitos que deram à terra um valor simbólico na identificação espacial de um grupo social dominado económica e politicamente. A ordem colonial portuguesa, diferentemente das outras colónias africanas no continente, não se apoiou na estrutura da organização tradicional de poder, mas no princípio de divisão hierárquica das posições e funções económicas. A memória da espoliação teve um papel importante na afirmação da identidade nacional na Independência e o acto fundador da nação foi a expropriação das propriedades privadas portuguesas, realizadas pelo Partido-estado que obteve assim a legitimidade social e política.

De outra parte, se o sistema de colonização procurou transformar o Africano em Português do Ultramar<sup>59</sup>, a assimilação jurídica dos libertos ao estatuto de homens livres não foi automática. Uma legislação normativa específica foi promulgada para legitimar novas formas de exploração que, repousando sobre um sistema de monopólio da mão-de-obra cativa, limitava a formação de um mercado do trabalho livre. A utilização da violência física e simbólica na mobilização da mão-de-obra importada fomentou representações identitárias de si desvalorizadas pelo estatuto de assalariado, pois negava os direitos civis e não oferecia direitos sociais para a reprodução da força de trabalho.

As medidas adoptadas para fixar a mão-de-obra imigrada contribuiu menos para integração social da mesma do que as estratégias de saídas do salariado agrícola. No entanto, a inserção social dos migrantes, pela via da exogamia, tem implicado uma ruptura na transmissão da memória social das origens familiares ou étnicas em proveito de uma individualização das lembranças que se inscrevem no marco de um passado colectivo que os une na realidade actual. Na representação de pertença identitária dos segmentos que compõe o conjunto da sociedade santomense, a clivagem entre a realidade do presente e a imagem estereotipada que certa literatura utiliza para caracterizá-la, deixa emergir o referente colonial, fomentado pelo princípio da divisão social étnica para legitimar a dominação.

<sup>59</sup> MARQUES, A. H. Oliveira, 1972, *Histoire du Portugal. Des origines à nos jour*, (trad. fr. 1978, p. 414), Paris, Horvath, 601 p.

A cristalização da memória colectiva, construída na oposição à roça, símbolo da exploração colonial, manifesta-se na adesão às representações heterogêneas da identidade santomense, que apresenta uma dimensão objectiva de práticas culturais quotidianas relativamente homogêneas onde confluem até se fundirem os legados de várias origens e uma dimensão subjectiva, onde a consciência das diferenças frente aos outros se expressa num “nós” flexível, portador de vários sentimentos de auto-identificação, dependendo da situação e do interlocutor<sup>60</sup>. A apropriação dos mitos e símbolos específicos de cada grupo (Amador, o chefe das revoltas dos escravos, o trabalhador da roça, o cacau, etc.) observa-se na mestiçagem da memória colectiva, que virou ideológica no militantismo ao serviço da independência nacional.

### **A nacionalização da terra e dos assalariados**

Com a independência, em 1975, o acto de legitimação do Estado foi a nacionalização das plantações, tanto da propriedade da terra como na gestão de toda a economia, que se acompanhou pela nacionalização dos trabalhadores, o que comportou a uniformização do estatuto de trabalhador/funcionário nas relações com o Estado-empresário e a igualdade do estatuto de cidadão nas relações com o Estado-nação. A condição de igualdade dos cidadãos anulava as diferenças entre contratados e nativos. Só uma parte dos originários de Cabo Verde escolherão a nacionalidade cabo-verdiana, porém passando a ser trabalhadores do Estado santomense e assentando-se definitivamente na RDSTP. As estatísticas dos movimentos migratórios mostram que o grosso dos contratados não voltou ao País de origem e que o número de autóctones assalariados nas roças aumentou.

Se a organização do trabalho nas roças não mudou muito, os serviços sociais oferecidos pelas empresas (habitação, creche, escola, transporte colectivo, atendimento sanitário, loja, etc.) relevavam dos direitos sociais dos trabalhadores e não da arbitrariedade de um patrão “bom”. Ademais, a possibilidade de mobilidade social, tanto no interior da plantação, como ao exterior, era facilitada pelo acesso à educação, apesar de estar condicionado pelas boas relações com a hierarquia política, que era também a do trabalho. O Partido-estado, portador do projecto nacional de desenvolvimento político e económico, centralizava a capacidade de influenciar o espaço público e tinha centralizado parcialmente a esfera privada<sup>61</sup>. É assim que o Estado

<sup>60</sup> “Nós” plural para significar a identidade individual de sexo, de classe social, de profissão, de grupo político, religioso, desportivo, de localismo geográfico, de nacionalidade, de origem étnica, etc.

ficava o garante da igualdade dos direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos/assalariados.

### **A homogeneidade do estatuto político de cidadão**

A sociedade dos cidadãos está baseada sobre um princípio de inclusão universal de indivíduos livres e iguais em direito. O processo de subjectivação leva, numa sociedade moderna, à inovação dos laços sociais, a natureza dos quais decorre de formas de socialização não restringida à unidade doméstica e à vizinhança. Escola, trabalho, grupo social, religioso, desportivo, cultural, partido, sindicato, etc., ampliam as possibilidades de identificação a um grupo. Os indivíduos aprendem a se reconhecer em identidades múltiplas, ligadas a situações, papéis, posições, valores, histórias, memórias, saberes, experiências, práticas diferentes e participam em formas de solidariedade explícitas, relativas, negociadas, condicionais.

As estratégias de promoção social e económica articulavam-se em torno do partido único, no entanto sem nenhum processo de minoração ou de exclusão pretextando razões étnicas. Nesse sentido, os 15 anos de socialismo nacionalista tem contribuído à integração económica e social da povoação, afirmando assim um sentimento de pertença nacional na identificação a um espaço político com base territorial. O autoritarismo foi moderado e os conflitos entre a classe política eram menos ideológicos que de repartição de espaços de influência. A crise económica, mais do que a crise de legitimidade política, tem levado a escolher o regime de acumulação baseado na concorrência do mercado e a privatização das explorações agrícolas. As consequências sociais do plano de ajustamento estrutural imposto pelo FMI são o desmantelamento dos serviços públicos e a diminuição ou a perda de certos direitos sociais. No entanto, os únicos indicadores económicos que acusam um crescimento são o da taxa de inflação e da dívida externa<sup>62</sup>.

A falência do Estado-empresendedor tem levado ao despedimento de 4/5 dos funcionários, à privatização das terras exploráveis, à desconcentração da produção e da circulação dos bens e ao desmantelamento da maior parte dos serviços públicos (transporte, creche, postos sanitários, escolas). A opção por regime de acumulação liberal

<sup>61</sup> A modernidade caracteriza-se pelo triunfo do social, em articulação com o trabalho, sobre o político. O ser social da esfera privada passa à esfera pública na uniformização de todos os membros de uma sociedade moderna. ARENDT, Hannah, 1958, *The Human condition*, trad. franc. *Condition de l'homme moderne*, Calmann-Levy, 1983, 368 p.

<sup>62</sup> Profile São Tomé and Príncipe, in *Country Report 1997/1998*, London, The Economist Intelligence Unit Limited.

baseado na concorrência implica a autonomização, mais ou menos total, do mercado e o Estado-empresendedor deixa de ser o garante dos direitos sociais dos assalariados. A dissociação entre o estatuto do trabalhador e o estatuto de cidadão não se põe mais em termos de igualdade de direito social num mercado de trabalho livre. Na informalidade das relações de trabalho cada um é livre mas não igual, modelo de “democratização até baixo” que apresenta uma imagem homogênea da cidadania civil e política, no entanto divide-a da cidadania social<sup>63</sup>.

A abertura “democrática”, neste caso a recomposição da elite em torno dos partidos, bipolariza o espaço do controlo político. As novas alianças que decorrem da dimensão simbólica e económica da redistribuição da terra<sup>64</sup> tem um papel importante na estabilidade social e na legitimação dos governantes, porque reforça a relação de identificação à terra, incrementando a coesão da identidade colectiva santomense.

No debate sobre a formação dos Estados/Nações em África e a respectiva estabilidade sócio-política, este tipo de leitura do caso da RDSTP, permite-nos avançar a hipótese seguinte: a fragmentação da memória social dos grupos e a fragilidade do sentimento de pertença étnica<sup>65</sup>, na ausência de uma ideologia nacionalista, tem favorecido a sedimentação da identidade santomense no marco de um espaço público regulado por relações de cidadania.

<sup>63</sup> Cf. LAUTIER, Bruno, “Informalité, relation salariale et citoyenneté”, pp. 58-73 in . LAUTIER, B., Claude de MIRAS, MORICE, Alain, 1991, *L'Etat et l'informel*, Paris, L'Harmattan, 211 p.

<sup>64</sup> A concessão de usufruto durante 20 anos aos ex-assalariados não teve critérios de nacionalidade. Dos 4.000 pequenos agricultores tributários das parcelas, 846 são cabo-verdianos.

<sup>65</sup> SEIBERT, Gerhard, 1997, “Le massacre de février 1953 à São Tomé. Raison d'être du nationalisme santoméen”, *Lusotopie 1997*, Paris, Karthala, pp.173-192. A conclusão de que “o nacionalismo santomense foi uma resposta à tentativa dos Portugueses de minar a base social e política da identidade Forro” ilustra a possibilidade de etnicizar a história e a memória.

# ÁFRICA, CATÁSTROFES NATURAIS E DESENVOLVIMENTO

Carlos Garrido\*

## 1. A actualidade da economia das catástrofes

Nos últimos tempos tem-se intensificado a frequência das catástrofes naturais, devido às alterações climáticas, as quais têm sido estudadas pelos meteorologistas e climatólogos utilizando modelos matemáticos sofisticados. Analisando a *geografia das catástrofes*, verifica-se que tradicionalmente elas se localizam fora da Europa. No entanto, ultimamente têm ocorrido neste continente diversas catástrofes naturais, designadamente em Portugal. Estão ainda bem presentes os fenómenos climáticos extremos que assolaram os Açores e o Continente. Destes factos decorre a actualidade de que se reveste a economia das catástrofes em regiões do globo onde não existiam essas preocupações, pelo menos de modo tão patente. Noutras regiões, como o continente africano, a ocorrência de catástrofes naturais, e não só estas, está de certo modo endogeneizada, aparecendo como algo inevitável, como que um desígnio da natureza.

As catástrofes têm efeitos sociais e económicos que dependem da sua dimensão, frequência e vulnerabilidades às mesmas. Estas podem ser de diversa ordem: de inadequado ordenamento do território, institucionais, culturais, etc. A falta de cultura das catástrofes constitui um elemento de agravamento do nível de risco, a qual se manifesta em muitas circunstâncias trágicas que ultrapassam o âmbito das catástrofes naturais.

O facto de as catástrofes naturais terem fortes impactos económicos e sociais tem sido um dos factores do desenvolvimento recente da *economia das catástrofes*, que é uma disciplina da ciência económica que tem por objecto estudar o comportamento da economia pós-catástrofes e os aspectos económicos e financeiros da prevenção das mesmas, ou seja, da redução das vulnerabilidades.

\* Doutorando em Economia da Universidade da Beira Interior.

As catástrofes podem ser encaradas como obstáculos ou restrições ao desenvolvimento económico e social, que em muitos países, por sinal localizados em regiões de alto risco, vêm somar-se a outro tipo de obstáculos ao desenvolvimento, tais como à escassez de recursos económicos e financeiros, falta de mão-de-obra qualificada, existência de regimes políticos não democráticos e desordenamento do território, ao nível habitacional, dos equipamentos colectivos, das infra-estruturas e dos impactos nefastos sobre o ambiente.

Ao nível da prevenção, os custos podem ser de natureza e de montante distinto, dado que a prevenção tem várias componentes: formação de quadros, campanhas de sensibilização, legislação sobre ocupação do território e respectivo controlo, desenvolvimento institucional e reordenamento do território (bastante oneroso).

Na perspectiva dos impactos das catástrofes, há que minimizar os seus efeitos perniciosos sobre os vários sectores da economia, assumindo uma importância crucial a gestão pós-catástrofe, o que pressupõe a existência de instituições preparadas para o efeito, uma cultura de catástrofes, recursos económicos e vontade política para levar a cabo.

Os Estados têm que estar preparados para dar resposta a estes novos desafios com que as sociedades se defrontam e que têm um âmbito multinacional, levantando problemas de defesa e de segurança. Investir em defesa e segurança é investir no desenvolvimento económico e social. Para isso, há que fazer o provimento necessário de fundos e lançar um leque de projectos com a necessária consistência interna e externa, o que exige uma consciencialização dos decisores públicos para a prioridade deste tipo de políticas económicas.

Se a problemática das catástrofes naturais, quer encarada na óptica económica, social ou política se reveste de uma grande actualidade num contexto internacional, quando nos debruçarmos sobre África, constatamos que as vulnerabilidades aos fenómenos naturais extremos nesse continente assumem uma especial gravidade. Essa vulnerabilidade é agravada pela circunstância de a referida região do globo ser também atingida por catástrofes provocadas directamente pelo homem, tal como guerras, guerrilhas e terrorismo. A concepção de *África útil* adoptada pelos centros de poder internacional e o facto de a experiência africana na condução dos seus destinos ser ainda recente, são circunstâncias que, associadas ao baixo desenvolvimento da generalidade das economias deste continente, dificultam a implementação de políticas económicas e sociais que tenham em vista alterar um conjunto de condições económicas, sociais, culturais e institucionais que potenciam os efeitos perniciosos das catástrofes

naturais.

Estabelece-se, assim, uma relação entre subdesenvolvimento e catástrofes naturais, pelo que nos iremos debruçar no próximo parágrafo sobre a especificidade dos países em desenvolvimento.

## **2. A especificidade dos países em desenvolvimento.**

Se, por um lado, as catástrofes naturais condicionam o desenvolvimento, na medida em que levam a uma destruição de recursos económicos, por outro lado, o subdesenvolvimento potencia os impactos negativos das catástrofes. Há como que um ciclo vicioso que só o desenvolvimento consegue romper.

A vulnerabilidade dos países em desenvolvimento aos fenómenos naturais extremos pode ser vista analisando o número de vítimas e os prejuízos económicos que os desastres naturais provocaram nas três últimas décadas do século XX. O maior número de mortes verificou-se nos países em desenvolvimento, enquanto os maiores danos económicos registaram-se nos países industrializados<sup>1</sup>. Além disto, a maior parte dos prejuízos económicos sofridos pelos países em desenvolvimento durante o referido período não estava coberta pelo seguro. Refira-se, a título de exemplo, que, a nível mundial, a percentagem dos prejuízos cobertos pelo seguro é superior a 15 % e, enquanto na Europa esta percentagem está acima dos 50 %, em África é praticamente nula.

Na realidade, pode afirmar-se que os efeitos das catástrofes estão positivamente correlacionados com o subdesenvolvimento, porquanto, geralmente, são os países que apresentam índices de desenvolvimento humano mais baixos aqueles onde se verificam maiores catástrofes naturais.

Para se ultrapassarem estes constrangimentos terá que se levar a cabo uma política de desenvolvimento económico que é limitada não só pela escassez de recursos como também por outras condicionantes, designadamente aquelas que estão relacionadas com a natureza do poder político.

Dada a escassez de fundos, seria desejável que estes fossem canalizados para o desenvolvimento. A este propósito, e numa alusão directa à Índia, cite-se o brilhante artigo de MOREIRA, Adriano (1998

<sup>1</sup> Nos últimos trinta anos as duas catástrofes naturais que causaram mais vítimas foram o furacão do Bangladesh que ocorreu em 1970 (300 mil mortes) e o sismo que se verificou no Tangstão, na China, em 1976 (250 mil mortes). Por seu turno, no mesmo período, as duas catástrofes naturais que mais prejuízos económicos causaram tiveram lugar nos E.U.A.; foram o furacão *Andrew*, que ocorreu em 1992 (16000 milhões de dólares, a preços correntes) e o sismo de *Northridge*, na Califórnia, que se deu em 1994 (11838 milhões de dólares, a preços correntes).

c) acerca da proliferação de armas nucleares, a qual aponta «para o ressurgimento de mitologias guerreiras capazes de remeter para o esquecimento as misérias que fizeram do Terceiro Mundo, durante meio século de guerra fria, o inspirador de ideologias, movimentos e acções proclamadas redentoras», continuando, mais adiante: «a obtenção do estatuto de potência nuclear, apenas tornado possível à custa do consumo irresponsável de recursos cuja dimensão pode avaliar-se pela gravidade das carências de milhões de habitantes, mobiliza a opinião pública para um triunfalismo que ao mesmo tempo alimenta ambições hegemónicas colectivas, e adormece o sofrimento dos indivíduos, das comunidades, das castas, dos marginalizados (...) expediente destinado a fazer abrandar as questões vitais internas à custa do empenhamento colectivo contra o adversário externo, ainda que imaginário, (...)» Este autor qualifica este tipo de escaladas de ópio do subdesenvolvimento, chamando a atenção para a circunstância de que muitos países com este tipo de racionalidade na afectação de recursos escassos exigirem ajuda e cooperação internacional para o desenvolvimento.

Por outro lado, o nível de corrupção tende a ser tanto maior quanto maior for o subdesenvolvimento dos países (vide GARRIDO, Carlos (1998 b)), o que leva a que os recursos sejam desviados para fins que privilegiam interesses privados diversificados, que não coincidem com o interesse social.

Uma fonte de recursos é a assistência internacional, mas esta tem acompanhado de certa maneira a modificação dos interesses dos dadores ao longo do tempo. Actualmente os E.U.A. estão-se a voltar de novo para o continente africano. CARVALHO, Virgílio de (1998 b) defende que «a presente investida dos E.U.A em África arrisca-se a ser vista como forma de colonização desejada, sucedendo à europeia imposta, ao apoiar-se em tolerados regimes autoritários disfarçados de democracias sem partidos, como o de Museveni no Uganda, que ajuda a rebelião do Sul cristão no Sudão fundamentalista e a instalação do seu discípulo Kabila, novo Mobutu (?) no ex-Zaire das vastas reservas minerais do Shaba. O que coincide com a descoberta de enorme lençol de petróleo no mar<sup>2</sup> (do Golfo da Guiné da petrolífera Nigéria em grave crise interna até Angola) muito oportuna para (...) controlar a concorrência geoeconómica e geopolítica de França e África do Sul.»

Por seu turno, MOREIRA, Adriano (1998 a) referindo-se também à aparição dos E.U.A no continente africano, afirma: «Tem sido observado que o panorama da redefinição da balança de poderes africana,

<sup>2</sup> Como apontamento, refira-se que este artigo foi publicado em 7 de Abril de 1998, cerca de dois meses antes do agravamento dos acontecimentos da Guiné-Bissau.

*depois do fim da guerra por procuração em Angola e Moçambique, da liquidação do apartheid na África do Sul, da disfunção do Zaire de Mobutu, da emergência dos conflitos étnico-políticos, recorda, com nova moldura e métodos, a luta de interesses que rodeou a Conferência de Berlim de 1885, em que o ultimatum humilhou as pretensões portuguesas. Por então os E.U.A. passaram pela conferência observando que o futuro das independências era o que vaticinavam e não a partilha imperial a que se procedeu.»*

Estas observações chamam-nos a atenção para as condicionantes introduzidas pela geopolítica na afectação de recursos. E a afectação de recursos é um elemento da própria definição de economia. Os recursos vão ser canalizados para reconstrução e prevenção ou destinam-se a consumos supérfluos de grupos sociais também supérfluos? Que tipo de vulnerabilidades às catástrofes naturais é que os países em desenvolvimento costumam apresentar e como poderão ser minoradas? No próximo parágrafo abordaremos sucintamente algumas destas questões.

### **3. As vulnerabilidades às catástrofes.**

As estatísticas existentes relativas à incidência das catástrofes naturais mostram que existe um padrão geográfico de impactos.

Em termos relativos e com base no número de vítimas que provocam, as cheias têm uma maior predominância na Europa, logo seguida da América do Norte. Os furacões são típicos da América do Norte, embora a Ásia também seja bastante atingida por este tipo de fenómenos naturais. Os sismos atingem com bastante frequência a América do Sul e a África (v.g. Argélia), enquanto os vulcões são mais frequentes na Oceania.

Em valores absolutos, dada a sua dimensão, quase 80 % das vítimas de catástrofes naturais verificam-se na Ásia, ao passo que, quer a Europa, quer a África a proporção é de cerca de 2%.

O continente africano tem uma grande dimensão, a sua geografia física e política é bastante variada e a vulnerabilidade às catástrofes não é homogénea num espaço tão vasto e diversificado, não sendo objecto deste artigo a caracterização geográfica das vulnerabilidades às catástrofes naturais neste continente. No entanto, refira-se que em África o fenómeno natural que mais vítimas tem causado tem sido os sismos, que causaram 79 % das mortes aí registadas devido a catástrofes naturais, tendo as cheias provocado 17 %.

Não possuímos informação sobre o número de vítimas provocadas pelas secas, que atingem muito particularmente vastas zonas

de África, talvez por ser difícil a sua estimativa. Note-se que uma seca tem um período de impacto muito dilatado, levando a uma morte lenta. Um sismo, pelo contrário, em poucos segundos pode provocar muitas dezenas de milhar de vítimas e provocar elevados prejuízos económicos.

Dado que os sismos, as secas e as cheias são as catástrofes naturais que mais vítimas têm provocado em África<sup>3</sup>, debruçemo-nos agora sobre os seus impactos económicos típicos.

Os sismos costumam ter um efeito devastador ao nível das habitações, equipamentos sociais e administrativos, sendo aleatório o seu impacto sobre as infra-estruturas. Sendo os tipos de habitação bastante diversos no continente africano, também os impactos sobre as mesmas terão uma desigual incidência, sendo especialmente vulnerável a população urbana.

As secas atingem principalmente a população rural, sendo o sector primário aquele que geralmente sofre os maiores impactos. Voltaremos à problemática das secas mais adiante, a propósito das vulnerabilidades sociais.

Os impactos das cheias são também mais fortes sobre a população rural e o sector primário, mas por motivos obviamente diferentes. As cheias, por vezes, provocam danos em infra-estruturas.

Sendo estes, resumidamente, os efeitos típicos das catástrofes naturais, logicamente que as sociedades apresentam diversos tipos de vulnerabilidade. Estas são principalmente de ordem económica, social, institucional e cultural.

As sociedades africanas, como em geral têm um baixo grau de desenvolvimento, apresentam fortes vulnerabilidades económicas. Como as catástrofes naturais têm uma dimensão espacial, o modo como o território está ordenado pode potenciar os efeitos das mesmas. E quais são os princípios de racionalidade económica e social que regulam o ordenamento do território na maioria dos países africanos? Há que distinguir o ordenamento das pequenas sociedades tradicionais, menos vulneráveis a algumas catástrofes naturais mas mais vulneráveis a outras, dos tipos de urbanização mais frequente. Esta obedeceu a planos de ordenamento, elaborados em conformidade com as regras e técnicas de prevenção, tendo o planeamento assentado em regras democráticas de consulta às populações? Gostaríamos de poder responder afirmativamente. Sabe-se que a corrupção desempenha um papel dinamizador de desequilíbrios, levando à construção

<sup>3</sup> Recorde-se que o sismo que atingiu a Argélia em 1980 provocou cerca de 4500 mortes e a seca que se verificou na Etiópia, de 1968 a 1974, causou um número desconhecido de mortes, mas seguramente elevado

de habitação clandestina em zonas sísmicas e linhas de água (*vide* GARRIDO, Carlos (1999)) e que em estudos internacionais sobre corrupção figuram países africanos entre aqueles que apresentam maior índice de corrupção.

A não utilização de técnicas preventivas na reconstrução de habitações não significa, frequentemente, falta de conhecimento da sua existência por parte das populações mas sim falta de acesso económico às mesmas, facto este que traduz vulnerabilidade social de certos grupos sociais. As secas e as cheias têm historicamente provocado a fome em diversas populações, defendendo alguns autores que a ligação entre este tipo de catástrofes e a fome não é imediata, sendo a sua principal causa não o declínio na disponibilidade local de alimentos mas a falta de acesso económico. A seca da Etiópia de 1968-74 constitui um exemplo típico de surgimento e difusão da fome, tendo sido particularmente afectadas as pessoas que não possuíam terras, os pastores nómadas e os dependentes. A falta de alternativas no mercado trabalho, associada ao baixo grau de empregabilidade, não permite que a população activa que se dedica ao pastoreio se desloque para outras actividades económicas; o pastoreio intensivo amplifica a erosão e desertificação da terra, especialmente nos países sub-saharianos, como a Nigéria e a Costa do Marfim, e contribui para a ampliação das vulnerabilidades sociais.

Num Estado de Direito é de esperar que existam instituições aptas a responder às necessidades decorrentes de uma política de prevenção das catástrofes ou de uma política de reconstrução que permita captar os ganhos potenciais decorrentes de uma substituição forçada do capital fixo ou, pelo menos, que seja manifesta a vontade política de se criarem essas instituições. Qual é a natureza do poder político nas várias zonas do continente africano? Os órgãos de soberania estão dotados da necessária credibilidade para implementarem tal tipo de políticas? Que formas é que a corrupção assume? Qual é a localização de África no contexto da globalização, ou seja, qual é o papel que a racionalidade neo-liberal lhe atribui? Será que a concepção de *África útil* se perpetuará indefinidamente?

As populações e as instituições possuem a necessária cultura das catástrofes? A ausência de uma cultura das catástrofes oculta o conhecimento de que é mais a sociedade do que a natureza que determina os impactos destas e, portanto, o grau de vulnerabilidade das sociedades. As vulnerabilidades culturais são condicionadas pelas de ordem institucional.

#### 4. A resposta necessária.

No continente africano é grande a heterogeneidade geográfica das sociedades, nas perspectivas física, política, económica, religiosa, social, cultural e institucional. Por conseguinte, como as vulnerabilidades são diferentes e as situações concretas não são as mesmas, é logicamente necessário que se levem a cabo políticas diferenciadas. Contudo, a generalidade dos países africanos tem em comum o facto de pertencerem a um mesmo continente. Um continente que ocupa uma posição subordinada no contexto do capitalismo financeiro mundial. Apesar da heterogeneidade dos países, eles têm uma vulnerabilidade comum, derivada da própria ordem decorrente da globalização, entendida como internacionalização do capital financeiro e da lógica neoclássica.

A possibilidade de uma resposta às catástrofes naturais, que sob um enfoque operacional, terá que consistir na execução de políticas de prevenção e de reconstrução, multidisciplinares e interdisciplinares, está ligada ao próprio sucesso das políticas de desenvolvimento.

A experiência histórica africana poderá levar a que se encare o advento deste tipo de políticas com pessimismo. Contudo, há autores que chamam a atenção para a relativa juventude dos regimes africanos em termos históricos e para a inadequabilidade das políticas económicas que têm sido implementadas: *«De facto, uma das razões dos resultados decepcionantes das políticas económicas (distintas das teorias económicas) em África parece residir na ilusão voluntarista que caracterizou a filosofia do planeamento e, de uma maneira geral, as políticas económicas postas em prática»* (vide TORRES, Adelino (1998)), pg. 83), tendo o planeamento sido feito de modo não participativo.

Por outro lado, a lógica neoliberal de que o mercado infrene leva ao equilíbrio económico, criando as condições para um desenvolvimento económico, é irrealista. A economia não pode por si só conduzir à modernização da sociedade. Além disso, existem aspectos da actividade humana em que não é legítima a introdução das categorias mercantis – a este propósito, há quem se refira ao *imperialismo da economia*. O desenvolvimento, pela sua própria natureza, exige um tratamento multidisciplinar e interdisciplinar, actuando-se sobre as condições de partida, que são económicas, sociais, culturais e institucionais. Por isso, terá que haver um compromisso entre modernidade e tradição, de modo a ser preservada a memória colectiva e o equilíbrio entre as pessoas e o meio envolvente. É uma caminhada

com muitos desafios, dada a complexidade da sociedade, cujos contornos, como referimos, ultrapassam o âmbito da economia.

Concluimos o parágrafo anterior, afirmando que as vulnerabilidades culturais são condicionadas pelas de ordem institucional. Contudo, não são só aquelas. Todos os aspectos da vida social, em sentido amplo, sofrem directa ou indirectamente a influência institucional. A existência de regimes não democráticos e a exclusão de uma parte considerável da população do produto do progresso económico e da participação na vida colectiva constitui um forte constrangimento ao desenvolvimento económico. Ora a possibilidade de levar a cabo políticas preventivas e de reconstrução está intimamente ligada ao desenvolvimento, pelo que a promoção deste é o factor determinante da natureza da resposta às catástrofes naturais. Sendo estas inevitáveis sob o ponto de vista meteorológico e geofísico – pelo menos actualmente e no futuro previsível – já a dimensão dos seus impactos sobre as pessoas e a património pode ser amplamente reduzida. Os efeitos devastadores das catástrofes não são um desígnio da natureza, porquanto a tecnologia actualmente existente permite uma atenuação significativa das vulnerabilidades às catástrofes naturais. Mas para se conseguir esse objectivo de mitigação dos impactos é necessário que existam instituições dotadas de poder de resposta, a curto (e imediato), médio e longo prazos.

A existência de Estados de Direito, dotados da necessária credibilidade, é uma condição necessária para que as sociedades concretas se possam proteger dos efeitos destruidores dos fenómenos naturais extremos. A possibilidade de dar uma resposta minimamente eficaz às catástrofes naturais está, assim, ligada à natureza do poder. E a alteração do panorama político do continente africano afigura-se com uma possibilidade de ocorrência demasiado lenta para a natural impaciência de todos quanto gostariam de ver uma África mais próspera e livre.

### **Bibliografia**

CARVALHO, Virgílio de (1998 a), *Os Estados Unidos, a China e a Europa*, Diário de Notícias de 23 de Março de 1998.

CARVALHO, Virgílio de (1998 b), *A paz por linhas tortas*, Diário de Notícias de 20 de Abril de 1998.

DAGEFU, W. (1990), *Role and Status of Meteorological Services in Economic and Social Development in Africa, Proceedings of the Technical Conference*, WMO, Geneva, 26-30 March 1990.

GARRIDO, Carlos (1998 a), *A actualidade da economia das catástrofes*, Diário de Notícias, Suplemento Económico, pag. 8, Lisboa, 2 de Março de 1998.

GARRIDO, Carlos (1998 b), *A relação entre corrupção e desenvolvimento*, Economia Pura, ano I, nº 6, pp 90-91, Lisboa, Outubro de 1998.

GARRIDO, Carlos (1999), *A corrupção atrasa o desenvolvimento*, UCCLA, Informação Lusófona nº 16, Lisboa, Abril de 1999,

MOREIRA, Adriano (1998 a), *A aparição*, Diário de Notícias de 7 de Abril de 1998.

MOREIRA, Adriano (1998 b), *As hegemonias europeias*, Diário de Notícias de 19 de Maio de 1998.

MOREIRA, Adriano (1998 c), *O ópio do subdesenvolvimento*, Diário de Notícias de 16 de Junho de 1998.

MOREIRA, Adriano (1998 d), *A África abandonada*, Diário de Notícias de 30 de Junho de 1998.

SEN, Amartya (1981), *Poverty and Famines: An Essay on Entitlement and Deprivation*, Clarendon Press, Oxford, 1981.

SEN, Amartya (Ed.)(1995), *The Political Economy of Hunger*, Clarendon Press, Oxford, 1995.

TORRES, Adelino (1998), *Horizontes do Desenvolvimento Africano - No Limiar do Século XXI*, Ed. Vega, Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1998.

## **Documentos**



**ALGUNS ASPECTOS ETNOGRÁFICOS  
DOS BOQUÍMANOS DA NAMÍBIA**  
(Documento etnográfico)

Ilse Schatz

O texto que se segue é um excerto do trabalho de Ilse Schatz [*Unter Buschleuten. Auf der Farm Otjiguinas in Namibia* (Entre os Bosquímanos. Na quinta de Otjiguinas na Namíbia), Tsumeb: Edição da autora 1993]. Ilse Schatz é uma fazendeira namibiana que, ao contactar com os trabalhadores bosquímanos da sua fazenda, se interessou de tal modo pela cultura deles que se dispôs a registá-la por escrito. Particularmente estreita foi a relação que manteve com um curandeiro, de nome /Garugu, de quem, aliás, obteve a maior parte da informação que utiliza no texto. As partes deste referentes a ele, descrevendo a sua acção enquanto curandeiro, serão brevemente publicadas pelo Centro de Estudos Africanos - Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra, numa publicação coordenada por Manuel Laranjeira Rodrigues de Areia. Tratando-se, porém, de um texto rico em informação etnográfica, escrito originalmente em alemão e, como tal, inacessível a grande parte dos leitores portugueses, o conselho de redacção da revista *Africana Studia* achou por bem publicar no presente número alguns excertos não contemplados na publicação de Coimbra.

A divisão do texto em capítulos, assim como a designação destes, está conforme o original. Enquanto tradutor procurei ainda manter o estilo directo e impressionista que a autora imprimiu à sua descrição.

José Carlos Venâncio\*

\* Universidade da Beira Interior. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

## OS HAIN/OMN

Durante as cerimónias, que tinham lugar sobretudo à noite, sentava-me junto dos Hain/omn-Bosquímanos, calada para os não perturbar. As perguntas fazia-as ao curandeiro, /Garugu, durante o dia, que as ouvia, mas às quais não respondia. Visitava-o, então, à noite, na sua cabana, pois tinha entretanto descoberto que ele não falava sobre tais questões durante o dia. Apenas à noite, na sua cabana, diante do seu fogo sagrado e quando estávamos apenas os dois a sós, sem que, mesmo assim não interrompesse amiúde a conversa para verificar se, do lado de fora da cabana, estaria alguém a ouvi-lo. Quando o meu marido e os meus filhos vinham ter connosco, ele mudava imediatamente de conversa.

No início eu estava convencida de que o que via e ouvia nas cerimónias seriam costumes e rituais dos Hain//omn-Bosquímanos. Depressa compreendi que tais costumes não tinham uma validade geral. Os Bosquímanos não eram de forma alguma um único povo com uma só chefia. Viviam antes em clãs (Sippen), com anciãos que estipulavam os costumes e os rituais do clã.

Os nossos Hain//omn, i.e., os que viviam na fazenda, provinham de Namutoni, Otjikoto, Tsumeb, Guinas e Bobos. Mesmo em relação a estes clãs era difícil fazer qualquer generalização, o que, aliás, muitas vezes me desencorajava no meu propósito investigativo. Por exemplo, à pergunta, “como enterram os vossos mortos”, respondia-me um Hain//omn de Otjikoto: “Sentados, atados num buraco redondo de forma a que o seu rosto esteja virado para o sol nascente!” Um de Namutoni respondia-me, por seu lado, o seguinte: “Um morto é amarrado na posição de sentado, na maioria das vezes colocado num buraco de orictélope (gr. *Orykteres*)<sup>1</sup> abandonado, tapado com pedras e o rosto tem de estar virado para ocidente, como o sol vai dormir no ocidente, assim o morto também deve a partir desse momento dormir”. Deparei-me muitas vezes com tais contradições.

A palavra Hain//omn significa pessoa que dorme em árvores (*Baumschläfer*). No tempo das chuvas dormiam em cima das árvores por causa dos mosquitos e não por causa dos animais selvagens, como muitos pensam. Existem na sua região muitas Pfannen e Vleys (pequenas bacias de água) que, no tempo da chuva, se enchem de água e se transformam em locais ideais para a criação de mosquitos. Para que se tenha uma noção da quantidade de mosquitos, citarei

<sup>1</sup> Erdferkelloch em alemão. A tradução portuguesa é orictélope, palavra de origem grega que significa cavador. Refere-se a um quadrúpede sul-africano que devora formigas, da sub-ordem dos lamelicórneos, família dos Escarabeídeos. Cf. José Pedro Machado, *Grande dicionário de língua portuguesa*, Lisboa: Publicações Alfa 1991 (nota do trad.)

uma passagem do diário de Thomas Mayr, um soldado colonial que em 1896 participou na construção da estação de Namutoni, destinada a combater a peste de gado vácuo. “Uma calamidade - diz o soldado - era a causada pelos mosquitos que desde há algum tempo surgem em grande quantidade, não deixando ninguém sossegado durante a noite inteira. Enfiávamos várias peças de roupa, tapávamos o rosto e as mãos com toalhas, mas era tudo em vão. Encontravam sempre uma abertura por onde entravam e nos picavam. Uma tal picadela dói e faz comichão durante um dia inteiro. Cada dia que passava havia mais mosquitos, pensar em dormir durante a noite deixou de ser possível, pelo que passámos a dormir durante o dia. À noite punhamos à volta do fogo, onde se estava um bocado melhor, sobretudo se as chamas fossem regulares e fortes”.

O senhor Böhme von Onguma, também residente na região, contou-me uma vez que, na estação das chuvas de 1934, as suas ovelhas, apesar da existência de bons pastos, emagreciam. Perguntando-lhe espantada, como é que isso era possível, respondeu-me: “Sim, à noite havia muitos mosquitos no curral e, para deles se verem livres, as ovelhas passavam a noite em movimento. De manhã iam para as pastagens, pastavam durante pouco tempo e dormiam durante o resto do dia. Assim ficavam cada vez mais fracas”.

O mesmo se passou com os Hain//omn, embora estes soubessem defender-se. Construíam, assim, lugares para dormir nas confluências dos ramos das árvores. No chão, debaixo da árvore, faziam um fumeiro de madeira e entrecasca. O fumeiro tinha apenas uma abertura para cima para que o fumo subisse e os protegesse. Queimavam madeira Tambutti que mesmo molhada arde e que, sendo rica em alcatrão, tem um odor muito forte ao ser queimada, de que os mosquitos não gostam. Assim o fumo subia e afugentava os mosquitos. Na eventualidade de o vento empurrar o fumo, empurraria também os mosquitos. Todavia, na maioria das vezes as noites são muito calmas, sem vento, e quentes.

Os Hain//Omn-Bosquímanes que residem em Karstfeld vivem integrados em clãs. Cada clã tinha o seu chefe e um determinado território (Revier) por onde circulavam, sempre à procura de alimentos. Ninguém devia ultrapassar os limites do território, pois corria o risco de causar um conflito com o clã vizinho. Se, ao caçarem, acertassem num animal que fugisse para o território vizinho, não deviam persegui-lo. O chefe do clã que vivia no lago Otjikoto, chamava-se “//GAKOWEB”. Isto era no tempo em que os brancos, por volta de 1905, vieram para a região de Tsumeber. O chefe em causa era chamado por todos por OTJIKOTO. Era a sua alcunha, pois otjikoto é

uma palavra ovambo.

Os Hain//omn chamavam ao lago !GAISIS, i.e., “qualquer coisa assustadora”. Como têm bastante medo da água, tinham medo do buraco fundo que estava cheio de água. // Gakoweb reinava sobre Otjikoto, Klipfontein, Bobos, Tschudi, Otjiguinas, Otjikotoberg, Seringboom e Frisenberg. Em Audib, hoje a quinta Witvlei, era chefe clânico //GAAB e o sub-chefe KARISEB. O seu território incluía Audib, Aiganab, Dinaib, Driefontein, Massaus, Omuparara, Sandhup e Kwansib. Hans Haneb contou-me que ele nascera em Namutoni, hoje parte do parque de Etoschap. Os Hain//omn chamavam a este lugar Namutoni !TAMAROS, i.e., “lugar preferido”. Ao seu clã pertenciam os poços de Namutoni, Pequeno-Namutoni, Goanagas, Grande e Pequeno Okevi com as respectivas áreas circundantes

“Todos os chefes Hain//omn estavam submetidos ao Griquabastard Johannes Krüger, o qual, por volta de 1859, atravessou, com o seu irmão, o Orange para caçar elefantes na região do sudoeste. Johannes Krüger tornou-se rapidamente conhecido entre os Bosquímanos, nomeando-se a si próprio soba dos Hain//omn. Ele governava com mão de ferro e eles tinham medo dele. Andava sempre rodeado de umas centenas deles. Apesar disso era uma pessoa bem vista, correcta, perante quem todos nutriam respeito, de tal forma que rapidamente se tornou no soba de todos os Bosquímanos e Damaras Montanheses (Bergdamaras) que viviam no norte. Tinham todos de lhe dar um tributo anualmente”.

As actuais fazendas tinham antigamente, todas elas, nomes Hain//omn. Assim clamavam-se, por exemplo, as nossas quintas: Otjiguinas “//Kharaxas” e Otjikotoberg “Noebekhobas”. Não obstante estarem estes dois lugares sob o domínio do chefe //Gakoweb em Otjikoto, não deveriam os clãs necessitados extrair água do lago. Tinham de pedir primeiramente ao chefe e dar-lhe, como recompensa, um pequeno presente, tal como pontas de setas. Como nesta região os Vleys não mantêm a água da chuva durante muito tempo, viviam os Bosquímanos apenas da água da chuva que recolhiam em alguns lugares nas montanhas. Era muitas vezes difícil ter acesso a estas reservas de água, pelo que teciam cordas compridas de ráfia e outras fibras, às quais prendiam recipientes feitos com ovos de avestruz, com os quais tiravam a água dos poços inacessíveis. Caso as fendas fossem muito estreitas, fixavam na corda erva (Kräuselgras). Mergulhavam-na na água pelas fendas estreitas, puxavam-na e depois cada um chupava a água da erva. Desta forma podiam eles matar a sede. Quando nós começámos a construir a nossa fazenda, encontrámos nas montanhas ainda muitas destas cordas com erva.

## A ORIGEM DOS HAIN/OMN

//Garugu contou-me o seguinte. No início haveria apenas homens sobre a terra, o que deveria ser muito monótono. Um dia um jovem caçador Hain//omn foi muito cedo para a caça, tendo deparado com uma grande árvore de antepassados, à volta da qual dançavam jovens muito bonitos. Estes de trás pareciam homens, de frente, porém, eram diferentes. Uma mulher-antepassado velha tomava conta deles e quando o sol se pôs, bateu palmas e todos, inclusivamente a mulher-antepassada, desapareceram dentro da árvore. Depois disso, o caçador correu para casa e contou aos homens que havia pessoas que, da parte da frente, eram diferentes dos homens. Ficaram todos excitados e decidiram que cada homem deveria fazer uma tanga e uma caixa de pó (Puderdose) de casca de tartaruga decorada com placas dos ovos de avestruz. Quando cada um tinha feito o combinado puseram-se a caminho bem cedo, antes de o sol nascer, e puderam, na realidade, observar a bela dança. Porém, quando o sol nasceu e pôs-se mais alto, a mulher-antepassado bateu palmas e tudo terminou.

Repetiram isto todos os dias, não perderam, porém, as esperanças e, na realidade, numa manhã a mulher velha distraiu-se e eles tiveram a oportunidade de se fazer notados e mostraram-lhes o que tinham feito para elas. Cada homem pôde, assim, regressar acompanhado com uma mulher. Os homens Hain//omn ficaram muito felizes, mas, ao olharem para as mulheres, não sabiam o que fazer com elas. Um dia, a caminho novamente para ocidente, encontraram-se com homens que também tinham consigo mulheres. Para seu espanto com eles estavam pessoas dos mais diferentes tamanhos, uns, por sinal, bastante pequenos. Quando os Hain//omn lhes perguntaram, donde vinham estes, os outros riram-se e mostraram-lhes as suas brincadeiras de sexos. Contentes com o que ouviram e viram regressaram ao acampamento e, desde então, passaram a ter também crianças.

## //GAMAB, O DEUS DOS HAIN/OMN

//GAMAB mora entre o céu e a terra e não tem casa. É um homem magro, alto, com uma longa barba e as suas sobrancelhas são fartas. Na cabeça tem cornos de todos os animais do Sudoeste Africano, com excepção dos do bambi (Duiker)<sup>2</sup>, pois ele chora como

<sup>2</sup> Existe uma outra designação em alemão para este pequeno antilope, do grupo dos pequenos antílopes africanos. Essa designação é: "Schopfantilope" (Nota do trad.)

uma criança pequena, quando é morta. Perto do //GAMAB está um leopardo sentado e, do outro lado, está uma grande cobra. Muitas vezes //GAMAB utiliza-a como cinto, outras vezes utiliza-a como correia. Envia-a, por vezes, à terra para morder as pessoas más.

### A COBRA É UMA ESPÉCIE DE DRAGÃO

/Garugu descreveu-me a cobra da seguinte forma: ela tem mais ou menos 200 metros de comprimento e tem uma largura de meio metro. É negra como uma cobra mamba e a sua pele brilha. Entre os olhos tem uma pedra que alumia como uma lâmpada. Alimenta-se de formigas e ratos. Por vezes vem à terra. /Garugu viu-a há muitos anos na quinta Gaub. Ela cheirava mal. O cheiro só por si já é venenoso, pelo que as pessoas só por causa dele podem já morrer. Quando /Garugu a viu ela trazia um tronco às costas para construir uma casa para si. Quando alguém suja o fogo, sobretudo o fogo do curandeiro, a cobra, por raiva, deixa-o morrer. Quando eu lhe perguntei: “Como é que se pode sujar um fogo?”, mudou de tema e não me respondeu à pergunta. Notei, porém, que qualquer coisa não estaria bem, pelo que voltei várias vezes à questão. Um dia disse-me ele: “Senhora, tu és uma pessoa assim!”. Eu fiquei espantada e disse: “Porquê eu?”, “sim”, disse-me ele: “Tu não gostas que o nosso acampamento esteja sujo e fazes de tempos a tempos limpeza com os nossos filhos e atiras papel, farrapos, sapatos velhos etc. para o meu fogo que é sagrado porque sou curandeiro e, como tal, deve apenas ser alimentado com madeira. Tudo o que não é para queimar, juntas tudo numa cuba e mandas enterrar na floresta. Não podias tu também enterrar o lixo que arde?” “Oh! homem”, disse eu: “Porque é que não me disseste isso mais cedo?”, ao que ele me respondeu: “Tu nunca me tinhas perguntado!”. Depois disso não voltei a fazê-lo.

Nós tínhamos em Otjiguinas um outro curandeiro com o nome de Axuhege //Komoxaab=Leffi. Também ele me descreveu a cobra: a cobra teria cerca de 150 a 200 metros e o seu rasto tinha meio metro de largura. É escura e tem entre os olhos uma pedra que alumia. Quando está na terra, ela junta madeira para construir uma casa. Ela pode a qualquer momento surgir na terra ou na água. Ela cospe às pessoas, mas não as morde. Aqueles a quem cospe ficam imediatamente cegos. Ao pôr do sol vai a cobra à procura de alimento, deixando, porém, a pedra que alumia em casa. Esta pedra alumia até a uma grande distância para que a cobra possa ver os alimentos. Algumas pessoas já lhe roubaram a pedra. Ela perseguiu-os imediatamente, apanhou-os e as pessoas morreram logo ali. Ninguém deve construir

o seu acampamento a ocidente do ninho da cobra, pois o vento de leste leva-lhe o cheiro dela e então as pessoas morrem. Apenas um curandeiro pode evitar a morte destas pessoas. Um Hain//omn matou uma vez, perto de Namutoni, uma cobra como esta. Morreu de imediato e a seguir os filhos. Um curandeiro evitou, contudo, que todo o clã morresse. A água esgotou-se em toda a região. Esta cobra chama-se //Gan-!gub. Ela tanto pode ser macho, como fêmea e ainda se pode transformar noutros animais.

//GAMAB pode tudo. Determina o tempo e governa todos os seres vivos. //GAUA é o contrário de //GAMAB. Ele é uma espécie de diabo em forma de gente, tanto é masculino, como feminino e apenas executa acções más. Por vezes, porém, //GAMAB e //GAUA trabalham juntos. O arco íris é a seta e o arco de //GAMAB, mas se uma pessoa se aproxima do ponto em que o arco íris toca na terra, é imediatamente queimado. Depois há ainda os espíritos dos mortos, os quais vão ter com //GAMAB. Chamam-se //GAMAGU e têm arco e flechas. Caso atirem uma seta a uma pessoa, ela morre.

//GAMAB tem muitas mulheres, não tem, porém, qualquer relação sexual com elas. Vão até ele apenas para passar o tempo, regressando sempre a suas casas.

//GAMAB pode ainda fazer com que um vento mau sopra sobre o acampamento, fazendo com que as pessoas adoeçam ou até morram.

### **A DANÇA DO MACHO DA CAMURÇA (GEMSBOCKTANZ)**

Era a dança preferida dos Hain//omn de Otjiguinas. Um bom dançarino entra sozinho na roda, segura dois paus nas mãos e encosta-os à cabeça. Representa, desta forma, um bode. Inicialmente ele dança, de forma alegre, sozinho. Junta-se-lhe depois um dançarino, segue-se um segundo, um terceiro e, por vezes, um quarto. Representam na dança os cães que cercam o bode. No ritmo da dança arfam e ladram como os cães e há sempre um deles que simula um ataque ao bode e este, por sua vez, baixa a cabeça e investe sobre ele com os cornos. Caso estes toquem no cão, ele gane. O círculo à volta do bode torna-se cada vez mais apertado e o animal vai ficando cada vez mais cansado. Junta-se ao grupo um outro dançarino, mas desta vez com um grande pau que representa uma lança. O dançarino faz de conta que a arremessa e o bode acossado, apanhado pela lança, tropeça e cai morto. Cães e caçador dançam à sua volta, afastando-se depois. A seguir aproximam-se as mulheres que, com os braços estendidos, dançam à volta do bode morto. Representam abutres. Depois de

um certo tempo uma das mulheres atira-se ao bode, no que é seguida pelas restantes e, com isso, chega a dança ao fim. Eles são todos, na verdade, autênticos actores e, mesmo sem os devidos esclarecimentos, percebe-se perfeitamente estas danças.

### AS ALMAS DOS HAIN/OMN

Sobre estas contou-me /Garugu o seguinte: os Hain/omn têm duas almas nos seus corpos. Quando //GAMAB chama uma pessoa através do vento ou, então, lhe atira uma seta invisível, a pessoa morrerá, caso não seja salva por um curandeiro. Ambas as almas evadem-se pela boca quando se morre. A alma que se evade primeiro vai para //GAMAB, a outra tem de guardar o túmulo. Como ambas querem ir para //GAMAB, lutam entre elas e é por isso que se ouve os moribundos a estertorar. A alma que guarda o túmulo espanta todos quantos se aproximem do mesmo, pelo que os Hain/omn não visitam nenhum túmulo. Aquele que se aproximar poderá sentir fantasmas, pois sente um arrepio a percorrer a espinha e os cabelos eriçam-se. Além disso fica com pele de galinha. Contra estas sensações apenas ajuda o fumo do tabaco, embora o melhor remédio seja mesmo fugir. Algumas almas não chegam, porém, a //GAMAB porque são más. Transformam-se em cobras que, na terra, mordem pessoas e animais.

/Garugu contou-me que todos os seus familiares mortos já o tinham visitado em sonho para averiguarem se ele estava bem. Quando a sua mãe aparece num sonho, ele não consegue voltar a adormecer com medo que ela o leve por gostar muito dele. Nessa altura diz-lhe: "Vai-te embora!".

Os espíritos também podem viver em árvores. Perto da casa da fazenda Otjiguinhas há uma árvore Tambutti assombrada. Se alguém passar ao pé dela, acontece-lhe logo aí um revés. Poderá pisar um espinho mais longo ou ter uma queda infeliz. Se se passar por lá de bicicleta ou de carro, terá uma avaria. Se se ficar quieto ao pé da árvore, ouvir-se-á alguém a falar, sem que se veja alguém.

### O PARTO

A mãe dá à luz o seu bebé na sua própria cabana. Homens e crianças não podem entrar, nem estar por perto da cabana durante o parto. Mulheres velhas e algumas amigas assistem ao mesmo. Na maioria das vezes a parturiente está sentada, apoiada nos braços de uma mulher mais velha que deverá ser a sua Megis, uma tia materna<sup>3</sup>, desde que a mesma esteja presente. Dos dois lados da parturiente

sentam-se outras duas mulheres velhas que, quando a parturiente tem uma contracção, dão as mãos por detrás das suas costas e exercem pressão sobre elas, enquanto que outras duas lhe seguram as pernas. A Senhora (neste caso eu) tinha de estar presente em todos os partos. Dava sempre às parturientes chá de funcho que, depois de bebido, as mulheres diziam-me que as dores tornavam-se mais ténues. Em todos esses anos nunca ouvi uma mulher Hain/omn gritar, mesmo quando o parto era difícil. Mordem os lábios que, depois de tudo passado, ficam, na verdade, com muito mau aspecto, mas nunca emitem um som! Logo que a criança nasce, uma mulher velha pega nela e depois deita-a primeiro no chão, não sem que antes tivesse visto se é menino ou menina. Nesse momento todas as presentes têm de fumar bastante, inclusivamente a Senhora, de tal forma que em poucos instantes a cabana fica repleta de fumo. Este fumo deveria impedir que os espíritos maus se atirassem imediatamente ao recém-nascido. As mulheres vão tocando no cordão umbilical e após algum tempo cortam-no sobre um pedaço de madeira ou uma pedra e ao pedaço que fica preso ao umbigo dão-lhe um nó. De início impressionava-me este processo e então dizia-lhes que primeiramente deviam atar o cordão umbilical. Riam-se, abanavam a cabeça e diziam-me que “A anciã não lhes dera nenhum Tsurib”. A anciã é aquela que liberta as almas dos bebés da grande árvore para que possam nascer e “TSURIB” significa em alemão fio. Um recém-nascido Hain/omn é, logo a seguir ao parto, espantosamente branco. Não é logo lavado, mas sim esfregado com uma mistura de folhas e gordura, ficando completamente limpo, ganhando uma cor vermelha acastanhada. Até a cabeça é esfregada com essa pasta. Os cabelinhos molhados, esfregados, ficam encarapinhados. Entretanto uma mulher velha prepara o amuleto do leite (Milchhölzchen) que é preso a uma correia de cabedal e colocado à volta do pescoço da mãe. Destina-se a fazer com que a mãe tenha sempre leite suficiente para o bebé. Esta mesma mulher chupa o peito da mãe e depois coloca a criança para que esta mame.

Junto de um outro clã foi-me dado ver a mulher velha a cuspir na cara da criança e da mãe, nesta última também no peito, e só depois desta operação pôs o bebé a mamar. Durante o parto está uma pequena fogueira acesa na cabana. A placenta é enterrada atrás da cabana e ninguém deve vê-la. Quem a vir ficará gravemente doente. A mãe abandona logo no dia seguinte a cabana, enquanto o bebé, até que o cordão umbilical caia, não deve ser visto por ninguém, nem mesmo pelo próprio pai. A mãe, entretanto, rapa a cabeça do bebé. O

<sup>4</sup> A Megis é uma tia materna. Desempenha na vida da criança um papel educativo quase tão importante como o da mãe. É ela que, por exemplo, dá um nome ao recém-nascido (cf. texto orig., p. 7)

cabelo, o cordão umbilical e a cinza resultante da fogueira que esteve acesa durante o parto são enterrados na mesma cova da placenta. A própria cabeça da mãe também é rapada, sendo, porém, os seus cabelos simplesmente deitados fora. Apenas assisti a um parto difícil que, quando o conhecimento tradicional já não bastava, foi a parturiente levada a um médico branco.

Fui eu que a levei de carro ao hospital. As enfermeiras negras tiraram-lhe primeiro, por razões de higiene, o “Tsurib” que todas as mulheres Hain/omn têm à cintura...

### **A FESTA DE INICIAÇÃO DE THUERA**

A 13 de Janeiro de 1958 Thuera viu a luz do dia em Otjiguinas. Quando Thuera já andava o pai abandonou a mãe e esta foi-se embora à procura de um outro homem. Desta forma Thuera foi educada pelos avós. A 3 de Maio de 1969 a rotina foi quebrada. De repente as mulheres começaram a dar o seu grito “Kirrikirri” e não demorou muito para que de boca em boca se comesse a dizer: “THUERA JÁ É ADULTA”. Ela foi logo fechada numa cabana e não podia falar mais. Cobriram-lhe a cara com um pano. Duas mulheres velhas levavam-na à floresta, quando ela tinha alguma necessidade, batendo previamente na porta para manifestá-la. De resto davam-lhe comida e bebida sem que uma palavra fosse pronunciada. Antigamente uma rapariga nestas circunstâncias devia apenas permanecer na cabana durante três dias. Hoje, porém, tem de ficar até sábado na medida em que a maioria das pessoas da comunidade trabalha, ficando apenas livres a partir de sábado à tarde. Durante a semana as mulheres dançam várias vezes à volta da cabana, cantando, batendo palmas e gritando: “Kirrikirri”. Trata-se de um grito que quanto mais estridente for, mais bonito é. Este grito tem por objectivo abrir os ouvidos a Thuera, pois acreditam que as crianças teriam os ouvidos fechados e que só quando se tornam adultos estes se abrem. Por esta razão praticamente não educam os seus filhos, pois estes não os ouviriam. Duas mulheres velhas, na maioria das vezes uma delas é a sua Megis, esfregam-lhe o corpo com gordura até que, de tanto esfregar, se formem pequenos rolos de sujidade. Os pelos do corpo são extraídos. Estes pelos e os rolos de sujidade são colocados numa pequena bolsa de couro que depois é pendurada na cabana da avó. As duas mulheres velhas ensinam-lhe então tudo sobre os deveres de uma mulher e sobre o casamento. Thuera pode apenas acenar com a cabeça como sinal de ter entendido tudo. Durante todo este cerimonial não deve pronunciar qualquer palavra.

A 10 de Maio de 1969 chegou finalmente o grande dia de Thuera. No decorrer da semana todo o clã e parentes foram avisados do facto e, no dia aprazado, estavam presentes cerca de 100 Hain/omn para tomar parte nos festejos. À tarde levaram uma cabra para a cabana e o seu focinho foi colocado junto dos ouvidos de Thuera. Uma das mulheres mordeu a orelha da cabra de forma que esta gritou de forma ensurdecadora e, com isso, os ouvidos de Thuera abriram-se por completo. Depois disso a cabra foi estrangulada, pois a sua goela não pode ser danificada e não deve deitar sangue. De forma cuidada foi a gordura do estômago do animal extraída numa peça só (Magenfett in einem Stück) que, ainda quente, foi colocada sobre a cabeça de Thuera. No rebordo recortaram uns bicos nos quais as mulheres colocaram contas coloridas. Antigamente utilizavam bagas e pedaços da casca do ovo de avestruz. Depois disso Thuera vestiu, pela primeira vez, um vestido comprido e, à volta do pescoço, vários fios oferecidos pela Megis. Algumas vezes, no lugar desses fios, colocam à volta do pescoço das raparigas o intestino grosso da cabra inflado de ar. À frente, na testa, colocam a vesícula biliar da cabra ainda cheia para dar sorte. Numa tal festa se alguém que dance mais entusiasticamente vai contra a vesícula e a rompe e o conteúdo escorrega para a cara da rapariga, dá, tal acontecimento, azo a uma sessão de lamentações. Crêem que a rapariga, após tal infortúnio, irá ter apenas azar na vida.

À noite juntaram-se todas as mulheres à volta da cabana de Thuera, começaram a cantar determinadas canções, acompanhando-as com um bater de palmas. Tiraram Thuera da cabana e colocaram-na no meio do círculo. Sobre o véu de gordura que havia sido posto sobre a cabeça puseram ainda um pano para que ninguém visse algum bocado que fosse da sua cara. As mulheres continuaram a dançar, empurrando Thuera. Não se podia tocar viola e nenhum ser masculino pôde participar nesta cerimónia. Mesmo o bebé mais pequeno, quando masculino, é tirado das costas da mãe. De vez em quando, uma mulher aproximava-se dos ouvidos de Thuera e gritava estridentemente "Kirrikirri". Depois desta cerimónia Thuera foi novamente levada para a cabana. Este quadro da cerimónia repetiu-se, porém, várias vezes. As mulheres continuaram, entretanto, a dançar à volta da cabana de Thuera. Por fim foi ela conduzida a um lugar onde já se encontravam os homens. As mulheres continuaram a cantar, porém, canções diferentes, e batiam palmas. De repente começaram uns a tocar violas e os homens começaram também a dançar. Thuera era conduzida, à esquerda e à direita, por mulheres que dançavam, enquanto ela própria não devia dançar, acompanhan-

do-as apenas com passos pequenos. Durante todo o cerimonial mantinha a cabeça baixa e, de vez em quando, havia pausas, durante as quais Thuera era conduzida novamente à cabana. Assim decorreu a cerimônia durante toda a noite.

À frente de Thuera dançavam homens jovens que, ao fazê-lo, simulavam movimentos sexuais. Ao amanhecer Thuera teve de ir buscar um balde de água e um feixe de lenha que carregou orgulhosamente de cabeça erguida. Após este acto ela passou a pertencer à comunidade das mulheres, pelo que pôde voltar a falar. A sua Megis acompanhou-a à cabana e tirou-lhe as jóias.

Hoje as raparigas podem escolher se querem usar um pano na cabeça ou uma touca de lã. Durante a cerimônia têm de usar um vestido comprido, mas depois podem voltar a usar vestidos curtos. A Megis tira as contas do véu de gordura e frita-o. Mistura-o com folhas aromáticas trituradas e coloca num recipiente de cosmética, composto por uma carapaça de tartaruga enfeitada com contas, que é usado à cintura, preso por uma tira de couro. Apenas a Megis se pode besuntar com esta gordura.

Os Hain/omn de Namutoni festejam a iniciação da mesma maneira. As raparigas têm também de ir buscar um balde de água e um feixe de lenha, sendo depois a água do balde deitada sobre a cabeça da rapariga. Assisti a uma outra cerimônia em que as mulheres, ao dançarem, punham as mamas junto à boca da rapariga que, por sua vez, desviava a cara. Tal significava que ela já era adulta, pois recusava o peito.

## **OS JOGOS SEXUAIS DAS CRIANÇAS**

As crianças depois dos oito anos gostam de praticar jogos sexuais, na maioria das vezes, imitando os animais. Descobri uns uma vez no nosso quintal, sob um mamoeiro, ralhei-lhes e falei com os pais. Olharam para mim como quem não compreende nada e disseram-me que eram apenas crianças que, como tal, apenas brincavam. Sendo um jogo da natureza porquê que haveriam de se zangar. Depois disso alguns rapazes entraram na capoeira das galinhas e violaram as galinhas poedeiras, tendo morrido quatro delas. Fiquei zangada e chamei os rapazes à minha presença. Disse-lhes: "Se vocês sabem brincar aos adultos, então também podem trabalhar como homens". De castigo pus na mão de cada um machado e obriguei-os a cortar arbustos.

## A COBRA DE ÁGUA DE GUIGAB

Contaram-me sobre esta cobra o seguinte: junto às fontes de Guigab havia antigamente uma grande cobra que fazia com que a água jorrasse com força. Os habitantes da zona viam-na quase todos os dias, mas ela era-lhes sagrada e, como tal, ninguém lhe fazia mal. Quando o capitão dos Bosquimanos Johannes Krüger se mudou de Gaub para Guigab, o velho que guardava a cobra, avisou-o para não a matar. Krüger riu-se e matou-a. Na mesma noite a cabana do velho incendiou-se e logo depois morreram muitas crianças. Os habitantes da zona crêem que era a vingança da cobra e, como tal, abandonaram o lugar. Até alguns familiares de Krüger foram para Grootfontein. Com medo de que o mau presságio atingisse a família Krüger, acabaram por mudar de nome. As próprias fontes nunca mais jorraram como dantes. Eu tive a oportunidade de contar no local para cima de 100 campas de crianças. Não sei se não terão morrido por causa da chamada gripe espanhola de 1918? Perguntei a muitos Hain/omn que, contudo, continuaram a dar como causa da morte a vingança da cobra.

## ALGUMAS HISTÓRIAS CURIOSAS

### As cobras indiciam uma morte

O nosso primeiro filho foi um rapaz. Um bebé que fazia a nossa alegria diária, assim como a do avô Schatz. No dia antes do seu segundo aniversário, decidimos ir a Grootfontein para fazer uma fotografia e, depois, viajarmos até Palmfläche, onde moravam os meus pais e, com eles, passarmos o dia de aniversário. Era sábado e, como sempre, os Bosquimanos deveriam ir com uma carroça de água até ao cemitério da fazenda e aí encher os barris, dos quais depois, durante a semana, se tirava água para regar. De repente vieram do cemitério até nós a correr e a gritar: “Senhora, senhora, vai acontecer uma coisa muito má em Otjiguinas e brevemente haverá uma outra campa no cemitério”. À minha pergunta, porquê?, responderam-me: “Duas grandes cobras estão a lutar num dos barris e isso significa morte. Nós matámos as duas”. Acalmei-os e, não dando importância à história, fomo-nos embora. 14 dias depois o nosso filho estava a ser enterrado. Ele tinha apanhado difteria e o médico não descobriu logo a doença, tratando-o como se fosse uma infecção de garganta.

### **Naitjuse é enterrada**

Quando Naitjuse morreu, fomos buscar o corpo na manhã seguinte. Os Hain/omn estavam em grande luto. O seu neto //HOROGU era nosso empregado doméstico e disse-lhe que deveríamos enterrar a sua avó tão depressa quanto possível, pois com tanto calor, o corpo deteriora-se rapidamente. Era Novembro e Gustavo, como o chamávamos dentro de casa, disse-me que não podia ser. As mulheres tinham de cantar durante toda a noite e ainda no dia seguinte cantos fúnebres. Além disso os outros membros do clã, a trabalharem noutras fazendas, tinham de ser avisados. Perante novo aviso meu, para que o corpo não cheirasse mal, pôr-se-ia um ferro de engomar sobre o peito da defunta e pendurar-se-ia, numa árvore um segundo ferro. Tais objectos impediriam que o corpo se deteriorasse.

Como o corpo se tivesse, na verdade, deteriorado e os próprios Hain/omn não pudessem mais suportar o cheiro, na manhã seguinte dirigiram-se em procissão para o cemitério. O corpo havia sido colocado sobre uma carroça puxada por um burro. Pouco tempo durou a cerimónia fúnebre junto à cova, pois as varejas não os deixavam em paz. Depois do que aconteceu fiz de conta que nada sabia. Quando perguntei ao Gustavo quando a avó seria enterrada, disse-me gaguejando envergonhadamente que os ferros não haviam servido para nada, pelo que tiveram de enterrar a avó mais cedo do que pensavam.

### **Uma mulher Hain/omn foi fulminada por um raio**

O fio do nosso telefone passava pelo campo de milho. Uma vez choveu tanto que não podíamos ir para o campo com o tractor. Assim, as mulheres tinham de ir sarchar as ervas daninhas. Pouco depois de terem iniciado o trabalho, começou a chover e elas dirigiram-se para casa. No caminho um raio caiu entre elas e fulminou uma delas. As outras deixaram-na deitada e fugiram, em pânico, para a nossa casa. Chamámos o marido e fomos ao lugar do infortúnio. Quando chegamos o seu vestido ainda ardia. Com areia o meu marido e eu apagámos o fogo, enquanto o seu marido, com toda a calma, fumando cachimbo, nos disse: "Foi o desejo de //GAMAB". Com ela, na altura em que foi apanhada pelo raio, estava a sua filha casada, que tinha dois filhos pequenos. Esta, ao contrário do marido, estava aterrorizada e dizia que já tinha perdido a cara. Fechou-se na sua cabana com o rosto velado, deixando de cuidar do marido e dos filhos. Fui com um espelho até ela para lhe mostrar como ela continuava a ter rosto, ela, contudo, não reagiu. Uns tempos depois a sua Megis levou-a a ela e

aos filhos. Desde então o seu marido nunca mais viu os filhos. Foram provavelmente para o distrito de Outjo.

As mulheres diziam, após este acontecimento, que o fio de telefone havia zangado //GAMAB que, por isso, havia enviado o raio. A partir desse momento negavam-se a pisar o campo de milho, pelo que o meu marido se viu obrigado a mudar o curso do fio, voltando então tudo ao normal.

### O CIÚME

Duas raparigas apaixonaram-se pelo mesmo homem. Num sábado, aquando da distribuição de comida, estando todos juntos no terreiro para receber a sua ração, elas começaram a discutir. Os outros fizeram uma roda à volta delas, sem que alguém interferisse. A discussão subiu de tom e começaram a bater-se. Arranhavam-se, batiam-se, rasgavam os vestidos, pelo que, passado um bocado, estavam nuas. O homem, por sua vez, olhava-as divertido. Como ninguém as apartava, tentou o meu marido fazê-lo. Mas também não conseguiu. Apenas quando uma delas mordeu a mama da outra e arrancou um pedaço de carne, esta, com dores, desistiu. No dia seguinte nenhuma delas se lembrava de ter visto o meu marido a tentar separá-las. Elas estavam, na altura, completamente cegas de raiva.

### A CERIMÓNIA DA CHUVA

Num determinado ano esperávamos a chuva sem que esta desse sinais de si. Os Hain/omn e nós próprios estávamos muito preocupados, pois o gado já tinha falta de pasto. Os homens velhos hain/omn diziam-nos: "Aqui só /Garugu, o grande curandeiro, nos pode ajudar". Aceitámos a proposta e, à noite, lá estávamos todos à volta da fogueira. /Garugu, com o seu ornamento, encontrava-se no meio do círculo. Pôs pólvora num recipiente de chapa, colocou brasas por cima e a pólvora começou de imediato a arder e a fazer fumo. Primeiro mostrou às mulheres a pólvora a arder e depois aos homens. Depois olhou para todas as direcções do céu como se procurasse algo. Depois disso atirou as brasas outra vez para a fogueira e a pólvora deixou de arder e de fazer fumo. Passou a curar todos os doentes presentes, o que durou naturalmente algum tempo. Quando se inteirou que não havia mais doentes presentes, tirou as suas jóias, ficando apenas com os calções, tendo, porém, nas mãos penas de avestruz. Correu uma vez na direcção do sol nascente e depois do sol poente, demorando-se

muito na floresta. Enquanto isso as mulheres cantavam e batiam palmas muito alto sem qualquer pausa. Depois de um longo período regressou da floresta, de tal forma cambaleante que teve de ser amparado e guiado até que acordasse do estado de êxtase. Dançou à minha volta e deu a sentir as penas de avestruz que estavam completamente secas. Os outros também as deviam tocar. Depois disso dirigiu-se à fogueira para onde deitou as penas. De repente começou a ouvir assobios no fogo e das penas escorriam gotas de água. Disse-nos que estas seriam as gotas de chuva tão desejadas. Era-me tudo estranho. Tratar-se-ia de hipnose? O certo é que no dia seguinte choveu.

### **A INICIAÇÃO DE RAPAZES (KNABENWEIHE) E A CURA DE INFERTILIDADE (KINDERLÖSIGKEIT)**

Estas duas cerimónias tiveram lugar numa só noite e /Garugu havia-me convidado para assistir às mesmas. Os rapazes exercitam-se cedo nas artes de correr, de arremesso com arco e flechas e com catapulta (Katapult). Quando um rapaz muda de voz e os mamilos incham é sinal para os Hain/omn de que é a altura para a cerimónia de iniciação. Antes de a festa ter lugar, o seu corpo é todo coberto de pó e, na companhia de um homem, antes do nascer do sol, é levado para a floresta. Fazem-no a correr. Vendo um animal de caça, o jovem deve matá-lo e, caso o consiga, deve trazer a carne para a oferecer aos mais velhos. Ele apenas pode comer a carne das costelas, onde o coração está alojado, sendo-lhe a restante carne tabu. Chegando ao acampamento os mais velhos esfregam-lhe a barriga com a carne e salpicam-no com água. Naturalmente que uma tal festa apenas tem lugar se o rapaz conseguiu ultrapassar os obstáculos impostos ou previstos.

Hoje os rapazes já não podem caçar animais selvagens com a mesma facilidade de antigamente. Têm, porém, de passar por uma prova como, por exemplo, construir armas e armadilhas, caçar lebres, matar pássaros com a catapulta e apanhar, com armadilhas, galinhas-de-angola.

Na noite da iniciação sentavam-se as mulheres de um dos lados e, à sua frente, os homens. Formavam, como sempre, um círculo. Junto dos homens sentavam-se os dois rapazes a serem iniciados. Tinham por volta de 15 anos os dois. Numa espécie de banco sentavam-se /Garugu, Axuhege e um outro curandeiro; este desconhecido. Tinham todas as suas jóias. No meio crepitava uma fogueira.

As mulheres e os homens começaram a cantar. Apenas as mu-

lheres acompanhavam os cânticos com palmas. Os curandeiros dançavam no meio do grupo. De repente /Garugu abandonou o seu lugar, enquanto os outros dois curandeiros continuavam a dançar, pôs a mão sobre a cabeça das mulheres casadas, apalpando as suas mamas e metendo a mão debaixo das suas saias. Durante este tempo os rapazes permaneceram quietos junto dos homens. /Garugu procurou então a mulher que sofria de infertilidade, apalpando o seu corpo, metendo a mão várias vezes debaixo da saia e, de repente, parece ter encontrado qualquer coisa que manteve escondido nas duas mãos. Após este episódio, começou a cambalear como se estivesse bêbado, os músculos começaram a ficar tensos e, por fim, entrou em êxtase. Manteve, contudo, as mãos fechadas. O curandeiro desconhecido agarrou-o pela cintura, pois ele parecia que caía. Depois disso, a cambalear, dirigiram-se ambos para a floresta. Aí /Garugu abriu as mãos e deitou fora a peçonha que elas continham e escondiam. Ainda dançando, regressaram os dois ao círculo. Os três estiveram um momento quietos, enquanto as mulheres continuaram a cantar. Durante a dança /Garugu colocava, de vez em quando, as mãos sobre a cabeça dos rapazes. A dança dos curandeiros tornou-se mais violenta por volta da meia-noite, quando a lua se levantou. /Garugu mexia nas mulheres, a sua atenção, porém, demorava-se na que era infértil. Apanhou um pau que ardia e marcou os dois peitos da mulher, de ambos os lados, com queimaduras. Depois disso meteu a cabeça debaixo da sua saia e permaneceu, nesta posição, algum tempo. Deitou, depois disso, ervas para a fogueira. Os três curandeiros entraram em êxtase e deitaram-se sobre as brasas da fogueira. /Garugu encontrou ainda algumas coisas más na mulher que deitou fora, para a floresta. A cerimónia durou até ao amanhecer. Depois dela os rapazes passaram a pertencer à comunidade dos homens. A mulher mudou-se da fazenda pouco depois e acabei por não saber se a cerimónia curativa havia resultado.

## O CASAMENTO

Quando um par deseja casar, o homem tem de primeiro perguntar à mãe, à Megis e, de preferência, também à avó se o pode fazer. O casamento é uma questão de mulheres, pelo que não se tem de pedir ao pai. Sem a permissão da mãe e da Megis o par não pode casar, mesmo que já tenham uma criança. Importante é também a benção dos parentes do lado materno. Um jovem contou-me uma vez que se a resposta não é logo dada, pelo que o interessado vai perguntando sempre até que, cansadas com a insistência, acabam por dizer

que sim. Através de presentes também se pode, por vezes, conseguir o requisitado consentimento. O casamento não é uma grande festa. Para as raparigas Hain/omn a grande festa é a iniciação.

### **\ /GARUGU SENTIU O SEU FIM A APROXIMAR-SE**

A 29 de Setembro de 1986 alguns Bosquímanos foram chamar-nos a Tsumeb, onde entretanto vivíamos. “/Garugu chamou Hatsuni (a mulher que passou a cuidar dele) e disse-lhe que ele estava no fim e que iria morrer. Ela deveria chamar toda a população, de quem ele se despediu, pedindo que cumprimentassem por ele o Senhor e a Senhora e lhes pedissem que tratassem dos filhos! Ele não sobreviveria ao pôr-do-sol do dia seguinte. Tinha chegado a altura em que ele se tinha de ir embora.

No dia seguinte dirigimo-nos, Wolfgang e eu, para a fazenda. Encontrámos /Garugu sentado na sua palhota, olhando para o infinito e não reagindo a nada. Estava sentado como se estivesse morto. Falámos para ele, tocámos-lhe, chamámo-lo pelo seu nome, mas ele não reagiu. Depois de um certo tempo, já nos dispúnhamo-nos a ir embora, chamei-o uma vez mais pelo seu nome e, de repente, ele pareceu ganhar vida. Olhou em volta admirado, reconheceu-nos e com o rosto totalmente radiante disse-nos: Ei, Senhor e Senhora vieram”. “Sim”, disse eu, “e trouxemos um bocado de sopa que deves comer imediatamente, para que fiques bom!” Ele, ainda radiante, disse-nos então: “Eu já ia a caminho do meu //GAMAB, mas, a meio do caminho, voltei para trás. Ei, ei!”

## O PRIMEIRO DISCURSO PARLAMENTAR DE ALEXANDRE HERCULANO: A QUESTÃO DE CASAMANSA

Ivo Carneiro de Sousa\*

Fundador, para muitos, da moderna história portuguesa, o legado referencial de Alexandre Herculano no plano da historiografia visita-se fundamentalmente nos domínios dos estudos medievais, suficientemente valorizados pelo seu incansável trabalho de investigação para, a partir da renovação das suas problemáticas e monumentos, procurar erguer uma nova ideia do passado de Portugal. Dos temas do municipalismo à ideia forte de uma edificação essencialmente política, e não providencial, da independência nacional, passando pela reconstrução da importância de um «braço» popular enquanto fator também do processo histórico, são várias e incontornáveis as discussões relevantes que, entre outros trabalhos historiográficos, se acolhem e sistematizam na sua célebre *História de Portugal*, publicada originalmente entre 1846 e 1853, reflectindo paradigmaticamente essa recuperação do nosso passado medieval enquanto período fundamental da formação independente de um sólido e antigo Estado-Nação. Como se a produção historiográfica de Alexandre Herculano não tivesse cuidado das energias e do tempo necessários para problematizar outros períodos do devir nacional, nomeadamente essa época de aventuras marítimas e impérios coloniais que muitos outros historiadores, igualmente no seu tempo, gostavam de agitar como a verdadeira «época de ouro» que explicava o destino de Portugal. Uma ideia que se deve matizar seriamente, nomeadamente sempre que o historiador se mostrou também um político activo. É o que ocorre durante a sua breve participação no Parlamento português, entre 1840 e 1841.

Quando se encerra a década de trinta do século XIX, Alexandre Herculano era já uma personagem bastante considerada nos meios políticos e cultivados do país. Depois da sua passagem pela redacção do muito lido *Panorama* e de assumir, em 1838, a direcção do *Diário*

\* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

do Governo, Herculano vê-se nomeado, no ano seguinte, pelo rei D. Fernando, director das bibliotecas reais da Ajuda e das Necessidades, cargo fundamental para as facilidades das suas investigações e para o acesso dirigente que sempre manteve noutras bibliotecas e arquivos espalhados pelo país. Consagrações que garantem a sua eleição para deputado em 1840, ocupando-se praticamente ao longo de um ano de várias tarefas políticas parlamentares. Geralmente, costuma exornar-se a brevíssima actividade parlamentar alexandrina pela sua interessada participação na comissão de Instrução Pública, trabalhando mesmo em alguns documentos legislativos críticos importantes como a reforma da Escola Politécnica e do Colégio dos Nobres<sup>1</sup>. Quase desconhecida é a sua intervenção política nas sessões parlamentares, aqui se procurando visitar e publicar precisamente a sua primeira alocução no parlamento. Na sessão de 4 de Julho de 1840, Herculano entende dever estreitar-se oficialmente como tribuno parlamentar, solicitando demoradamente o direito ao uso da palavra para, através de um discurso indignado, mas culto e cuidado, tratar da *questão de Casamansa*. É esse discurso que, pouco conhecido<sup>2</sup> e ainda menos estudado<sup>3</sup>, agora se reedita, até porque se trata de uma intervenção política aberta a diferentes sugestões de investigação, como é o caso daquelas interessadas em avaliar as comunicações entre historiografia liberal e ideologia colonial no contexto do pensamento político e cultural português oitocentista.

Organizando rapidamente os principais temas e preocupações da primeira intervenção parlamentar de Herculano, não deixe de se sublinhar que o texto a seguir publicado não se adequa rigorosamente à leitura, visto tratar-se, originalmente, de uma comunicação que tem uma produção política imediata, oral e forte, procurando suscitar reacções também imediatas, tanto políticas como emotivas, no âmbito do parlamento liberal da primeira metade do nosso século XIX. Cursa-se, assim, de uma comunicação para ser ouvida em contexto da luta política e partidária parlamentar. Situação que não impede, porém, a indicação sumária de algumas possíveis chaves para a compreensão da estrutura deste discurso propositadamente inflamado, mas criteriosamente arranjado tanto na sua arquitectura retórica (em *crescen-*

<sup>1</sup> HERCULANO, Alexandre, *Opúsculos*, VIII.

<sup>2</sup> A intervenção parlamentar de Alexandre Herculano foi publicada por DUARTE, Fausto, *Alexandre Herculano e a Guiné Portuguesa*, in «Boletim Cultural da Guiné», Bissau, vol. 4 (1949), n.º 16, pp. 724-735. Na nossa edição seguimos, no fundamental, as lições desta publicação que foi, no entanto, revista criticamente, optando-se também por actualizar e organizar a transcrição parlamentar original da intervenção de Herculano.

<sup>3</sup> Algumas referências à intervenção política parlamentar de Alexandre Herculano podem encontrar-se num trabalho fundamental para compreender o contexto da situação colonial discutida no seu discurso: ESTEVES, Maria Luísa, *A Questão de Casamansa e a delimitação das Fronteiras da Guiné*, Lisboa, 1988.

do, diríamos), como também nas suas lições políticas e históricas.

O domínio geral da intervenção parlamentar de Alexandre Herculano destaca-se imediatamente nas suas palavras iniciais, esclarecendo *que o Governo tem deixado piorar a situação das nossas relações estrangeiras. É porque sendo o procedimento da França a nosso respeito muito semelhante nessa época, ao da Inglaterra, o ministério de então calava e dormia sobre isso, (apoiados) como o actual parece ter calado e dormido sobre muitos outros negócios.* O problema a que alude Herculano é precisamente o da concorrência e presença, entendida como invasão (*Falo da violação do nosso território em Guiné*), dos franceses na região do rio Casamansa, na Senegâmbia, concretizando-se a partir de 1836 com o estabelecimento de várias feitorias comerciais. A questão não tinha, a seu ver, suscitado a indignação e pronta actuação do governo português, da mesma forma que não havia igualmente sublinhado a intervenção decidida dos meios parlamentares, entre os quais se recenseavam mesmo sensibilidades políticas e deputados que não entendiam os estabelecimentos franceses na região de Casamansa como um verdadeiro «problema nacional».

Alexandre Herculano vê-se, por isso, obrigado a recordar criticamente na sua intervenção a posição infeliz e quase «ignorante» de um deputado pela Madeira: *Aproveito esta ocasião para fazer algumas reflexões sobre o discurso de um Sr. Deputado pela Madeira, que falou na sexta-feira passada. S. Ex<sup>ca</sup>. disse que este negócio de Casamansa é um daqueles que soam muito e valem pouco: disse que era bárbaro o nome de Casamansa; disse, enfim, que a França dizia ter direito aqueles territórios, e que a ele não lhe importa esta questão. Se o Sr. Deputado entende que perdermos tantas léguas de costa de uma província nossa nada vale, eu entendo que vale muito, não só por ser terra portuguesa, como pelo grande trato que ali pode haver, quando olharmos ou pudermos olhar seriamente o Ultramar.*

Não é necessário acompanhar minuciosamente esta primeira parte do discurso parlamentar alexandrino para se perceber que a *questão de Casamansa* é, sobretudo, um ponto de partida exemplar mais do que uma realidade temática, convocado enquanto paradigma da desastrosa política colonial portuguesa, mas entendida, sobretudo, como espelho da política nacional. Com efeito, não se descobre ao longo da intervenção política de Herculano uma verdadeira «dissertação» sobre o problema da presença e colonização portuguesa da Senegâmbia, inventariando rigorosamente a dramática situação colonial e adiantando alternativas de administração e organização políticas para esse território que, dete modo, funciona como um caso da política ultramarina portuguesa. Um caso, inclusive, nos horizontes

de 1840, quase atrasado. Desde finais do século XVIII que a concorrência inglesa irrompera na região da Senegâmbia, chegando mesmo, sem sucesso, a procurar colonizar a ilha de Bolama, datando de 1828 as primeiras instalações sérias de franceses na ilha dos Mosquitos e, a partir de 1835, apesar da oposição do célebre Honório Pereira Barreto, desenvolve-se de forma incontornável a definitiva ocupação comercial e militar francesa da Casamansa<sup>4</sup>. Alexandre Herculano não se preocupa em inventariar esta cronologia das concorrências, da mesma forma que não parece querer dispendir energias oratórias com a descrição da caótica governação colonial portuguesa da Guiné que infirmaria os planos grandiosos de Pereira Barreto para a construção de uma Senegâmbia portuguesa<sup>5</sup>.

É evidente que a intervenção de Herculano ressalta também dessa demorada conflitualidade partidária, política e social que, entre 1838 e 1841, vai opondo setembristas e cartistas, derrubando ministérios atrás de ministérios, mas não se esgota nestas contradições. Pelo contrário, o seu discurso trata de procurar afastar o combate partidário dos domínios do colonial, erigindo este em tema verdadeiramente nacional de profundas raízes históricas: *é realmente de reparo que de não sei quantos ministérios tem havido em Portugal desde 1837, nenhum visse a importância da fundação de uma feitoria francesa no Casamansa; ninguém visse que um tal estabelecimento faria desaparecer o que temos ainda em Guiné, e que essa pedra engastada na coroa portuguesa por D. João II o título de senhorio da Guiné, cairia enfim dessa coroa, já tão empobrecida pelo desleixo e mau governo dos sucessores de D. Manuel.*

A partir destas declarações, vamos descobrindo já não uma intervenção partidária ou, em sentido restrito, «política», mas antes uma comunicação de comoção cívica que, vibrante e interrogativa, se quer transformar em lição política do presente a partir das lições maiores da história do passado português. Uma estratégia discursiva naturalmente eivada de retóricas recorrentes na apropriação «virtuosa» do passado enquanto guia moral do presente (*estão tão amortecidas as virtudes do velho Portugal, a singeleza, a generosidade, e a prudência de nossos avós*), mas que se mostram fundamentais para

<sup>4</sup> ESTEVES, Maria Luísa, *ob. cit.*, pp. 68-69.

<sup>5</sup> Nascido no Cacheu em 1813, provedor desde concelho até se tornar governador interino da Guiné, até 1839, Honório Pereira Barreto mostra-se uma das testemunhas fundamentais da eclosão de uma nova ordem da concorrência internacional nessa região entre a foz do Casamansa e o rio Grande que gostava de designar por Senegâmbia (WALTER, Jaime, *Honório Pereira Barreto. Biografia. Documentos*, Bissau, 1947). Levava-nos muito longe a discussão sobre a construção da ideia de uma Senegâmbia portuguesa na acção e na obra de Honório Pereira Barreto. Indispensável se mostra visitar criticamente a sua *Memória sobre o Estado da Senegâmbia Portuguesa, Causas da sua Decadência e Meios de a Fazer Prosperar*, trabalho escrito em 1842 e publicado em 1843.

Alexandre Herculano discutir os direitos coloniais portugueses justamente na base da história e, em particular, da prioridade da descoberta, o princípio que se procura aplicar à questão de Casamansa, enquanto *caso* também das novas relações internacionais.

Deste modo, na longa discussão em torno das nossas comunicações com as grandes potências epocais, principalmente a França e a Inglaterra, não deixa de ser significativo que Herculano demonstre uma lúcida compreensão da alteração definitiva das relações internacionais, marcadas sem retorno por uma ideia de progresso que, aplicada à colonização da África, obrigava a um desenvolvimento geral das suas potencialidades comerciais. Alguma coisa que este Portugal de Passos Manuel ou do visconde de Sá da Bandeira não conseguia transformar em mobilização política e económica, tanto interna, como ainda mais sentidamente externa. Leiam-se, por isso, algumas das passagens mais contundentes do discurso alexandrino com um claro duplo sentido, como aquele em que se sintetizam as relações anglo-lusas numa espécie de metáfora também sobre a tradição e o progresso: *Alguém disse em Inglaterra que nós eramos traficantes de escravos, e devedores de má fé: alguém disse em Portugal que os Ingleses eram um povo vil e infame, e que a sua história não oferecia um só feito de virtude ou de heroicidade.*

A intervenção de Herculano não pode deixar de seguir este caminho de uma história heróica, a do passado, diante de um presente cada vez mais cheio de dificuldades económicas e sociais, tanto metropolitanas como nos territórios colonizados por Portugal. Incluindo a região da Senegâmbia, cujas transformações económicas e comerciais não tinham sido acauteladas pelas difíceis administrações coloniais locais, falhas de homens, equipamentos, incapazes mesmo de pagar administradores e soldados<sup>6</sup>. Em rigor, o processo de transformação das estruturas de produção na África Ocidental é mesmo anterior à política abolicionista britânica (subtilmente aludida por Herculano), a partir de 1807, conquanto tenha precipitado este processo de transformação que se multiplica com o desenvolvimento do óleo de palma, a partir do delta do Níger, rapidamente estendido à Costa do Ouro e ao Daomé<sup>7</sup>. Da mesma forma, cultivado desde 1830

<sup>6</sup> Nesta altura em que alguns meios políticos portugueses se indignavam com a questão de Casamansa, os soldados de Bissau e Cachéu recebiam como pagamentos mensais cinco arratéis de tabaco podre ou, em alternativa, quatro frascos de aguardente, a que se somava uma barra de ferro, o que ajuda a explicar a descrição dramática de Senna Barcelos: *rotos, descobertos, esfaimados, cambaleando entre a miséria e a crápula, insultados pelos gentios até dentro dos muros da praça* (BARCELOS; Cristiano José de Sena, *Subsídios Para a História de Cabo Verde e Guiné*, in «História e Memórias da Academia das Ciências», Lisboa, 1906).

<sup>7</sup> WALLERSTEIN, Immanuel, *L'Afrique et l'économie-monde*, in «Histoire Generale de l'Afrique», VIII, Paris, 1998, p.55.

na costa da Alta Guiné, o óleo de amendoim expande-se rapidamente na Senegâmbia, concorrendo para esse processo de integração da produção e das populações locais na economia-mundo comercial, obrigando a destacar o papel dos comerciantes europeus substituindo nos portos os intermediários locais. Também as medidas anti-esclavagistas da França, a partir de 1831, acompanhavam um declínio irreversível do comércio esclavagista que, depois mantido clandestinamente a escala reduzida até 1850, tantas vezes com a participação de traficantes portugueses, firmava as transformações económicas que alteraram definitivamente tanto os interesses como as formas de concorrência das potências europeias dominantes na África Ocidental.

Em termos fortes e eloquentes, por vezes com argúcia e inteligência, a primeira intervenção parlamentar de Alexandre Herculano trata de convocar o caso da questão de Casamansa para, verdadeiramente, discutir o papel de Portugal no renovado concerto da concorrência internacional. Que não se percebe e caracteriza rigorosamente. Que não se presentifica também. Modificações das relações políticas e económicas internacionais que se procuram enfrentar com as lições morais da história e a prioridade de uma história portuguesa feita de aventuras oceânicas e expansões comerciais. Trata-se, afinal, dessa «época de ouro» que quase não entrou na historiografia de Herculano, mas que parece ter invadido, ontem como hoje, a intervenção política nos processos do presente. Visite-se, por isso, a intervenção de Herculano, fixada em texto que merece estudo atento e uma investigação aberta a diferentes perspectivas e leituras disciplinares.

### **Diário da Câmara dos Deputados: sessão de 6 de Julho de 1840**

A palavra é concedida ao deputado Alexandre Herculano:

«Senhor Presidente, erguendo-me para dar a minha opinião sobre as graves questões que se têm ventilado nesta Câmara, eu, deputado até aqui silencioso, vejo-me finalmente no estreito passo que sempre temi antes de me assentar numa destas cadeiras, para obter a qual ninguém ousara dizer que eu gastasse uma rogativa, uma carta, ou uma palavra, numa destas cadeiras, que tanto ambicionam, sem se lembrarem de que elas se convertem em instrumento de martírio, se não as queremos tornar recordação de remorsos, que nos acompanhe por todo o resto da vida.

É esta terrível escolha, a escolha entre os affectos do coração e as convicções do entendimento, que me cumpria fazer hoje, tendo de censurar o ministério, no qual há um homem a quem devo grandes obrigações, e mais que obrigações, antiga amizade.

Se alguns serviços eu fizer nesta Câmara à minha pátria que ela não mo agradeça; mas agradeça-me o sacrificio que hoje faço do mais santo dos affectos humanos, a boa e leal amizade (*Grande atenção*).

Da exposição do illustre Deputado, o Sr. J. A. de Magalhães, vi eu (e ainda vejo, porque as razões dos Srs. Ministros, que já falaram, não me satisfizeram) que o Governo tem deixado piorar a situação das nossas relações estrangeiras.

Procederia isto da inabilidade do Ministro ultimamente encarregado deste ramo da Administração?

Esqueceria ele o bem do país para só cuidar que das mãos lhe não caísse este pomo do bem e do mal, tão tentador e formoso, chamado a pasta de um ministério? Será a culpa de um ou de todos?

Não sei: o que me importa é o facto para o haver de censurar como devo, visto que os meus constituintes me mandaram para este lugar. Mas esta censura não cai sobre o ministério actual: cai também sobre o que o precedeu, porque se no tempo daquelle houve descuido (ao que parece) sobre muitos e importantes negócios, antes o tinha havido também sobre um igualmente qualificado gravissimo. E recordo-me do que há muito é passado, porque sobre os homens da minha crença política se lançaram cruéis acusações de falta de patriotismo; porque eu vi publicadas as candidaturas cartistas nos jornais que advogam a causa da revolução permanente, asseladas com o ferrete da lista inglesa.

O governo que precedeu o actual, pareceu desenvolver uma grande energia contra as exigências da Inglaterra. Escreveu notas, publicou-as, concitou os ânimos, e mostrou querer convocar a Nação para uma grande luta em que ao menos acabasse com glória.

Este pensamento, se fosse o que presidiu aos actos desse governo, teria sido não prudente, mas ao menos nobre e generoso.

Mas o ministério de então, não tinha por alvo senão uma falsa popularidade: (*apoiados*) não tinha por objecto senão desacreditar o partido a que ele não pertencia, e que de boa fé aconselhava a moderação. (*muitos apoiados*)

E porque se deve crer que isto não passava de uma tática (porventura desleal) de partido?

É porque sendo o procedimento da França a nosso respeito muito semelhante nessa época, ao da Inglaterra, o ministério de então calava e dormia sobre isso, (*apoiados*) como o actual parece ter cala-

do e dormido sobre muitos outros negócios.

Falo da violação do nosso território em Guiné.

Sr. Presidente, eu não sei qual seja pior: se insultar a nossa bandeira e tomar os nossos navios, se violar território de uma província portuguesa, e declarar em seguida que esse território pertence a quem o violou. (*apoiados*) De todos os Srs. Deputados que tocaram neste assunto, o único que se mostrou plenamente instruído, quanto ao facto, foi o Sr. Sá Nogueira; mas ele passou muito de leve sobre as circunstâncias diplomáticas, que posteriormente acompanharam este negócio.

Aproveito esta ocasião para fazer algumas reflexões sobre o discurso de um Sr. Deputado pela Madeira, que falou na sexta-feira passada. S. Ex<sup>a</sup>. disse que este negócio de Casamansa é um daqueles que soam muito e valem pouco: disse que era bárbaro o nome de Casamansa; disse, enfim, que a França dizia ter direito aqueles territórios, e que a ele não lhe importa esta questão. Se o Sr. Deputado entende que perdermos tantas léguas de costa de uma província nossa nada vale, eu entendo que vale muito, não só por ser terra portuguesa, como pelo grande trato que ali pode haver, quando olharmos ou pudermos olhar seriamente o Ultramar. O dar como razão do seu desprezo, o ser bárbaro o nome de Casamansa, apenas merece resposta. Bárbaros são quase todos os nomes das nossas províncias ultramarinas, e nisso não vejo eu motivo para as entregar a quem nos quiser tomar conta delas.

Finalmente, será às Cortes de Madrid, às Câmaras de Paris e de Londres, ou a nós, Deputados da Nação Portuguesa, que incumbirá defender os direitos de Portugal? A nós, a quem as cinzas dos nossos antigos cavaleiros bradam dessas praias remotas: *Que fazes do legado de glória que vos herdamos; que fazeis do edificio alevantado por nós e amassado com o nosso sangue?* (*apoiados*)

Sr. Presidente: que se devia ter feito neste negócio?

Não o desprezar.

Reclamar à França, com moderação e firmeza, uma, dez, cem vezes.

O mesmo que se devia ter feito com a Inglaterra.

Mas a respeito desta fez-se muito ruído, e pouca obra; a respeito daquela, nem obra nem ruído.

O partido cartista foi acusado de estar vendido à Inglaterra, porque de boa fé aconselhava a moderação, e ao mesmo tempo que se não cessasse, por todos os meios, na negociação de procurar obter justiça.

Não teria ele o direito de acusar o partido contrário, que go-

vernou o país em 37, 38, 39, e que não só calou à Nação o negócio da Guiné, mas abandonou às pretensões do Governo Francês uma província nossa; não teríamos nós, digo, o direito de acusar esse partido de estar vendido à França.

Não, Sr. Presidente.

Mil vezes, não!

E porquê?

Porque os parricidas são raros, e o vender a Pátria é o mais atroz parricídio. Esse crime comete-o um homem, dois homens, nunca um partido inteiro! (*vivíssimos e prolongados apoiados*) É preciso que por uma vez nos persuadamos de que, com os princípios mais absurdos, e ainda mais altamente antisociais, se pode ter virtude e honra, porque esses princípios podem provir tanto de erro de entendimento, como de um ânimo danado. Dizer que qualquer partido é corrupto e infame porque o vender a Pátria é a maior das corrupções e infâmias é dar o mais claro argumento de deslealdade política.

De um lado da Câmara tenho eu ouvido confessar que o partido do absolutismo conta no seu seio muitos homens honestos e probos. Porque, pois, negarmos a nós, homens liberais; a nós, expressões diversas de um único pensamento, o do futuro, o que concedemos aos representantes das ideias do passado, que já nem sequer se apoiava sobre as instituições primitivas?

O que, em verdade, se pode dizer dos dois partidos constitucionais é, que em ambos eles, como em todos, estão tão amortecidas as virtudes do velho Portugal, a singeleza, a generosidade, e a prudência de nossos avôs. Mas desta decadência à preversidade de vender a Pátria há uma distância incomensurável. Nem os homens da revolução quiseram vender Portugal à França, nem o partido cartista o quis vender à Inglaterra, nem nenhum Ministério passado, presente ou futuro, o vendeu ou venderá a ninguém. (*Vivíssimos apoiados*)

E se aí houvesse quem ousasse, a Nação se ergueria como um só homem e esmagaria os infames que atraíçoassem a terra da sua infância; que chamassem os estrangeiros a calcarem, como senhores, as glebas que cobrem as cinzas dos nossos pais! (*muitos apoiados*)

Depois, nós iríamos afiar as armas nas campas dos valentes de Aljubarrota; e pelejaríamos até ao último de nós cair moribundo pela independência nacional!

Sr. Presidente: nestas cadeiras, naquelas e em essas outras sentam-se homens que, juntos, combateram nas linhas do Porto; juntos velaram noites longas e dolorosas; juntos viveram dias de fome e de sangue; juntos olharam para um futuro tenebroso, e muitas vezes desacompanhados de esperança, sem que nunca imaginassem que

houvesse entre eles quem vendesse os seus companheiros de armas.

Como é pois possível que hoje irmãos reneguem da confiança em seus irmãos?

Penhor do procedimento presente seja o procedimento passado.

Qual de nós pertenceria a um partido, que não tivesse por bandeira *Independência e liberdade?* (*Vozes: muito bem, muito bem!*)

Sejamos, embora, injustos, uns para os outros, já que os ódios dos bandos civis assim o quiseram, mas não levemos essa injustiça a ponto de querer desmentir com palavras o mais alto brado da própria consciência. Firme nos ditames desta, eu direi algumas coisas que me parecem grandemente verdadeiras, sem me importar se com isso ganho ou perco uma vã popularidade, em que tantos têm posto unicamente a mira (*apoiados*)

Aludo à questão inglesa.

Quando entre duas nações se levantam discórdias, sucede o mesmo que entre dois bandos inimigos. As duas nações insultam-se e caluniam-se; e as calúnias e insultos terminam por guerras, em que tanto o vencedor como o vencido têm amarguras que padecer, lágrimas que derramar, herança de males de demorada cura.

Isto é a história do passado.

Os ingleses têm-nos caluniado e insultado: nós temos insultado e caluniado os ingleses. Nós devemos-lhe uma avultada soma, que constitui a parte das suas reclamações que nós próprios julgamos bem fundadas; eles devem-nos as violências que contra nós têm cometido, principalmente nos mares de África. Nós devemos-lhe libras esterlinas; eles devem-nos justiça e desforço.

Ambas as Nações têm motivos para muitos queixumes: ambas têm razões, boas ou más, para oferecer em abono da sua causa. Não é a bondade ou pouca valia desses motivos: e razões que eu hei-de avaliar aqui.

É da sumidade da civilização actual que devo e quero considerar este grave negócio.

O espírito da nossa época, visivelmente, é o de substituir a força intelectual à força bruta; os combates do raciocínio aos da lança e da espada; a discussão aos pelouros e às baionetas.

É por isso que nós os cartistas preferimos as negociações à guerra, e os argumentos às injúrias; o pensamento da nossa época, ao pensamento da Idade Média.

Nós compreendemos o progresso da civilização!

Alguém disse em Inglaterra que nós eramos traficantes de escravos, e devedores de má fé: alguém disse em Portugal que os Ingleses eram um povo vil e infame, e que a sua história não oferecia

um só feito de virtude ou de heroicidade.

Pergunto eu agora: serão verdadeiros estes ditos? Será verdadeiro algum deles? Pergunto mais: devem duas Nações contar-se como duas prostitutas embriagadas?! Porque se acusa o povo português de ser traficante de escravos, quando apenas 20, 30 ou 40 navios andam nesse detestável tráfico de carne humana e servidão; quando esses mesmos 20, 30 ou 40 navios são tripulados por gente de diversas Nações? (*muitos apoiados*)

Portugal conta três milhões de habitantes; talvez dois milhões deles nunca vissem um preto da Costa de África. Como, pois, se ousa entornar a ignomínia de 100 ou 200 homens sobre três milhões de indivíduos? (*numerosos apoiados*)

É certo também que, parte por má administração de vários ministérios, parte por falta de recursos, Portugal tem deixado de pagar as suas dívidas. Mas a culpa da fortuna de uns poucos de homens deve lançar-se em conta de uma Nação para acusar de imoralidade nacional? Porque se acusa, pois, o povo português de ser um devedor de má fé?

Agora quanto à Inglaterra. Para que afirmar que o povo inglês é vil e infame, porque o seu governo pratica violência connosco? Sr. Presidente: eu sei que há indivíduos, que há famílias infames; mas lançar este labeu sobre uma Nação inteira, é um solene absurdo; é caluniar o género humano.

Não há nações infames!

Eu não ousaria dar tal nome a essa mesma que sem pátria vagueia na terra, debaixo do peso da maldição de Deus. (*vivos aplausos*)

Com a história moderna na mão poderíamos dizer que nenhuns fastos apresentam páginas mais brilhantes que os nossos; nenhuma página mais negras, ou escritas com sangue, que os ingleses.

Isto seria verdade. Mas asseverar que a história de Inglaterra não oferece uma só façanha, um só feito que revele a alta e robusta virtude, é mostrar completa ignorância dessa mesma história. É desonrar-nos a nós querendo desonrar os nossos opressivos credores. (*apoiados*)

Pagar o que devemos; reluctar com boas razões; com provas, e não com injúrias, contra as exigências injustas de Inglaterra, eis o que se devia ter feito sem cessar; eis o que se deve fazer. Mas dirá alguém: se a moderação, e a firmeza, as provas e as razões nada prestarem para com o governo inglês? Se ele prosseguir no seu caminho de violência e de orgulho? Se ele, apesar de tudo, quizer sujeitar Portugal a condições desonrosas? Então restará convocar a Inglaterra para uma luta de morte. Restará o hastear o pendão negro no cimo das nossas

montanhas, nos topos dos mastros dos corsários que comprarmos com o produto de tudo quanto possuímos. E morrendo, digno de nossas tradições gloriosas, este povo, grande ainda no último momento da sua existência política, herdará na história o longo brado de agonia de uma nação que morre. E este brado será de maldição contra os seus destruidores. E Deus e a posteridade julgarão Portugal e a Inglaterra! (*vivos e prolongados apoiados*)

Sr. Presidente: são tão conhecidos os motivos das nossas dissenções com os ingleses, que eu julgo ocioso o que já muitas vezes, e muito bem está dito. Baste o que fica apontado para se ver qual é, em geral, a minha opinião a este respeito.

Serei mais individual pelo que respeita à França sobre a questão de Guiné.

É realmente de reparo que de não sei quantos ministérios tem havido em Portugal desde 1837, nenhum visse a importância da fundação de uma feitoria francesa no Casamansa; ninguém visse que um tal estabelecimento faria desaparecer o que temos ainda em Guiné, e que essa pedra engastada na coroa portuguesa por D. João II o título de senhorio da Guiné, cairia enfim dessa coroa, já tão empobrecida pelo desleixo e mau governo dos sucessores de D. Manuel. O que, porém, sobretudo me espanta, Sr. Presidente, é que nem o último Ministro dos Negócios Estrangeiros nem o seu antecessor respondessem cabalmente à nota do conde Molé em que esse afamado Ministério pretendia sustentar a prioridade do domínio francês, não só nas margens do Casamansa, mas também em toda a Costa de Guiné, sem exceptuar os presídios de Cacheu e Bissau.

Suas Exa., cujas tradições de família devem remontar às boas eras de Portugal, porque eu creio que ambos contam nomes ilustres e históricos entre seus avós; Suas Exas., cujo saber é indubitável, não sei se tomarão a mal, que eu, homem obscuro, que não posso associar o meu nome a antigas recordações, porque nasci entre essas turbas plebeias que passam desprezadas na terra que eu, pobre pátria, responda por eles! E citando a história, que pertence aos nobres, pugne pela justiça da gente portuguesa, entre a qual nasci, e entre a qual praza a deus que eu herde os derradeiros sete palmos de chão que todo o homem tem direito de pedir à sua terra natal.

Sr. Presidente: o governo francês estabeleceu como princípio, e certamente o é, *que uma nação não perde direito a qualquer porção do seu território, sem que ela faça expressamente cessão.*

Se provarmos à França que possuímos toda a Costa da Guiné por quantos títulos podem legitimar essa posse, desde o século XV; estando eu certo que a França não poderá mostrar cessão alguma

nossa, e não remontando as datas do suposto domínio francês além de 1574, segue-se que é incontestável o nosso direito, e que a França violou esse direito.

Sr. Presidente: querer provar que nós descobrimos a Guiné no meado do século XV e que nos assenhoreamos desses mares e costas, chegaria a ser tão ridículo como querer provar que tinha existido o Império Romano.

Deste descobrimento e conquista data o nosso domínio nessas partes, e nesse descobrimento e conquista se funda o nosso direito. As bulas de Eugénio IV, Nicolau V, Alexandre VI que confirmaram esse domínio na Costa Ocidental de África, não nos criaram direito; não fizeram mais que sancioná-lo em nome da família cristã. Não me importa saber-se é impróprio que bulas papais sejam consideradas como elemento para sancionar direito público; mas o facto é que a Europa as reconhecia, naquela época, por tais; e a Europa podia, e devia talvez então fazê-lo. Eu bem sei que principalmente contra a célebre bula de demarcação de Alexandre VI se tem composto epigramas; se tem feito declamações muito pomposas, muito desabusadas e muito eloquentes; mas, permita-se-me que o diga, muito cheias de ignorância e muito falhas de filosofia histórica. Essa bula expressamente declara que deixa o direito salvo a qualquer outra nação, além de Portugueses e Castelhanos, que houvesse descoberto e conquistado alguma coisa para a banda do Oriente: essa bula fundava-se nas mesmas razões de justiça universal em que eram fundadas as que sobre esta matéria a tinham precedido.

Enquanto nós e os castelhanos tratávamos de alargar os âmbitos do mundo conhecido à custa do dinheiro, fomes, febres, temporais e mortes; enquanto alevantávamos por toda a parte a cruz, e derramávamos ao redor dela as sementes da civilização; enquanto nós moldávamos os futuros destinos da orbe, as demais nações divertiam-se em lutas feudais de castelo com castelo, de província com província, de reino com reino, e no meio de toda a casta de dissoluções e crimes, esqueciam-se de que à Europa incumbia tomar o primeiro lugar entre as outras partes do mundo, e dizer-lhes: *Para mim a primazia, porque o cristianismo que é meu deve trazer uma transformação social! Para mim a primazia, porque tenho a força e a inteligência.*

Se não tivesse sido promulgada a bula de Alexandre VI nós e os Castelhanos teríamos provado e gastado as nossas forças em averiguar pelas armas quais eram os limites das respectivas conquistas; e os descobrimentos ter-se-iam atrasado, talvez por mais um ou dois séculos se teria atrasado o desenvolvimento da civilização do mundo.

Isto seja dito, Sr. Presidente, não para esta Câmara, onde há sobeja ilustração, mas sim para aqueles que julgarem giticismo, ou porventura fanatismo, o citar bulas em questões de direito público; para aqueles que se têm em conta de grandes sábios, porque aceitam como evangelho as preocupações do século passado.

conde Molé estabeleceu também o direito da França em ter o governo francês legislado depois de 1574 acerca de Guiné. Ainda que isto me pareça fraca prova, direi que se aceite como boa, mas que também se mostre à França que nós legislámos para aí cento e dez anos antes. Para isso não é necessário recorrer a outro documento senão à bula de Nicolau V datada de Janeiro de 1454. Esta bula aludindo ao modo porque tínhamos conquistado Guiné declara que não faz mais que confirmar as leis que debaixo de certas, bem expressas e gravísimas penas, o Governo Português tinha posto para que ninguém navegasse ou traficasse aquelas partes, sem licença de D. Afonso V, ou de seu tio o Infante D. Henrique.

É inquestionável que legislamos sobre esta conquista um século antes de França: esta não pode mostrar cessão alguma nossa a respeito dos territórios a que diz ter direito; logo, segundo os próprios princípios do governo francês, a ocupação de Casamansa foi uma violação de território. Acresce à confirmação do nosso direito por uns poucos de papas sucessivamente, confirmação que, como já notei, nessa época o validava. Acresce, digo que o fizemos reconhecer por Castela no tratado de 1479, o qual em resumo se pode ver em Rui de Pina, citado na 1ª Década de João de Barros. Acresce mais que intentando o conde de Penamacor, foragido em Inglaterra, armar umas caravelas para irem a Guiné, El-rei D. João II, a quem isto constou, escreveu ao de Inglaterra, invocando os tratados, para que mandasse prender o conde e impedisse aquela ofensa. Assim o executou o Monarca inglês, reconhecendo virtualmente por esse acto o exclusivo domínio Português naquelas regiões. Quando o genovês Antonio da Nolle quis ir descobrir as ilhas de Cabo Verde veio pedir licença ao Infante D. Henrique, donde se pode concluir que em Génova, potência marítima de primeira ordem naquele tempo, se reconhecia geralmente o direito exclusivo de Portugal nos descobrimentos da Costa Ocidental de África. O mesmo se poderia notar doutros estrangeiros que por essa época andaram em nossas conquistas.

Razões de Justiça Universal, leis coloniais, direito público confirmado pelos papas, e recebido expressa ou tacitamente pela Europa são os nossos títulos de senhorio de Guiné.

As nações que aí se introduziram, em tempos posteriores, não fizeram senão aproveitar-se da nossa decadência para nos despojarem

do muito que possuíramos. Será isto razão para nos despojarem do pouco que ainda nos resta? (*apoiados gerais*)

Era isso que eu quisera se tivesse dito à França; é isto, e muitas outras considerações, com que não quero cansar a Câmara que eu desejaria se lhe apresentasse ainda. E porventura que esta incompleta defesa dos direitos de Portugal não será inteiramente perdida, pronunciada dentro deste recinto! (*apoiados*)

Resumindo, Sr. Presidente, direi que a minha opinião quanto ao passado é que mal se tem andado, tanto por insensata cólera, como por indesculpável descuido: os meus votos quanto ao futuro são que este Ministério ou qualquer outro combine na gerência das nossas relações estrangeiras a firmeza com a moderação, a actividade com a prudência, a inflexibilidade com a justiça, e que quando os estrangeiros, apesar disso, nos quiserem oprimir e infamar, o venham dizer leal e francamente à Nação, porque esta, nesse último apuro, quererá antes perecer que sujeitar Portugal, o velho soldado da cruz e civilização, a ser escárneo daqueles mesmos povos que há três séculos se honravam da aliança e dos favores da gente Portuguesa. (*muitos apoiados*)

Concluo, Sr. Presidente, protestando a esta Câmara que nenhuma inimizade pessoal me moveu a fazer estas reflexões: que até nem teria falado sobre o assunto se me não tivesse excitado a pedir a palavra o ver que se tratava de resto a violação e perda de província nossa, perda que parece será o remate dessa violação. Pelo que toca ao Ministério, seja ele cuidadoso em conservar os direitos e independência nacional; trabalhe em organizar a Administração e em ajudar-nos a retrogradar do despenhadeiro por onde nos vai arremesando a errada ideia de um falso progresso; que não serei eu quem procure quebrar-lhes os bufetes das Secretarias, as douradas escrevaninhas da Puridade.»



# **Homenagem a Marie-Louise Bastin**





A Universidade do Porto, através da sua Faculdade de Letras, entendeu atribuir o grau de **Doutor Honoris Causa** à Senhora Professora Marie-Louise Bastin em reconhecimento pela sua notável obra científica no estudo da arte africana e, em especial, da arte dos Tshokwe do Nordeste de Angola. O Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto levaram a efeito, entre Julho e Agosto de 1999, uma exposição de 'escultura Tshokwe', na Fundação Cupertino de Miranda, e um conjunto de colóquios que pretendeu contribuir para a justa homenagem da Universidade do Porto à obra referencial de Marie-Louise Bastin. A revista 'Africana Studia' associa-se também a estas celebrações, publicando os textos lidos na cerimónia de imposição das insígnias doutorais à Professora Marie-Louise Bastin.



## ELOGIO DA SENHORA PROFESSORA MARIE-LOUISE BASTIN

António Custódio Gonçalves\*

1. Por designação do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, cabe-me a honra e simultaneamente o encargo de proferir as palavras protocolares, devidas a este acto solene de outorga das insígnias de Doutora Honoris Causa à Senhora Professora Marie-Louise Bastin. É para mim uma honra, mas também uma responsabilidade. Embora tenha tido o privilégio de participar em lições proferidas na Universidade de Bruxelas e de ter contado a Senhora Professora como membro do meu júri de Doutoramento na Universidade de Lovaina, conjuntamente com o Prof. Albert Maesen, Director do Museu Real da África Central, em Tervuren, a verdade é que, dedicando-me predominantemente aos domínios da Antropologia e da Sociologia, não me sinto com competências específicas no domínio da Arte. Aceitei, contudo, o encargo, ciente das minhas limitações, mas também de que as minhas porventura descoloridas palavras não ofuscarão os atributos que há muito são reconhecidos e apreciados internacionalmente, no campo da arte africana, em relação à Senhora Professora Marie-Louise Bastin.

Por que terei sido eu designado para proferir, neste acto solene, o elogio protocolar? Permitam-me referir aqui os nossos interesses comuns em relação ao conhecimento e à experiência das realidades sócio-culturais de Angola.

2. Foi nos domínios da pesquisa sobre a arte africana, e especialmente da dos povos Tshokwe ou Quiocos, que Marie-Louise Bastin se tornou uma especialista invulgar. Paixão e paciência foram, em meu entender, duas das qualidades maiores que caracterizaram

\* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

Marie-Louise Bastin, ao longo da sua notável vida académica e científica. Já aos dezoito anos, se tornou uma apaixonada pela arte africana: paixão que o Professor Luc de Heusch classifica de “incondicional e precoce”<sup>1</sup>. Na verdade, em 1937, inscreveu-se no Instituto Superior de Arquitectura e de Artes Decorativas da Câmbrria, fundado pelo conhecido Prof. Vandervelde, obtendo, três anos depois, o seu diploma.

Trabalhou posteriormente com o Senhor Professor Luc de Heusch, que nos deu a honra da sua presença para o apadrinhamento deste acto e a quem aproveitou para prestar as minhas homenagens. A Professora Marie-Louise Bastin, sob a orientação do Professor Luc de Heusch, defendeu publicamente, em 1966, com alta distinção, a sua tese de licenciatura sobre a Estatuária Tshokwe, publicada em França mais tarde com o título “*Statuettes Tshokwe du héros civilisateur “Tshibinda Ilunga”*”. Em 1973, discutiu-se em público a sua dissertação de Doutoramento sobre o conjunto da estatuária Tshokwe, publicada quatro anos mais tarde, igualmente em França, com o título “*La sculpture Tshokwe: essai iconographique et stylistique*”.

**3.** Mas afinal quem são estes povos Tshokwe, por cujo estudo Marie-Louise Bastin se apaixonou?

Em 1885, conquistaram o reino da Lunda, a nordeste de Angola, e actualmente habitam sobretudo a região do Alto Cassai. As colonizações portuguesa e belga forçaram-nos a emigrar cada vez mais para leste, fixando-os em parte da actual República Democrática do Congo e do noroeste da Zâmbia. Uma parte deles expandiu-se, depois, para sul, em Angola, do Cunene ao Cuanhama. Originários de uma civilização de caçadores das savanas, foram mestres na arte da caça: os únicos entre os povos Cassai a abater elefantes, para a sua subsistência e para o comércio do marfim. A caça, o comércio e a arte foram a chave do domínio Quioco.

Sendo povos prevalentemente matrilineares, as representações femininas constituem um facto cultural predominante, sobretudo nas máscaras de madeira que gozam de uma reputação internacional.

A cultura Quioca caracteriza-se por um sistema social relativamente homogêneo, construído através de um pluralismo diverso e coerente. Foi no âmbito das relações intra-societais Tshokwe e na encruzilhada de relações com povos aparentados, constituídas através de rivalidades e alianças, de conquistas e submissões, de invenções e apropriações, formando uma unidade interna e um pluralismo coerente do reino Lunda, que se fundamentou a vitalidade do contexto artístico Tshokwe. Este foi identificado pelos críticos de arte pelo

<sup>1</sup> “Préface” in Marie-Louise Bastin, *Introduction aux Arts d’Afrique Noire*, p. 9-11.

poder da sua expressividade, elogiado pela subtileza dos seus arranjos formais, admirado pela sua dignidade austera e pela serenidade das suas figuras escultóricas. Os artistas Tshokwe foram os mais famosos da região. Destacavam-se dois tipos: o primeiro incluía os *songi* e os *fuli* que eram profissionais, mas cuja sobrevivência foi igualmente assegurada pelo cultivo de bens de subsistência para seu próprio consumo. Faziam amuletos *jinga*, estátuas *mahamba*, para os santuários da família, e todos os objectos usados nas actividades da caça, do amor, da magia e da fertilidade. O segundo tipo era constituído por artistas contratados pelas grandes chefaturas que trabalhavam exclusivamente na corte. Esculpiam ceptros, tronos com figuras, leques, caixas de tabaco, cachimbos e estátuas de chefes e de antepassados. Havia grande rivalidade entre os artistas Tshokwe na corte Lunda. Eram famosos pelas suas estátuas de grande dimensão de antepassados deificados, chamados *hamba*, exaltando a força e a dignidade.

4. Marie-Louise Bastin demonstrou grande paciência no seu trabalho de campo. Através de informadores privilegiados, fez, primeiro, a inventariação paciente da simbologia ritual, iconográfica e estilística, inscrita sobretudo nas máscaras e, depois, o estudo das obras de arte da estatuária, contribuindo para a expansão da cultura Tshokwe e definindo os estilos Lwena, Songo, Ovimbundo e Nganguela, processos importantes para a compreensão das estruturas e das dinâmicas sócio-culturais do reino Lunda.

A arte africana é, para Marie-Louise Bastin, não apenas um objecto de conhecimento científico, mas também uma paixão ou, como diria Evans-Pritchard, uma “ciência e arte”. Em 1948, o Prof. Frans Olbreechts, Director do Museu Real da África Central, em Tervuren, e pioneiro dos estudos africanos na Bélgica e um grande apaixonado das artes plásticas africanas, convidou Marie-Louise Bastin para organizar no Museu de Tervuren uma fototeca, que se converteu num importante Centro de Documentação sobre artes africanas. Reconhecida a sua competência, foi aceite como investigadora e colaboradora do Museu de Tervuren.

A fim de alargar ainda mais os seus conhecimentos, efectuou, em 1956, um estágio de vários meses no Museu do Dundo, na Lunda. Foi um período de intensa e frutuosa observação, pesquisa e de estudo profundo e detalhado sobre a arte decorativa dos Quiocos/Tshokwe e dos povos aparentados. O resultado deste trabalho foi publicado, em 1961, em dois importantes volumes, referenciados pelo nº 55 das “Publicações Culturais do Museu do Dundo”. Nas palavras do Dr.

António Barros Machado, profundo conhecedor da história do Museu do Dundo, antigo Director do Laboratório de Investigações Biológicas da Diamang, Doutor "Honoris Causa" pelo Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, desta Universidade, trata-se de um "trabalho basilar e ponto de partida para sucessivos estudos da mesma autora sobre a escultura Quioca, da qual passou a ser a especialista mais reputada, a quem se deve a larga difusão do conhecimento actual da arte Quioca e do apreço em que é tida"<sup>2</sup>.

É de referir que a Companhia de Diamantes de Angola, fundada em 1917, desenvolveu uma notável acção cultural, reunindo um acervo importante de materiais etnográficos num amplo edifício que data de 1947; acervo que foi enriquecido pelas dádivas de autoridades da região. Marie-Louise Bastin teve um papel de relevo no tratamento e na inventariação do espólio etnográfico deste Museu, "um dos grandes museus mundiais de arte e etnografia africana", como refere Ernesto Veiga de Oliveira<sup>3</sup>.

Marie-Louise Bastin fez do Museu do Dundo um prolongamento do seu trabalho de campo, tendo implementado, com dedicação e rigor, um profundo trabalho da ciência e das técnicas do património. O Museu não foi uma galeria para conservar objectos recolhidos, nem tão pouco para arquivar vestígios dissecados, mas um meio para ajudar à compreensão dos Tshokwe e povos aparentados, pondo em relevo a experiência da diversidade das manifestações culturais. Marie-Louise Bastin contribuiu, assim, para a análise científica da realidade cultural da Museologia, evidenciando, na esteira de Marcel Mauss, que a cultura material, como aliás qualquer âmbito da cultura, assume o significado total do grupo social a que pertence.

Neste contexto, é de toda a justiça sublinhar também o papel desempenhado pelo etnólogo José Redinha, amigo de saudosa memória, conhecido pelo "soba honorário" da Lunda, devido à sua grande empatia com esses povos.

Em finais de 1974, antes da independência de Angola, o Museu do Dundo já tinha alcançado reputação internacional, sobretudo por uma notável colecção de cerca de catorze mil peças etnográficas, das quais avultavam notáveis esculturas quiocas em madeira. Por razões de segurança, foi enviada para Luanda uma selecção das melhores peças desse Museu, num total de cerca de duas mil<sup>4</sup>. Foi também

<sup>2</sup> Veja-se "Notícia sumária sobre a acção cultural da Companhia de Diamantes de Angola" in *Diamang. Estudo do Património Cultural da Ex-Companhia de Diamantes de Angola*, trabalho coordenado pelo Prof. Manuel Laranjeira Rodrigues de Areia e publicado pelo Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, 1995, p. 11-28.

<sup>3</sup> Cf. "Museus e Colecções de Etnografia de Angola", *Revista Garcia de Orta*, Lisboa, 19 (1-4), 1971, p. 25-36.

<sup>4</sup> Veja-se o 2º volume de *Art Décoratif Tshokwe* de Marie-Louise Bastin.

enviada para Luanda uma colecção de peças arqueológicas de pedra talhada e de ferro e uma colecção valiosíssima de gravuras e mapas antigos relativos a Angola e que tinham sido adquiridos pela Diamang. Todas estas obras foram guardadas na chamada “Casa-Museu”, um belo palácio setecentista em plena baixa de Luanda.

Marie-Louise Bastin efectuou, após a independência de Angola, duas novas missões, uma em 1978 e outra em 1984, ao Dundo e a Luanda, a convite da Secretaria Nacional da Cultura de Angola. Desenvolveu um trabalho precioso referente à recuperação e dignificação das culturas africanas, prestando especial atenção à análise das problemáticas do desenvolvimento nas suas modalidades de organização social e expressão cultural, analisadas harmonicamente nas suas sincronias e diacronias.

5. Para além destas missões em Angola, são relevantes os vários trabalhos realizados em museus americanos e europeus. É de realçar que a sua acção se tem cruzado frequentemente com os interesses angolanos e portugueses, tendo sido manifesto o seu respeito profundo pela história dos dois povos irmãos, Portugal e Angola. Em Portugal, realizou um trabalho notável de tratamento e de inventariação das colecções de arte Tshokwe, nomeadamente no Museu de Etnologia de Lisboa, no Museu de Antropologia de Coimbra e no Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa no Porto, instalado neste belo edifício que hoje nos acolhe. Colaborou nas obras de homenagem a dois pioneiros da antropologia na Universidade do Porto: António Jorge Dias e Ernesto Veiga de Oliveira<sup>5</sup>.

6. O *curriculum* científico de Marie-Louise Bastin reúne cerca de oitenta títulos, incluindo obras individuais e outras colectivas e numerosos artigos consagrados à antropologia da arte angolana. Permito-me destacar cinco livros individuais e um trabalho colectivo, por serem das melhores obras de referência especializada, constituindo o reportório mais valioso da arte Tshokwe: *Art Décoratif Tshokwe* (1961), 2 vols., Publicações Culturais do Museu do Dundo, Lisboa; *Statuettes Tshokwe du héros civilisateur “Tshibinda Ilunga”* (1978), Arnouville; *La sculpture Tshokwe* (1982), Meudon; *Introduction aux Arts d’Afrique Noire* (1984), Arnouville; *Escultura angolana. Memorial*

<sup>5</sup> M.-L. Bastin, “Le Haut Fourneau «Lutengo»: Operation de la Fonte du Fer et Rituel chez les Tshokwe du Nord de la Lunda (Angola)” in A.A.V.V., *In Memoriam António Jorge Dias*, vol III, Museu de Etnologia de Lisboa, 1974, págs. 59-69, e M.-L. Bastin, “Hypothèse sur l’origine des découpes chantournées de quelques sceptres des Tshokwe (Angola)”, in A.A.V.V., *Estudos de Homenagem a Ernesto Veiga de Oliveira*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos de Etnologia, 1989, págs. 39-54

de culturas (1994), Lisboa, Sociedade Lisboa '94; "*Chokwe Art: Wealth of Symbolism and Aesthetic*"<sup>6</sup>.

É de salientar a juventude intelectual de Marie-Louise Bastin que prepara actualmente a publicação de dois novos trabalhos sobre a "Arte de Angola" e "Figuras rituais mahamba e wanda".

7. Do seu *curriculum* científico ressalta ainda uma outra vertente fundamental, relativa à avaliação internacional de obras de arte, efectuada em diversos museus da Europa e da América do Norte, nomeadamente em Londres para a *Christie's* e em Paris para a *Drouot*. Entregou-se a esta tarefa com inteligência e rigor, mostrando-se uma defensora intrépida e corajosa das políticas contra as pilhagens de África. Foi por ocasião de uma avaliação feita em Los Angeles, em 1976, que Marie-Louise Bastin descobriu, entre várias peças que estavam a ser leiloadas, a estatueta de *Tshibinda Ilunga*, que tinha sido mutilada com o objectivo de venda fraudulenta, tendo sido devolvida a Portugal, por intermédio da Embaixada portuguesa, ao Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa. Refira-se que se trata da representação mais célebre de um chefe chamado *Tshibinda Ilunga*, filho mais novo do grande chefe Luba, *Kalala Ilunga*. Com ele, iniciou-se a dinastia do *Mwata Yamvo* da Lunda. Tornou-se o modelo de caçador e o herói civilizador, algumas vezes representado sentado num trono, outras vezes de pé, nú ou vestido como um caçador.

8. Do seu percurso científico e académico, ressalta uma constante: a Senhora Professora Marie-Louise Bastin soube conjugar harmonicamente a investigação e a acção. Profissional actuante, entregou-se com inteligência e rigor a esta tarefa, emancipando-se do prestígio das teorias meramente abstractas e realizando uma síntese eficiente do trabalho de gabinete e do trabalho de campo, através de uma actividade constante, fecunda e independente. Soube avocar, assim, com excelência o lema camoneano: "honesto estudo com longa experiência misturado".

Magnífico Reitor, Senhores Vice-Reitores, Senhores Professores, Caros Estudantes da Universidade do Porto:

Em relação aos estudos africanos concretamente, Marie-Louise Bastin contribuiu para a mudança do paradigma do eurocentrismo para paradigmas dominantes do desenvolvimento cultural endógeno africano, realizando, assim, uma ruptura definitiva com a chamada

<sup>6</sup> Cf. Manuel Jordan (coord.) *Choke Art and Initiation among Tshokwe and Related Peoples (1998)*, Munique Londres Nova Iorque.

“política do espelho” associada à imagem do desenvolvimento cultural de África que confirmasse os pressupostos desenvolvimentistas europeus acerca de nós próprios. Este exemplo de Marie-Louise Bastin constitui para nós um repto: qual seja o de nunca deixar que a nossa Universidade se refugie apenas na busca teórica de conhecimentos científicos desligados da realidade e que podem descair na esterilidade, que às vezes afecta alguns sectores de estudos universitários; pelo contrário, é justo reconhecer que a Universidade do Porto aposta, cada vez mais, na implementação de novos cursos com uma ligação forte à comunidade. É neste contexto que julgo importante, porque inovadora, a acção recente do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras e do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, entre outros, certamente.

Aos investigadores e aos estudantes, Marie-Louise Bastin deixa uma mensagem significativa: a de contribuir para a dinamização da ciência, pelo estudo, pela experiência e pela humildade, que deve caracterizar todos aqueles que sabem e estudam. É isto que constitui, em meu entender, a ciência com consciência.

9. Seja-me permitido destacar a ajuda estimulante e serena de seu marido, Senhor António Enes Ramos. A sua inteligência e a sua afabilidade contribuíram para criar à volta do casal um ambiente de harmonia e de respeito. Evoco com saudade, neste momento solene, os debates estimulantes e plurais realizados e as experiências de diálogo proveitoso e de comunicação frutuosa vividas entre os colegas universitários portugueses e estrangeiros nos espaços de liberdade da Livraria *Présence Africaine* que o António Ramos dirigia em Bruxelas.

10. Ao homenagear Marie-Louise Bastin, ao acentuar os olhares cruzados e plurais das dinâmicas culturais, que ela desenvolveu com excelência, quero evidenciar um desafio de esperança, que é o de conhecer melhor para revalorizar, depois, os nossos recursos patrimoniais.

Um antigo adágio banto diz que os estrangeiros vêem apenas aquilo que conhecem. Assim sendo, conhecendo-se melhor, ver-se-á melhor e, conseqüentemente, amar-se-á melhor ainda. Quero destacar, igualmente, a vocação para servir a ciência com consciência, aquela perspectiva que Marie-Louise Bastin adquiriu ao longo do tempo, e que Ortega y Gasset chamava de um mundo visto como um “passo atrás”. Parece-me ser este o saber historicamente acumulado pela ciência e arte de Marie-Louise Bastin.

À Senhora Professora Marie-Louise Bastin vai ser concedido, pelo labor científico e pedagógico que desenvolveu ao longo de uma brilhante carreira, a todos os títulos notável, e “por motivo de honra”, o mais alto galardão conferido pela Universidade Portuguesa. A homenagem que a Universidade do Porto lhe presta é um reconhecimento à pioneira da classificação, da inventariação e da divulgação de arte Tshokwe, em Angola, em Portugal e nas academias internacionais, à defensora intransigente das políticas contra as pilhagens de África, à notável investigadora da Antropologia Cultural e à sólida e rigorosa Mestre universitária.

Termino, parafraseando Fernando Pessoa nos seus Poemas Dramáticos:

“Do fundo da inconsciência  
da alma sobriamente louca  
Tirei arte [poesia] e ciência  
E não pouca.”

(Fernando Pessoa, *Obras Completas - Poemas Dramáticos*, 1º Fausto, Canto X, Editora Nova Aguilar, S. A., 1976)

## POUR MARIE-LOUISE BASTIN\*

Luc de Heusch \*\*

L'exposition que nous inaugurons aujourd'hui n'existerait pas sans le travail immense accompli par Marie-Louise Bastin pour faire connaître l'un des arts les plus impressionnants d'Afrique noire. Un travail de très longue haleine qu'elle poursuit avec acharnement et que l'Université de Porto vient couronner en l'élevant à la dignité de **Docteur Honoris Causa**.

L'art tshokwe, c'est beaucoup plus qu'un objet de connaissance pour Marie-Louise Bastin: une passion. Une passion qui double celle de l'art moderne. De l'art que l'on appelait hier encore *moderne*, avant que d'incertaines productions n'apparaissent sur le marché et n'envahissent nombre de musées, complices de ses errements financiers du goût, qui inaugurent une très vague ère *post-moderniste*.

Cette passion s'est d'abord nourrie de l'enseignement que jeune étudiante, Marie-Louise Bastin suivit à l'Institut Supérieur des Arts Décoratifs, la célèbre Ecole de la Cambre, fondée à Bruxelles par l'architecte Vandervelde, qui en fit un foyer de réflexion sur l'avant-garde. Mais c'est la rencontre d'un objet qui décida de la vocation de Marie-Louise Bastin. Une rencontre dans laquelle les surréalistes auraient décelé la marque du hasard objectif, c'est-à-dire du destin. Poussée par un mystérieux démon elle dirige un jour ses pas vers une boutique d'art colonial, un véritable capharnaüm, où elle s'éprend d'un petit

\*Comunicação apresentada no Ciclo de Conferências "A Antropologia dos Tshokwe e povos aparentados", na Fundação Dr. António Cupertino de Miranda - 8-9 Julho 1999, em homenagem à Prof.ª Marie-Louise Bastin.

\*\* Professor Emérito da Universidade Livre de Bruxelas.

masque *songye*. Elle l'achète et va le montrer à Frans Olbrechts, qui prépare à cette époque son petit ouvrage sur la chronologie des arts plastiques africains. Olbrechts trouve la pièce plutôt médiocre, mais charge Marie-Louise d'exécuter pour lui une série de dessins. En les traçant, Marie-Louise ravie découvre sa voie. Devenu directeur du Musée de Tervuren en 1947, Olbrechts lui confie la responsabilité d'une photothèque qui deviendra l'un des premiers centres européens importants de documentation sur les arts africains, dont, à l'époque, la connaissance était encore embryonnaire. C'est la première plongée de Marie-Louise dans un continent que les historiens d'art sont très peu nombreux alors à explorer. C'était, rappelons-le, il y a cinquante ans.

Elle ira ensuite sur le terrain. En Angola, au musée de Dundo, elle découvre avec émerveillement les multiples aspects de l'art tshokwe, auquel elle consacrera sa vie. Entourée d'excellents informateurs qu'elle écoute avec attention, elle réussit ce tour de force d'écrire un somptueux ouvrage sur l'art décoratif tshokwe (publié en français à Lisbonne en 1961) sans jamais avoir entrepris d'études dans le champ de l'anthropologie. Elle s'initie à cette discipline, que l'on ne saurait séparer de l'histoire de l'art des peuples sans écriture, en s'inscrivant à l'Université de Bruxelles en 1962. Elle est alors âgée de quarante quatre ans. Elle pioche avec obstination son latin quelque peu oublié, car il faut passer par l'Antiquité et le Moyen-Age pour conquérir le diplôme de licencié en histoire de l'art et archéologie. Elle voyage et étudie les collections tshokwe de tous les grands musées ethnographiques d'Europe. Elle conquiert le diplôme de docteur en philosophie et lettres avec une thèse sur la grande statuaire tshokwe. Elle s'inscrit résolument dans ce courant stimulant de recherches qu'Olbrechts avait inauguré et qui consiste à attribuer à un maître particulier ou à son atelier une série de chefs d'oeuvre. On se souviendra que Olbrechts fut le premier à attribuer au maître de Buli un ensemble d'oeuvres marquantes dont le style expressionniste est si particulier dans le vaste domaine luba-hemba. Marie-Louise définit quant à elle avec une sûreté de jugement exceptionnelle le style des grands ateliers tshokwe portant la marque unique du génie créateur. Elle n'a pas peur d'écrire que les plus belles productions atteignent "l'un des sommets de l'art". Mais elle est sensible à la dimension historique et constate que, après la grande expansion des Tshokwe travers l'empire lunda dans la seconde moitié au XIXe siècle, l'art hautement évolué des centres culturels anciens "perdra progressivement son ampleur et

son raffinement" (Bastin, 1982, p. 36) Elle distingue ainsi les styles de l'expansion. Par la suite, elle étudiera encore l'influence de la culture tshokwe sur les cultures voisines d'Angola et définira les styles lwena, songo, ovimbundu, ngangela. Elle est devenue ainsi le meilleur spécialiste des arts d'Angola dans leur ensemble. Elle leur a consacré un récent ouvrage.

Mais revenons en arrière. Elle devient mon assistante à la Faculté de philosophie et lettres de l'Université de Bruxelles en 1972; elle y sera nommée chargé de cours six ans plus tard.

Elle se consacre aux tâches universitaires avec beaucoup de dévouement et avec une immense affection pour ses étudiants, dont elle suit attentivement les travaux. Mais sa carrière universitaire et les aspects financiers de celle-ci ne l'ont jamais préoccupée vraiment. Il m'a toujours semblé que le petit masque *songye* sorti d'un bric-à-brac surréaliste a plongé Marie-Louise Bastin dans une immense rêverie. Cet objet véritablement magique, l'entraîna à un voyage sans fin, hors du temps, balisé de merveilleux objets. Un voyage hors du temps académique, un voyage où elle s'est complètement identifiée au masque jeune fille *mpo*. Le masque d'Alice de l'autre côté du miroir.

Mais, de l'autre côté du miroir, qu'y a-t-il? Une fantastique créature surgit du pays des morts, le corps tout habillé de fibres, la tête couverte d'une simple cagoule. Il annonce son arrivée en frappant deux bâtons l'un sur l'autre. Il est suivi d'un cortège de masques impressionnants au visage modelé en résine dont l'immense coiffure faite d'écorce battue aux formes très diverses est couverte de mystérieux signes rouges, noirs ou blancs évoquant le soleil, la lune, les étoiles. Le patron de ces créatures masquées d'antilop-cheval, évoque la sauterelle, insecte réputé pour sa fertilité. Il marche lentement et fait entendre un long cri ululé qui fait fuir les femmes. Il va chercher au village les enfants terrorisés que l'on va circoncire et les conduit dans un camp en brousse, où ils séjourneront un an ou deux afin que se rompe définitivement le cordon ombilical qui les relie encore socialement à leur mère.

Voici *Kalehwa* dont le nom évoque le nuage, *lelwa*. Il est en rapport avec l'eau céleste puisque sa présence est requise lorsqu'on confectionne le charme magique destiné à lutter contre les pluies torrentielles. Il se déplace en courant et pousse lui aussi des cris pour chasser les femmes. Mais au terme de la longue retraite initiatique, il ramènera auprès de leur mère les enfants devenus des hommes. Les

mères les ont nourris à distance et des masques de moindre d'importance se sont chargés d'emporter la nourriture qu'ils venaient chercher au village et qu'ils apportaient aux enfants exilés au pays des esprits incarnés par les masques...

Voici *Tshitamba* qui porte sur la tête un plateau circulaire imitant le séchoir à manioc qui lui donne son nom. Il est chargé, en effet, de ravitailler les enfants au village, de même que *Tshitelela*, dont la grande carcasse en vannerie sert de garde-manger;

Voici *Tshitamba* qui porte une coiffe sphérique évoquant le nid des termites à la fécondité incommensurable. Une fécondité dont le rituel de circoncision s'efforce précisément de doter le pénis circoncis des novices.

Mais *Tshikungu*, le plus important, le plus grand de tous les masques, ne fait pas partie du cortège des fantômes qui apparaissent lors de ces cérémonies. Il sort très rarement: seulement lorsqu'une calamité publique doit être conjurée par un sacrifice solennel aux ancêtres. Seul le chef de terre en personne - ou l'un de ses neveux utérins - peut le porter, car il représente ses ancêtres. Il porte un glaive dans chaque main et seuls les chefs ou les grands notables peuvent le voir sans danger...

Cette fois nous sommes en pleine mythologie. L'architecture compliquée du masque, en forme d'ailes, représente la petite cigogne noire *kumbi*. Des triangles en dents de scie le couvre littéralement. Ce motif est mystérieusement appelé *yenge lya kumbi*, "la vipère de la cigogne". *Yenge* désigne plus précisément la vipère du gabon qui présente sur le dos "une double frise de triangles ou de losanges juxtaposés" (Bastin, 1961, p. 125). Vipère (*Yaamu*), tel est le titre que portaient les puissants monarques de l'empire lunda dont dépendaient jadis plus ou moins les chefs tshokwe. Le mythe tshokwe raconte que la reine *Lueji*, enceinte des oeuvres du prince chasseur *Tshibinda-Ilunga* aperçut un jour cet animal et en fut tellement effrayée qu'elle fit une chute en courant se réfugier dans sa case et accoucha prématurément. C'est en souvenir de cet évènement singulier que le nouveau-né, le futur roi, le fondateur de la dynastie, reçut le surnom de vipère, sans doute pour souligner son caractère redoutable (idem, p. 124).

Mais pourquoi le motif *yenge lya kumbi* qui envahit la coiffure du grand masque des chefs tshokwe, associe-t-il dans son nom même la petite cigogne noire (*kumbi*) à la vipère royale (*yenge*)? Pourquoi cet oiseau est-il représenté par les ailes mêmes qui surmontent le masque

*tshikungu*? Il faut interroger ici un autre mythe, lunda celui-là (Nous ignorons s'il en existe une version tshokwe). C'est le mythe fondateur d'une association qui s'occupe du traitement du cadavre royal chez les Lunda (Crine-Mavar, 1963, p. 84). Ce mythe raconte qu'une petite cigogne noire accompagnée d'un autre oiseau non identifié, tarirent jadis du battement de leurs ailes un étang que les femmes ne parvenaient pas à assécher pour récolter du poisson. À l'occasion de la mort du chef de village, les hommes s'ornèrent des plumes de ces deux oiseaux merveilleux et se mirent à danser en les imitant. Le mythe se laisse aisément déchiffrer. C'est au moment de la saison sèche que se pratique la pêche décrite. Du battement de leurs ailes les deux oiseaux mettent fin à la saison des pluies qui se prolonge puisque les femmes qui s'efforcent en vain d'assécher l'étang, appartiennent à la moitié de la tribu qualifiée de "vomisseurs de terre humide", l'autre moitié étant qualifiée de "vomisseurs de terre aride". Les femmes auxquelles les deux oiseaux mythiques apportent leur aide sont en quelque sorte marquées par la saison des pluies à laquelle il emporte de mettre fin pour permettre la pêche féminine. Le mythe fait donc de la petite cigogne noire la médiatrice entre pluie et sécheresse.

Mais cet oiseau est symboliquement surdéterminé: il connote aussi le passage du jour à la nuit. En effet, il accompagne le soleil couchant en volant très haut dans le ciel. Son nom en luvale (*londakumbi*) met ce caractère solaire en relief: *londa* vient du verbe archaïque *kulonga* (suivre) et *likumbi* désigne le soleil (Horton, 1953, p. 165). Si le plumage noir de la petite cigogne évoque la nuit, son ventre blanc se trouve tout naturellement associé au soleil qui disparaît à l'horizon. D'un seul et même geste cosmique, la petite cigogne *kumbi* inaugure à la fois le nuit et la saison sèche. Mais, sur terre, c'est le Roi-vipère, créature solaire qui est responsable de l'alternance du jour et de la nuit comme du rythme des saisons (L. de Heusch, 1972, chap. V). On comprend dès lors que les chefs tshokwe, qui ont adopté pour leur propre compte le mythe de fondation de l'empire lunda contant les amours de la reine autochtone *Lueji* et de *Tshibinda Ilunga*, le séduisant chasseur étranger, associent la vipère et la cigogne sur le grand masque représentant les ancêtres de leurs propres chefs. A vrai dire celui-ci est le résumé de l'univers, car "sur l'avancée du menton deux ronds figurent chacun le soleil" tandis que, au dessus du front, un tissu rouge en forme de croissant représente la lune (Bastin, 1961, vol. 2, p. 371). Comme le roi sacré lunda dont il partage le symbolisme, le masque *tshikungu* muni d'un glaive est une créature ambivalente, inquiétante. C'est la part maudite du pouvoir qu'assure le roi-vipère lunda, grand guerrier, c'est son aspect secourable que symbo-

lise la petite cigogne noire *kumbi*.

Je rappelais à l'instant le mythe fondateur de l'empire lunda. C'est un informateur de Marie-Louise Bastin qui lui révéla que les superbes statues tshokwe représentant un chasseur aux puissantes mains, solidement campé sur ses grands pieds, n'est autre que la représentation du mythique héros *Tshibinda Ilunga*. Venu du pays luba il épousa la reine autochtone Lueji donnant naissance au premier roi-vipère, fondateur d'une dynastie conquérante dans l'orbite duquel les Tshokwe vécurent apparemment jusqu'au milieu du 19<sup>e</sup> siècle.

Il ne faut pas prendre l'iconographie du chasseur au pied de la lettre. Il est vrai que les Tshokwe s'adonnaient à la chasse avec passion, mais tout laisse croire que les Tshokwe pratiquaient avec succès l'art cynégétique avant l'arrivée, très probablement fictive, du héros. En fait, *Tshibinda Ilunga* introduit la prospérité et les usages de la royauté sacrée. Il est un dispensateur de fertilité dans un pays dont la reine autochtone est menacée de diverses calamités. Cet état de manque est symbolisé par les troubles menstruels dont souffre la reine autochtone *Lueji*. La chasse est plus précisément une image métaphorique de la fécondité dans l'univers lunda.

Marie-Louise Bastin a montré la parfaite assimilation par les Tshokwe de cette grande figure mythique lunda. En effet, ce noble étranger ne fait pas partie du panthéon des esprits ancestraux *mahamba*. Cependant, la coiffe qu'il porte dans la statuaire n'est pas celle des Lunda, mais bien celle des chefs tshokwe (Bastin, 1988, pp. 53-54). Marie-Louise s'étonne à ce propos de constater que la cour lunda ne produisit aucune oeuvre d'art (idem, p. 56). Elle note que la chaise qu'un officier norvégien reçut du roi lunda au début du 20<sup>e</sup> siècle, et qui est actuellement conservée au Musée d'Oslo, est "un travail des Tshokwe", qu'il ait été reçu en tribut, pris comme trophée de guerre ou exécuté pour le souverain par un artiste tshokwe renommé (idem, p. 56). La réponse à cette énigme historique est que le grand art n'est pas nécessairement lié à une forme quelconque d'État conquérant, bien que nous tenions celle-ci à tort comme la manifestation même de la civilisation. L'empire de Napoléon a-t-il produit de grandes oeuvres? Il en a dérobé quelques unes dans diverses collections européennes, et, faute de souffle, le style dit empire s'inspire notamment de l'Égypte ancienne. Et n'est-ce pas en devenant eux-mêmes conquérants, que les Tshokwe perdirent leur génie?

Mais il est vrai que l'art tshokwe s'épanouit dans de puissantes chefferies vénérant un chef sacré, dont la statuaire célèbre la présence. Tshibinda Ilunga n'est pas en effet le seul prétexte de la grande statuaire. La figure du chef la domine, tantôt debout dans une attitude légèrement fléchie, les mains posées avec assurance sur le ventre, tantôt assis sur un siège, battant des mains, à moins qu'il ne surmonte un sceptre orné parfois avec une science exquise de l'arabesque. Marie-Louise insiste sur le naturalisme caractéristique des oeuvres provenant du pays d'origine (Bastin, 1988, p. 55). Elle constate aussi que les représentations de Tshibinda Ilunga n'obéissent pas à un canon unique; tantôt elles portent la marque d'un créateur "apolinien", tantôt elles participent d'un "expressionnisme dyonisiaque" (*idem*, p. 54). L'on constatera que ces diverses formules originales s'inscrivent toutes dans la grande tradition réaliste des arts de cour d'Afrique centrale.

Nous sommes toujours de l'autre côté du miroir, dans un univers où masques et statues participent du monde des esprits. Mais voici que s'avance vers nous un masque en bois dont les traits schématiques idéalisent la beauté féminine, et elle seule. C'est la célèbre masque *mpo* plein de douceur, de réserve et de raffinement. Il est porté par un homme. Comme les autres masques. C'est là, vous ne l'ignorez pas, une constante en Afrique noire. Mais le masque *mpo* n'est pas un objet sacré, contrairement à ses congénères d'écorce battue et de résine, ces esprits qui enlèvent les enfants à leur mère pour les conduire au camp de circoncision. La tradition rapporte cependant que jadis sur la place publique, le danseur effectuait une danse féminine gracieuse, qui est censée dispenser la fécondité (Bastin, 1988, pp. 63-65). En dépit de son aspect ludique, le masque *mpo* ne nous mène donc pas tout à fait en dehors de la sphère rituelle. À la fin de sa carrière théâtrale, à sa "mort", le masque *mpo* était souvent enterré dans un marais avec un bracelet métallique "pour éviter que l'esprit ne vienne hanter un membre de la famille de l'ancien danseur", alors que les masques du rituel de circoncision étaient normalement brûlés à la fin des cérémonies (*idem*, p. 65). Tout se passe donc comme si *mpo* était traité comme un être humain, une femme réelle, résumant toutes les femmes du monde.

Un masque masculin fait en résine ou en bois, est le pendant de *mpo*. C'est lui aussi un masque de danse dont le caractère profane est évident. Il s'appelle *tshihongo*. Anciennement porté par un fils de chef, il recevait des cadeaux en échange de ses exhibitions choréographiques qui se répétaient durant plusieurs mois. C'était là une

manière ingénieuse de prélever un tribut en réjouissant les sujets du chef de terre. *Thishongo* célèbre en quelque sorte publiquement l'aspect profane du pouvoir, alors que *Thiskungu*, dont vous vous souviendrez qu'il représente les ancêtres du chef en "entourant d'un grand mystère, exalte le caractère politico-religieux de ce même pouvoir. Tout se passe comme si les deux masques obéissaient à un dédoublement fonctionnel: *Tshihongo* et *Tshikungu* révèlent les caractéristiques complémentaires de la chefferie. On pourrait dire que le premier danse les deux pieds sur terre, le second un pied dans l'au-delà.

Revenons de ce côté-ci du miroir, dans le monde totalement profane. Ici aussi l'art s'épanouit. On est stupéfait de l'extraordinaire diversité de la sensibilité artistique tshokwe. Il serait faux de croire qu'il en est ainsi dans toutes les cultures africaines. Les pipes, mortier à écraser le sel ou le tabac, tabatières, peignes, épingles à cheveux, chasse-mouches, *sanza*, sifflets, les coupes comme le ventre des femmes accueillent figurines ou dessins. Le souci de beauté est partout. Même sur le sol où les hommes dessinent du doigt sur le sable les arabesques *sona*, sont autant d'idéogrammes.

Vous jugerez d'une partie de cette richesse en visitant cette exposition qui est un hommage à Marie-Louise Bastin à l'occasion de son élévation au titre de docteur *honoris causa* de l'Université de Porto, que je félicite de cette heureuse initiative.

Puisse Marie-Louise danser encore de nombreuses années en compagnie du masque *mpo*, en compagnie de Tonio son mari, son photographe de grand talent, son compagnon fidèle, pour que la paix et la joie règnent enfin sur le monde, pour que la petite cigogne noire au ventre blanc tienne en respect tous les rois-vipères qui n'ont cessé de conduire le monde à leur guise. Pour que l'Angola, pour que l'Afrique tout entière retrouvent la sérénité, la douceur du masque *mpo*...

### Ouvrages cités

Bastin, M-L., 1961: *Art décoratif tshokwe, Museu do Dundo* (2vol.), Lisboa.

Bastin, M-L., 1988: "Les Tshokwe du pays d'origine", in *Art et mythologie. Figures tshokwe*. Fondation Dapper, Paris, pp. 49-68.

Crine-Mavar, B. , 1963: "Un aspect du symbolisme lunda. L'association funéraire des Acudyaang", in L. de Sousberghe, F. Crine-Mavar, A. Doutreloux et J. de Loose, *Miscellanea Ethnographica*, Annales du Musée royal de l'Afrique centrale, Tervuren, pp. 81-106.

Heusch, L. de, 1972: *Le roi ivre ou l'origine de l'État*, Gallimard, Paris.

Horton, A. E., *A Dictionary of Luvale*, Lithogr. Rahn Brothers, Ekl Monte, Calif.



## LUC DE HEUSC: BREVE APRESENTAÇÃO\*

Vitor Oliveira Jorge\*\*

Esteve entre nós em Junho/Julho de 1999 uma das principais figuras da antropologia cultural belga, um grande especialista em estudos africanos, o Prof. Luc de Heusch. Padrinho do doutoramento "Honoris Causa" que a Universidade do Porto então outorgou à sua compatriota Marie-Louise Bastin, participou depois num Colóquio promovido pela FLUP em torno de temas da arte africana.

Como nenhuma das obras de Luc de Heusch está traduzida em Português - o que não nos surpreende, tão confrangedoramente pobre continua a ser o nosso panorama editorial - justifica-se que apresentemos aqui brevemente o autor, para que seja mais conhecido, lido e estudado no nosso país. Portugal, como antiga entidade colonizadora, não deveria alhear-se das questões culturais - e, outras, naturalmente - que têm a ver com África, um mundo riquíssimo com que contactámos durante séculos, e que parece continuar a ser um desconhecido (ou uma realidade indiferente) para as nossas elites culturais. Há aqui um vazio imenso, quase incompreensível, que importa colmatar. Tal colmatação passa inevitavelmente pela antropologia.

Ora, descobrir Luc de Heusch é contactar simultaneamente com facetas da antropologia da África centro-ocidental, e com toda uma geração de intelectuais belgas que desenvolveram o cinema documental e o gosto por várias formas inovadoras de expressão artística, nomeadamente através do movimento COBRA, em que o autor se integrou.

De facto, Luc de Heusch desdobrou a sua actividade pela docência e investigação, e pela criação filmica. Ensinou antropologia social e cultural na Universidade Livre de Bruxelas, de 1955 a 1992, tendo

\* Síntese do Elogio do Professor Luc de Heusch, por ocasião do Doutoramento *Honoris Causa* da Prof.<sup>a</sup> Marie-Louise Bastin.

\*\* Professor Catedrático do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP.

hoje o título de “Professor Emérito” dessa Escola.

Por duas vezes (de 1966 a 68 e de 1973 a 75), desempenhou as funções de Director de Estudos, associado da Escola Prática dos Altos Estudos (secção de ciências religiosas) em Paris, onde também dirigiu o laboratório, ligado ao CNRS (Centro Nacional da Investigação Científica) de “Sistemas de Pensamento na África Negra”.

Os livros fundamentais de etnologia do Autor, sobre os mitos e ritos bantos, escritos numa perspectiva estruturalista e comparativa, são (todos publicados pela Gallimard, Paris): *Por quê casar com ela? E outros ensaios*. (1971), *O rei ébrio ou a origem do estado* (1972), *Reis nascidos de um coração de vaca* (1982) e *O sacrifício nas religiões africanas* (1987). Com a mesma chancela está para sair um quinto *O Rei do Congo ou os monstros sagrados*.

Aplicando, de algum modo, o estruturalismo lévi-straussiano à “África Negra”, onde lidou com sociedades muito diferentes daquelas que tinham inspirado o seu colega francês na América do Sul, Luc de Heusch interessou-se particularmente pelo simbolismo da realeza, pelos rituais e mitos do parentesco, pelo xamanismo e estados de transe, pela natureza da magia e pelo papel do sacrifício. No fundo, a obra inspira-se em Frazer e naquilo que este designou a “realeza sagrada”. Essa “realeza sagrada”, ritualizada, é obviamente uma instituição política, mas o autor procurou sobretudo mostrar a sua coerência como estrutura simbólica. Há também aspectos do pensamento de Heusch em que este foi “beber” a Dumézil. J. Frazer/Lévi-Strauss/G. Dumézil são uma espécie de triade inspiradora deste antigo aluno de Marcel Griaule. Como se sabe, foi Griaule quem, nos anos 30, descobriu a importância dos mitos africanos.

Mas, como autor, Luc de Heusch foi bem além da antropologia. Publicou também, por exemplo, um ensaio sobre o nacionalismo, intitulado *Posturas e Impostura* (Bruxelas, Ed. Labor, 1977) vários ensaios sobre artistas belgas contemporâneos, reunidos em *Isto não é a Bélgica* (manifesta alusão a um quadro de Magritte) (Bruxelas Ed. Complexe, 1992), e as suas recordações de viagem, em 1998 (Actes-Sud) (*Memória, O meu belo navio, As férias de um etnólogo*).

Para compreendermos a personalidade intelectual do autor, temos de nos recordar que, como escritor e cineasta, ele participou no movimento artístico-filosófico-político COBRA, de 1949 a 1951. Como é sabido, este conjunto de criadores, centrado em Paris, era oriundo de vários países, a cujas capitais o nome do movimento aludia: Copenhague, Bruxelas, Amsterdão. Caracterizava-o uma postura libertária, surrealista, procurando “unir a arte e a vida” e exprimir directamente as fantasias subscientes. De Heusch aprendeu a fil-

mar com o talentoso Henri Storck, fundador do cinema documental belga, tendo sido seu assistente de realização de 1947 a 49. Dedicou diversos ensaios e filmes a companheiros seus do movimento COBRA (Alechinsky, Dotremont, Reinhoud), e ainda a Magritte e a Ensor. Também realizou os filmes “Perséfone” (1951), a longa metragem de ficção “Na quinta-feira cantaremos como domingo” (1967) e outras obras que o próprio autor considera como “etno-ficções” ou olhares sociológicos sobre a Bélgica: “Os gestos da refeição” (1958), “Os amigos do prazer” (1962), “Os amigos do prazer trinta anos depois” (1995). Para o canal “Arte” elaborou, já em 1999, o filme “Quando eu era belga”.

É igualmente autor de um importante conjunto de filmes documentais, de carácter etnográfico e/ou histórico, sobre a realidade africana: “Rwanda, quadros de uma feudalidade pastoril” (1956), “Na pista da raposa pálida” (1984), e “Uma república que se tornou louca: Rwanda 1894-1994” (1996).

Luc de Heusch é Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Estrasburgo (Ciências Humanas) e membro correspondente da Academia Real Belga.

Sobre o autor, o seu ambiente intelectual e os objectivos do seu trabalho pode ler-se, entre outros, um interessante volume da Revista da Universidade Livre de Bruxelas (1991/3-4) intitulado “Cobra en Afrique”.



## **Notas e Recensões**



**RIESZ, János(1998), *Französisch in Afrika. Herrschaft durch Sprache* (A língua francesa em África. A dominação pela língua). Frankfurt/M: Verlag für Interkulturelle Kommunikation, 1998.**

José Carlos Venâncio\*

*Französisch in Afrika...* é mais um livro de János Riesz, um dos africanistas (ou africanólogos) alemães mais conhecidos. É professor catedrático de Literatura Comparada na Universidade de Bayreuth, uma universidade jovem, criada em meados dos anos 70, que desde então tem apostado na investigação e no ensino da realidade africana como um dos factores diferenciadores. O livro em apreço é, de certa forma, a continuação de um outro livro, publicado em 1993, *Afrikanische Mythen - Afrikanische Antworten* (Mitos africanos - Respostas africanas). Inserem-se ambos num projecto sobre as literaturas francófonas na África Ocidental e Central que, por sua vez, faz parte de uma linha de investigação específica (Sonderforschungsbereich) sobre a questão da identidade em África, iniciada em 1984 e terminada em 1997.

O livro compõe-se de três partes: “A luta pela língua francesa”, “a luta pela literatura africana” e, como terceira e última parte, “a guerra de papéis (‘Papierkrieg’) entre a Europa e a África”. É propósito do autor passar em revista o contributo de um dos idiomas da colonização europeia em África, o francês, para a consolidação do regime colonial. Fâ-lo a partir do testemunho dos próprios africanos, registados em textos quase sempre literários e escritos em língua francesa e que, como tal, tanto deixam transparecer o sentido de dominação em apreço, como também o de apropriação e, conseqüentemente, o de identificação.

Vários são as temáticas desenvolvidas no livro a merecerem destaque. Dadas as contingências de uma recensão crítica, limito-me

\* Universidade da Beira Interior. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

a realçar os capítulos que se debruçam sobre a questão da assimilação, enquanto modelo de integração social e política privilegiado, os capítulos que tratam da literatura colonial e os que, na terceira parte do livro, no âmbito da “guerra de papéis”, retratam a situação pós-colonial, mormente a que diz respeito à vivência na ex-metrópole.

Estas temáticas suscitarão, segundo penso, especial interesse junto dos investigadores portugueses por razões que se prendem com a semelhança entre as políticas de colonização levadas a efeito pela França e por Portugal. Como acontecera com a colonização francesa, também a portuguesa privilegiara a assimilação à associação, configurando tais experiências o que Riesz admite ser o modelo latino de integração. Não obstante a associação ter tido defensores em França (o que igualmente aconteceu em Portugal), acabou por nunca se impor como modelo e política a seguir. Diferentemente foi, como igualmente frisa, a experiência colonial da Inglaterra e da Holanda, que a privilegiaram.

A segunda temática a interessar à africanística portuguesa é a que se prende com a literatura colonial que recebe no livro uma dedicação especial, não só no que diz respeito à descrição como à teorização. Por razões várias, o mundo académico português tem negligenciado o estudo deste género literário que terá, porventura, particularidades que, ao serem relevadas, tanto poderão valorizar a tradição literária portuguesa, como as próprias literaturas africanas. No que se refere à diáspora africana, Portugal, na situação de ex-metrópole colonial, tem sido destino privilegiado da emigração e do exílio de muitos africanos, cuja presença começa a ganhar, como acontece em França, espaço de intervenção em domínios da cultura cultivada nacional, transpondo, dessa forma, a condição étnica a que estão, em princípio, os africanos imigrados confinados. Intervindo directamente no mosaico cultural, literário e identitário do país de acolhimento, configuram estes mesmos africanos um processo de permeabilização cultural a que a crítica pós-moderna (não de forma muito feliz, diga-se!) tem chamado de hibridização.

*Französisch in Afrika...* será brevemente editado em francês, pelas edições Karthala, altura em que os leitores de língua portuguesa poderão mais facilmente aceder a um conjunto de reflexões, argumentos e descrições que, pelo seu olhar descentrado e simultaneamente profundo, valem, sem dúvida alguma, como um novo alento da africanística europeia.

**PERES, Phyllis, *Transculturation and Resistance in Lusophone African Narrative*. Gainesville, FL: The University Press of Florida, 1997.**

Margarida Calafate Ribeiro\*  
Paulo Pereira\*\*

*Transculturation and Resistance in Lusophone African Narrative* de Phyllis Peres constitui um estudo notável da narrativa angolana contemporânea e do seu impacto na imaginação da nação. A autora conduz habilmente o leitor, desde as primeiras manifestações dos movimentos de libertação que põem em questão o colonialismo português nos finais da década de 50, até ao rescaldo da longa guerra civil que sobreveio à independência e que teve o seu início em 1975.

Apesar dos estudos pioneiros de autores de créditos firmados como Gerald Moser, Russell Hamilton, Manuel Ferreira, Alfredo Margarido, Eugénio Lisboa ou Salvato Trigo e dos contornos inovadores das literaturas africanas de língua portuguesa, quer a bibliografia crítica de língua portuguesa, quer as traduções de estudos sobre estas literaturas revelam-se pouco numerosas. No entanto, os estudos críticos hoje disponíveis indiciam claramente a consciência da importância da literatura na luta pela liberdade enquanto "acto de cultura", assim como, sobretudo em obras mais recentes, o seu papel central na projecção do imaginário da nação. Constituem exemplos desta orientação os estudos reunidos em *Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*<sup>1</sup>, *Les Littératures Africaines de Langue Portugaise. À la Recherche de l'Identité Individuelle et Nationale*<sup>2</sup>, a obra *Coscienza*

\* King's College Londres/ Praxis XXI

\*\* Universidade de Aveiro

<sup>1</sup> *Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

<sup>2</sup> *Les Littératures Africaines de Langue Portugaise. À la Recherche de l'Identité Individuelle et Nationale*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1984.

<sup>3</sup> *Coscienza Nazionale nelle Letterature Africane di Lingua Portoghese. Atti del Convegno Internazionale, Milano 13-14 Dicembre 1993*, Ed. by Piero. Ceccucci, Roma: Bulzoni Editore, 1995.

*Nationale nelle Letterature Africane di Lingua Portoghese*<sup>3</sup> e alguns aspectos do estudo de Patrick Chabal, *The Postcolonial Literature of Lusophone Africa*<sup>4</sup>. *Transculturation and Resistance in Lusophone African Narrative* prossegue esta área de investigação acrescentando vários aspectos inovadores: em primeiro lugar, trata-se de um estudo que assume explicitamente um espírito interpretativo que o distancia de uma mera revisão do estado da questão que ainda define grande parte da bibliografia crítica sobre literaturas africanas de língua portuguesa, ressaltando, no entanto, os notáveis estudos que sobretudo a partir dos anos 90 começaram a marcar uma presença incontornável; em segundo lugar, a autora aplica, de modo original e rigoroso, os fundamentos teóricos dos estudos pós-coloniais ao contexto histórico-literário da produção literária angolana, o que lhe permite várias interpretações estimulantes e inovadoras; por fim, o livro assinala o primeiro estudo aprofundado sobre o tema da narrativa angolana enquanto espaço de construção do imaginário da nação, factor que garante a sua especificidade. A autora inicia o estudo com um capítulo introdutório, ao qual se segue a análise da obra de quatro dos mais importantes autores angolanos. Os primeiros três autores seleccionados iniciaram as suas representações imaginárias da nação no movimento nacionalista e de luta pela independência: Luandino Vieira, o nome emblemático da literatura de resistência angolana, cuja estratégia contra-narrativa do discurso colonial da aculturação afirma a literatura nacional sob uma perspectiva temática e estética; Pepetela, agraciado com o Prémio Camões, o mais importante galardão do mundo lusófono, e que tem sido uma das vozes mais coerentes e originais da imaginação da nação, desde as suas primeiras obras publicadas na década de 70, até à sua obra-prima de 1992, *A Geração da Utopia* e *Uanhenga Xitu*, cujos relatos da luta pela independência recuperam práticas tradicionais das áreas rurais e nos quais personagens subversivas contrariam as visões europeias do Outro a partir das próprias inconsistências e ambiguidades do discurso colonial. O último autor estudado é Manuel Rui, ao qual se devem algumas das mais importantes narrativas do período pós-independência. Assinale-se também que a estratégia interpretativa de Phyllis Peres recorre frequentemente a pertinentes e iluminadoras comparações entre as obras dos diferentes autores.

No primeiro capítulo, Peres descreve o contexto histórico subjacente à narrativa angolana contemporânea e apresenta a fundamentação teórica indispensável para a compreensão da literatura de

<sup>3</sup> Patrick Chabal & Allii, *The Postcolonial Literature of Lusophone Africa*. London: Hurst & Company, 1996.

resistência e dos estudos pós-coloniais. A autora destaca a importância da década de 50 como o período em que se esboça a primeira tentativa politicamente organizada de questionamento do colonialismo português em Angola. O “descobrimento de Angola” pelo regime ditatorial português resultou num conjunto de reformas cosméticas, através das quais o Estado Novo esperava adaptar uma ideologia colonial conservadora aos “ventos de mudança” propiciados pelo fim da Segunda Guerra Mundial e pelo movimento de descolonização subsequente, motivando, desse modo, a diluição das fronteiras entre o império português e a imaginada nação pan-lusitana. Contudo, para os nacionalistas angolanos contemporâneos da Geração de 50, também eles empenhados no “descobrimento de Angola”, a fronteira a questionar não era a que dividia o império da metrópole, mas antes, como Phyllis Peres refere, a que separava a colónia da nação livre imaginada. A “reconversão cultural”, nas palavras de Amílcar Cabral, empreendida pelos nacionalistas angolanos, representa a contrapartida política e cultural de uma nação delineada há vários séculos durante os Descobrimentos portugueses e norteada por atitudes culturais e políticas de cariz imperialista. No âmbito deste processo político e cultural protagonizado pelos nacionalistas angolanos, dois movimentos (e conceitos) resistência e transculturação revelam-se essenciais e são precisamente estes que vão orientar as leituras da narrativa angolana contemporânea que Phyllis Peres desenvolve.

O conceito de transculturação revela-se particularmente útil para o presente estudo, uma vez que, como refere a autora, fornece o quadro de referência intelectual que viabiliza a compreensão do processo por meio do qual as narrativas angolanas procederam simultaneamente à apropriação e transformação do discurso português dominante em torno da expressão de uma literatura nacional. Opõe-se, deste modo, ao posicionamento explícito na aculturação colonial que assume uma tensão estática entre a cultura indígena e o código metropolitano. A transculturação assume o dinamismo e a fluidez, por mais tensa, híbrida ou ambígua que se revele a sua manifestação. A descrição de Bhabha do hibridismo que caracteriza o ambiente colonial é outro dos conceitos-chave da análise a que a autora procede das narrativas da nação na Angola contemporânea, sobretudo porque o hibridismo exprime a ambiguidade perturbadora do limiar que caracteriza o estado de tensão entre colónia e espaço-nação imaginado. Esse espaço limiar é o cenário de violentas negociações de hibridismo a zona de contacto que Louise Pratt refere nos estudos que dedicou às narrativas de viagem imperiais <sup>5</sup> que inevitavelmente emergiram nas

<sup>5</sup> Mary Louise Pratt, *Imperial Eyes*, London: Routledge, 1992.

textualizações da nação angolana. A autora advoga que a negociação do hibridismo cultural reveste significado acrescido se for perspectivado como parte integrante do processo de transculturação. A transculturação constitui, assim, simultaneamente uma forma de resistência tipificadora do contexto colonial e uma modalidade do processo de hibridação num plano abstracto.

O segundo capítulo é consagrado a Luandino Vieira, uma influência determinante em toda uma geração de escritores angolanos. Segundo a autora, nas narrativas de Luandino Vieira, a cidade de Luanda constitui o centro de uma identidade nacional colectiva e potencial. Phyllis Peres fundamenta esta suposição na geografia da cidade colonial de Luanda através da análise das narrativas de Luandino e incidindo particularmente em *Luuanda*. Tal como sugere o título (em Kimbundu), nos relatos de *Luuanda*, Luandino Vieira reclama uma posição central para a parte africana da cidade, a cidade dos *musseques*, tradicionalmente considerada em contraposição à cidade colonial. Estas narrativas representam a reivindicação da periferia, um acto de evidentes projecções políticas em contexto colonial. Como demonstra a autora, para Luandino Vieira, a narração da nação é uma prática transcultural, por meio da qual o autor reclama igualmente campo discursivo pela invenção de formas literárias angolanas híbridas. Através da introdução da *estória* isto é, da textualização do discurso oral ou, tal como o próprio Luandino Vieira explicou à autora, “de algo que foi contado e que eu estou agora a contar e que será contado outra vez” (p. 23) e do recurso a neologismos, as narrativas de Luandino Vieira oferecem uma construção imaginária transcultural de Angola. Enquanto signo de resistência e transculturação, a *estória* representa a metáfora da construção da nação como espaço aberto e dinâmico, em que as *estórias* da nação angolana, os seus passados imaginados e os seus futuros possíveis podem ser narrados.

O terceiro capítulo aborda a obra de Uanhenga Xitu. Para Xitu, narrar a nação angolana é imaginar identidades híbridas das periferias rurais fora de Luanda. Como refere a autora, este projecto narrativo assenta nas estratégias subversivas da imitação paródica e da farsa. Apoiando-se nos conceitos de imitação e de hibridação de Bhabha e no conceito dos espaços de encontros coloniais como “zonas de contacto” de Pratt, Phyllis Peres analisa o poder subversivo da imitação paródica do discurso colonial nas narrativas de Xitu, concluindo que os textos do autor ilustram a impossibilidade de produção de um contra-discurso puro, dado que este foi já formulado na zona de contacto. A paródia, por outro lado, é sempre subversiva quer ocorra em linguagens e formas literárias aculturadas ou nas linguagens

híbridas que emergem nas margens do colonialismo.

O quarto capítulo centra-se na obra de Pepetela. Aqui, a autora analisa a visão da nação como um espaço utópico no percurso literário de Pepetela, desde o sonho da revolução ao mais profundo desencanto. Na secção “Praxis, Camarada, Praxis”, insiste-se na importância das obras de Pepetela vindas a lume nos anos 70. As *Aventuras de Ngunga* e *Mayombe* onde a utopia era projectada na revolução que inventaria Angola a partir de um espaço que nunca fora uma nação constituem relatos da luta pela liberdade. Os romances do período pós-independência são objecto de estudo em duas secções: “Back to the Futures” e “The Generation of Utopia”. A autora assinala o questionamento que Pepetela dirige ao poder transformador da revolução. Em “Back to the Futures” são referidos romances como *Yaka* ou *Lueji*, em que as visões utópicas se confinam a um passado histórico inseparável da imaginação do futuro da nação. A última secção centra-se numa obra que corrobora a argumentação da autora *Geração da Utopia*. Neste romance, Pepetela relata o itinerário da sua geração: a imaginação utópica, por mais controversa que tenha sido, do sonho da nação na década de 60 que conduziu à desilusão e ao conceito de uma nação adiada. Phyllis Peres conclui que os romances de Pepetela são contra-narrativas da nação porque o questionamento daquela estende-se à própria viabilidade da nacionalidade, nessa acepção de espaço híbrido e diferença cultural. À semelhança do que acontecia com a *estória*, a narração da nação permanece aberta.

No quinto capítulo, a autora aborda a trajectória literária de Manuel Rui, desde o seu compromisso com os momentos eufóricos da nacionalidade decorrentes da revolução em *Sim Camaradas!* (1977) onde a nova *estória* a ser transmitida de geração em geração é a da revolução à visão desencantada e irónica de uma nação em que a causa da revolução foi traída, como em *I Morto & os Vivos* (1993). Como nota Phyllis Peres, mesmo nos seus primeiros romances, Manuel Rui assume as ironias do pós-colonialismo. De modo inovador, antecipam a imaginação futura da nação produzida pela nova geração de *pioneiros*, nas suas histórias de luta, revolução e euforia nacional. Trata-se de histórias traídas pelas personagens que, nas obras mais recentes de Manuel Rui, representam a nova classe dirigente que conquistou a independência, mas não a nação. Nos seus últimos romances, a ironia é mitigada pelo desencanto e não pela euforia. Como conclui a autora, o discurso presente da nação revela uma condição que está longe de ser libertadora ou útil: a revolução devorou os seus filhos.

No último capítulo, Phyllis Peres conclui que a libertação nacio-

nal em Angola representou, de facto, um “acto de cultura”, uma reivindicação de um campo reservado ao sujeito colonizador que fez deslocar a perspectiva marginalizada do colonizado para o centro de um novo espaço-nação. Todavia, a partir do momento em que a periferia se tornou centro, a identificação de sujeitos nacionais não obliterou a independência política. Esta negociação em curso constitui ela própria um “acto de cultura” que fractura as falsas fronteiras neo-coloniais entre colonialismo e pós-colonialismo. Na Angola da contemporaneidade, a história condena ao fracasso todas as imaginações possíveis da nação e os autores optam pelo silêncio, como Luandino Vieira; pela auto-paródia, como Uanhenga Xitu; ou, de modo mais criativo, por um espaço irónico matizado pelo desespero, como Pepetela e Manuel Rui, ambos tentando manter vivo o sonho de nacionalidade que parece ter sido (temporariamente) diferido, mas que pode ainda ressurgir das ruínas desalentadas da revolução. Tal como na *estória* oral, este espaço permanece aberto. No seu seio, os escritores angolanos podem explorar os limites entre o que Angola tinha sido, foi e sonhou ser. Aqui, é possível continuar a negociar o terreno desse espaço-nação imaginado, mesmo se a história parece derrotar o sonho da nação.

O estudo de Phyllis Peres, *Transculturation and Resistance in Lusophone African Narrative*, constitui uma viagem fascinante através da narrativa angolana contemporânea e do seu projecto de “narrar a nação”. Torna-se, portanto, um contributo indispensável para especialistas de Estudos da África Lusófona, Luso-Brasileiros e Portugueses. Os investigadores nos domínios de Estudos Coloniais e Pós-Coloniais e de Literatura Comparada aí encontrarão igualmente ampla matéria de reflexão. É assim vivamente recomendável uma tradução portuguesa deste magnífico estudo.

## **Resumos / Résumés / Abstracts**



János Riesz

Resumo: Este artigo estuda cinco retratos de escritores africanos no seu contexto histórico e crítico, do caso de Phillis Wheatley, ao papel das fotografias nas memórias de Birago Diop e na autobiografia de Mudibe.

Palavras-chave: escritores africanos, retratos, fotografias, texto e imagens.

Abstract: This article studies five portraits of African writers in their historical and critical context, from the case of Phillis Wheatley, to the role of photographs in the memories of Birago Diop and in Mundibe's autobiography.

Key-words: African writers, portraits, photographs, text and images.

Résumé: Après une réflexion préalable sur l'importance des portraits visuels d'écrivains depuis la Renaissance, l'article présente cinq exemples de la mise en image d'auteurs africains dans leur contexte historiographique et critique: (1) l'exemple de Phillis Wheatley (1754-1784), descendante d'esclaves noirs en Amérique du Nord; (2) quelques portraits d'auteurs africains dans une anthologie d'autobiographies africaines, éditée par l'africaniste allemand D. Westermann

en 1938; (3) l'usage de photos-portraits dans des études monographiques sur E. Hussein et V.Y. Mudimbe; (4) les fonctions des images dans les ouvrages de synthèse d'histoire littéraire; (5) le rôle des photos dans les Mémoires de Birago Diop et l'autobiographie de V.Y. Mudimbe.

Mots-clés: écrivains africains, portraits, photographies, texte et images

Michel Cahen

Resumo: Este artigo analisa o caso do “Massacre de Mueda”, um movimento cooperativo com características etno-nacionalistas conhecido pelo nome de União Africana Maconde.

Abstract: This article analyses the case of the “Massacre of Mueda”, a co-operative movement of ethno-nationalist characteristics, known as the Maconde African Union

Résumé: Cet article analyse le cas de “Massacre de Mueda”, un mouvement coopératif avec des caractéristiques ethno-nationalistes étant connu par le nom Union Africaine Maconde.



## António Custódio Gonçalves

Resumo: Este texto analisa a natureza e a emergência do nacionalismo angolano, no período aproximado de 1885 a 1930. Na primeira parte, definem-se e articulam-se as identidades culturais e nacionalistas como processos e estratégias. Na segunda parte, desenvolvem-se as principais formas de expressão destas identidades.

Palavras-chave: identidades culturais; formação da identidade nacional angolana.

Abstract: This article analyses the nature and emergence of the Angolan nationalism, between 1885 and 1930. In the first part, the cultural and national identities are defined as processus and strategies. In the second part, the author analyses the fundamental forms of expression of these identities.

Key-words: cultural identities, the formation of the Angolan national identity.

Résumé: Cet article analyse la nature et l'émergence du nationalisme angolais, dans la période entre le Traité de Berlin et les années 30. Dans la première partie, sont définies et articulées les identités culturelles et nationalistes comme processus et stratégies. Dans la deuxième partie, l'auteur analyse les formes fondamentales d'expression de ces identités.

Mots-clés: identités culturelles; formation de l'identité nationale angolaise.

Christine Messiant

Resumo: Este artigo procura investigar a problemática da chamadas “transições democráticas” africanas, tratando de revisitar criticamente o caso de Angola. Parte importante deste estudo radica no cruzamento entre a noção de economia política e a dimensão sociológica contextual da problemática discutida.

Palavras-chave: transição democrática, Angola, economia política.

Abstract: This article studies the problem of the so-called African “democratic transitions”, revisiting under a critical point of view the case of Angola. A substantial part of this study lies in the intersection between the notion of the political economy and the contextual sociological dimension of the studied issues.

Key-words: democratic transition, Angola, political economy.

Resumé: Cet article cherche à étudier la problématique des “transitions démocratiques” africaines, en ajoutant quelques renouvellements critiques sur le cas d’Angola. Une partie importante de cet article essaie de croiser la notion de économie politique avec la dimension sociologique contextuelle de la problématique du processus de démocratisation.

Mots-clés: transition démocratique, Angola, économie politique.



Cláudia Correia

Resumo: A presença de judeus em Cabo Verde remonta, segundo o que conseguimos apurar, aos inícios da colonização, após a grande dispersão movida essencialmente por factores económicos e sociais mais do que religiosos e à acção inquisitorial institucionalizada nos finais do século XV na Península Ibérica.

Mas, é a partir do século XIX até meados do século XX, que a presença em Cabo Verde torna-se mais frequente e notória.

De origens diversas, Marrocos, Gibraltar, Argel, Tunis, muitos deles chegavam com nacionalidades diferentes, sendo na sua maioria além de súbditos britânicos, portugueses quando o requeressem.

Fixando-se temporária ou permanentemente nas mais variadas ilhas do nosso arquipélago, guardando alguns a sua cultura, tradição e desempenhando as mais diversas profissões, estes judeus entrados na condição de súbditos britânicos, em maior número acabavam por gozar de acordo com o Tratado de Comércio e Navegação estabelecido entre Portugal e Inglaterra em 1842 de liberdades e facilidades comerciais, de isenção de impostos, do livre exercício da sua religião, podendo reunir-se para objectos do culto público celebrar os ritos da sua religião nas suas moradas ou em lugares para este fim destinados e enterrar os seus mortos pelo modo e com as cerimónias usadas, de acordo com a sua tradição.

Mas as várias disposições de leis publicadas posteriormente não responderiam muitas vezes às cláusulas e direitos conquistados como súbditos estrangeiros, nem às suas convicções religiosas e tradicionais.

Posições controversas, atitudes contraditórias estiveram quase sempre presentes, ligadas à mentalidade religiosa da época.

É o que podemos constatar no caso do enterramento e manutenção do cemitério israelita da ilha Boavista.

Palavras-chave: Arquipélago; Administração; Administrador de Concelho; Boavista; Cabo-verde; Câmaras Municipais; Cemitério; Colónia; Concelho, Comité; Conservador; Comunidade; Comércio; Comerciantes; Crenças; Cultura; Descendências; Documentos; Enterramentos; Governador de Província; Hebreus; Israelitas; Inquisição; Ilhas; Judeus; Península Ibérica; Leis; Negociantes; Origens; Província; Religião; Religião mosaica; Registos; Secretaria Geral do Governo; Terrenos privativos; Tradição; Tratados, Tribunal.

Elisabetta Maino

Resumo: A particularidade de São Tomé e Príncipe fundamenta-se no processo de povoamento, resultado das políticas coloniais de importação/migração da força de trabalho. As relações de paternalismo autoritário, que substituíram as de escravidão, foram o marco de desestruturação das identidades comunitárias de origem de indivíduos singularizados no processo de trabalho. A diferenciação dos estatutos sociais, nas representações de divisão étnica da ordem colonial, não levou à afirmação de uma identidade nacionalista, portanto a formação do Estado independente implicou a construção da Nação como espaço de identidade política dos cidadãos. Avançamos uma hipótese a respeito da relativa estabilidade política: a fragmentação das pertenças identitárias favorece a formação de um Estado que se propõe como elemento de coesão social nas relações sociais, preenchendo a opacidade de uma memória colectiva sedimentada sobre a fragilidade dos referentes individuais. O processo de construção da identidade santomense apresenta-se como projecto político de integração das singularidades num espaço público heterogéneo, próprio da modernidade.



Carlos Garrido

Resumo: Este artigo procura analisar alguns efeitos sociais e económicos das catástrofes naturais no desenvolvimento integrado, sobretudo em África, seguindo um padrão geográfico de impactos.

Palavras-chave: catástrofes naturais e desenvolvimento.

Abstracts: This article analyses some of the social and economical effects of the natural catastrophes on tryhe development mainly in Africa, following a geographical pattern of impact.

Key-words: natural catastrophes and development.

Résumés: Cet article analyse quelques effets sociaux et économiques des catastrophes naturelles sur le développement surtout en Afrique, suivant un modèle d'impact.

Mots-Cléfs: catastrophes naturelles et développement.



# **Informações**



### III SEMINÁRIO INTERNACIONAL IDENTIDADES, PODERES E ETNICIDADES NA ÁFRICA SUBSARIANA:

#### Estado, língua e sociedade na África subsariana

**5 de Maio de 2000** - Anfiteatro Nobre da FLUP

10h00: Sociedades e Identidades

Moderador: Ilídio do Amaral

- António Custódio Gonçalves - *“Estado e Sociedade. Novas configurações dos poderes”*
- Ivo Carneiro de Sousa - *“O Estado do Estado na África Subsariana”*
- José Azevedo - *“A construção da identidade: novas questões, novas direcções”*

15h30: Língua e Poder

Moderador: José Soares Martins

- Janos Riesz - *“Langue et pouvoir en Afrique. Réflexions sur quelques paradoxes de la politique linguistique de la France”*
- José Carlos Venâncio - *“A situação da língua portuguesa na África Lusófona”*

17h30: Intervalo

17h45: Conflitualidades e Identidades

Moderador: Manzambi Vuvu Fernando

- Christine Messiant - *“Reconstructions d’identité dans le cadre du conflit angolais”*
- Elikia M’Bokolo - *“Les conflits sociaux dans la région des Grands Lacs”*

**6 de Maio de 2000** - Anfiteatro Nobre da FLUP

10h00: Língua e nacionalismo

Moderador: António Custódio Gonçalves

- Vatomene Kukanda - *“Linguas e nacionalismo em África”*



# LusoAfro VI

CONGRESSO LUSOAFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

## As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: Balanços e Desafios

PORTO 5 a 9 SETEMBRO 2000

**INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES**

Centro Leonor Cabral  
Faculdade de Letras da Universidade do Porto  
Rua. Pedro Soares  
Vila Verde, 4100-101  
4100-101 Porto, PORTUGAL  
Tel. e Fax: +351 22 4077100  
Email: csl@fpul.upp.pt

As inscrições e inscrições de trabalhos e comunicações a ser apresentadas deverão ser enviadas para a Secretariado do Congresso até 31 de Maio de 2000.

Comunicações: 15 minutos  
Comunicações em sessões especializadas: 20 minutos  
Comunicações em sessões plenárias: 45 minutos

Associação Portuguesa de Sociologia (APS)

**As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa:  
Balanços e Desafios**

PORTO 5 a 9 SETEMBRO 2000

**Áreas temáticas plenárias**

- Globalização e Transformações nos Países Lusófonos
- As Ciências Sociais e o Desenvolvimento dos Países Lusófonos
- Globalização, Poder e Cidadania

**Áreas de especialização**

- Democracia, Poder e Saberes
- Migrações e Diásporas
- Identities, Afiliations Sociais e Direitos Humanos
- Racismo e Xenofobia
- Interdisciplinaridade
- Encontros de Cultura em Espaços da Língua Portuguesa
- A Literatura, Expressão Cultural da Sociedade
- A Língua Portuguesa, Balanços e Desafios

## As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: Balanços e Desafios

PORTO 5 - 9 SETEMBRO 2009

### *áreas temáticas plenárias*

Globalização e Transformações nos Países Lusófonos

As Ciências Sociais e o Desenvolvimento dos Países Lusófonos

Globalização, Poder e Cidadania

### *áreas de especialização*

Democracia, Poder e Saberes

Migrações e Diásporas

Identities, Alteridades Sociais e Direitos Humanos

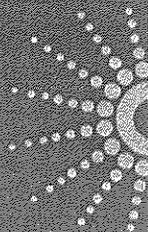
Racismo e Xenofobia

Interdisciplinaridade

Encontros de Cultura em Espaços de Língua Portuguesa

A Literatura, Expressão Cultural da Sociedade

A Língua Portuguesa: Balanços e Desafios



## NORMAS PARA OS COLABORADORES DA AFRICANA STUDIA

**A apresentação dos originais deverá seguir os parâmetros seguintes:**

1. Os artigos enviados à *Africana Studia* serão submetidos ao Conselho Editorial, que recorrerá ao Conselho Científico sempre que achar conveniente.

2. Os textos escritos em português, em francês ou em inglês serão enviados em duplicado ao secretariado do CEAUP, dactilografados em páginas A4, a espaço e meio, acompanhados de uma disquete com o ficheiro de texto em *Word for Windows* (versão 95 ou 97. Os textos para o nº 3 deverão ser remetidos até ao dia 15 de Setembro de 2000 impereterivamente.

3. O limite máximo da dimensão dos artigos será de 25 págs., incluindo quadros, gráficos, figuras, notas e bibliografia.

4. Cada artigo deve ser acompanhado de um resumo com o máximo de 10 linhas apresentado em português, francês e inglês, e das *palavra-chave nucleares* (*mots-clefs / key words*).

5. Todas as citações devem seguir-se do sobrenome do autor, em maiúsculas, e ano de publicação (e número de páginas, se for o caso), entre parênteses.

6. As referências bibliográficas devem vir no final do texto, numeradas e em ordem alfabética a partir do sobrenome do autor, com espaço simples entre linhas e espaço duplo entre si. Títulos de livros e periódicos devem vir em itálico.

7. A *Africana Studia* reserva-se o direito de alterar os originais com o fim de condicioná-los a essas e outras normas do seu padrão editorial.

8. Os autores terão direito a 2 exemplares e 25 separatas da *Africana Studia*

9. As opiniões expressas nos artigos são da responsabilidades dos seus autores.

